

IV – INFRAESTRUTURA

O exercício de 2009 caracterizou-se pela continuidade na implementação dos projetos na área de infraestrutura que compõem a carteira do PAC. Além da execução e conclusão de diversos desses projetos, foi intensificada a articulação intra e intergovernamental para a superação de restrições técnicas e executivas e para viabilizar a implementação satisfatória de diversas ações estruturantes. A contribuição dos investimentos em infraestrutura, que foram mantidos mesmo com a crise internacional ocorrida em 2008, foi de fundamental importância para que os seus reflexos no Brasil fossem os menores possíveis, bem assim para que, na retomada do desenvolvimento sustentável, o trabalho para a superação de gargalos de infraestrutura não fosse interrompido. Dessa forma, o País continuou ao longo do último ano planejando e executando as ações necessárias para a consolidação e a confiança no desenvolvimento sustentável.

1. Energia

a) Energia Elétrica

No âmbito da geração de energia elétrica, com participação das empresas do Sistema Eletrobrás, destaca-se no último exercício o prosseguimento da construção de 14 empreendimentos, sendo 12 usinas de geração hidráulica, uma termelétrica a carvão e uma termelétrica com combustível nuclear, totalizando um acréscimo de potência de 10.602,28 MW. Ainda em relação à geração de energia elétrica, várias usinas se encontram em implantação e permitirão incremento de aproximadamente 7.000 MW de capacidade instalada em 2010. Na área de transmissão, serão mais 2.700 km de linhas, que ampliarão a integração energética de todas as regiões brasileiras.

Quanto às fontes de energia renováveis, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) tem como meta final a instalação de 144 empreendimentos, até 2010, totalizando uma potência instalada de 3.300 MW. Do início da execução do Proinfa até dezembro de 2009, foram concluídos 94 empreendimentos, sendo 47 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 20 Usinas de Biomassa e 27 Usinas Eólicas, totalizando 2.071,26 MW ou cerca de 63% do total do Programa.

O Governo continuará desenvolvendo, ao longo de 2010, um conjunto de ações visando a fortalecer a infraestrutura energética, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável do País, cuja taxa de crescimento econômico nos últimos anos foi duplicada, requerendo assim o aumento da oferta e suprimento de energia. Nesse sentido, todos os projetos estratégicos de geração e transmissão estão inseridos no PAC, o que lhes confere vantagens, do ponto de vista de financiamento, além de monitoramento intensivo governamental.

a.1) Geração e Transmissão

Na área de geração e transmissão, em 2009, destaca-se a entrada em operação da Unidade Geradora nº 1 da Usina Hidrelétrica (UHE) São Salvador (243,20 MW) com 121,6 MW, da UHE Monjolinho com 74 MW, das Unidades Geradoras nº 1 e 2 da UHE Baguari (140,00 MW) com 70 MW, da Unidade Geradora nº 1 da UHE Corumbá III (93,6 MW) com 46,8 MW, da Usina Termelétrica (UTE) Camaçari Muricy I (148,00 MW) com 148 MW e Usinas do Proinfa com 616,23 MW, sendo 210,80 MW de PCHs e 405,43 MW de Eólica.

No âmbito das empresas com participação financeira no Sistema Eletrobrás destaca-se o prosseguimento das obras das seguintes usinas em construção:

- na Região Norte, prossegue a construção da Usina de Santo Antônio, cuja potência instalada é de 3.150 MW, com previsão de início de operação em maio de 2012; e a Usina de Jirau com potência instalada de 3.300 MW e previsão de início de operação em janeiro de 2013;
- na Região Nordeste, em março de 2009, iniciou-se a construção da UTE Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, com 360,1 MW de potência instalada, com previsão de entrada em operação em dezembro de 2011;
- na Região Sul, prossegue a construção das Usinas de Foz do Chapecó, com potência de 855 MW, prevendo-se o início de geração em agosto de 2010; a Usina de Mauá, com potência de 361 MW, cujo início da operação está previsto para abril de 2011; a Usina de Passo São João, com potência de 77 MW, prevendo-se o início da operação em agosto de 2010; e a Usina Termelétrica Candiota, com potência de 350 MW e geração prevista para junho de 2010;
- na Região Sudeste, prossegue a construção das UHE Retiro Baixo, com potência de 82 MW, prevendo-se o início da operação em janeiro de 2010; a Usina de Baguari, com potência de 140 MW, iniciou sua operação em setembro de 2009 e será concluída em 2010; a Usina de Simplício, com potência de 333,7 MW, prevendo-se o início da operação em dezembro de 2010; a Usina Nuclear de Angra 3, com potência de 1.350 MW, aguarda da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a emissão da licença de construção plena, para permitir o início efetivo do empreendimento, sendo prevista sua operação para maio de 2015.
- na Região Centro-Oeste, prossegue a construção da Usina de Serra do Facão, com potência de 212,6 MW, prevendo-se o início de operação em outubro de 2010; a Usina de Batalha, com potência de 52,5 MW, prevendo-se o início de operação em maio de 2011; a Usina de Dardanelos, com potência de 261 MW, prevendo-se o início de operação em fevereiro de 2010; e a Usina de São Domingos, com potência de 77 MW, prevendo-se o início de operação em novembro de 2011.

Para o ano de 2010 está previsto o início de operação de 100 novas usinas, totalizando uma capacidade instalada de 7.040 MW. Destaques para a UHE Foz do Chapecó (855 MW), com entrada em operação prevista para agosto de 2010; a UHE Rondon II (73,5 MW); e as Usinas do Sudeste de Goiás: Barra dos Coqueiros (90 MW), Caçu (65 MW), Foz do Rio Claro (68,4 MW), Salto (108 MW) e Salto do Rio Verdinho (93 MW), previstas para o primeiro semestre de 2010; a UTE do Atlântico (490 MW) e a UTE Candiota III (350 MW), previstas para novembro de 2010.

No âmbito do Proinfa destaca-se, em 2009, a conclusão de 24 empreendimentos, correspondendo a um acréscimo de 478,03 MW, sendo 8 PCHs com 188,60 MW e 16 Usinas Eólicas com 289,43 MW. Em 2010, estão previstas as conclusões de 15 empreendimentos de PCHs, totalizando 225,7 MW; 27 empreendimentos eólicos, totalizando 821,54 MW; e um empreendimento de biomassa, totalizando 36,0 MW. Assim, neste exercício, serão concluídos PCHs que totalizarão 1.083,25 MW.

Neste exercício, encerra-se o prazo limite para implantação de empreendimentos do Proinfa, que deverão totalizar em seu conjunto 3.154 MW, sendo 1.181 MW de PCHs, 550 MW de UTEs e 1.423 MW de UEEs, representando aproximadamente 95% dos 3.302 MW contratados nesse programa.



O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, em novembro de 2009, a extensão de 97.349 km. No ano de 2009, foram energizadas 34 linhas de transmissão, totalizando 3.606 km de extensão. Entre 2003 e dezembro de 2009 foram construídos 21.812 km de linhas de transmissão. O incremento nesses sete anos representa, aproximadamente, 25% da transmissão construída até aquela época. Esse crescimento proporcionou maior integração dos subsistemas elétricos, ampliação da capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente da diversidade hidrológica do País e a garantia das condições necessárias para o suprimento de eletricidade, com qualidade e confiabilidade, requisitos demandados pela sociedade, contribuindo para maior robustez ao SIN.

Entre as linhas de transmissão construídas, em 2009, destacam-se os trechos Campos Novos-Nova Santa Rita (500 kV e 257 km), São Simão-Marimbondo-Ribeirão Preto (500 kV e 412 km), Paracatu 4-Pirapora 2 (500 kV e 256 km), Jaguara-Estreito-Ribeirão Preto (500 kV e 308 km) e Juba-Jauru C1 e C2 (230 kV e 2x129 km). Para atender à expansão do SIN, foram leiloadas, em 2009, 3.571,5 km de linhas de transmissão e 13.900 MVA de transformação.

Merece destaque, no último ano, a interligação energética dos Estados do Acre e de Rondônia ao SIN, que representava 22% do consumo dos sistemas isolados. Essa interligação foi realizada por meio da linha de transmissão Jauru/MT-Vilhena/RO, em 230 kV, com dois circuitos de 354 km cada, energizada em outubro de 2009. Tal procedimento está proporcionando expressiva economia na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), a qual atingirá a ordem de R\$ 1,5 bilhão/ano. Outro destaque é o início das obras da linha de transmissão Colinas/TO-Milagres/CE, em 500 kV, com 1.120 km de extensão, que reforçará a capacidade de transferência de energia entre as Regiões Norte e Sudeste/Centro-Oeste com o Nordeste em mais de 800 MW.

Estão em implantação em todo o território nacional, e com previsão para conclusão em 2010, 2.700 km de linhas de transmissão e 9.062 MVA de potência de transformação. Também em 2010 destaca-se o início da implantação da Linha de Transmissão (LT) Tucuruí-Manaus-Macapá, sendo 1.512 km em 500 kV e 314 km em 230 kV, importante obra que permitirá a interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o SIN, reduzindo o consumo de derivados de petróleo e, consequentemente, os subsídios da CCC. Após essa interligação, os sistemas isolados representarão apenas 0,9% da energia consumida no País. Ainda em 2010, serão iniciadas as obras de transmissão dos dois bipolos de corrente contínua, com 2.375 km de extensão, para escoamento da energia gerada pelas Usinas do Rio Madeira/RO. Dos 6.450 MW gerados, cerca de 800 MW serão destinados para atendimento aos Estados do Acre e de Rondônia e o restante será transmitido diretamente para a Região Sudeste do País.

Quanto ao marco legal, foi promulgada, em dezembro de 2009, a Lei nº 12.111, resultante da conversão da Medida Provisória nº 466, de 2009, definindo as regras para contratação de energia pelos agentes de distribuição nos Sistemas Isolados, bem como a necessidade de todos os agentes se adequarem às regras do SIN.

a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram outorgados 48 empreendimentos de geração de energia elétrica, em 2009, decorrentes dos leilões de Energia de Reserva, A-3 e A-5, realizados no ano anterior, que acrescentarão 3.531 MW médios ao SIN, a partir de 2010. O leilão A-3 foi realizado em 27 de agosto de 2009 e o seu resultado assegurou o atendimento a 99,7% do mercado projetado pelas distribuidoras para 2012.

Em 14 de dezembro de 2009 foi realizado o 2º Leilão de Compra de Energia de Reserva, que contratou, exclusivamente, energia de fonte eólica, aumentando a participação dessa fonte na matriz elétrica nacional, em conformidade com a política setorial de incentivo às fontes renováveis. O resultado do certame resultou em investimentos da ordem de R\$ 9,4 bilhões, representando um incremento de 1.805MW de potência ao SIN, dos quais 753 MW médios foram comercializados no referido leilão.

As concessões e autorizações de geração dos empreendimentos vencedores nos leilões de energia elétrica, realizados em 2009, serão outorgadas em 2010. Foram emitidas 27 outorgas, em 2009, para novas instalações de transmissão licitadas nos Leilões nº 6, 7 e 8, de 2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), compreendendo 4.750 km de LT, com tensão de ± 600 kV em corrente contínua e estações conversoras e retificadoras associadas, com capacidade de 12.200 MW, que possibilitarão o escoamento da energia produzida pelas usinas localizadas no Rio Madeira (UHE Santo Antônio e UHE Jirau) para o centro de consumo localizado na Região Sudeste; 4.251 km de LT em tensões iguais ou superiores a 230 kV; e 26 Subestações que adicionarão 11.774 MVA ao SIN.

O leilão de transmissão, realizado em maio de 2009, contratou 2.391 km de LT e 8 subestações, que acrescentarão 4.324 MVA de transformação ao SIN e permitirão atender ao crescimento do consumo nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo; reduzir os custos com geração para atender ao mercado dos Estados do Acre e Rondônia; e escoar a energia gerada por usinas localizadas no Estado de Mato Grosso. Esses sistemas de transmissão têm início de operação comercial previsto para o ano de 2011. Estima-se que o investimento total previsto de R\$ 1,7 bilhão irá gerar cerca de 9.050 empregos diretos durante a fase de construção. Já o leilão de transmissão, realizado em novembro do último ano, contratou 1.079 km de LT e 8 subestações com a adição de 9.410 MVA de transformação ao SIN e permitirão atender ao crescimento da demanda nos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Minas Gerais, escoar o excedente de geração de Mato Grosso para a Região Sudeste e endereçar o excedente de geração previsto para a região de Cataguases (MG). A maior parte das instalações de transmissão tem previsão de início de operação comercial para 2012. São estimados investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão e a criação de aproximadamente 6.800 empregos diretos durante a construção desses empreendimentos.

a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Serão leiloadas as concessões para exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Belo Monte, Novo Acordo, Cachoeirão, Torcojejo, além das Usinas Hidrelétricas de Castelhano, Estreito, Cachoeira, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Riacho Seco, Juruena, Mirador e Água Limpa, cujos estudos estimam uma potência total instalada em cerca de 13 mil MW.

Em relação a empreendimentos internacionais sob responsabilidade da Eletrobras, está prevista a conclusão dos Estudos de Viabilidade de Baynes, na divisa Angola-Namíbia; Tumarin, na Nicarágua; e Inambari, no Peru, cujos estudos estimam uma potência total instalada de cerca de 2.580 MW. Espera-se também ultimar os Estudos de Inventário do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre o Brasil e a Argentina e a contratação de consultoria para o desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da AHE Binacional Garabi, com potência prevista de 1.036 MW, em parceria com a Ebisa da Argentina.



Há previsão ainda do desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Complexo do Rio Tapajós, composto pelos Aproveitamentos Hidrelétricos de São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jamanxim, Cachoeira dos Patos e Cachoeira do Caí, que totalizam uma capacidade estimada de 10.682 MW.

As empresas do Sistema Eletrobrás incorporaram no ano de 2009 ao SIN (Rede Básica) 826 km de linhas de transmissão, 1.008 MVA de reforço no sistema e 2.945 MVA em capacidade de transformação em subestações. Já a parceria das empresas do Sistema Eletrobrás com empreendedores privados, por meio de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), viabilizou a incorporação, no ano de 2009, de 402 km de linhas de transmissão ao SIN (Rede Básica).

Para o ano de 2010, o Sistema Eletrobrás estima investir cerca de R\$ 2,4 bilhões no segmento de transmissão, agregando cerca de 1.246 km de linhas de transmissão, 564 MVA de reforço no sistema e 4.196 MVA em capacidade de transformação em subestações. Além disso, essas empresas, em parceria com empreendedores privados, contribuirão, em 2010, com o acréscimo de mais 301 km de linhas de transmissão e 825 MVA em capacidade de transformação em subestações ao SIN.

Durante o ano de 2009, foram realizados diversos estudos de inventários e viabilidades para os aproveitamentos hidrelétricos no País. Destaca-se a conclusão do inventário da Bacia do Rio Tapajós (14.245 MW), no Estado do Pará, desenvolvido pelo Sistema Eletrobrás. O Complexo do Tapajós (10.682 MW) será composto por um conjunto de aproveitamentos, sendo um destes o Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) São Luiz do Tapajós, com 6.133 MW, projeto integrante do PAC. Na construção desse Complexo será usado um novo conceito para a área energética – as Usinas Plataforma. Esse conceito inovador tem como características a não construção de imensos canteiros de obras, associados à vila dos trabalhadores, ocorrendo apenas canteiros reduzidos. A intervenção na natureza se restringe ao entorno imediato da área de trabalho. Na conclusão da usina hidrelétrica serão retirados todos os maquinários, construções e pessoal que não sejam indispensáveis à sua operação e iniciado o processo de recuperação do ambiente natural impactado. As equipes de trabalhadores se revezarão em turnos. A metodologia de revezamento de equipes de trabalho tem como consequência direta um menor impacto ambiental, tanto na construção quanto na operação da usina.

Ainda em 2009, um grupo de trabalho foi criado para estudar os sistemas de transmissão para integração do AHE Belo Monte, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), juntamente com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e agentes de transmissão do setor. Os trabalhos desse grupo, que ocorreram ao longo de 2009 e continuarão em 2010, têm como objetivo a análise de alternativas de escoamento da energia gerada pela AHE Belo Monte. Entre essas alternativas há a possibilidade da interligação entre a usina e as Regiões Sudeste, Norte, Nordeste e/ou Sul, por meio de linhas de transmissão em corrente contínua e/ou alternada e também em meia onda.

Para centrais de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas, as instalações de transmissão, de interesse exclusivo e uso compartilhado, poderão ser consideradas Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). A ICG, uma inovação no setor elétrico, permite a formação de condomínio de geradores na contratação de serviços de transmissão de energia elétrica e é fundamental para viabilizar a expansão da capacidade de geração instalada a partir de fontes alternativas em regiões com pouca ou nenhuma capilaridade de redes de transmissão e de subtransmissão.

Com a implantação das linhas de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, licitadas em 2008, os Estados do Amapá e Amazonas serão integrados ao SIN. Apenas o Estado de Roraima continuará isolado, entretanto existem estudos em andamento visando à sua integração ao SIN.

Estão previstos dois leilões de LT e subestações para o ano de 2010. O 1º leilão licitará a concessão do sistema de transmissão que possibilitará a integração ao SIN da 2ª etapa do projeto Ilha de Marajó e do noroeste do Estado do Maranhão, além de reforços de transmissão à Região Sudeste e ao sistema receptor de energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, compreendendo 14 subestações com 3.780 MVA de transformação, 1.436 km de LT, com investimento previsto de R\$ 1,25 bilhão. O objeto do 2º leilão será definido com base na consolidação de obras de Rede Básica para o período 2010/2012.

Serão realizados, no ano de 2010, um leilão A-3 e um leilão A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de atender à demanda declarada pelas distribuidoras para o ano de 2013 e contratar cerca de 3 mil MW médios de energia elétrica, para fornecimento em 2015, visando a atender ao mercado.

O leilão para a concessão do AHE de Belo Monte, no Rio Xingu/PA, com capacidade de 11.233 MW, será realizado no ano de 2010, no qual será permitida a participação de autoprodutores. Parte da energia deste empreendimento poderá ser destinada ao mercado livre de energia elétrica.

a.4) Planejamento do Setor Elétrico

O modelo institucional do setor elétrico, aprovado em 2004, tem como principais objetivos promover a modicidade tarifária, garantir a segurança do suprimento de energia elétrica e assegurar a estabilidade do marco regulatório. Esse modelo apresenta como pilar a retomada das competências do Estado na elaboração das atividades de planejamento do setor energético, pela restauração do papel do Executivo como poder concedente, retomando o processo de planejamento e elaboração de planos de expansão. Para uma alocação eficiente de recursos e promoção da modicidade tarifária, foram definidos os ambientes de contratação regulada e livre, a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a exigência da desverticalização do serviço público de distribuição. A segurança do suprimento é garantida pelo poder concedente por meio da exigência de contratação de 100% da demanda por parte de todos os agentes de consumo, como distribuidores e consumidores livres, e também pela criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

O atendimento ao mercado das distribuidoras e a expansão do sistema elétrico ocorrem por meio de leilões, cujo objetivo é a modicidade tarifária, ou seja, visa à menor tarifa ao consumidor. No setor de geração, a licitação se dá pelo critério de menor tarifa requerida e na transmissão a licitação se dá pelo menor valor da receita anual permitida para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão.

Na esteira desse desenho institucional, em 2009, um importante avanço foi obtido com a publicação da Lei nº 11.943, ao estabelecer que as instalações de transmissão de energia elétrica, componentes da Rede Básica do SIN, serão objeto de concessão na modalidade de concorrência ou de leilão, não sendo necessária a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND). Desse modo, houve ganho de até três meses no processo para licitação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Por

sua vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) alterou, em 2009, o prazo de fiscalização dos processos de outorga de concessão ou de permissão de serviços públicos, quando a estimativa de investimentos for superior a R\$ 1 bilhão. Nessa hipótese, o prazo de análise passou de trinta para sessenta dias.

A expansão da geração verificada nos leilões tem apresentado uma expressiva participação de termelétricas, o que é um fato de ordem conjuntural e deve-se principalmente à paralisação do planejamento do setor, ocorrida por longo tempo, evidenciada pela ausência de estudos de Inventário e Viabilidade, o que permitiria dispor de uma carteira atrativa de projetos de usinas hidrelétricas para participar dos leilões. Pela lógica anterior, o mercado definiria a expansão necessária do setor, o que efetivamente não ocorreu, levando à necessidade da implementação de um novo modelo para o setor elétrico, no ano de 2004. O Governo, por intermédio do MME, está realizando esforços para o desenvolvimento de estudos, cuja conclusão está prevista para o curto prazo, totalizando cerca de 32 mil MW em estudos de inventários de bacias hidrográficas, com aproximadamente 18 mil MW sendo executados pela EPE; e da ordem de 12 mil MW em estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas, com aproximadamente 3 mil MW sendo executados também pela EPE.

Ainda em termos de planejamento, devem ser ressaltados os grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira (UHEs Santo Antônio, licitada em 2007; e Jirau, licitada em 2008) e o avanço em direção à licitação da UHE de Belo Monte/PA, a qual agregará mais de 11 mil MW de capacidade instalada ao sistema. Destaque, também em 2009, foi a mencionada integração dos Estados do Acre e de Rondônia ao SIN. A integração foi possível pela entrada em operação da LT Jauru-Vilhena, com 354 km de extensão, completando o trecho de Jauru/MT a Rio Branco/AC, passando por Porto Velho/RO, totalizando uma linha de 947 km. Até 2012, prevê-se a entrada em operação do sistema de escoamento da geração das Usinas de Santo Antônio e Jirau/RO, no Rio Madeira; e a integração dos Estados do Amazonas e Amapá ao SIN, por meio de cerca de 2 mil km de linhas de transmissão.

Ao se observar os leilões de linhas de transmissão e subestações percebe-se um crescimento ao longo dos anos. Entre os anos de 1999 e 2002, foram leiloados e contratados 7.814,1 km de LT e 4.272 MVA de transformação. Já no período de 2003 a 2006 esse número passou para 11.874,2 km de LT e 10.930 MVA de transformação, um aumento de 51,95% e 155,85%, respectivamente, em relação ao período anterior. Para o período de 2007 a 2009, o total leiloado e contratado de LTs foi de 15.222,3 km e de transformação foi de 23.025 MVA, um aumento de 28,19% e 110,65%, respectivamente, em relação ao período anterior. Cabe ressaltar que esse último período refere-se a apenas três anos, em que pese a comparação ter sido feita com os quatro anos do período 2003/06. Destaca-se que esse crescimento está diretamente relacionado com a retomada do planejamento do setor de infraestrutura em energia nos últimos anos, principalmente pela presença de grandes hidrelétricas distantes do centro de carga, dos reforços necessários para escoamento da geração distribuída e do crescimento do mercado de energia elétrica.

No ano de 2010 se consolidará a utilização de horizontes de planejamento intermediários e novos estudos específicos, os quais serão utilizados para a tomada de decisão para a expansão do sistema elétrico brasileiro. Dentre esses estudos, estão o Cenário de Expansão da Geração 2025 e os estudos relacionados aos indicadores energéticos. Esses estudos subsidiam o Governo na definição das diretrizes de expansão contidas nos planos decenais, visando à manutenção da qualidade e confiabilidade do sistema. A busca pela segurança energética e pelo desenvolvimento do potencial energético, com sustentabilidade, é indicada nos planos decenais de energia e nos planos de longo prazo: Planos Nacionais e Projeção da Matriz Energética Nacional, com horizontes de estudo de 30 anos.

a.5) Eficiência Energética

No início do ano de 2009, os veículos leves passaram a integrar o Programa Brasileiro de Etiquetagem em oito categorias distintas, sendo quatro para passageiros (subcompacto, compacto, médio e grande) e quatro especiais (comercial leve, carga leve, fora de estrada e esportivo). Também merece destaque o lançamento da “Etiqueta de Eficiência Energética de Edificações”. A etiquetagem permitirá um ganho gradual de eficiência em veículos e edifícios e a incorporação de critérios de consumo de energia em políticas públicas de incentivo fiscal para a linha branca mais eficiente, de acordo com a classificação do produto no Programa Brasileiro de Etiquetagem.

Em 2010, o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) deverá ser implantado. O principal objetivo desse Plano é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030, no qual 10% do consumo de energia elétrica em 2030 será suprido por Programas de Eficiência Energética. Nesse contexto, espera-se o fortalecimento do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet). Outra ação que merece registro foi a inserção de critérios de eficiência energética em habitações de cunho social, estabelecendo inicialmente a utilização do aquecimento solar no Programa Minha Casa, Minha Vida.

a.6) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

A Aneel define regras técnicas e econômicas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; fiscaliza o seu cumprimento, tanto sob a ótica técnica e comercial quanto econômico-financeira; promove a mediação de conflitos; e operacionaliza as decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica.

No campo da regulamentação, a continuidade do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, referente ao período 2007/2010, merece destaque. Em 2009, foram realizadas revisões tarifárias em 18 das 63 distribuidoras existentes. Quanto ao reajuste tarifário anual, em 2009, foram realizados reajustes em 46 distribuidoras. No segmento de transmissão, estava prevista para 2009 a revisão de 12 transmissoras, entretanto, após análise de contribuições colhidas na Audiência Pública nº 068/2008, relativa à proposta de regulamentação da metodologia, algumas premissas foram reconsideradas. Dessa forma, para o melhor andamento dos trabalhos, a revisão dessas 12 transmissoras foi reprogramada para 2010.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 1.663 fiscalizações, até outubro de 2009, foram realizadas 1.509 fiscalizações. Está programada para 2010 a realização de 1.995 fiscalizações de obras, com priorização para os empreendimentos constantes do PAC, além de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abarcando os aspectos econômicos e financeiros das concessões e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. As fiscalizações serão realizadas diretamente pela Aneel e por convênio com agências reguladoras estaduais. Quanto aos aspectos técnico e comercial, serão priorizadas ações que visem a dotar a Agência Reguladora de instrumentos eficazes de promoção e monitoramento da evolução da qualidade dos serviços de energia elétrica oferecidos pelos agentes, pautados em parâmetros e indicadores que subsidiem a formulação das regras e o controle de sua aplicação.

Na área econômico-financeira, destaca-se a fiscalização da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), que resulta em ações corretivas com vistas ao uso mais eficiente dos combustíveis nas usinas termelétricas dos sistemas isolados. Em 2009,

deu-se continuidade às seguintes iniciativas: i) consolidação da instrução processual de empresas notificadas por pendências, para o período 1999 a 2005, quanto à equalização dos estoques físicos de combustíveis e quanto ao consumo de combustível acima do limite estabelecido; ii) acompanhamento da implantação do Sistema de Coleta de Dados Operacionais (SCD) nas unidades termelétricas dos sistemas isolados; e iii) acompanhamento, por meio de fiscalizações em campo em usinas do sistema isolado, dos Programas Mensais de Operação (PMOs), elaborados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte (GTON).

Em relação às ações de outorga delegadas à Aneel, o desafio para 2010 é promover a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, com vistas ao suprimento energético programado pelo Plano Decenal de Energia Elétrica, priorizando o cumprimento das metas consideradas no PAC.

Em 2009, com a continuidade do processo de regularização de cooperativas, estava prevista a regularização de 31 cooperativas como permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que deverão ter suas tarifas estabelecidas pela metodologia de referência prevista para o período 2010/2011. Ainda em 2009, estava prevista também a regularização de 12 cooperativas como autorizatárias, tendo sido realizadas 2 regularizações. As outras 10 cooperativas carecem de diligência ou da conclusão de relatórios. Para 2010, prevê-se a continuidade do processo de regularização das cooperativas, enquadrando-se 10 cooperativas como autorizatárias e 2 cooperativas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

No âmbito da atuação da Ouvidoria, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores da Aneel e as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, que proporcionam um total de atendimento médio de cerca de dois milhões de solicitações por ano, buscando sempre ampliar os índices de qualidade desse atendimento. No que se refere à participação pública na agenda regulatória, em 2009, merecem destaque o aprimoramento e a ampliação das consultas e audiências públicas, visando a fortalecer o relacionamento e diálogo da Aneel com consumidores, representantes da sociedade civil, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, empresas do setor, etc. As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com a promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Destaca-se, ainda no exercício anterior, a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

As descobertas na estrutura geológica denominada Pré-Sal, ocorridas a partir do final de 2007, proporcionaram novos horizontes para o País na área de exploração de petróleo e gás natural, em decorrência da grande potencialidade do aproveitamento de recursos petrolíferos. O incremento estimado nas descobertas com os volumes recuperáveis nos campos, os quais continuam em avaliação, são os seguintes: Tupi (de 5 a 8 bilhões de Barris de Óleo Equivalente – boe), Iara (de 3 a 4 bilhões de boe), Guará (de 1,1 a 2 bilhões de boe) e Jubarte (de 1,5 a 2 bilhões de boe) totalizaram entre 10,6 e 16 bilhões de boe. Esse volume equivale às reservas provadas brasileiras, em 2008, ou seja, 15,1 bilhões de boe. As reservas provadas de gás natural, contabilizadas em 2008, atingiram 365 bilhões de m³.

Em face dessa nova perspectiva, que refletirá na diminuição significativa do risco das empresas nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás na nova província petrolífera, foi instituída Comissão Interministerial com a finalidade de

estudar e propor as alterações necessárias na legislação e estabelecer um novo marco legal para o setor, que serão detalhados neste Capítulo.

Sobre o setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, outras notificações de descobertas de hidrocarbonetos em poços exploratórios foram feitas em 2009. Até novembro de 2009, foram registradas 132 descobertas, sendo 53 em mar e 79 em terra. Desses notificações, 41 relacionam-se aos blocos marítimos nas Bacias de Santos, Campos e do Espírito Santo. Na província do Pré-Sal destacam-se as descobertas no Prospecto Corcovado, do bloco BM-S-508; e Iguaçu, do bloco BM-S-9, ambos na Bacia de Santos. Este último revelou indícios de óleo leve e encontra-se no mesmo bloco onde ocorreram as descobertas de Carioca e Guará. Pode-se destacar, ainda no ano anterior, a declaração de comercialidade do campo Piracucá, no bloco BM-S-7; e a descoberta de gás e condensado em Panoramix, no bloco S-M-674, ambos localizados na Bacia de Santos.

Entraram em operação as plataformas P-51, em 24 de janeiro de 2009, com capacidade de produzir até 180 mil barris/dia de petróleo; e a *Floating Production Storage and Offloading* (FPSO) Cidade de Niterói (unidade flutuante de produção, armazenamento e escoamento), em 26 de fevereiro de 2009, cuja capacidade é de até 100 mil barris/dia. O ingresso dessas plataformas colaborou para o aumento da produção no País, que atingiu a média de 2.070 mil barris/dia, em setembro de 2009. Em 6 de outubro de 2009, a FPSO Cidade de São Mateus, com capacidade de processamento de 25 mil barris/dia de óleo e 10 milhões de m³/dia de gás, iniciou sua produção no campo de Camarupim, no litoral do Espírito Santo, cuja capacidade de produção de gás natural é de 6 milhões de m³/dia.

A produção no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos foi iniciada em maio de 2009, por meio da FPSO Cidade de São Vicente, que está realizando o Teste de Longa Duração (TLD) do campo de Tupi. Estão em curso as atividades de perfuração do segundo poço a ser testado naquela área.

Em 2009, iniciou-se também a produção nos campos de Frade (FPSO, com capacidade de processar 150 mil barris/dia e compressão e tratamento de 2,5 milhões m³/dia de gás) e Parque das Conchas (FPSO Espírito Santo, com capacidade de processamento de 100 mil barris/dia e 1.400 mil m³/dia de gás), cada um deles com capacidade de produção de 100 mil barris/dia de petróleo.

Para 2010, prevê-se o início de produção do Piloto de Tupi e do desenvolvimento do Campo Cachalote – Baleia Franca, ambos também com meta de 100 mil barris/dia, bem como do campo de Uruguá – Tambaú (FPSO Cidade de Santos, com capacidade para 35 mil barris/dia). Esses projetos deverão contribuir para que o País alcance a meta de produção de 2,6 milhões barris/dia de petróleo em 2010.

Também está previsto, para 2010, o início das atividades do Piloto de Guará e da produção de gás natural no campo de Mexilhão, por meio da instalação da plataforma do tipo fixa (PMXL-1) com capacidade de 15 milhões de m³ por dia. Cumpre destacar, ainda na área de Exploração e Produção (E&P), os projetos em fase licitatória cujas obras deverão ser iniciadas em 2010, quais sejam: construção das plataformas P-62, para o campo de Roncador; e P-58, para o Parque das Baleias; e os projetos a serem instalados no Pré-Sal, 8 cascos para os FPSOs e 9 das 28 sondas de perfuração.

Além disso, o Governo continuará conduzindo a política para o aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, implementada por meio do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp). Essa política

tem possibilitado a reativação da indústria brasileira, em especial a naval, conforme demonstram as encomendas de plataformas e navios feitas no mercado nacional.

b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Em março de 2009 foi sancionada a Lei nº 11.909/2009, dispendendo sobre o novo marco regulatório do setor de gás natural. Logo após a sanção, o Governo iniciou o processo de discussão da regulamentação da Lei em conjunto com todos os agentes da indústria do gás natural. Paralelamente, foram iniciados estudos para a elaboração do Plano de Expansão da Malha de Transporte de Gás Natural, que norteará os processos licitatórios para a construção de novos gasodutos. A previsão é que a primeira edição do Plano, com horizonte de 10 anos, seja publicada em 2010.

As grandes descobertas na área do Pré-Sal impeliram o Governo a promover o debate sobre a melhor forma de aproveitamento desses recursos por parte do Estado brasileiro. Em agosto de 2009, após serem discutidos com a sociedade brasileira e a partir dos estudos conduzidos pela mencionada Comissão Interministerial criada para estudar e propor as alterações necessárias na legislação e estabelecer um novo marco legal para o setor, foram encaminhados quatro Projetos de Lei (PL) ao Congresso Nacional relacionados à: i) instituição do regime de partilha de produção para as áreas do Pré-Sal (PL nº 5.938, de 2009); ii) criação da Empresa Petro-Sal para representar os interesses da União nos contratos de partilha da produção (PL nº 5.939, de 2009); iii) criação do Fundo Social (PL nº 5.940, de 2009); e iv) permissão à União de ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas localizadas no Pré-Sal (PL nº 5.941, de 2009).

A aprovação desses PLs pelo Congresso Nacional viabilizará a realização de políticas governamentais com recursos do Pré-Sal em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para 2010, uma das principais providências demandadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional é a conclusão da tramitação e consequente aprovação desses PLs. Na sequência, serão implementadas as ações necessárias para a regulamentação desses dispositivos legais, bem assim para a implementação da política de conteúdo local para o novo regime de partilha da produção.

b.2) Rodadas de Licitações de Blocos

Está prevista, em 2010, a realização da 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, segundo o modelo de concessão, e a 1ª Rodada de Licitações de blocos segundo o modelo de partilha da produção, cujo respectivo Projeto de Lei está em tramitação no Congresso Nacional, conforme mencionado na seção anterior. Para a realização da 11ª Rodada de Licitações, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) já elaborou estudos para a seleção de blocos, os quais serão submetidos à análise e aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

b.3) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, em 2009, a carteira de projetos monitorados totalizava 4.068 km de novos gasodutos. Desse total, 2.187 km foram concluídos (54%), 1.683 km estão em fase de construção ou testes (41%) e 209 km estão em fase de projeto ou em licenciamento ambiental (5%). Com crescimento de 7,2% em relação ao ano de 2008, a malha de transporte passou de 6.424 km para 7.699 km, em 2009.

Destaca-se, no ano passado, a conclusão da construção e montagem do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que permitirá escoar a produção de gás natural dos polos de Urucu e Juruá para atendimento do mercado do Amazonas, principalmente para a geração de energia elétrica. Esse gasoduto tem 661 km de extensão e capacidade de transporte de até 4,1 milhões de m³/dia. Com a instalação de duas estações de compressão intermediárias entre Urucu e Coari, alcançará 5,5 milhões de m³/dia, a capacidade total contratada, em setembro de 2010. A previsão é que, em 2010, a malha atinja cerca de 9.480 km de extensão.

No ano de 2009, entrou em operação comercial o Gasoduto Japeri-Reduc. O duto apresenta 45 km de extensão e capacidade de transportar 20 milhões de m³/dia. O início de sua operação viabilizou o escoamento da produção de gás natural originário da Bacia de Campos, Gasbol, bem como a integração com o terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara. De forma similar, este deverá se conectar futuramente com a Bacia do Espírito Santo. Sua relevância se justifica pelo aumento da confiabilidade na oferta de gás para o atendimento às centrais térmicas de geração de energia elétrica localizadas na Região Sudeste.

Ainda em 2009, foi concluído o gasoduto Paulínia-Jacutinga, de 93 km, que terá capacidade de transportar 5 milhões de m³/dia, interligando o Gasoduto Bolívia-Brasil, em Paulínia, no Estado de São Paulo, com o Ponto de Entrega de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais, levando o gás natural para o Sul daquela Unidade da Federação.

Em 2010, entrará em operação o gasoduto Gasduc III, de 183 km, que terá capacidade de transportar 40 milhões de m³/dia, aumentando a capacidade de transporte entre Cabiúnas e o Rio de Janeiro, permitindo o fornecimento de gás natural da Bacia do Espírito Santo e o fornecimento de gás novo da Bacia de Campos para o Rio de Janeiro e demais Estados do Sudeste. Está prevista também a possibilidade de transferir o gás proveniente do gasoduto Japeri-Reduc ou do sistema GNL da Baía de Guanabara para a Região Norte Fluminense, com a utilização da estação de compressão de Campos Elíseos.

b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Em abril de 2009, foi iniciada a operação do terminal de GNL da Baía de Guanabara/RJ, com capacidade de regaseificação de até 14 milhões de m³/dia, o que permite o atendimento das Usinas Termelétricas Barbosa Lima Sobrinho/RJ, Leonel Brizola/RJ e Araucária/PR.

Com investimento total de R\$ 14 bilhões, dois novos projetos de GNL passaram a integrar a carteira de investimentos, o Terminal de Liquefação de Gás (Offshore) e o Complexo de GNL. O primeiro empreendimento possibilitará o escoamento de 10 milhões de m³/dia (capacidade de 2,5 milhões de toneladas por ano) do gás do cluster do Pré-Sal e tem como objetivo transportar gás tanto para o mercado doméstico como para exportação em uma situação de superávit na oferta. Já o Complexo de GNL será um terminal com módulos de regaseificação, estocagem e liquefação.

b.4) Refino e Petroquímica

No setor de refino, no âmbito do PAC, 11 refinarias existentes receberão investimentos de R\$ 35 bilhões, até 2010, o que resultará em um acréscimo de 100 mil barris por dia à atual capacidade instalada de refino de petróleo. Destacam-se as obras voltadas



para o aumento do processamento de óleo nacional, para a conversão de produtos pesados em derivados leves e para a melhoria da qualidade dos combustíveis, com a adaptação das refinarias para produzirem gasolina e diesel com baixos teores de enxofre, de tal forma a atender às exigências ambientais.

Com investimentos de R\$ 450 milhões, o Polo de Guamaré/RN será adaptado para dar origem à Refinaria Potiguar Clara Camarão, com capacidade atual de refinar 30 mil barris/dia. A Refinaria terá uma expansão da ordem de 20% da atual capacidade do Polo.

Com a capacidade de processar 230 mil barris/dia e investimentos previstos de R\$ 23 bilhões, a Refinaria Abreu e Lima/PE, em associação com a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), está projetada para operar a partir de 2012. Em 2009, as negociações avançaram quanto à constituição da empresa que irá operar a nova refinaria. A participação acionária será 60% para a Petrobras e 40% para a PDVSA. O principal produto da Refinaria será o óleo diesel com baixo teor de enxofre.

Além da Refinaria Abreu e Lima, outras duas grandes refinarias serão construídas, em 2010, nos Estados do Maranhão e Ceará. Trata-se das Refinarias Premium I e II, que processarão óleo pesado da Bacia de Campos e produzirão combustíveis de elevada qualidade e com baixíssimos teores de enxofre, atendendo, assim, às crescentes exigências ambientais e às preocupações com a saúde humana. A previsão é que, já em 2013, ambas as refinarias estejam operando com 50% de sua capacidade, sendo que, em 2015, elas atinjam sua capacidade máxima, agregando mais 900 mil barris por dia à capacidade nacional de refino.

Em janeiro de 2009, o Brasil adotou a utilização do diesel S50, com 50 ppm de enxofre, com vistas a atender às metas de emissão de poluentes veiculares no País e ao Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve). O diesel S50 está sendo introduzido de forma gradual. Os primeiros Municípios a recebê-lo foram São Paulo e Rio de Janeiro, somente em suas frotas cativas de ônibus urbanos. Atualmente, também recebem o diesel S50 as Cidades de Belém, Fortaleza, Recife e Curitiba.

No segmento petroquímico, pode-se destacar dentre os investimentos constantes no PAC o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), projetado para o refino de petróleo pesado (Marlim, ou similares), com capacidade instalada para processamento de 150 mil barris/dia e investimentos previstos, até 2012, de cerca de R\$ 19,2 bilhões, encerrando o ano de 2009 com 11,3% de realização do projeto. Além do Comperj, a Petroquímica Suape, com 37,6% do projeto concluído ao final de 2009, conta com uma previsão de investimentos próximos a R\$ 1,6 bilhão, até 2010.

b.5) Transporte Marítimo de Combustíveis

A ampliação da frota de transporte marítimo de combustíveis foi iniciada em 2007, por meio do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef). Essa ampliação, que está sendo implementada por meio de duas rodadas do Promef (I e II), resultará na construção de 49 navios para transporte de petróleo e derivados. Até o momento, 23 navios já foram licitados, com investimento previsto superior a R\$ 5,7 bilhões. No âmbito do Promef I está prevista a entrega de 2 navios em 2010 e os demais até 2014. A licitação dos diversos lotes da segunda etapa do Programa deverá ser concluída até o início de 2010, contratando os 26 navios restantes.

b.6) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

O Governo, por meio da ANP, regulamenta, fiscaliza, autoriza as atividades da indústria do petróleo e a distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, gerencia contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural e realiza levantamentos geológicos e geofísicos que subsidiam as licitações de blocos exploratórios e a gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras.

Em 2009, foram realizados aproximadamente 186 mil km² de levantamentos geológicos e geofísicos. Com esse resultado, alcançou-se o levantamento de cerca de 10% da área total das bacias brasileiras (7.493.630 km²). Planeja-se realizar, em 2010, prospecção em uma área de 1,3 milhão de km², incluindo as Bacias do Acre/Madre de Deus, Amazonas, Marajó, Ceará, Jacuípe, Cumuruxatiba, Parnaíba, Parecis, São Luís-Bragança, Viseu, São Francisco, Paraná, Araripe e Irecê-Lençóis, dos quais alguns levantamentos já foram iniciados em 2009. As atividades programadas para 2010 têm por objetivo viabilizar a oferta de setores nas próximas licitações de blocos, uma vez que a inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores.

A ANP cumpriu integralmente as metas propostas para ações de fiscalização de agentes econômicos que atuam no setor de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não-conformidade passou de 2%, em 2008, para 2,5%, em 2009, mantendo-se praticamente inalterado nesses dois últimos anos. Em 2009, foram analisadas 183.860 amostras de combustíveis (etanol, gasolina e diesel), das quais 3.779 foram consideradas não conformes. Para ampliação do número de fiscalizações, em 2010, será dada continuidade à celebração de convênios de cooperação técnica, à abertura e à reestruturação de escritórios da ANP nos Estados, bem como ao uso de novos recursos tecnológicos. Com a intensificação da fiscalização em 2010, de modo a coibir as práticas lesivas ao consumidor, deve-se ultrapassar as 25 mil ações.

A entrada de novos agentes econômicos, tais como postos de gasolina e de revenda de GLP, no mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo e etanol combustível é feita mediante a outorga de autorizações. Por meio da análise de processos de solicitação e de vistorias in loco, são instruídos processos de autorização para entrada no mercado que abrangem, atualmente, cerca de 120 mil agentes. Em 2009, foram outorgadas 5.882 autorizações de agentes econômicos. Em 2010, a expectativa é que outros 9 mil agentes ingressem nesse mercado de distribuição de combustíveis e derivados, tais como postos de gasolina e de revenda de GLP.

As autorizações outorgadas no âmbito da indústria do petróleo possibilitam a ampliação, a construção e o funcionamento de instalações de refino, de processamento de gás, gasodutos e de instalações de biodiesel. Em 2009, foram outorgadas 268 autorizações. No tocante ao biodiesel, a capacidade instalada autorizada, em 2009, foi de 1.831 m³/dia. Em 2010, está prevista a outorga de cerca de 150 autorizações, resultando na entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo e a ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

b.7) Biocombustíveis

Em 2009, o País avançou significativamente no planejamento da produção sustentável de cana-de-açúcar e orientação dos investimentos no setor sucroenergético por meio do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar. Trata-se de um estudo do



clima e do solo das regiões brasileiras para disciplinar a expansão da produção de cana diante da crescente demanda mundial por biocombustíveis e do interesse de empresas nacionais e transnacionais em aportar recursos na produção de etanol no Brasil. Para tanto, foi encaminhado um Projeto de Lei (PL nº 6.077, de 2009) ao Congresso Nacional, estabelecendo regras e diretrizes para a expansão da produção de cana, as quais também servirão de base para a concessão de crédito para o setor. Em 2010, poderá ser concluído o debate que se iniciou a partir desse PL, estabelecendo de forma consensual os limites sustentáveis da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar.

Também merece destaque o prosseguimento de estudos e iniciativas com órgãos e governos de outros países – desenvolvidos e em desenvolvimento – objetivando ampliar e diversificar a produção sustentável de biocombustíveis e transformá-los em *commodities* energéticas. Esses avanços são fundamentais para a formação e consolidação de um mercado de biocombustíveis organizado, transparente e competitivo em nível mundial. O Brasil exerce papel de liderança nesse setor, apoiado na participação majoritária dos biocombustíveis no componente renovável de nossa matriz energética, sem similar no mundo.

b.7.1) Biodiesel

O ano de 2009 marcou avanços significativos no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com a obrigatoriedade da adição do biodiesel ao óleo diesel, pelo segundo ano consecutivo. A mistura compulsória B2 (2% de biodiesel com 98% de diesel de petróleo) passou a vigorar a partir de janeiro de 2008. Em face do sucesso do início do Programa e da conjuntura vigente da oferta e demanda de biodiesel, a mistura B3 foi antecipada para o segundo semestre de 2008, totalizando uma demanda anualizada de 1,3 bilhão de litros de biodiesel. Novas análises permitiram o aumento da mistura para 4% a partir de julho de 2009, representando uma demanda de 1,8 bilhão de litros por ano. Esse exercício, também, foi marcado pela presença da Petrobras Biocombustível (PBio), com a operação de suas plantas de biodiesel em Quixadá/CE, Candeias/BA e Montes Claros/MG, totalizando uma capacidade anual de 325 milhões de litros de biodiesel. Em 2010 serão feitos novos investimentos de ampliação, incluindo a construção de uma usina no Estado do Pará.

Em setembro de 2009, o Banco do Brasil e a PBio assinaram convênio no valor de R\$ 90 milhões destinados aos agricultores familiares, para financiar o cultivo de mamona, girassol e soja destinados à produção de biodiesel. O convênio beneficiará aproximadamente 60 mil agricultores familiares e cooperativas atuantes nos Estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Sergipe, por meio da linha de crédito de custeio agropecuário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os produtos desses agricultores serão adquiridos para a produção de biocombustível, contribuindo, assim, para a inclusão social desses produtores e para a redução de desníveis regionais, princípios orientadores básicos do PNPB, juntamente com a sustentabilidade.

Em termos de impacto econômico, cabe destacar a redução da importação de diesel e a correspondente economia de divisas da ordem de US\$ 0,6 bilhão, em 2009, com a mistura B3 no primeiro semestre e com a B4 a partir de julho de 2009. O uso compulsório de biodiesel no Brasil já proporcionou a economia de US\$ 1,6 bilhão nos dois primeiros anos do PNPB. Também merece registro o adensamento de uma nova cadeia produtiva, gerando e multiplicando renda e emprego, tanto na fase agrícola e nos mercados de insumos e serviços quanto nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização de biodiesel.

A produção e comercialização de biodiesel alcançou 1,6 bilhão de litros em 2009, volume 37% superior ao verificado em 2008, colocando o Brasil no rol dos principais produtores e consumidores mundiais desse produto, posição que deve avançar em 2010 com a evolução da produção nacional.

De fato, considerando a existência de 45 usinas habilitadas a participar dos leilões da ANP, com capacidade produtiva anual de 3,9 bilhões de litros de biodiesel, e o desempenho das empresas nas entregas do biocombustível necessário às misturas B3 e B4, o CNPE editou, em 26 de outubro de 2009, a Resolução nº 6, antecipando para 1º de janeiro de 2010 a obrigatoriedade da mistura B5, legalmente prevista somente para o início de 2013. Essa medida representa um significativo avanço no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A nova mistura B5 deve contribuir para elevar a produção de biodiesel para aproximadamente 2,4 bilhões de litros em 2010, reforçando a posição do Brasil na liderança mundial em energias renováveis em escala comercial.

O segundo ano de mistura compulsória de biodiesel proporcionou ganhos na curva de aprendizado em toda a cadeia produtiva. Novos desafios colocam-se para 2010, como a realização de estudos de viabilidade de misturas acima dos 5%, o aumento da produtividade da agricultura familiar, investimentos em pesquisa agronômica e o desenvolvimento de mecanismos visando diversificar as matérias-primas para produção de biodiesel, no intuito de evitar os efeitos da volatilidade dos preços de algumas commodities agrícolas sobre o consumidor final desse biocombustível.

b.7.2) Etanol

O setor sucroenergético nacional conta com 421 usinas em operação. Na atual safra, ano-base 2009, a área plantada de cana-de-açúcar cresceu 9,5% em relação à anterior, resultando numa produção de 602 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Entretanto, em 2009, a produção de etanol situou-se ao redor de 25,6 bilhões de litros, 5,6% menor do que a verificada em 2008. Isso se deveu ao excesso de chuvas, comprometendo parte da colheita e reduzindo o teor de açúcar da cana processada; e ao aumento da destinação da matéria-prima para fabricar açúcar, cujos preços se tornaram mais atrativos no mercado internacional em face da quebra de safra na Índia.

As exportações de etanol, em 2009, totalizaram cerca de 3 bilhões de litros, volume 42% menor em relação ao ano anterior. A receita cambial resultante das exportações foi de US\$ 1,6 bilhão, tendo como principal destino o mercado norte-americano. Apesar disso, o Brasil ainda ocupa a posição de maior exportador e segundo principal produtor mundial de etanol, atrás apenas dos Estados Unidos.

O mercado interno de etanol superou a marca do ano anterior, com crescimento de 15%, saindo de 20,9 bilhões para 23 bilhões de litros. A expansão do mercado interno de etanol está associada ao aumento da frota de veículos bicompostível (flex-fuel) e à paridade favorável entre o preço do etanol hidratado em relação ao da gasolina para o consumidor final. Os veículos flex-fuel representaram quase 90% do total de veículos leves licenciados no País, em 2009. Desde 2003, já foram comercializados mais de 9,6 milhões de veículos flex-fuel e sua participação estimada na frota de veículos leves é de 33%.

c) Geologia e Recursos Minerais

Dentre as ações realizadas, em 2009, merecem destaque a proposta de novo Marco Regulatório do Setor Mineral e o Plano Duo-Decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. O objetivo da proposta de novo Marco Legal da Mineração, que será encaminhada ao Congresso Nacional em 2010, é fortalecer a ação do Estado no processo de outorga dos direitos de exploração e dos processos regulatórios, garantindo o exercício da soberania sobre o aproveitamento dos recursos minerais do País. Essa proposta, amplamente discutida em 2009 com entidades do setor privado e associações de classe, terá como base um sistema regulatório mais eficaz para a indústria mineral brasileira, removendo os obstáculos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos minerais do território brasileiro. A introdução de critérios específicos para a emissão dos direitos minerários permitirá incentivar um contínuo aproveitamento da jazida, coibindo a chamada “especulação improdutiva de títulos minerários”. Também serão reforçados os papéis institucionais dos agentes públicos do setor, sob a coordenação do MME.

O Plano Duo-Decenal 2010-2030 deverá se constituir em um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor mineral, sendo a base para a formulação de políticas públicas visando ao seu desenvolvimento. O Plano terá revisões quadriennais e detalhamento coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, obedecendo às premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da informação e na divulgação dos produtos e continuidade de recursos humanos e financeiros. Em 2009, foram realizados 84 estudos, que irão subsidiar a elaboração do Plano, além da discussão e coleta de propostas. A conclusão do Plano Duo-Decenal está prevista para 2010.

Durante 2009, também houve um significativo avanço no Programa Geologia do Brasil. Até o final de 2010, prevê-se o investimento de mais R\$ 206 milhões no Programa, com estudos geológicos sistemáticos em território nacional e marinho internacional, visando ao mapeamento de bens minerais e à manutenção de áreas estratégicas ao País. Esses recursos, provenientes do PAC, permitirão continuar a produzir informações para o planejamento territorial ordenado e para impulsionar os investimentos na pesquisa mineral.

No ano passado, tiveram início os trabalhos de avaliação dos recursos minerais e da potencialidade da indústria da mineração dos Estados do Amapá, Amazonas, Sergipe e Alagoas, que deverão estar concluídos neste exercício. Ainda em 2010, serão iniciados os estudos nos Estados do Espírito Santo e Maranhão.

O projeto de extensionismo mineral, que cria um ambiente de assistência técnica ao pequeno produtor mineral, atendeu apenas em 2009 mais 20 microrregiões do País. Para 2010, continuarão a ser executados os projetos de capacitação técnica e de empreendedorismo de profissionais que atuam no setor mineral, em especial a capacitação de pequenos produtores com o auxílio do Projeto Capacitação e Ampliação dos Telecentros Minerais.

Ainda neste exercício, será concluído um importante projeto para avaliação de novos depósitos de fosfatos, com o objetivo de ampliar as reservas nacionais e reduzir a dependência externa do Brasil. Esse projeto realiza estudos nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Piauí, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Ceará, Roraima, Pará e Tocantins.

2. Transportes

O Governo vem promovendo nos últimos sete anos um salto qualitativo na gestão dos transportes, reunindo competências e elementos necessários para as realizações vitais ao setor. Ainda existem importantes desafios a serem enfrentados, destacando-se a eficiência dos modais, o desequilíbrio da matriz de transportes, a ampliação do investimento público continuado e o aperfeiçoamento da gestão organizacional. A partir desse diagnóstico estão sendo implementadas ações para criar as condições necessárias à execução dos programas prioritários, dando ênfase: i) à preservação do patrimônio público de transportes; ii) ao atendimento às demandas do crescimento interno e do comércio exterior; iii) à estruturação de corredores estratégicos de transportes para o escoamento da produção e para o turismo; e iv) ao estímulo à maior participação dos modais hidroviário e ferroviário.

A deficiência na infraestrutura de transportes traz graves prejuízos, principalmente para os setores agrícola e industrial, com fretes elevados e perda de produtos, comprometendo a competitividade externa do País, a renda dos produtores e prejudicando os consumidores. As medidas implantadas e em execução visam a corrigir essas distorções, dotando o Brasil de uma infraestrutura de transportes mais eficiente e ambientalmente mais adequada, abrindo caminho para a redução dos custos logísticos do setor produtivo e incentivando o crescimento social e econômico.

Nesse sentido, em 2009, destacam-se a contratação de serviços de manutenção em mais de 24 mil km (Crema, 1ª Etapa) de rodovias pavimentadas; a conclusão da duplicação da Rodovia BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande; o avanço das obras das eclusas de Tucuruí/PA; a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que contou este ano com o início da obra em dois portos fluviais (Recife e Rio Grande); e o lançamento de outros onze editais. Em 2010, continuarão em ritmo crescente os investimentos em infraestrutura de transportes, no âmbito do PAC e nas demais ações, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 19,2 bilhões, conforme previsto no Projeto de Lei do Orçamento de 2010.

No modal rodoviário, será mantida a ênfase na recuperação e conservação das rodovias e na ampliação da malha, prevendo-se para 2010 a conclusão das seguintes obras:

- BR-020/DF, duplicação Sobradinho-Divisa DF/GO;
- BR-030/BA, acessos da ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha;
- BR-040/MG, construção do Viaduto Vila Rica – conclusão dos acessos;
- BR-040/MG, duplicação Trevo de Curvelo-Sete Lagoas;
- BR-070/GO, duplicação Divisa DF/GO-Águas Lindas;
- BR-101/Nordeste, duplicação Natal-Divisa RN/PB;
- BR-101/Nordeste, duplicação Divisa RN/PB-Divisa PB/PE;
- BR-101/RS, duplicação Divisa SC/RS-Osório;
- BR-146/MG, construção Patos de Minas-Araxá;
- BR-153/PR, construção Ventania-Alto do Amparo;
- BR-158/SP/MS, construção da Ponte sobre o Rio Paraná, entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS – conclusão dos acessos;
- BR-163/MS, duplicação da Travessia de Dourados;

- BR-163/MT, construção Guarantã do Norte-Divisa MT/PA, incluindo a Travessia Urbana de Guarantã;
- BR-163/MT, duplicação de travessias urbanas em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop;
- BR-163/230/PA, construção Miritituba-Entroncamento BR-230;
- BR-163/PR, construção do Contorno de Cascavel;
- BR-226/RN, construção Patu-Divisa RN/CE;
- BR-251/MG, construção Boqueirão-Cangalha, incluindo a Travessia de Unaí;
- BR-262/MS, construção do Contorno de Corumbá;
- BR-282/SC, construção São Miguel d'Oeste-Fronteira com a Argentina;
- BR-304/CE, duplicação da Ponte sobre o Rio Jaguaribe, em Aracati;
- BR-364/MG, construção Entroncamento BR-153-Gurinhatã;
- BR-364/MT, construção Mundo Novo-Sapezal;
- BR-365/050/MG, construção do Anel Rodoviário de Uberlândia;
- BR-376/PR, construção do Contorno Norte de Maringá;
- BR-450/DF, duplicação Granja do Torto-Entroncamento DF-051 (ParkShopping); e
- Construção do Rodoanel de São Paulo, trecho Sul.

No modal ferroviário, destacam-se para 2010 a realização do leilão e início da implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) – para o transporte de passageiros entre o Rio de Janeiro/RJ – São Paulo/SP – Campinas/SP e a conclusão das seguintes obras:

- Ferrovia Norte-Sul, Tramo Norte: Araguaína-Palmas, no Tocantins;
- Ferrovia Nova Transnordestina: 550 km de remodelação de Cabo/PE-Porto Real do Colégio/AL;
- Construção do Contorno Ferroviário de Araraquara, em São Paulo; e
- Rebaixamento da Linha Férrea em Maringá, no Paraná.

No modal hidroviário, ressalta-se, para 2010, a conclusão de obras de vital importância para o setor, como as eclusas de Tucuruí/PA e de 28 terminais hidroviários na região Amazônica, conforme detalhamento constante na alínea “e” desta Seção.

Em relação ao setor portuário, destacam-se para 2010, além da conclusão de 10 das 19 dragagens incluídas no Programa Nacional de Dragagem (PND), a conclusão das seguintes obras: implantação da Avenida Perimetral no Município de Santos/SP, margem direita (Fase 1); dragagem dos Berços 100 a 103 e dragagem e construção da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaqui/MA; recuperação do Berço 201 e o reforço do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul/SC; e a ampliação dos Molhes no Porto de Rio Grande/RS.

a) Transporte Rodoviário

a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação; Restauração; Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV); e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema)

Atualmente, encontram-se contratados os serviços de conservação preventiva e rotineira em 32.037 km de rodovias pavimentadas ou não pavimentadas. Com relação aos serviços de restauração, em 2009, 4.194 km foram objeto de contratos de serviços de restauração tradicional ou tiveram restaurações realizadas por meio de contratos de adequação de capacidade rodoviária, nos quais são previstos serviços de restauração para pistas existentes.

Visando a reabilitar e manter a integridade física, as condições de trafegabilidade e a segurança na malha rodoviária federal, em 2009, foram recuperados 3,4 mil km de rodovias pavimentadas no âmbito do Programa Integrado de Revitalização (PIR IV), que prevê a realização de obras de recuperação e execução dos serviços de manutenção e conservação rotineira, durante dois anos. Além dessas ações, foi contratada no referido ano, no Programa Crema 1ª Etapa, a execução de obras e serviços durante dois anos ao longo de 24.300 km de rodovias pavimentadas. Para o exercício de 2010, há previsão de contratação de mais 5.521 km no âmbito dos Programas PIR-IV e Crema 1ª Etapa.

Já o Programa Crema 2ª Etapa prevê a realização de obras de recuperação nos primeiros anos e a execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante o prazo de cinco anos, correspondente à duração do contrato. Em 2009, foram contratados 107 km de rodovias no Amazonas e está prevista a licitação e contratação de aproximadamente 10 mil km da malha rodoviária brasileira, em 2010, sendo o complemento programado para 2011 com o intuito de atingir a meta global de 32 mil km de rodovias contratadas.

a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal)

No exercício de 2009, foram sinalizados 9,8 mil km de rodovias federais, sendo 1,1 mil km na Região Norte, 3,9 mil km na Região Nordeste, 1,9 mil km na Região Sudeste, 0,8 mil km na Região Sul e 1,4 mil km na Região Centro-Oeste. Para 2010 está prevista a implementação do Programa ProSinal II, no qual serão sinalizados 8 mil km de rodovias federais pavimentadas.

a.3) Controle de Velocidade

Em 2009, foi concluído o processo licitatório para instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade. No exercício de 2010 devem ser implantados os seguintes equipamentos para melhoria da segurança nas rodovias federais:

- Região Norte: 60 barreiras eletrônicas, 67 radares fixos e 107 controles de avanço de sinal;
- Região Nordeste: 349 barreiras eletrônicas, 301 radares fixos e 131 controles de avanço de sinal;
- Região Sudeste: 269 barreiras eletrônicas, 289 radares fixos e 157 controles de avanço de sinal;
- Região Sul: 169 barreiras eletrônicas, 199 radares fixos e 34 controles de avanço de sinal; e
- Região Centro-Oeste: 291 barreiras eletrônicas, 250 radares fixos e 23 controles de avanço de sinal.

a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Pesagem

No ano passado, foram revitalizados e operacionalizados 77 postos de pesagem com balanças fixas e móveis distribuídas estrategicamente nas principais rodovias federais, com o objetivo de coibir o sobre peso em veículos de carga, evitando a deterioração prematura dos pavimentos. Para 2010 está prevista a entrada em operação de mais 157 postos (94 fixos e 63 móveis).

a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação

Ao longo de 2009 foi realizada a pavimentação de rodovias estratégicas para o escoamento de safras, ampliação da fronteira agrícola e para a integração nacional, além da adequação de rodovias para superar gargalos de infraestrutura nas regiões desenvolvidas. Merecem destaque as seguintes obras, por região:

Região Norte

- BR-156/AP – construção de 309 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque, de um trecho com extensão total de 427 km, incluindo a construção da Ponte Internacional (378 m) sobre o Rio Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Obra delegada ao Estado do Amapá – pavimentados 60 km entre o Igarapé do Breu e Calçoene (85 km) e em execução 25 km, com conclusão prevista para 2010. A construção da ponte internacional foi iniciada em setembro de 2009 e tem previsão de conclusão em 2010;
- BR-230/PA/TO – construção de Ponte sobre o Rio Araguaia, com 900 m de extensão – concluída boa parte da infraestrutura (70% em novembro), com conclusão prevista para 2010;
- BR-242/TO – construção de 276 km entre Taguatinga e Peixe. Obra delegada ao Estado de Tocantins – pavimentados 50 km entre o km 223 e Peixe (57 km) e a conclusão dos 7 km restantes está prevista para 2010;
- BR-319/AM/RO – construção de 685 km entre Manaus/AM e Porto Velho/RO – pavimentados 8 km entre Manaus e o km 250 e em execução 15 km, com conclusão do subtrecho prevista para 2010. Pavimentados 68 km no subtrecho entre o entroncamento com a BR-230 e Porto Velho (221 km), com conclusão do subtrecho prevista para 2010; e
- BR-364/AC – construção de 342 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, de um trecho com extensão total de 496 km. Obra delegada ao Estado do Acre, com previsão de conclusão para 2010.

Região Nordeste

- BR-030/BA – construção de acessos (6,3 km) à Ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha – em execução, com conclusão prevista para março de 2010;
- BR-101/Nordeste – duplicação Natal/RN-Divisa PE/AL – pavimento em concreto:
 - Trecho Rio Grande do Norte, com 81 km de extensão – obras iniciadas, envolvendo a construção de pista nova e recuperação da pista velha. Atualmente, encontram-se construídos 45 km e em execução 36 km, com conclusão do trecho prevista para 2010;
 - Trecho Paraíba, com 129 km de extensão – está prevista a conclusão das pistas novas da Divisa RN/PB até Lucena (74 km) no primeiro semestre de 2010 e previsão dos 55 km restantes até o fim deste exercício;
 - Trecho Pernambuco, com 195 km de extensão e o contorno de Recife – 97,5 km foram concluídos em 2009. A maioria dos subtrechos tem conclusão prevista para 2010, com exceção do Contorno de Recife e subtrecho Palmares-Divisa PE/AL, que tem término previsto para 2011;
- BR-135/MA – duplicação de 15 km no acesso ao Porto de Itaqui – obras iniciadas em 2009, com conclusão prevista para 2010;
- BR-135/PI – construção de 140 km entre Jerumenha e Eliseu Martins – encontram-se pavimentados 54 km no subtrecho entre Jerumenha e Bertolínea, estando prevista a conclusão do trecho restante em 2010;

- BR-226/RN – construção de 40 km entre Patu e a Divisa RN/CE, de um trecho com extensão total de 70 km. Obra delegada ao Estado do Rio Grande do Norte – pavimentados 7 km e em execução 33 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-230/PB – duplicação de 112 km entre João Pessoa e Campina Grande – obra concluída em maio de 2009;
- BR-304/CE – duplicação de Ponte (0,5 km) e seus Acessos (2,6 km) sobre o Rio Jaguaribe, em Aracati – em execução, com conclusão prevista para 2010; e
- BR-324/BA – construção da Via Expressa ao Porto de Salvador, com 4,3 km de extensão, além de 23 km de pista de rolamento. Obra delegada ao Estado da Bahia – obras iniciadas em junho de 2009, com previsão de conclusão em 2011.

Região Sudeste

- BR-040/MG – construção de acessos (3,3 km) ao Viaduto Vila Rica – em execução, com conclusão prevista para 2010;
- BR-040/MG – duplicação de 49 km entre o Trevo de Curvelo e Sete Lagoas – já estão construídos 52 km de pavimento e em execução 6 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-101/RJ – duplicação de 29 km entre Santa Cruz e Mangaratiba, incluindo o acesso ao Porto de Itaguaí – construídos 17 km de pavimento e restante em execução, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-146/MG – construção de 61 km entre Patos de Minas e Araxá – pavimentados 8 km e em execução 4 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-262/MG – duplicação de 83 km entre Betim e Nova Serrana – em execução, com conclusão prevista para 2010;
- BR-364/MG – construção de 146,6 km entre o Entroncamento com a BR-153 e Gurinhatã – pavimentados 25 km e conclusão do restante prevista para 2010;
- BR-365/050/MG – construção do Anel Rodoviário de Uberlândia, com extensão total de 21 km – pavimentados 3 km e em execução os 5 km restantes, com conclusão de toda a obra prevista para 2010; e
- Construção de 61,5 km do Rodoanel de São Paulo – Trecho Sul. Obra executada pelo Estado de São Paulo – construídos 17 km e em execução 44,5 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010.

Região Sul

- BR-101/Sul – duplicação Palhoça/SC-Osório/RS:
 - Trecho Santa Catarina, com 249 km de extensão – previsão da conclusão da pavimentação e da escavação do Túnel do Morro Agudo para 2010. Em estudos e projetos: Túnel do Morro dos Cavalos, do Morro do Formigão e a Travessia da Lagoa do Imaruí;
 - Trecho Rio Grande do Sul, com 72 km de extensão – concluído o elevado da Várzea de Maquiné e 34,5 km de Torres até Aguapés. Previsão da conclusão da pavimentação e da construção do Túnel do Morro Alto para 2010; e
- BR-282/SC – construção de 30 km entre São Miguel d'Oeste e Paraíso (próximo à fronteira com a Argentina) – pavimentação e execução de 4 pontes e seus acessos com conclusão prevista para 2010.

Região Centro-Oeste

- BR-020/DF – duplicação de 44,1 km entre o Posto Colorado e a Divisa DF/GO, com extensão total de 58 km. Obra delegada ao Distrito Federal – construídos mais de 30 km de pavimento, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-070/GO – duplicação de 27 km e construção de 17 km de pista nova entre a Divisa DF/GO e Águas Lindas – construídos 14,5 km de pavimento e em execução 9,3 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-163/MS – duplicação de 12 km na Travessia Urbana de Dourados, com extensão total de 27 km – construídos 7 km de pavimento e em execução 5 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-163/MT – duplicação de travessias urbanas em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, com extensão total de 36 km. Obra delegada às Prefeituras Municipais – construídos 20 km e em execução 16 km, com conclusão prevista para 2010;
- BR-262/MS – construção de 12 km do Contorno de Corumbá – pavimentados 11 km e em execução 1 km, com conclusão prevista para janeiro de 2010;
- BR-364/MT – construção de 107 km entre Mundo Novo e Sapezal. Obra delegada ao Governo do Mato Grosso – pavimentados 68 km, em execução 39 km de pavimentação e a Ponte sobre o Rio Papagaio, com conclusão prevista para 2010; e
- BR-450/DF – adequação de capacidade Granja do Torto – Entrada DF-051 ParkShopping, com extensão total de 15,6 km. Obra delegada ao Distrito Federal – construídos 13 km de pavimento e a conclusão de toda a obra está prevista para 2010.

b) Concessões Rodoviárias

Em 2009, foram iniciadas as operações pela concessionária do trecho da BR-116/324/BA, Salvador-divisa BA/MG, em outubro de 2009, prevendo-se, para 2010, investimentos da ordem de R\$ 179 milhões.

Para 2010 estão previstas as seguintes ações:

- 3^a Etapa de Concessões – Fase I: a realização do leilão das rodovias BR-040/DF/GO/MG (Brasília-Juiz de Fora), BR-116/MG (Divisa BA/MG-Divisa MG/RJ) e BR-381/MG (Belo Horizonte-Governador Valadares), com extensão total de 2.054,5 km; e
- 3^a Etapa de Concessões – Fase II: concluídos os estudos e prevista para 2010 a realização do leilão das rodovias BR-101/BA (Feira de Santana-Divisa BA/ES), BR-101/ES (Divisa BA/ES-Divisa ES/RJ) e BR-470/SC (Navegantes-Divisa SC/RS), com extensão total de 1.608 km.

c) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros

Em abril de 2009, foi finalizada a consulta pública no âmbito do Projeto da Rede Nacional de Transporte Interestadual de Passageiros (Propass Brasil), em todas as regiões do País, com a finalidade de reestruturar o transporte rodoviário regular, focado na qualidade dos serviços, na modicidade tarifária e no aprimoramento do modelo de gestão e controle.

Os estudos preliminares de suporte ao novo Plano Geral de Outorgas (PGO) foram concluídos. O PGO visa à licitação dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. A publicação do edital está prevista para 2010.

d) Transporte Ferroviário

Em relação à Ferrovia Nova Transnordestina, em 2009, foi iniciada a execução de 54 km entre Trindade/PE-Eliseu Martins/PI, de um total de 420 km e mais 163 km no trecho Salgueiro/PE-Trindade/PE, totalizando 217 km neste exercício. Em 2010, está previsto o início das obras no restante do trecho Trindade/PE-Eliseu Martins/PI (366 km), no trecho Salgueiro/PE-Porto de Suape/PE (522 km), e Missão Velha/CE-Porto de Pecém/CE (527 km), além da conclusão dos segmentos Salgueiro/PE-Trindade/PE (163 km), Missão Velha/CE-Salgueiro/PE (96 km) e da remodelação do trecho Cabo/PE-Porto Real do Colégio/AL (550 km).

Com relação à Ferrovia Norte-Sul, registra-se:

- Tramo Norte/TO: construção de 358 km entre Araguaína e Palmas: construídos 70 km de ferrovia e em execução 132 km, com conclusão de todo o tramo prevista para abril de 2010;
- Tramo Central/TO/GO: construção de 575 km entre Palmas/TO e Uruaçu/GO. Situação: em execução 363 km de ferrovia; e
- Tramo Sul/GO: construção de 280 km entre Uruaçu e o Porto Seco de Anápolis. Situação: em execução 280 km de ferrovia.

Dentre as demais obras em execução, destacam-se:

- Contorno Ferroviário de Araraquara/SP (39 km): 20% dos serviços executados, com conclusão prevista para agosto de 2010;
- Rebaixamento da Linha Férrea de Maringá/PR (5,8 km): 80% dos serviços executados, com conclusão prevista para setembro de 2010;
- Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC (8,3 km): obras iniciadas em outubro de 2009; e
- Contorno Ferroviário de Joinville/SC (19 km): obras iniciadas em outubro de 2009.

Os principais trechos ferroviários em análise são:

- Ferrovia de Integração Oeste-Leste (1.490 km): Figueirópolis/TO-Ilhéus/BA;
- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (1.500 km): Uruaçu/GO-Vilhena/RO;
- Conexão da Ferrovia Nova Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul (400 km): Eliseu Martins/PI-Estreito/MA;
- Extensão da Ferrovia Norte-Sul (700 km): Barcarena/PA-Açailândia/MA;
- Conexão Ferrovia Norte-Sul com Ferrovia do Pantanal (220 km): Estrela d'Oeste/SP-Panorama/MS;
- Ferrovia do Pantanal (750 km): Panorama/SP-Porto Murtinho/MS;
- Ferrovia do Frango (620 km): Itajaí/SC-Chapecó/SC; e
- Ferrovia Litorânea (236 km): Imbituba/SC-Araquari/SC.

A Consulta Pública sobre a implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) foi encerrada, em outubro de 2009, e foram disponibilizados, em dezembro de 2009, as minutas de edital de licitação e contrato de concessão para a realização de audiências



públicas, em 2010. O TAV fará o transporte de passageiros entre as cidades do Rio de Janeiro/RJ-São Paulo/SP-Campinas/SP (511 km – traçado referencial). Para 2010, estão previstos a realização do leilão e o início das obras.

e) Transporte Hidroviário

Em 2009, as principais ações implementadas no subsetor hidroviário foram: i) a manutenção das condições de navegabilidade das hidrovias, com a realização dos serviços de manutenção em 6,4 mil km de vias navegáveis nos principais rios federais, com execução de sinalização, balizamento, destocamento e retirada de obstáculos; ii) a continuidade da construção das obras de transposição da barragem de Tucuruí, no rio Tocantins (Pará), atualmente com 87% de execução física acumulada; e iii) a construção de terminais hidroviários na Região Amazônica.

Para 2010, espera-se a conclusão dos 28 terminais fluviais na Região Amazônica, sendo 24 no Estado do Amazonas (Autazes, Benjamim Constant, Boca do Acre, Borba, Coari, Fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maués, Santa Isabel, São Raimundo, Tefé, Urucurituba, Santo Antônio do Içá, Novo Airão, Urucará, São Paulo de Olivença, Tonantins, Nova Olinda do Norte e terminal pesqueiro de Manaus), 3 no Pará (Breves, Monte Alegre e Santarém) e 1 em Rondônia (Porto Velho-Cai n'Água).

A conclusão das obras das eclusas de Tucuruí também está prevista para 2010. O término dessa obra – composta por duas eclusas e um canal intermediário – visa a restabelecer a navegação comercial numa extensão de 780 km, interrompida há mais de 20 anos devido à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, permitindo dessa forma o aumento da eficiência de escoamento da produção agrícola e mineral de áreas com grande potencial econômico.

f) Fomento à Indústria Naval

A partir de 2003, foi implementada uma nova política governamental para a indústria naval, com o objetivo primaz de restabelecer o papel da indústria no processo de crescimento sustentado do País, cujos investimentos haviam sido vertiginosamente reduzidos desde o final da década de 70. Por meio de inovações no marco legal e da criação de mecanismos de financiamentos e investimentos públicos, em parceria com o setor privado, estão sendo viabilizados projetos de construção de embarcações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo, navegação fluvial, além da construção e modernização de estaleiros. A intensificação do fluxo de comércio internacional e a perspectiva promissora ensejada pelo Pré-Sal deverão incrementar toda a cadeia produtiva da indústria nos próximos anos.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM), resgatado nos últimos seis anos, é hoje o mais importante vetor de recuperação por que passa esse segmento no Brasil, registrando um aumento crescente no volume de financiamento à indústria naval. O FMM foi incluído no PAC sob a forma do “Programa de Financiamento do Fundo da Marinha Mercante às empresas brasileiras para construção de embarcações e de unidades industriais para a construção naval”. O FMM tem atualmente uma carteira de 515 projetos considerados prioritários. Os 245 já contratados desde 2007, envolvendo a garantia de R\$ 10,55 bilhões para financiamento de projetos até 2010, apresentam a seguinte situação: 113 embarcações concluídas; 98 embarcações e 2 estaleiros em construção (Atlântico Sul – Suape/PE e Navship – Navegantes/SC); e 32 embarcações contratadas. Os 270 projetos restantes aguardam contratação (253 embarcações e 17 estaleiros), representando um investimento total de R\$ 22,77 bilhões. Em 2009,

destacam-se como principais resultados: o avanço na execução dos Estaleiros Navship (97% de realização, sendo 22% em 2009) e Atlântico Sul (86% realizados, sendo 42% em 2009).

Importante mencionar a aprovação da Resolução nº 3.828, de 17 de dezembro de 2009, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que fixa as condições financeiras diferenciadas de financiamento, considerando os percentuais para os conteúdos nacionais e importados das embarcações a serem construídas com recursos do FMM. Os itens com conteúdos nacionais pagarão, na ponta, para os armadores, juros mais baixos do que os importados, de modo que haja uma maior nacionalização dos componentes da indústria naval brasileira. Essa resolução também detalhou os intervalos das taxas de juros que serão cobradas nas operações de crédito para a construção de rebocadores, empurradores e embarcações de transporte de passageiros.

g) Planejamento e Gestão

Em 2009, foram desenvolvidos os estudos para atualização da base de dados georreferenciada, a compatibilização metodológica dos modelos de macroeconomia e simulação de transportes e a atualização das projeções de carga geral do “Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT)”. A pesquisa-piloto e a coleta de dados de 24 indicadores pré-selecionados para o desenvolvimento da “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes” foram iniciadas em novembro de 2009. O objetivo da pesquisa e da coleta de dados é avaliar o desempenho dos programas do Plano Plurianual (PPA), no âmbito do Ministério dos Transportes.

h) Infraestrutura Portuária

Em relação à formulação e à priorização dos investimentos públicos na infraestrutura portuária, no ano de 2009, merecem destaque a conclusão dos serviços e obras de Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso ao Porto de Itaguaí/RJ (1ª fase) e a Construção da Rampa Roll-On Roll-Off em Vila do Conde/PA. Outras ações relevantes no último exercício foram:

- o avanço das seguintes obras em andamento com seu respectivo percentual de execução física acumulado: implantação da Avenida Perimetral na Margem Direita no Porto de Santos/SP – fase 1 (92,1% realizados e inaugurada a alça 1 – viaduto do Paquetá); ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande/RS (90% realizados); construção de cais para contêineres no Porto de Maceió/AL – 3ª fase (54,71% realizados); recuperação do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul/SC (57% realizados); e reforço do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul (32% realizados);
- obras cujos processos licitatórios se encontram em andamento: ampliação e adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN; recuperação, alargamento e ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória/ES; e implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos/SP, margem direita (fase 2); e
- obras iniciadas em 2009: ampliação do Píer Principal de Vila do Conde/PA; conclusão da construção do Porto de Luís Correia/PI; dragagem dos Berços 100 a 103 e da retroárea dos Berços 100 e 101 no Porto de Itaqui/MA; construção do Berço 100, alargamento do Cais Sul e ampliação do Porto de Itaqui/MA.

Em 2009, ocorreu a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que tem por objetivo adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução de 17 portos, capacitando-os a receber navios de maior porte,



aumentando sua competitividade e sua capacidade de movimentação de cargas. Foram iniciadas também as obras em dois Portos – Recife e Rio Grande –, e lançados outros onze editais, sendo que nove licitações já foram concluídas: Santos – dragagem, Aratu, Salvador, Rio de Janeiro, Natal, Angra dos Reis, Vitória, Suape – Ilha de Tatuoca, São Francisco do Sul. Desses, já contam com a primeira ordem de serviço para mobilização dos equipamentos emitida as dragagens de Santos, Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

Para 2010, ressalta-se, além da conclusão de 10 das 19 dragagens incluídas no PND (Recife, Rio Grande, Salvador, Aratu, Natal, Angra dos Reis, Itaguaí, Cabedelo, Suape – Ilha de Tatuoca e Itajaí), a conclusão das seguintes obras: implantação da Avenida Perimetral no Município de Santos/SP, margem direita (fase 1); dragagem dos Berços 100 a 103 e Dragagem e da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaqui/MA; recuperação do Berço 201 e o reforço do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul/SC; e a ampliação dos Molhes no Porto de Rio Grande/RS. Ainda neste exercício está programada a realização de licitações para a construção do Berço 108 de Itaqui/MA e a modernização do Cais Público do Porto Novo de Rio Grande/RS.

No que se refere à política do sistema portuário brasileiro, em 2009, deu-se início às ações do “Porto sem Papel”, projeto que tem a finalidade de desenvolver os sistemas “Concentrador de Dados Portuários” e “Portal de Informações Portuárias”, permitindo a troca eletrônica de dados entre os intervenientes, a padronização de documentos e a consequente redução do tempo para as anuências. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que vai processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor.

Complementarmente, foi elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e aprovado pela Secretaria Especial de Portos, por meio da Portaria nº 257, de 17 de setembro de 2009, o Plano Geral de Outorgas (PGO), que visa identificar áreas propícias à instalação de portos públicos e de terminais de uso privativo, levando em consideração a demanda por carga, a interação com outros modais de transporte e as condições físicas da região, como a profundidade e as condições da costa.

Para 2010, estão previstos, além da continuidade e desdobramentos da implementação das ações mencionadas (como “Porto sem Papel” e PGO), a implementação do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), que tem por objetivo dotar o sistema portuário brasileiro do instrumento de planejamento estratégico, ou seja, Planos Diretores a curto, médio e longo prazos. Importante mencionar que, também no exercício de 2010, em parceria com as Companhias Docas, se dará prosseguimento ao aprimoramento dos mecanismos de gestão nos portos marítimos brasileiros, priorizando a realização de obras e serviços de construção, a melhoria da infraestrutura portuária e segurança dos portos e a implantação do novo modelo de gestão – Gestão Portuária por Resultados (GPPR). Com isso, pretende-se que o Setor Portuário Público passe a adotar uma postura mais empreendedora, voltada para o cidadão como cliente, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência.

3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), formulada pelo Conselho de Aviação Civil (Conac), foi aprovada pelo Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, após processo de discussão e consulta pública. O instrumento atribuiu à Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa (SAC/MD) o dever de acompanhar a implementação da PNAC por parte dos órgãos e entidades responsáveis pela gestão, regulação e fiscalização da aviação civil, da infraestrutura aeroportuária civil e da infraestrutura de

navegação aérea civil. Além dessas ações, em relação às iniciativas para o aprimoramento da política no setor aéreo, o Conac, em 2009, publicou oito Resoluções, com destaque para a Resolução do Conac nº 005/2009, que aprovou proposta legislativa que altera o regime de prestação dos serviços aéreos e para a Resolução nº 008/2009, que aprovou o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (Pnavsec).

Também em 2009, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) publicou o Plano Aerooviário Nacional (PAN 2009/2013), no intuito de balizar o planejamento da infraestrutura aeroportuária, auxiliando na identificação dos investimentos necessários para o setor. O Plano contempla investimentos em uma Rede de Aeroportos de Interesse Nacional e os respectivos Programas Complementares e se apresenta em consonância com as Resoluções estabelecidas pelo Conac e as diretrizes da PNAC. Em relação à regulação da aviação civil, a Agência atuou novamente estimulando a concorrência entre as empresas aéreas e limitando a movimentação em aeroportos com capacidade saturada.

Em relação ao tráfego aéreo, o crescimento do movimento de passageiros superou as estimativas para 2009. Foi observado um crescimento de aproximadamente 12% no fluxo de passageiros transportados no País, comparativamente ao ano de 2008. Por sua vez, a demanda por voos internacionais não apresentou variação significativa no ano, tendo sido reduzida, no primeiro semestre, pela crise econômica mundial, porém apresentando recuperação de aproximadamente 6% no segundo semestre.

Grande parte desse crescimento foi impulsionada pela liberdade tarifária, que já vigorava nos voos domésticos e foi adotada para voos do Brasil para a América do Sul, em 2008. A liberdade tarifária permitiu a ampliação da concorrência e favoreceu a queda de preços nas passagens aéreas. Até então, as passagens tinham de obedecer a um preço mínimo, inibindo a realização de promoções, o que contrariava o art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, bem como a PNAC. Essa medida foi gradativamente ampliada em 2009 para todos os voos internacionais, sendo que a liberdade tarifária total está prevista para abril de 2010.

No campo técnico, a segurança operacional dos serviços aéreos e da aviação geral permanece como prioridade dentro do trabalho cotidiano do Sistema de Aviação Civil. Consolidou-se, assim, o foco setorial em torno do trinômio segurança-regularidade-pontualidade. Os resultados obtidos são relevantes: o número de acidentes da aviação geral apresentou, em 2009, queda de 23% em relação ao ano anterior.

Na área de Certificação destaca-se a emissão do Certificado de Homologação de Tipo, da Aeronave EMB-505, de fabricação nacional, o que permitiu a sua certificação em outros países, impulsionando a exportação de aeronaves produzidas pela indústria brasileira. Nesse sentido, foram emitidos 270 certificados de aeronavegabilidade de novas aeronaves destinadas tanto à exportação quanto ao mercado interno e mantidos 29 acordos internacionais relacionados à certificação de produtos. Na aeronavegabilidade continuada, 20 oficinas de manutenção foram certificadas em 2009 e 466 novos certificados de aeronavegabilidade foram emitidos para aeronaves importadas para o Brasil. Já a atividade de vigilância continuada envolveu a realização de 1.088 vistorias de aeronaves e 713 auditorias em organizações de manutenção de empresas aéreas e oficinas.

Empenhada na ampliação e consolidação de uma política de capacitação e desenvolvimento de pessoas para a aviação civil, a ANAC assinou, em setembro de 2009, o Protocolo de Intenções do Polo de Capacitação Aeronáutica, em São José dos Campos/SP, o terceiro projeto do gênero desenvolvido com apoio dos governos estaduais, com o objetivo de preparar os profissionais para suportar as demandas futuras da indústria do setor.



Em relação à interação do Governo com a sociedade civil, foram realizados mais de 30 processos de consulta à sociedade, representando um aumento de mais de 100% em relação a 2008. Ressalta-se, ainda, o lançamento do Espaço do Passageiro, uma página na Internet na qual o usuário pode conferir notas às companhias com voos regulares em diferentes quesitos de qualidade de seus serviços. O objetivo da nova página é fazer com que os usuários possam ver a avaliação de outros passageiros sobre as companhias aéreas, de modo que essa informação ajude a escolher a companhia aérea de sua próxima viagem.

No que tange à aquisição de aeronaves, o Banco do Brasil e o BNDES financiaram conjuntamente o montante de R\$ 453 milhões para que as empresas Azul Linhas Aéreas e Trip Linhas Aéreas adquirissem oito aeronaves Embraer. É a primeira vez que bancos brasileiros financiam aeronaves brasileiras para companhias aéreas nacionais.

Para o ano de 2010, destacam-se as seguintes iniciativas referentes à regulação do setor:

- regulamentação das operações aéreas com Código Compartilhado (*code share*) – uma forma de contrato entre empresas aéreas para transporte de carga ou passageiro que possibilita duas empresas compartilharem a execução do serviço de transporte aéreo, com a divisão de custos e de receitas da operação e a ampliação do seu espectro de atendimento;
- revisão do modelo de outorga de serviços aéreos, conforme orientação exarada pelo TCU, a fim de que contemple todas as obrigações e direitos dos prestadores de serviços aéreos;
- regulamentação de subsídios para incentivo à aviação civil, mediante regulamentação de fomento do serviço aéreo, fruto da revisão do modelo de outorga de serviços aéreos, que proporcionará a vantagem de ampliação do mercado, com novas rotas para atendimento aos usuários finais, maior capilaridade e conectividade para pontos remotos, aumento da concorrência e consequente redução de tarifas; e
- regulamentação da cobrança de valores adicionais às tarifas aéreas, diminuindo a assimetria de informações para o consumidor e proporcionando melhores formas de comparação dos serviços ofertados.

Os resultados dos trabalhos que vêm sendo executados foram verificados, em maio de 2009, quando o Brasil recebeu auditoria da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que elevou de 62,6% para 87,3% a avaliação do País no cumprimento das normas internacionais. A média mundial entre os países auditados pela OACI é de 58%. De acordo com a Organização, o Brasil ocupa o 9º lugar entre todos os países auditados e, considerando-se somente os integrantes do G-20, a posição brasileira é o 5º lugar.

Ainda no ano de 2009, a *Federal Aviation Administration (FAA)*, órgão regulador nos Estados Unidos, concedeu 100% de aprovação à aviação brasileira, nas áreas de Aeronavegabilidade, Segurança Operacional e Habilitação da ANAC. Isso significa a manutenção do Brasil na 1ª Categoria dos países que mantêm tráfego aéreo com os Estados Unidos, habilitando as empresas brasileiras a voarem para aquele país sem restrições.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro vem sendo modernizado pelo Comando da Aeronáutica, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, que elevará a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, visando ainda ao atendimento da demanda média de crescimento do tráfego aéreo no País e melhor monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Está sendo implementada a moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM) elaborados pela Organização da Aviação

Civil Internacional (OACI), tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

Destaca-se ainda a implantação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sigipaer), que permitirá a coleta e recuperação de dados de acidentes aeronáuticos e veiculação de documentos, o controle das ações preventivas, a produção e distribuição de relatórios, o gerenciamento completo dos processos de investigação, a análise e a projeção de estatísticas e a integração de todos os elos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer). Está prevista para 2010 a implantação da fase 3 do Laboratório de Leitura de Dados de Gravadores de Voo (Labdata), que permitirá a extração e leitura de informações de equipamentos gravadores de voo, danificados em função de acidente aeronáutico.

No que tange à gestão aeroportuária, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) prosseguiu, em 2009, com a implementação dos investimentos necessários à operação e manutenção de 67 aeroportos e 80 Estações de Apoio à Navegação Aérea, que respondem por mais de 97% do tráfego aéreo brasileiro. Sua rede conta também com 33 Terminais de Logística de Carga, que operam a carga nacional importada e exportada pelo modal aéreo, integrada a outros modais. Essa estrutura tem por principal desafio compatibilizar o crescente aumento da demanda de passageiros com a manutenção do conforto e da segurança de todos os que utilizam os terminais administrados pela Empresa.

Dentre os resultados obtidos no ano de 2009, destacam-se:

- publicação do edital para licitação internacional do projeto executivo do Terminal de Passageiros III do Aeroporto de Guarulhos/SP;
- conclusão das obras de reforma e adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Boa Vista/RR, da Torre de Controle e do Terminal de Cargas do Aeroporto de Fortaleza/CE, além de diversas obras de modernização no Terminal de Passageiros do Aeroporto do Galeão/RJ; e
- elaboração do Projeto Básico de construção do novo Terminal de Passageiros do Aeroporto de Santarém/PA.

Dos empreendimentos em andamento e com avanços em 2009, destacam-se a continuidade da execução das obras das torres de controle do Aeroporto de Congonhas, dos sistemas de pistas e pátios de aeronaves dos aeroportos do Galeão e São Gonçalo do Amarante/RN e do estacionamento do Aeroporto de Confins, bem assim os projetos de engenharia dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Brasília, Galeão, Confins/MG e Manaus/AM; do pátio de aeronaves do Aeroporto de Curitiba/PR; e do sistema de pistas do Aeroporto de Campinas/SP.

Para o exercício de 2010, está previsto o desenvolvimento de um conjunto de outras obras que visam a dotar os aeroportos das cidades que serão sede da Copa 2014 das condições necessárias à demanda projetada para a época do evento e a execução de diversos empreendimentos do PAC, conforme se segue:

- conclusão das obras do sistema de pistas e pátio de aeronaves dos Aeroportos de São Gonçalo do Amarante, Campinas (pista de táxi) e Parnaíba/PI; do terminal de cargas do Aeroporto do Galeão; da torre de controle do Aeroporto de Congonhas/SP, da expansão do estacionamento do Aeroporto de Confins e a conclusão da instalação dos conectores do Aeroporto de Recife/PE;
- início das obras dos terminais de cargas dos Aeroportos de Curitiba e Porto Alegre e do pátio de aeronaves do Aeroporto de Curitiba;



- conclusão da elaboração dos projetos de engenharia dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Brasília, Galeão, Confins, Fortaleza, Foz do Iguaçu, Manaus e Teresina; dos sistemas de pistas e pátios de aeronaves dos Aeroportos de Curitiba e Viracopos; do terminal de cargas do Aeroporto de Vitória e do 2º viaduto de aeronaves do Aeroporto de Brasília; e
- início da elaboração dos projetos executivos de construção dos novos terminais de passageiros dos aeroportos de Guarulhos (TPS III) e Florianópolis e da reforma do terminal de passageiros de Cuiabá.

Além dessas, várias ações têm sido implementadas visando à retomada e conclusão das obras paralisadas nos Aeroportos de São Paulo/Guarulhos, Goiânia, Vitória e Macapá. Para essa retomada, a Infraero estabeleceu parcerias com o Exército Brasileiro e com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), para que essas instituições colaborem na conclusão das referidas obras.

4. Comunicações

a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Em 2009, deu-se continuidade ao processo de adequação e definição de políticas públicas para atendimento das demandas da sociedade em termos de serviços de telecomunicações. A consulta pública sobre a atualização das Políticas Públicas em Telecomunicações identificou como prioridade o serviço de banda larga e subsidiou os trabalhos para a elaboração do Plano Nacional de Banda Larga.

Em 2010, será implementado o Programa Nacional de Banda Larga, visando a ampliar o acesso em banda larga fixa e móvel de todos os cidadãos, inclusive das áreas rurais e remotas, à Internet, bem como ampliar o uso de Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) nas áreas de educação e saúde e nos serviços de Governo Eletrônico, para facilitar o uso pela população dos serviços prestados pelo Estado, promover a inclusão social, desenvolver e desconcentrar oportunidades, ampliar a competitividade brasileira, reduzir as desigualdades sociais e regionais, estimular a competição entre as empresas do setor de TICs e aumentar os investimentos, com vistas a criar novas opções de serviços ao consumidor a preços acessíveis e promover a geração de emprego e renda. Para o financiamento dos investimentos necessários é de fundamental importância a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 1.481, de 2007, que amplia o escopo de destinação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Com o intuito de garantir a expansão dos serviços de telecomunicações para a área rural, o Governo, por meio do Ministério das Comunicações, instituiu, em julho de 2009, o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, com a finalidade de permitir à população localizada em áreas rurais o acesso a serviços de interesse coletivo, de telefonia e de dados em banda larga. O Programa prevê que a prestação dos serviços deve privilegiar a exploração de frequências na faixa de 450-470 MHz e condiciona sua autorização ao cumprimento de obrigações, dentre elas o atendimento, de forma gratuita para os usuários, em todas as escolas públicas rurais situadas na área de prestação do serviço de dados em banda larga (Internet), durante a totalidade do prazo de outorga.

O provimento do serviço de voz a toda população, nos últimos anos, apresentou resultados expressivos. O Brasil conta hoje com 37.355 localidades atendidas com telefonia fixa e com 1.128.350 telefones públicos instalados. Em 2010, outras 8.760 unidades serão instaladas em localidades com menos de cem habitantes, utilizando-se recursos do Fust.

O Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008, alterou o plano de metas para a universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Metas antes associadas a Postos de Serviços de Telecomunicações (PST) passaram a ser vinculadas à infraestrutura da rede de suporte do STFC para conexão em banda larga. Essa mudança regulatória possibilitou que 80% dos Municípios passassem a contar com essa nova infraestrutura, em 2009. A meta de 100% de cobertura deverá ser atingida até o final de 2010.

Dando continuidade à política de expansão da infraestrutura, elaborou-se a proposta para o novo Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU), relativo ao quinquênio 2011-2015, que deverá, no curso de 2010, ser objeto de discussão e avaliação, tendo em vista o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Merece destaque, também, na proposta a previsão de implantação de telefones públicos em todas as escolas públicas rurais, postos de saúde, assentamentos de trabalhadores rurais e comunidades quilombolas, dentre outras.

b) Avanços na Regulação

A implementação do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), iniciada em 2009, prosseguirá em 2010, de modo compatível com a convergência das telecomunicações, o fortalecimento da capacidade regulatória, a proteção dos direitos dos usuários, a qualidade dos serviços prestados, o estímulo à competição, a redução das barreiras ao acesso e uso das telecomunicações e o desenvolvimento social e tecnológico.

O Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), uma das mais importantes inovações regulatórias brasileiras, estimulou a competição, a redução nos preços e a melhoria na qualidade do atendimento ao usuário, ao facultar aos usuários a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do telefone celular. Em 2009, ocorreram mais de três milhões de solicitações de portabilidade numérica.

No que concerne à Certificação de Produtos de Telecomunicações, ressalte-se, em 2009, a edição do regulamento sobre aspectos de segurança elétrica dos produtos de telecomunicações, que atualizou requisitos construtivos de equipamentos de segurança elétrica das instalações residenciais previstos na Lei nº 11.337, de 2006; e o regulamento para Avaliação da Taxa de Absorção Específica (SAR), que organizou os procedimentos laboratoriais das medidas de SAR, aplicáveis principalmente para estações terminais portáteis (telefone móvel celular). Para 2010 está prevista a aprovação do regulamento de Proteção Elétrica da Rede Externa de Telecomunicações, que visa a preencher lacuna regulatória referente à segurança da rede telefônica metálica quanto a descargas elétricas.

No âmbito da administração do espectro de radiofrequências, a Anatel tem atuado com o objetivo de garantir a otimização do seu uso, tendo em vista a exigência permanente de adequação das atribuições, destinações e distribuições de faixas de frequência, em consonância com a evolução tecnológica do setor. Está em fase final de aprovação pela Anatel, o regulamento que trata da Avaliação da Eficiência do Uso do Espectro de Radiofrequências, que estabelece uma metodologia, com critérios objetivos, para a avaliação técnica do uso e sanções para os casos de descumprimento das condições.

No intuito de aprimorar o marco regulatório, ampliaram-se os debates sobre a revisão quinquenal dos Contratos de Concessão do STFC e sobre o Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ). Por meio de consultas e audiências públicas, promoveu-se no

último exercício a participação expressiva dos órgãos de defesa do consumidor, das prestadoras de serviço, das entidades de classe, dos órgãos governamentais e dos usuários. Dentre os projetos para 2010 na área de concessões estão a aprovação dos novos contratos de concessão e do PGMQ e a atualização da regulamentação que trata do STFC.

No que tange às regras tarifárias, a Anatel aprovou em 2009 a revisão da norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), elemento importante para a concessão dos reajustes tarifários; e a metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Esse procedimento dá continuidade à operacionalização das políticas setoriais, notadamente o disposto pelo Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, que trata da construção da modelagem de custos.

Com pouco mais de um ano de existência, os Conselhos de Usuários do STFC contam com a participação de várias entidades, dentre elas Procons e Ministérios Públicos Estaduais, além de usuários. Considerando seu papel consultivo, as atividades dos Conselhos ao longo de 2009 foram pautadas, dentre outras ações, pelo aprendizado e aprofundamento da legislação, inclusive dos direitos dos usuários, pelo acompanhamento das reclamações deles e pelas sugestões e solicitações – às concessionárias – referentes a implementação de estratégias que visem à redução dos problemas identificados.

Em 2009, o número de assinantes de TV por assinatura apresentou um crescimento acumulado de 13,20%, totalizando 7,2 milhões de assinantes, cerca de 840 mil assinaturas a mais que o número registrado em dezembro de 2008. Com o objetivo de ampliar a oferta desses serviços, foi concluída a proposta para o novo Planejamento de Implantação dos Serviços de TV a Cabo e de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), que permitirá a retomada do processo de outorga para esses serviços no primeiro semestre de 2010. No âmbito do Poder Legislativo, houve avanços na apreciação do Projeto de Lei nº 29, de 2007, que altera o art. 86 da Lei Geral de Telecomunicações e uniformiza as regras para a exploração da TV por assinatura, por meio de diversas tecnologias, com impactos na produção, programação e distribuição de conteúdos e no aumento da competição no setor. Entre as inovações que pretende introduzir, o projeto cria cotas para o conteúdo nacional na programação das TVs por assinatura, cabendo à Ancine fiscalizar seu cumprimento. Com a convergência das mídias, a entrada de novas empresas no setor pode ampliar a oferta dos serviços de TV paga e viabilizar novos investimentos em banda larga, já que as empresas poderão oferecer pacotes de serviços diversos, utilizando a mesma infraestrutura.

No âmbito da Anatel já foi concluída a revisão dos regulamentos dos serviços de TV a cabo, de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH), de MMDS e do Serviço Especial de TV por Assinatura (TVA-UHF), devendo as respectivas propostas ser submetidas a Consulta Pública em 2010.

c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), principal instrumento de fomento à inovação no setor de telecomunicações, vem investindo, há anos, em projetos de pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações e produzindo resultados relevantes em termos de propriedade intelectual e transferência tecnológica para a indústria brasileira, como é o caso da tecnologia avançada para codificação de vídeo e o software Ginga para a TV Digital, reconhecido internacionalmente como padrão de interatividade para TV via Internet, além dos resultados alcançados nas áreas de tecnologias de comunicação óptica e tecnologias de comunicação sem fio.

Nos próximos anos, o Funttel investirá recursos nas áreas de comunicações ópticas, comunicações sem fio em banda larga, plataformas de serviços baseadas em IP e *software* para telecomunicações. Este é o momento para reforçar esses investimentos de modo a permitir que o Brasil conquiste o domínio tecnológico nessa área estratégica, o que possibilitará a expansão da produção local de alto valor agregado e o aumento da oferta de empregos, contribuindo para diminuir o déficit da balança comercial.

A Televisão Digital brasileira alcançou, em 2009, uma população da ordem de 63 milhões de pessoas em trinta e quatro Municípios, sendo dezenove capitais: Manaus, Salvador, Fortaleza, Brasília, Vitória, Goiânia, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Belém, João Pessoa, Recife, Teresina, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Aracaju e São Paulo. As demais cidades brasileiras que já recebem transmissão de TV Digital são: Araxá, Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia, Joinville, Londrina, Araraquara, Campinas, Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté. Para 2010, está prevista a inauguração das transmissões digitais nas demais capitais e nas cidades-polo do País, consolidando a interiorização da TV Digital.

Em 2009, a União Internacional de Telecomunicações recomendou o mencionado subsistema Ginga-NCL do *middlewareGinga*, tecnologia nacional que viabiliza a interatividade do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), como um padrão internacional para aplicações em serviços de *Internet Protocol Television (IPTV)*. Fruto do investimento de recursos do Funttel, o *middleware* é um exemplo de uma política consistente de fomento à pesquisa e desenvolvimento.

A implantação das transmissões no padrão nipo-brasileiro de TV Digital será antecipada em dois anos no Peru, Argentina, Chile e Venezuela. Outros países latino-americanos deverão também adotar o SBTVD em função da superioridade tecnológica da solução nipo-brasileira.

d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

Visando estar plenamente adequada aos novos eventos das telecomunicações, é fundamental que a atividade de fiscalização esteja atenta ao surgimento de novas tecnologias e aos movimentos dos prestadores de serviço. Para alcançar esse objetivo é necessária uma grande capacidade de prospectar o mercado de tecnologias.

Em 2009, foram adquiridos pela Anatel instrumentos e equipamentos que possibilitam acompanhar a implementação da Televisão Digital no Brasil, para monitorar serviços WiFi e para aumentar a eficácia na obtenção de indícios do uso indevido do espectro. Além disso, foram incorporadas tecnologias portáteis que facilitam o trabalho dos agentes de fiscalização. Implementou-se sistema para medição em tempo real de níveis de radiação não ionizante, de forma a atender à Lei nº 11.934, de 2009, que trata sobre limites da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Está sendo finalizada a modernização do Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro, com aumento de funcionalidades, incluindo-se a possibilidade de detectar radiointerferências causadas pelo Sistema de Banda Larga por meio de Redes de Energia Elétrica em implantação no Brasil, além de aumentar sua capacidade de gerenciamento.

Para 2010, está prevista a implantação de assistente de medições, que automatizará os laudos de vistoria, possibilitando maior agilidade aos trabalhos de campo realizados pelos agentes de fiscalização, além de maior confiabilidade frente aos regulados.



Estão sendo ampliados os serviços de monitoramento da comunicação aeronáutica, por meio da aquisição de sistema para monitoração de radiointerferências, a ser instalado nos 33 principais aeroportos brasileiros.

Especial atenção será dada à implantação do Sistema de Monitoração da Qualidade de Serviços (SMQS), que ampliará o conhecimento da Anatel sobre os serviços de telecomunicações de interesse coletivo, com destaque para o Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Móvel Especializado (SME), Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e TV por Assinatura. Com esse sistema, será possível analisar obrigações como cobertura e abrangência das redes fixas e móveis, capacidade de medição de taxas de transmissão de banda larga, além de possibilitar análise mais efetiva da cobrança feita aos usuários de serviços de telecomunicações.

e) Serviços Postais

Em 2009, os Correios mantiveram seu trabalho para aprimoramento dos serviços prestados à sociedade brasileira. Fruto desse trabalho, a empresa conquistou pela 8ª vez consecutiva o prêmio Marcas de Confiança, da Revista Seleções/Ibope, como a instituição mais confiável do Brasil. Conquistou também o Prêmio Intangíveis Brasil (PIB), na categoria Logística/Atacado, e o *Reputation Index* 2009, sendo alcançada a maior nota em Reputação dentre as empresas nacionais de capital fechado.

e.1) Universalização dos Serviços Postais

O provimento dos serviços de atendimento e de distribuição postais enfrenta o desafio de responder às transformações demográficas e urbanas ocorridas nos últimos anos no Brasil. Entre 1998 e 2009, o número de Municípios cresceu de 5.507 para 5.564 e a população passou de 157 milhões para 187 milhões de habitantes, fazendo com que os distritos com mais de 500 habitantes, referência para o estabelecimento das metas de atendimento, passassem de 1.537 para mais de 2.000. Durante o ano de 2009, os Correios deram continuidade às expansões de suas Agências de Correio Comunitárias (AGCs) e Agências Próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.141 localidades e, em 2010, será dada continuidade às instalações de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

A empresa conta com pelo menos uma agência instalada em cada um dos 5.564 Municípios e, até outubro de 2009, atendeu à demanda por serviços postais que atingiu o patamar de 6,8 bilhões de objetos distribuídos, ou seja, 32 milhões de objetos/dia em média distribuídos em todo o Brasil.

e.2) Exportações por Remessas Postais

Milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte nacionais, têm tido acesso ao mercado exterior, por meio do sistema simplificado de exportações por remessas postais. Por esse sistema os empresários podem usufruir de despacho aduaneiro facilitado e de redução de custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil, contribuindo assim para a ampliação da base exportadora e para a balança comercial brasileira. Desde a implantação da modalidade, em 1999, até o mês de novembro de 2009, acumulou-se o valor de US\$ 1,07 bilhão, sendo que, de janeiro a novembro de 2009, os valores exportados alcançaram US\$ 164,8 milhões.

e.3) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2010, será dada continuidade à atuação de defesa dos interesses do País junto à comunidade postal internacional, comativa participação nos organismos intergovernamentais que tratam dos assuntos postais, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa); o Mercado Comum do Sul (Mercosul); a Organização Mundial do Comércio (OMC); a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep); e a União Postal Universal (UPU). Essa atuação visa organizar e regulamentar as relações postais internacionais de modo a melhorar a inserção competitiva do Brasil no mundo, fortalecendo a integração hemisférica e a criação, no âmbito postal, de processos decisórios mais abertos a um número maior de nações.

e.4) Inovações dos Serviços

Importantes ações desenvolvidas pela Correios *Online* fortalecem a presença dos Correios na Internet, contribuindo para solidificar a marca Correios nesse ambiente, com a captação de novos clientes e geração de receita na venda *online* de produtos e serviços. Em 2009, o volume de vendas por meio da loja virtual Correios *Online* apresentou crescimento de 10,5% em relação ao ano anterior. A loja recebeu mais de 3 milhões de acessos e enviou 200 mil cartas e telegramas pela Internet.

Em setembro de 2009, a Correios *Online* ganhou o Prêmio Excelência em Qualidade de Comércio Eletrônico B2C-2009, com o 1º lugar na categoria Bronze, concedido pela empresa *E-bit*, pioneira na realização de pesquisas sobre hábitos e tendências de *e-commerce* e que premia anualmente as melhores lojas do varejo eletrônico no Brasil, a partir de avaliações realizadas pelos próprios consumidores e de votação popular na Internet, que nesse ano registrou mais de 300 mil votos e avaliou cerca de 1.200 lojas virtuais.

Uma nova versão do Portal Internet dos Correios (www.correios.com.br) foi especificada à luz de pesquisas e de informações sobre as necessidades dos mais de 5 milhões de usuários mensais do Portal. Com foco no atendimento ao cliente e na geração de negócios, o novo sítio dos Correios está em desenvolvimento e será lançado em meados de 2010.

Além da revisão do Portal Correios, uma versão do sítio para celulares do tipo *smartphone* está em estágio final de desenvolvimento e possibilitará consulta de CEPs, preços e prazos de encomendas, agências e rastreamento de objetos, com toda a comodidade ao cliente que possua acesso à Internet em seu telefone celular.

Os Correios vêm consolidando seu papel como Autoridade Registradora, atuando na etapa física da geração do Certificado Digital. Nessa etapa, é feita a conferência dos dados, documentos e do proprietário do Certificado Digital. O Certificado Digital é um arquivo eletrônico que guarda informações sobre seu proprietário. Com ele é possível comprovar a identidade de uma pessoa na Internet. Em 2009, o número de unidades credenciadas a realizar essa operação saltou de 81 para 112, com um crescimento de 38%.

O serviço de logística reversa deverá gerar um faturamento de mais de R\$ 56 milhões em 2009, com uma movimentação de 2,6 milhões de encomendas, apresentando crescimento de 84% em relação a 2008, demonstrando o potencial de ampliação de uso



desse novo composto de serviços pelos clientes corporativos. Esse serviço vem sendo utilizado como importante ferramenta de pós-venda, pós-consumo e de fidelização dos clientes, apresentando perspectivas de crescimento para os próximos anos.

f) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias

f.1) Radiodifusão Comunitária

Reconhecendo a importância do Serviço de Radiodifusão Comunitária e atendendo aos anseios da sociedade, em 2009, foi publicado mais um Aviso de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, contemplando 463 localidades. Também, foram desenvolvidas ações para tornar o procedimento de análise e concessão de outorgas mais célere e transparente, incluindo a distribuição de Manuais de Orientação e Cartilhas e participação em audiências públicas, encontros e seminários do setor.

Em 2009, até o mês de novembro, foram concedidas 401 outorgas de Serviços de Radiodifusão Comunitária, totalizando 3.866 entidades já autorizadas a executar o serviço em todo o País, sendo 2.848 delas já com aprovação do Congresso Nacional e com a Licença Definitiva emitida.

f.2) Demais Serviços de Radiodifusão

No ano passado, todos os Estados, incluindo o Distrito Federal, foram contemplados com o serviço local de radiodifusão, o que favoreceu a regionalização da produção cultural e a democratização das comunicações. Até o mês de novembro, foram concedidas 265 outorgas de serviço de radiodifusão, sendo 158 de rádio FM Comercial, 14 de rádio OM comercial, 5 de rádio FM educativa, 1 de TV comercial, 2 de TV educativa e 85 consignações de radiofrequências relativas ao serviço de TV Digital.

f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora

Em 2009, a Anatel examinou o “Relatório dos Testes Realizados em Estações de Ondas Médias (OM) e Frequência Modulada (FM)”, que utilizam o “Padrão IBOC”, apresentado pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie de São Paulo, entidade responsável pelos experimentos. O estudo, de iniciativa da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), visa a comparar os resultados que vierem a ser obtidos com os demais padrões de Rádio Digital recomendados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Para 2010, está prevista a realização de testes com o sistema *Digital Radio Mondiale* (DRM) de Rádio Digital por emissoras de radiodifusão sonora da cidade de São Paulo. A avaliação das conclusões constantes dos relatórios de testes de campo a serem concluídos com os sistemas de rádio digital IBOC e DRM subsidiará a decisão sobre o padrão a ser adotado pela radiodifusão digital.

5. Saneamento

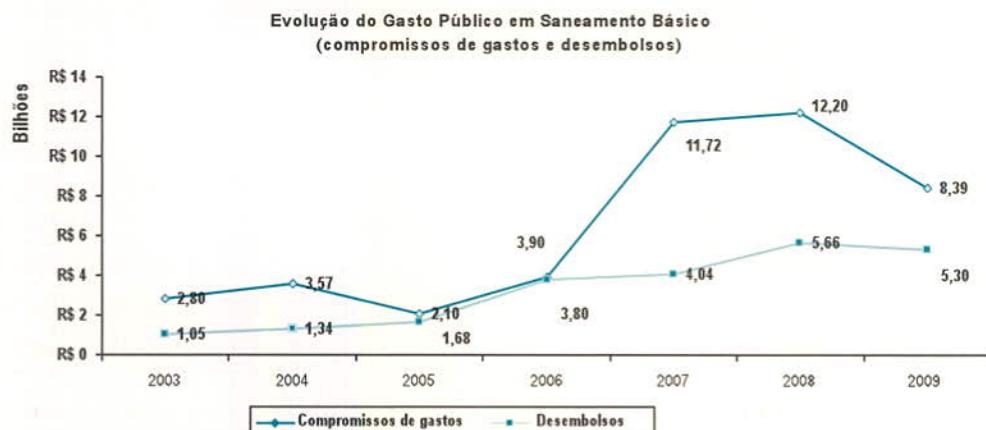
O setor de saneamento foi contemplado no âmbito do PAC em face de sua relevância como agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social. Como plano estratégico de investimentos do

Governo, o PAC contempla expressivos investimentos em saneamento e urbanização de favelas. Dos R\$ 40 bilhões previstos para o setor, R\$ 36 bilhões estão sob gestão do Ministério das Cidades e R\$ 4 bilhões sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde.

A garantia dos recursos para investimento em ações de saneamento é fruto de priorização dada ao setor com a instituição do “Biênio Brasileiro do Saneamento 2009-2010”, pelo Decreto nº 6.942, de 18 de agosto de 2009, com o objetivo de promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao saneamento básico, com vistas a garantir a universalização dos serviços e o alcance dos objetivos estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido. Adicionalmente, busca-se consolidar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, conforme determina a Lei nº 11.445, de 2007.

A política do Governo para o saneamento manifesta-se sob duas linhas de atuação: a implementação de programas de investimentos e o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da gestão nos aspectos do planejamento, regulação, fiscalização e controle social. Além disso, visa à integração com outras políticas públicas, em especial com as de saúde, meio ambiente e recursos hídricos, incentivando ações de cooperação e a qualificação do gasto público.

O Gráfico a seguir revela a evolução dos investimentos públicos aplicados em saneamento básico, demonstrando o substancial incremento dos recursos comprometidos e desembolsados em ações de saneamento a partir de 2007, com o advento do PAC.



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades (os dados de 2009 não incluem o total desembolsado com recursos do FAT/BNDES).

Dos investimentos previstos sob gestão do Ministério das Cidades no PAC-Saneamento para o período 2007-2010, R\$ 36 bilhões, até o mês de dezembro de 2009 já foram selecionados R\$ 35,1 bilhões, conforme apresentado na Tabela que se segue.

**Total de Investimentos Contratados e em Contratação
PAC-Saneamento, 2007-2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Situação dos Investimentos		TOTAL
	Contratados	Em Contratação	
Abastecimento de Água	6.669,20	1.356,09	8.025,29
Desenvolvimento Institucional	560,79	-	560,79
Esgotamento Sanitário	11.442,06	2.951,90	14.393,96
Estudos e Projetos	149,90	20,17	160,06
Manejo de Águas Pluviais	3.392,30	2.513,26	5.905,56
Manejo de Resíduos Sólidos	164,19	-	164,19
Saneamento Integrado	5.931,55	-	5.931,55
TOTAL	28.299,98	6.841,42	35.141,40

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Do total de R\$ 35,1 bilhões de empreendimentos selecionados pelo PAC-Saneamento, 65% são provenientes de recursos de financiamento (recursos onerosos) e 35% do Orçamento Geral da União – OGU (recursos não onerosos). No âmbito do OGU, foram selecionados R\$ 12,23 bilhões, com destaque para as modalidades de Saneamento Integrado e Esgotamento Sanitário, que totalizaram investimentos de R\$ 3,94 bilhões e R\$ 3,81 bilhões, respectivamente. A Tabela que se segue ilustra a distribuição dos recursos selecionados para o PAC-Saneamento por modalidade com recursos do OGU.

**Total de Investimentos Contratados e em Contratação OGU
PAC-Saneamento – 2007-2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Situação dos Investimentos		TOTAL
	Contratados	Em Contratação	
Abastecimento de Água	2.307,99	-	2.307,99
Desenvolvimento Institucional	18,51	-	18,51
Esgotamento Sanitário	3.811,23	-	3.811,23
Estudos e Projetos	56,84	14,09	70,93
Manejo de Águas Pluviais	1.990,87	3,75	1.994,62
Manejo de Resíduos Sólidos	52,14	-	52,14
Saneamento Integrado	3.941,32	-	3.941,32
TOTAL	12.178,91	17,84	12.196,75

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

No exercício de 2009, foram selecionados 124 novos contratos com recursos do OGU, totalizando um montante de R\$ 2,41 bilhões. A modalidade de Manejo de Águas Pluviais teve o maior número de seleções (83), que totalizaram R\$ 1,69 bilhão, conforme apresentado na Tabela que se segue.

Projetos Selecionados no Exercício de 2009 – OGU

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
Abastecimento de Água	6	315,21
Desenvolvimento Institucional	1	1,01
Esgotamento Sanitário	8	337,80
Estudos e Projetos	25	13,70
Manejo de Águas Pluviais	83	1.692,19
Manejo de Resíduos Sólidos	-	-
Saneamento Integrado	1	54,15
Total	124	2.414,06

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Em relação à contratação no ano de 2009 com recursos do OGU, foram assinados 99 contratos que totalizam R\$ 612 milhões. Manejo de Águas Pluviais também foi a modalidade que teve a maior quantidade de contratos assinados no ano, totalizando R\$ 1,68 bilhão em 82 contratos.

Projetos Contratados no Exercício de 2009 – OGU (em R\$ milhões)

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	6	207,17
Desenvolvimento Institucional	1	1.010,90
Esgotamento Sanitário	9	336,92
Estudos e Projetos	-	-
Manejo de Águas Pluviais	82	1688,44
Manejo de Resíduos Sólidos	-	-
Saneamento Integrado	1	54,15
Total	99	2.287,70

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Quanto aos recursos de financiamento, foram promovidos em 2009, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, 3 processos seletivos, sendo selecionadas 188 propostas no valor de R\$ 6,9 bilhões, das quais 109 propostas nas modalidades de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e 79 empreendimentos na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, conforme dados constantes da Tabela que se segue. A contratação das operações de crédito das propostas selecionadas está em tramitação e deve ocorrer, em sua grande maioria, no primeiro trimestre de 2010.

Projetos Selecionados, Programa Saneamento para Todos. Brasil, 2009 (em R\$ milhões)

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	48	1.473,8
Esgotamento Sanitário	61	3.020,2
Manejo de Águas Pluviais	79	2.477,6
Total	188	6.971,6

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

No tocante às operações contratadas, em 2009, com recursos de financiamento, foram concretizadas operações de crédito referentes a 114 propostas selecionadas em 2007 e 2008 e que somente foram contratadas no exercício passado. Tais operações totalizam um valor de R\$ 2,3 bilhões. No que se refere às operações selecionadas em 2009, houve a contratação de 14 propostas no valor de R\$ 196,6 milhões. A Tabela a seguir demonstra as operações contratadas em 2009, por modalidade.

Projetos de Saneamento e Valores Contratados em 2009, com Recursos de Financiamento do Programa Saneamento para Todos – Brasil, 2009 (em R\$ milhões)

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	54	1.390,1
Desenvolvimento Institucional	1	28,9
Esgotamento Sanitário	25	622,8
Estudos e Projetos	16	18,9
Manejo de Águas Pluviais	21	184,4
Manejo de Resíduos Sólidos	14	55,8
Saneamento Integrado	4	243,8
Total	135	2.544,7

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Quanto ao desembolso de recursos em operações de crédito de financiamento, observa-se uma tendência de crescimento do ritmo de execução das obras e consequentemente um maior fluxo de desembolsos. Em 2009, o valor desembolsado para as operações de crédito de financiamento foi de R\$ 3 bilhões. Tal valor envolve projetos contratados em 2009 e anos anteriores. Quanto aos empreendimentos inseridos no PAC, foram desembolsados, no período de janeiro a dezembro de 2009, R\$ 2,4 bilhões. Esse valor representa quase o dobro do desembolsado nos dois primeiros anos do PAC, período 2007 e 2008, de R\$ 1,3 bilhão.

Entre as obras viabilizadas a partir de recursos do Orçamento Geral da União, algumas merecem especial destaque, seja por se tratarem de empreendimentos de grande porte, seja pelo potencial de mudança social, tais como: saneamento integrado e urbanização no Complexo de Manguinhos, com investimentos de R\$ 93,3 milhões em implantação de rede de abastecimento de água, rede coletora e ligações domiciliares de esgoto, drenagem de águas pluviais, sistema viário, construção/aquisição de 700 unidades habitacionais para reassentamento, beneficiando 11,8 mil famílias; drenagem urbana na Baixada Fluminense, com investimentos de R\$ 275,6 milhões em macrodrenagem e recuperação ambiental dos Rios Iguáçu, Botas e Sarapuí para o controle de inundações e construção de 1.910 unidades habitacionais em Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis e Rio de Janeiro, beneficiando 500 mil famílias; abastecimento de água em Macapá, com recursos de R\$ 78,8

milhões, beneficiando 66 mil famílias; esgotamento sanitário em Fortaleza, com investimentos de R\$ 144,4 milhões, beneficiando 60,2 mil famílias; preservação do Pantanal, com investimentos de R\$ 124,0 milhões em ampliação e melhorias no sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá (Projeto Pantanal), o qual elevará o nível de cobertura de coleta e tratamento para 60% da capital, beneficiando 52 mil famílias.

Conforme preconizado na Lei do Saneamento (Lei nº 11.445, de 2007), encontra-se em elaboração, a partir de um amplo processo participativo, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), cuja conclusão está prevista para 2010. O Plano deverá estabelecer metas de curto, médio e longo prazos com vistas a orientar ações e investimentos para a universalização do acesso ao saneamento básico de qualidade, no menor prazo possível. Paralelamente, encontra-se em curso uma série de ações no intuito de apoiar os Municípios na elaboração de seus Planos de Saneamento Básico, com destaque para a Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização.

No que se refere às ações de Saneamento em pequenos Municípios e em áreas especiais, dos R\$ 4 bilhões previstos no PAC para o período 2007-2010, já foram selecionados até o momento R\$ 3.750,5 milhões e contratados R\$ 3.418,7 milhões para o período 2007-2009. Essas ações cumprem um papel fundamental na prevenção e no controle de agravos em populações com fragilidade de inserção social, com forte impacto no desenvolvimento dessas comunidades. Dando continuidade a essa política, em 2009, foram contratados 1.120 novos empreendimentos em áreas especificamente priorizadas, destacando-se:

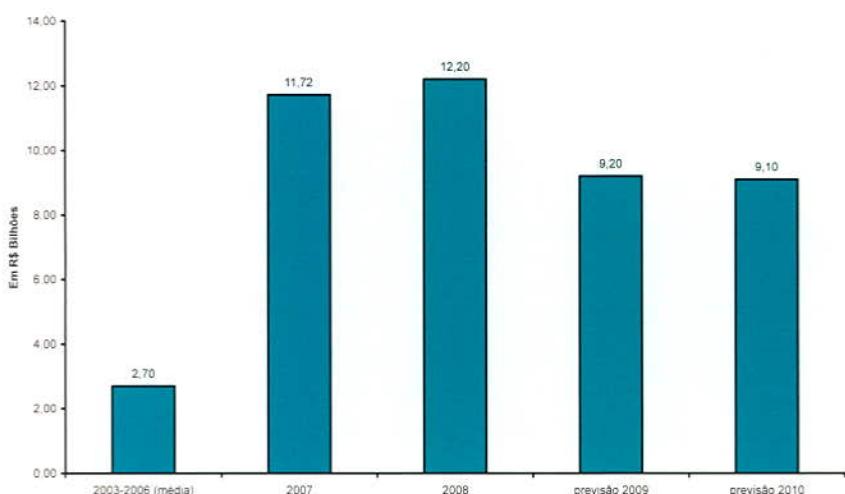
- saneamento em áreas indígenas: atendidas 63 novas aldeias, em 2009, perfazendo um total de 1.014 aldeias atendidas;
- saneamento em áreas quilombolas: atendidas 150 novas comunidades, em 2009, perfazendo um total de 360 comunidades atendidas;
- drenagem em área de malária: 31 Municípios atendidos, sendo que em 13 o atendimento foi realizado em 2009;
- melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas: 518 Municípios atendidos, sendo que em 45 o atendimento foi realizado em 2009
- abastecimento de água em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 1.098 Municípios, sendo que em 251 o atendimento foi iniciado em 2009;
- esgotamento sanitário em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 422 Municípios, sendo que em 111 o atendimento foi iniciado em 2009;
- melhorias sanitárias domiciliares em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 495 Municípios, sendo que em 93 o atendimento foi iniciado em 2009;
- resíduos sólidos urbanos em Municípios com até 50 mil habitantes – foram priorizados 8 Municípios, tendo sido atendidos, nos exercícios de 2008 e 2009, todos os Municípios priorizados, sendo 6 Municípios no ano de 2009;
- saneamento rural em assentamentos: 1.114 comunidades atendidas, sendo que em 360 o atendimento foi iniciado em 2009;
- saneamento rural em escolas: atendidas 457 escolas, sendo que em 29 o atendimento foi iniciado em 2009; e
- apoio e controle da qualidade da água para consumo humano – foram priorizadas 14 unidades. Dessas, em 2009, foram implantadas 4 unidades, perfazendo um total de 18 unidades implantadas.

As perspectivas, para 2010, concentram-se na contratação dos demais empreendimentos priorizados; na reprogramação de Municípios que não cumpriram suas metas; e no treinamento dos 119 engenheiros contratados a fim de dar continuidade às análises técnicas e iniciar as atividades de acompanhamento pelas Coordenações Regionais. Em relação ao Programa Saneamento

para Todos, estima-se a contratação dos projetos selecionados em 2009 e o incremento das contratações junto ao setor privado. Assim, a previsão de contratações em saneamento, para 2010, no Ministério das Cidades, é de R\$ 7,34 bilhões, envolvendo recursos do OGU e financiamento.

O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, durante o exercício de 2010, em patamares bastante próximos aos do período 2007-2009, com investimentos totais (OGU e financiamento) da ordem de R\$ 9,10 bilhões, considerando o planejamento de execução do PAC, a previsão de contratação de financiamentos e as demais fontes de financiamento, conforme quadro a seguir.

Investimentos Continuados para o Setor Saneamento – Brasil, 2003-2010 (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

6. Habitação

O principal objetivo da Política Nacional de Habitação é retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente aos de baixa renda. Na implementação dessa Política, o eixo norteador da atuação do Governo é o Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

O PlanHab, articulado aos instrumentos de planejamento e orçamento, é parte de um processo de planejamento de longo prazo que tem por pressuposto revisões periódicas. O PlanHab orientará o planejamento das ações públicas e privadas no setor habitacional durante os próximos 15 anos, com o objetivo de melhor direcionar recursos para o enfrentamento das necessidades habitacionais do País. As ações estratégicas propostas pelo Plano estão definidas em quatro eixos: i) modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para população de baixa renda; ii) organização institucional e ampliação dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); iii) propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil; e iv) incentivos à adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social.

O compromisso com a construção de canais institucionais de participação social é um dos pilares do PlanHab. O processo de elaboração do Plano envolveu o diálogo entre o Conselho das Cidades, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e os Conselhos Curadores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Desenvolvimento Social; e o fortalecimento dos instrumentos previstos na Lei nº 11.124, de 2005, quais sejam o SNHIS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

O SNHIS conta com a adesão de todos os Estados e de mais de 90% dos Municípios. O Sistema estabelece as bases de um desenho institucional que prevê a integração entre os três níveis de governo e define as regras que asseguram a articulação financeira do FNHIS entre os entes da Federação. O SNHIS representa a retomada do processo de planejamento habitacional nos níveis subnacionais, ao vincular a participação no Sistema à instituição dos fundos locais de habitação de interesse social e dos respectivos conselhos gestores. A elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, outro requisito da adesão ao Sistema, completa um novo quadro institucional, que permitirá aos poderes executivos locais a elaboração de um desenho de estratégias que promovam o acesso à moradia digna, de acordo com as especificidades regionais, contribuindo para o enfrentamento do déficit habitacional do País.

O FNHIS possui natureza contábil e centraliza os recursos fiscais destinados à implementação dos programas estruturados no âmbito do SNHIS, constituindo um importante instrumento que permite ao Governo induzir os Entes Federados a constituírem os mencionados fundos e conselhos gestores locais. Após a aprovação da Lei nº 11.578, de 2007, os repasses lastreados com recursos do FNHIS passaram a ter status orçamentário e financeiro de transferências obrigatórias e, em conjunto com as ações incluídas no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), no Programa Pró-Moradia e nos Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos, que compõem o PAC-Habitação.

O PAC-Habitação se insere no eixo de expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana do País e visa ao desenvolvimento sustentável dos setores produtivos ligados à habitação. O Programa tem como princípios a criação de um ambiente favorável ao crescimento e à universalização dos benefícios econômicos e sociais a todas as regiões e traz a perspectiva de expressiva ampliação no aporte de recursos destinados à área habitacional. As intervenções do PAC-Habitação possibilitam o atendimento da carência habitacional de parcela da população com renda de até 5 salários mínimos, que reside em assentamentos precários situados nas principais cidades e regiões mais populosas.

Os déficits habitacionais apontam para uma dívida social acumulada de quase 6,3 milhões de novos domicílios, além de mais de 10 milhões de moradias com problemas de infraestrutura básica. Esse quadro torna necessária uma atuação estatal no horizonte de médio e longo prazos, com investimentos continuados, que considere não apenas as necessidades habitacionais acumuladas, mas também aquelas decorrentes do crescimento demográfico e da reposição de unidades obsoletas.

No anúncio do PAC, para o quadriênio 2007-2010, estavam previstos, inicialmente, aportes de recursos para os programas e ações governamentais integrantes do PAC-Habitação, da ordem de R\$ 106,3 bilhões. Desse montante, R\$ 10,1 bilhões correspondem a recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU); R\$ 4 bilhões de financiamento ao setor público; R\$ 32,5 bilhões de financiamentos habitacionais para pessoas físicas, compreendendo recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); R\$ 42 bilhões de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE); além de R\$ 17,7 bilhões de contrapartida de Estados, Municípios e pessoas físicas.



Posteriormente, em 2009, o Governo estruturou um dos principais programas para enfrentamento da crise econômica internacional e redução do déficit habitacional – o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O Planhab foi utilizado como suporte ao planejamento necessário para a estruturação desse Programa, quanto ao modelo de subsídio adotado. O PMCMV tem um papel-chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. O Programa, como resposta anticíclica à crise, foi a oportunidade que os setores habitacionais público e privado precisavam para colocar em marcha convergente dois grandes vetores. O primeiro refere-se à implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda. O segundo parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por construtoras que, embora com pouca abrangência, sinalizavam para a factibilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda. Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação, qual seja o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação, já começa a ser implementado.

Ainda no âmbito do PMCMV, a União foi autorizada a participar da constituição do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), instrumento financeiro de garantia de crédito aos financiamentos concedidos a mutuários adquirentes de unidades habitacionais, com vistas a facilitar o acesso da população a novas linhas de financiamento imobiliário, por meio da garantia do pagamento, aos agentes financeiros, da prestação mensal de financiamento habitacional, caso o mutuário não a pague, em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até dez salários mínimos. O FGHab tem por finalidade, também, assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente do mutuário, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel. Esse Fundo concederá garantia para até seiscentos mil financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV. O programa teve aporte de recursos da ordem de R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 25,5 bilhões do OGU e R\$ 7,5 bilhões do FGTS, destinados à produção de um milhão de unidades habitacionais e ainda R\$ 1 bilhão do BNDES, destinado ao financiamento da cadeia produtiva.

6.1. PAC-Habitação

Atualmente, estão alocados no PAC-Habitação recursos da ordem de R\$ 12 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões de recursos orçamentários da União e R\$ 2 bilhões de contrapartida dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Esses recursos estão sendo destinados a projetos de urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, tais como Rocinha, Manguinhos e Alemão, no Rio de Janeiro; Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo; Guarituba, em Curitiba; Vila Dique e Nazaré, em Porto Alegre; Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis; Estrutural, no Distrito Federal; além de erradicação de palafitas e habitações em áreas de risco, nos Municípios de Rio Branco/AC; Manaus/AM; Macapá/AP; Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Castanhal/PA; Porto Velho/RO; Lauro de Freitas/BA; Fortaleza/CE; João Pessoa/PB; região metropolitana do Recife/PE; e Baixada Santista/SP, além de outras intervenções em 2.153 outros Municípios em todas as Unidades da Federação.

Os recursos alocados no exercício de 2009 referem-se basicamente à seleção de novos projetos de urbanização de assentamentos precários e à complementação de obras em andamento, o que beneficiará mais de 50 mil famílias. Também em 2009 houve aporte adicional de recursos para redução das contrapartidas de operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008. Dentro os novos projetos selecionados destacam-se a urbanização do Alto de Santa Terezinha, em Salvador/BA; da Vila Santa Izabel, em Timon/MA; de Dom Antônio Barbosa, em Campo Grande/MS; do Jardim Teresópolis, em Betim/MG; dos Jardins Silvina, Oleoduto e Esmeralda, em São Bernardo do Campo/SP; da Vila Palmeira, em Novo Hamburgo/RS; do Jardim União, em Marabá/

PA; da Favela Sapé, na Cidade de São Paulo/SP. No total, foram alocados R\$ 650 milhões do FNHIS para 62 novos projetos e R\$ 132,2 milhões do OGU para 17 novos projetos.

Os projetos de urbanização do Vale do Reginaldo, em Maceió; da Vila do Mar, em Fortaleza; da Vila São José, em Belo Horizonte; da Comunidade do Pilar, no Recife; do Morro do Preventório, na Cidade do Rio de Janeiro; de Nova Santa Marta, em Santa Maria/RS; do Córrego Cadaval, em Carapicuíba/SP, estão entre as obras em execução que receberam recursos complementares, em 2009, para ampliação de meta, ou seja, aumento no número de famílias beneficiadas diretamente ou ampliação de obras/serviços. Para esse fim, foram alocados R\$ 550 milhões do FNHIS para complementação de 47 projetos e R\$ 75,2 milhões do OGU para complementação de 8 projetos, todos já inseridos no PAC.

Ainda no exercício de 2009, cabe destacar a decisão do Governo de aportar recursos, inicialmente não previstos, para promover a redução das contrapartidas dos Entes Federados que – em função da conjuntura econômica, que provocou queda da arrecadação de tributos pelos entes públicos, e ainda em função do aumento dos custos dos materiais de construção e de serviços, decorrentes do aquecimento do mercado da construção civil e do detalhamento dos projetos – reduziram sua capacidade de aporte da contrapartida pactuada nas operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008 no âmbito do PAC, implicando perigo iminente de paralisação das obras. No PAC, o FNHIS não financia somente obras: até 2009, já foram beneficiados 1.954 Municípios e 25 Estados, com repasse de R\$ 102 milhões para elaboração de Planos Locais de Habitação, que habilitarão esses entes ao financiamento de projetos habitacionais.

6.1.1. Financiamento ao Setor Público

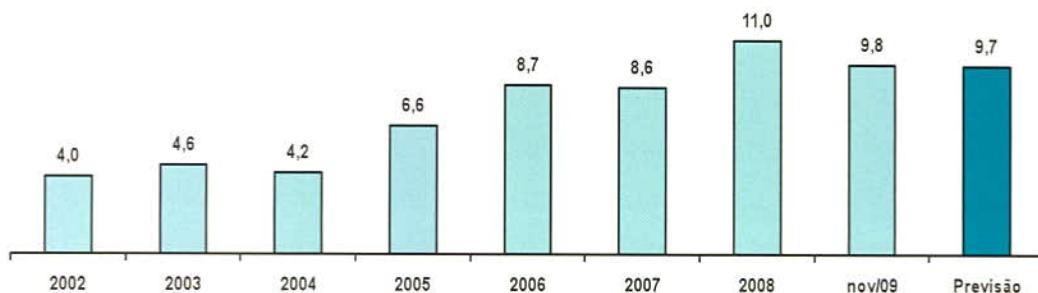
Em janeiro de 2007, a Resolução nº 3.438, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ampliou a capacidade de endividamento dos Estados e Municípios, estabelecendo um limite específico – R\$ 4 bilhões – na contratação de operações de crédito voltadas ao atendimento habitacional de população de baixa renda, o que não ocorria há cerca de uma década. Essa medida permitiu a retomada das operações do Pró-Moradia, programa operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) com recursos do FGTS; e o estabelecimento de parceria com o BNDES para execução de operações no âmbito dos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI), operados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em 2009, também por intermédio de resolução do CMN, o limite de crédito ao setor público foi ampliado em mais R\$ 1,5 bilhão, totalizando R\$ 5,5 bilhões, destinados à contratação de projetos de urbanização de assentamentos precários e produção de novas habitações pelos Entes Federados que possuam capacidade de pagamento e endividamento. O total desses recursos já está alocado, sendo R\$ 613 milhões em 17 intervenções do PMI e R\$ 4,9 bilhões no Pró-Moradia em 197 intervenções, incluindo a seleção de 54 projetos, realizada em 2009, no valor de R\$ 1,9 bilhão.

6.1.2. Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas

De 2007 a 2009, os créditos concedidos a pessoas físicas com recursos do FGTS, do FAR e do FDS estão beneficiando famílias com a aquisição, reforma ou construção de unidades habitacionais, com a alocação de R\$ 29,4 bilhões, superando em 21% as metas para o período. Estima-se que a esses recursos ainda são acrescidos R\$ 5,9 bilhões de contrapartidas individuais.

Contratação de Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas (R\$ bilhões)

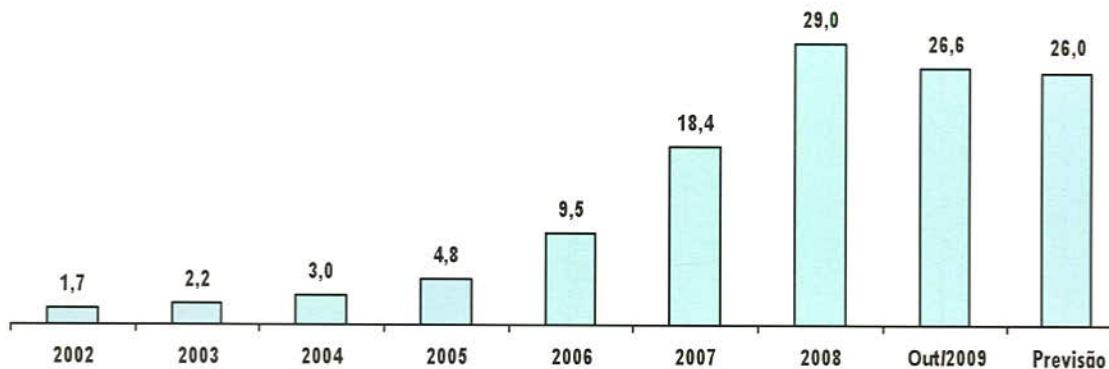


Fonte: CAIXA, com dados até 15 de novembro/2009.

Já em relação ao financiamento a pessoas físicas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado à habitação de mercado, no período 2007/2009, houve a superação das metas em cerca de 135%. Na ampliação dos recursos voltados para a produção habitacional para classes de renda média e alta, merece destaque a aprovação das Leis nº 10.931, de 2004; 11.033, de 2004; e 11.196, de 2005, que conferiram maior segurança jurídica ao financiamento e à produção de habitação de mercado, ao instituírem, entre outros, o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, a Letra de Crédito Imobiliário, a Cédula de Crédito Imobiliário e a Cédula de Crédito Bancário.

Para viabilizar a retomada da produção de habitação de mercado, foi determinante, ainda, a regulamentação pelo CMN, em 2005, da obrigatoriedade de os bancos investirem em financiamento habitacional porcentagem de recursos captados por meio do SBPE, revogando resoluções anteriores que permitiam que elas aplicassem tais recursos em títulos da dívida pública depositados junto ao Banco Central. A abertura do capital do setor imobiliário também possibilitou crescimento do montante de recursos destinados à habitação de mercado, resultando em expressivo volume de contratações, conforme pode ser visto no gráfico seguinte.

Contratação SBPE (R\$ bilhões)



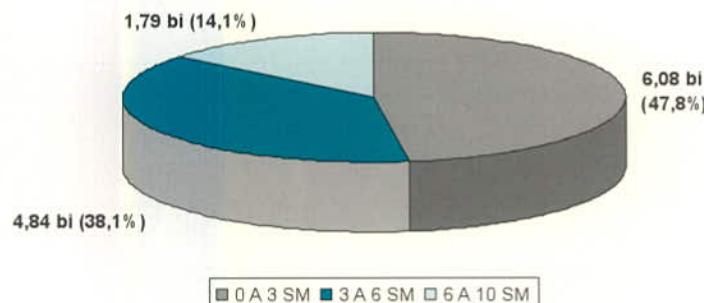
Fonte: Abecip, com dados até 30 de outubro/2009.

6.2. Programa Minha Casa, Minha Vida

A apresentação de propostas de empreendimentos e as contratações das operações no âmbito do PMCMV tiveram início em 13 de abril de 2009. Até 24 de dezembro de 2009, foram apresentadas à CAIXA, agente financeiro executor do Programa, 3.066 propostas de empreendimentos com 619.036 unidades habitacionais, totalizando recursos da ordem de R\$ 36,85 bilhões.

Com relação às contratações, foram firmados contratos de 247.950 unidades habitacionais, representando investimentos da ordem de R\$ 13,89 bilhões. Desses unidades contratadas, 191.957 são referentes a empresas do setor da construção civil e 557.993 unidades foram contratadas diretamente com as famílias beneficiadas.

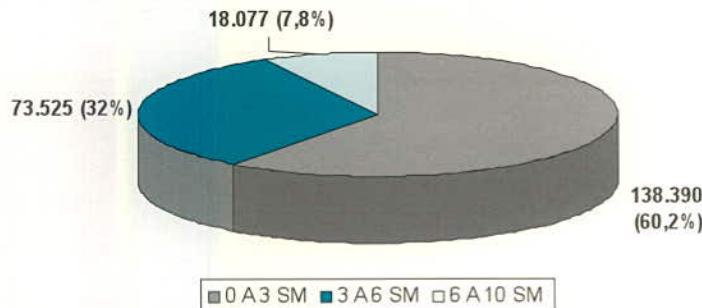
Valor Contratado por Faixa de Renda - PMCMV - 2009



Fonte: Relatório Semanal PMCMV – CAIXA, de 24/12/2009, com recursos do FAR, FDS, FGTS e OGU.

A meta de contratação de 1 milhão de unidades habitacionais foi estabelecida considerando o déficit habitacional nos Estados, sendo que, até a referida data, os Estados da Bahia e Mato Grosso já alcançaram a meta estabelecida nas operações destinadas ao atendimento até 3 salários mínimos e outros nove Estados já apresentam volume de propostas em análise superior à meta estabelecida para essa faixa de renda.

Número de Unidades Habitacionais Contratadas por Faixa de Renda - PMCMV - 2009



Fonte: Relatório Semanal PMCMV – CAIXA, de 24/12/2009, com recursos do FAR, FDS, FGTS e OGU.

6.3. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

No âmbito das ações de desenvolvimento institucional, foi realizada, em 2009, uma agenda de capacitação nacional, que incluiu a realização de duas edições do Curso a Distância Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e onze oficinas presenciais de PLHIS, realizadas em 10 Estados, em parceria com os governos estaduais e com a CAIXA. Essas ações tiveram por objetivo principal ampliar a capacidade dos gestores locais para elaboração e implementação dos PLHIS, bem como contribuir para que Estados e Municípios atendam aos requisitos e prazos estabelecidos pela SNHIS/FNHIS. No total foram realizados



cursos de capacitação em cerca de 1.200 Municípios, alcançando aproximadamente 6 mil pessoas, entre técnicos municipais e estaduais, empregados da CAIXA, consultorias e movimentos sociais.

Várias frentes de cooperação internacional foram implementadas. Em destaque estão a cooperação Sul-Sul com os países da África, especialmente Cabo Verde e Moçambique. A atuação do Governo, por intermédio do Ministério das Cidades, está voltada ao apoio para a formulação do Plano e da Política Nacional de Habitação de Cabo Verde, bem como para o desenvolvimento de uma metodologia de atuação em assentamentos informais, na cidade de Maputo, Moçambique, visando ao reordenamento e urbanização dessas áreas. Ainda no âmbito da cooperação Sul-Sul, o Ministério das Cidades coordenou as reuniões do Grupo de Trabalho sobre Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo IBAS, nas quais foram definidas atividades para o biênio 2009/2010. Entre essas atividades está a realização de um evento de rede durante o V Fórum Urbano Mundial, com o objetivo de discutir e disseminar as políticas de urbanização de favelas adotadas nos três países.

6.4. Qualidade e Produtividade

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), com o objetivo primordial de elevar a qualidade e a produtividade no setor da construção civil, é o meio de interlocução do Governo, por meio do Ministério das Cidades, com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. Na implementação das ações que compõem o PBQP-H, no exercício de 2009, foram alocados recursos do OGU da ordem de R\$ 1,8 milhão de reais.

Apesar do reduzido aporte de recurso orçamentário, é importante ressaltar que o Programa atua pelo estímulo aos agentes setoriais, com base no marco regulatório do Programa, construído em consenso com os agentes intervenientes, buscando a participação: i) da cadeia produtiva, desde fornecedores de materiais e componentes da construção até os responsáveis por serviços, operacionalizando os Programas Setoriais de Qualidade; ii) do setor público, mediante Termos de Adesão e Acordos Setoriais, firmados entre os agentes da cadeia produtiva e o Programa, prevendo o desenvolvimento de ações com foco no aumento da qualidade e produtividade do setor; iii) dos agentes financiadores e de fomento, integrados a projetos/ações que buscam utilizar o poder de compra como indutor da melhoria da qualidade e aumento da produtividade do setor da Construção Civil; iv) dos agentes de fiscalização e de direito econômico na promoção da isonomia competitiva do setor, por meio de ações de combate à produção em não conformidade e de estímulo à ampla divulgação e respeito ao Código de Defesa do Consumidor e às questões ligadas à Lei de Responsabilidade Solidária e ao novo Código Civil; e v) do consumidor e da sociedade em geral, no exercício do seu direito de cidadania, por meio do conhecimento de requisitos de exigência de qualidade/conformidade e produtividade.

A partir desses estímulos, o aporte anual de recursos privados em qualidade, feito pelas empresas, devido ao fomento estabelecido pelo Programa, é estimado em:

- implementação do Programa Setorial da Qualidade, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB): R\$ 15,6 milhões;
- manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H pelas empresas do setor, envolvendo atividades de controle da qualidade, realização de ensaios ao longo da produção e do produto acabado, implementação de sistemas da qualidade, capacitação dos profissionais da qualidade e outras atividades de TIB: R\$ 104 milhões; e

• implementação do Sistema da Avaliação de Conformidade nos níveis D, C, B e A do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SIAC). A certificação envolve o custo de auditorias, que avaliam periodicamente a qualidade do sistema de gestão implantado: R\$ 84 milhões.

Em 2009, no bojo do PMCMV e em sintonia com as diretrizes do PBQP-H, o BNDES também alocou cerca de R\$ 1 bilhão para apoio financeiro às construtoras, fornecedores de materiais, componentes e sistemas construtivos, além de oferecer R\$ 5,5 bilhões de limite de crédito pré-aprovado para compras com o Cartão BNDES, objetivando aumentar a competitividade empresarial por meio de melhorias de qualidade e produtividade, aumentando a capacidade das empresas para responder às demandas do mercado. A Finep, também, em parceria com o Ministério das Cidades, publicou edital apoiando projetos de pesquisa inovadores, destinando R\$ 15 milhões para a área de habitação.

6.5. Perspectivas para 2010

As políticas públicas de habitação de interesse social no Brasil foram negligenciadas por cerca de 20 anos, desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, até a criação do Ministério das Cidades, em 2003. Nestes 7 anos, um período curto para a temporalidade da política habitacional, houve importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir habitação de interesse social para as famílias de baixa renda. É sensível a diferença na ampliação do acesso à moradia, seja em função da estabilidade, aumento da renda e redução das desigualdades, seja como resultado dos programas habitacionais.

O aumento de cerca de seis vezes nos recursos para habitação nos últimos anos, que passou de R\$ 7 para R\$ 43,2 bilhões, especialmente com a consolidação do SNHIS e a inclusão do tema no eixo de infraestrutura social e urbana do PAC, está beneficiando, desde 2003, cerca de 4,6 milhões de famílias. Resultados dessa política podem ser verificados, por exemplo, com a diminuição do déficit habitacional brasileiro em 21% ao longo do referido período.

Contribui expressivamente para esse resultado a adesão ao SNHIS de 5.314 Municípios e de todos os Estados e do Distrito Federal. Esse verdadeiro novo pacto federativo vem proporcionando a consolidação e ampliação de programas e recursos das três esferas de governo para uma política habitacional sincronizada, além do fortalecimento institucional do setor. Esse avanço é demonstrado pelo fato de que, em 2004, apenas 42% dos Municípios possuíam órgão específico para habitação; já em 2008, 70% desses entes possuíam tal órgão, segundo dados da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), realizada pelo IBGE.

Nesse contexto, as perspectivas para 2010 passam pelo fortalecimento do SNHIS, a implementação do Planhab e a continuidade dos programas e investimentos no setor. Para as ações que estão em andamento, no âmbito do PAC, espera-se: concluir as obras em andamento e iniciar as obras selecionadas em 2009. Em relação ao PMCMV, serão implementadas as ações buscando alcançar a meta de contratação de 1 milhão de moradias em 2010.

7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

A partir do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001), que estabeleceu diretrizes gerais de política urbana e constitui-se na base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Governo passou a atuar em parceria com os Estados, Municípios e a sociedade civil na implementação de seus princípios e instrumentos. Em 2009 deu-se prosseguimento à gestão dos contratos de repasse de recursos para apoio aos Municípios para a elaboração de planos de redução de riscos, contabilizando 65 Municípios, e para o



desenvolvimento de projetos de estabilização de encostas (15 municipalidades). A ênfase foi dada aos programas de capacitação e treinamento de equipes municipais, em articulação com o Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC).

Foram desenvolvidos cursos na região metropolitana de Belo Horizonte/MG e nos Municípios de Blumenau/SC, Itajaí/SC e Florianópolis/SC (parceria com o Serviço Geológico do Brasil – CPRM). Foi concluído o Curso Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais, na modalidade à distância, que atendeu a 1.000 alunos em todo o País. O MCidades está preparando também, em parceria com a Agência de Cooperação Japonesa (JICA), a elaboração de cursos em Blumenau/SC e Florianópolis/SC para multiplicadores de programas de capacitação, como professores universitários, alunos de pós-graduação e pesquisadores. Ainda no PNCC houve o apoio, acompanhamento e controle de 22 projetos de extensão universitária no desenvolvimento de ações que contribuam para o fortalecimento da gestão municipal urbana.

Para a implementação plena do Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) deu-se continuidade ao processo de compra e distribuição de imagens de satélite da área urbana e de kits didáticos. Foram também realizadas diversas atividades por meio do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária.

Nas ações de promoção de acesso à terra urbanizada para a população de menor renda, houve continuidade na gestão dos convênios celebrados com governos estaduais, a exemplo dos Estados de Mato Grosso, Pará e Minas Gerais e com as entidades sem fins lucrativos, e no apoio às atividades que visam a titulação dos beneficiários.

No âmbito das ações de capacitação, foi realizado o Seminário Nacional de Regularização Fundiária, em Brasília e promovidas oficinas e seminários para a capacitação dos Municípios em regularização fundiária Urbana na Amazônia Legal, à luz da Lei nº 11.952, de 2009, nas seguintes capitais: Porto Velho, Belém, Cuiabá, Boa Vista e Manaus. Com relação às terras do Incra, na Amazônia Legal, já foram doados 465 hectares de glebas em área urbana para a Prefeitura de Porto Velho, que beneficiarão cerca de 20 mil moradores. O sistema de monitoramento montado no Programa Papel Passado permite acompanhar o andamento de processos de regularização fundiária em todo o País, envolvendo tanto as ações que contam com apoio direto do Governo Federal quanto as que são desenvolvidas de forma autônoma pelos parceiros. Esse monitoramento mostra que, desde 2003, as ações de regularização fundiária urbana atingiram 385 Municípios e beneficiaram 1.706.573 famílias, em 2.592 assentamentos. Desses, 369.715 já tiveram seus títulos concedidos. Para 2010, está prevista a elaboração de material para capacitação dos Municípios com relação ao conteúdo da Lei nº 11.977, de 2009, que institui a política nacional de regularização fundiária. Nesse sentido, serão realizadas novas oficinas e seminários especificamente para a capacitação dos Municípios em regularização fundiária urbana na Amazônia Legal.

Desde 2003, foram apoiadas ações de reabilitação de áreas urbanas centrais em 130 Municípios brasileiros. Em ação pioneira, que envolveu diversos órgãos do Governo Federal, além de representantes dos movimentos sociais de luta por moradia, foram realizadas vistorias em cerca de 500 imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, com o objetivo de avaliar as possibilidades de destinação desses imóveis a programas de provisão habitacional de interesse social. O resultado desse trabalho foi a identificação de 190 imóveis com possibilidade de receber projetos habitacionais. Desses, cerca de 23 foram comprados pela União e serão destinados ao PMCMV. Em 2010, serão destinados mais R\$ 40 milhões para compra de imóveis do referido Fundo, visando à realização de empreendimentos habitacionais para famílias de baixa renda.

Outra ação que merece registro, no último ano, foi a já mencionada criação do PAC das Cidades Históricas, que viabilizará no biênio 2009/2010 a execução de ações de requalificação urbanística, infraestrutura urbana e social e recuperação de imóveis

públicos, o que representa uma série de investimentos de grande importância para a preservação do patrimônio cultural e a reabilitação urbana nas cidades históricas. Dentro deste objetivo, foi estabelecida parceria entre o Programa de Reabilitação e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para reforma de 3 estações centrais de trens metropolitanos de transporte de passageiros, localizadas em Maceió/AL, João Pessoa/PB e Natal/RN.

O Governo Federal, também em 2009, celebrou com as Prefeituras do Rio de Janeiro, Paris e a Caixa Econômica Federal um Acordo de Cooperação visando à reabilitação sustentável da área central da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a zona portuária e arredores. Foi também editado o livro “Operações Urbanas: Anais do Seminário Brasil-França”, que reúne os resultados do evento realizado em 2008 para capacitar o corpo técnico de Estados e Municípios na utilização das operações urbanas consorciadas como instrumento de reabilitação de áreas urbanas centrais.

No âmbito do apoio à elaboração e implementação de instrumentos dos Planos Diretores municipais, em 2009, as ações do Ministério das Cidades relativas ao planejamento urbano e à implementação do Estatuto da Cidade voltaram-se para a capacitação de equipes municipais, de gestores e da sociedade e para o apoio ao ordenamento territorial aos Municípios da Amazônia Legal. Também foi dada atenção especial às questões relacionadas à prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos. No que se refere à capacitação voltada à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, destaque para a continuidade, em 2009, das ações do Projeto “Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores”, iniciado em 2007. Essa rede foi constituída com o objetivo de promover a avaliação qualitativa dos Planos Diretores de 526 Municípios, com foco no acesso à terra urbanizada e bem localizada. Também foram programadas atividades de capacitação de agentes do poder público e atores da sociedade civil para a implementação dos planos diretores.

Em função da crescente ocorrência de casos de conflitos fundiários urbanos no País e também em decorrência da política urbana municipal que ainda não efetivaram o acesso à terra urbanizada e o direito à moradia adequada, o Ministério das Cidades, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades, promoveu um amplo debate em nível nacional com vistas à construção de uma Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. No ano de 2009, foram realizados seminários regionais nas cidades de Curitiba, Goiânia, Recife, Rio de Janeiro e Belém para obter subsídios à construção da política nacional e para promover a articulação dos agentes locais envolvidos com os conflitos fundiários urbanos. Os seminários contaram com a presença de mais de mil pessoas de diversos Estados do País e de diversos segmentos da sociedade. Como resultado, foi consolidada uma resolução do Conselho Nacional das Cidades, contendo os princípios, diretrizes, ações e competências da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.

Com o intuito de fortalecer a capacidade das equipes municipais, dos gestores e da sociedade na implementação de políticas urbanas que produzam cidades mais justas e saudáveis, em 2010, no campo do planejamento urbano, o Governo continuará a concentrar seus esforços no apoio e fomento à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. O intuito é fazer com que os Planos Diretores sejam implementados com ampla gestão democrática e que consigam regular o parcelamento, uso e ocupação do solo e definir diretrizes de investimentos públicos que revertam a lógica da exclusão socioespacial da população de baixa renda, que consigam destinar terra para construção de habitação de interesse social, que definam áreas para implementação de equipamentos urbanos e para melhoria de serviços públicos e que dialoguem com as políticas setoriais, em especial o saneamento ambiental, o transporte e mobilidade urbana e a habitação de interesse social.



8. Mobilidade Urbana

No ano de 2009, uma nova versão do texto do Projeto de Lei da Mobilidade (PL nº 1.687, de 2007) foi consolidada. Com as alterações propostas definiu-se que a Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivos contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuem para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. O objetivo geral é a integração entre diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas cidades. Quanto à questão de tarifas de transporte público, as alterações no PL possibilitarão que o Poder Público institua tarifas diferenciadas para remuneração dos custos dos serviços.

No que se refere ao Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), foi alocado R\$ 1 bilhão, em 2009, para operações de crédito com recursos do FGTS. Foi definida ainda a aplicação de recursos para o PAC da Mobilidade Urbana e de Transporte nas doze cidades-sede da Copa 2014: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, prioritariamente. A expectativa, para 2010, é o início das obras, por meio de financiamentos, com utilização de recursos do FGTS, perfazendo um total de cerca de R\$ 8 bilhões.

Em relação à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida aos bens e serviços da comunidade, foram definidas diversas ações, em 2009. Essas ações foram divididas em cinco conjuntos. O primeiro refere-se aos investimentos da União, somando-se às contrapartidas dos Governos do Distrito Federal, Estaduais e Municipais envolvidos. O segundo conjunto trata das medidas de desoneração de custo e melhorias das condições de financiamento para a iniciativa privada que acelerem a aquisição de veículos de transporte público acessíveis. O terceiro bloco trata das operações de crédito que possibilitem aos Governos Estaduais e Municipais realizarem os investimentos em infraestrutura necessários. O quarto grupo trata da articulação institucional entre os órgãos dos Entes Federados para a identificação dos entraves e sua rápida solução. Finalmente o quinto bloco reúne as ações e instrumentos previstos no Programa Brasil Acessível, destacando-se aquelas destinadas ao desenvolvimento institucional e à divulgação do conceito de desenho universal aplicados aos projetos arquitetônicos.

Na área da acessibilidade, outros aspectos devem ser ressaltados, com previsão de término em 2010, como a adaptação de 300 terminais metroferroviários e a renovação da frota de veículos, com o financiamento de 35 mil ônibus e 5 mil micro-ônibus. Ainda com relação à acessibilidade, enfatiza-se o Projeto Básico de Escola/Ponto de Parada, com objetivo de oferecer subsídio às prefeituras para elaboração de projetos executivos de calçadas que liguem o terminal rodoviário ou metroviário às escolas públicas, incluindo a correta disposição dos mobiliários urbanos, rebaixamento de guias, sinalização tátil e demais dispositivos indispensáveis ao deslocamento seguro e confortável das pessoas com mobilidade reduzida. Entre as ações extraorçamentárias cabe ressaltar o Programa Bicicleta Brasil, que completou cinco anos em 22 de setembro de 2009, tendo sido promovido o “Dia sem Carro”, reunindo setores de governo e da sociedade para refletir sobre o modelo de mobilidade instalado nas cidades e buscar alternativas para seu desenvolvimento.

8.1. Transporte Metroferroviário

No âmbito do sistema metroferroviário, no Estado do Rio Grande do Sul, deve-se destacar a inclusão da expansão da Linha 1 da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), trecho São Leopoldo-Novo Hamburgo, no PAC, bem como a

disponibilização de recursos da ordem de R\$ 220 milhões para início efetivo das obras, em 2009. Com uma extensão de 9,3 km, em via dupla elevada, serão ainda construídas 4 estações: Rio dos Sinos, Liberdade, Fenac e Novo Hamburgo. Para o ano de 2010, tem-se como meta a operacionalização do sistema para a circulação de trens até a Estação Liberdade.

Os recursos orçamentários aprovados para as ações de implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviários, especificamente do sistema da CBTU, totalizaram, em 2009, R\$ 451,6 milhões. No sistema de Recife, foram investidos recursos na complementação da implantação da Linha Sul e na reabilitação da Linha Centro, destacando-se a aquisição de 7 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), que passarão a operar, após a modernização do trecho final da Linha Sul, entre as localidades de Cajueiro Seco e Cabo. O início da operação comercial da Linha Sul, trecho Recife-Cajueiro Seco, configura importante marco atingido no período.

Em Belo Horizonte, os recursos foram alocados em obras complementares da Linha 1 (trecho Eldorado-Vilarinho). A aprovação de crédito suplementar ao orçamento permitiu a retomada do projeto executivo das Linhas 2 (Barreiro-Hospitais) e 3 (Pampulha-Savassi), num valor total de R\$ 14 milhões, que estava paralisado desde 2007. Também foram contratados os serviços de engenharia para construção do desvio para estacionamento no Terminal de Vilarinho, o que permitirá a execução de viagens adicionais nos horários de pico, aumentando a demanda diária transportada em cerca de mais 12 mil passageiros.

Os recursos aplicados na continuidade da implantação do metrô de Salvador (trecho Lapa-Pirajá) possibilitaram avanços nas obras de cinco estações e em serviços complementares nos túneis, a construção do elevado na Avenida Bonocô, a implantação de 6 km de via e a continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares. Destaca-se também a contratação da aquisição de seis Trens Unidades Elétricas (TUE), a cargo do Governo do Estado da Bahia. Quanto ao projeto de modernização do trem de subúrbio (trecho Calçada-Paripe), o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da CPTM, já em operação, e a contratação da recuperação de mais 3 TUEs e 2 locomotivas.

Nos investimentos para o sistema de Fortaleza, após a adequação dos recursos liberados à capacidade de execução prevista na programação incluída no PAC, foram aplicados na implantação do metrô e na modernização da Linha Oeste. No trecho em superfície da Linha Sul, as obras da via permanente encontram-se praticamente concluídas, no trecho de 10 km entre Vila das Flores e Conjunto Esperança. As obras de construção do elevado no Polo de Parangaba, com 3,3 km de extensão; e o trecho subterrâneo de 2,8 km, entre as ruas Padre Cícero e Castro e Silva, no centro de Fortaleza, encontram-se em fase de finalização, bem como as obras nas Estações Benfica e São Benedito, já com suas estruturas praticamente concluídas. Na Linha Oeste, destaca-se a realização das licitações para início efetivo da modernização do trecho, com a execução das obras civis e sistemas fixos. Um importante marco no exercício de 2009 é a conclusão do viaduto de Caucaia. Para 2010, prevê-se a conclusão e entrega de 8 estações. Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, os recursos aprovados possibilitaram a continuidade e ampliação dos serviços de recuperação dos pontos críticos da via permanente e de recuperação do material rodante, que, embora se constituam nos maiores problemas a serem superados, já apresentaram uma maior segurança e confiabilidade na operação dos sistemas, refletindo-se na melhoria da qualidade da oferta de transporte e no volume de passageiros transportados. A melhora no desempenho operacional dos sistemas é observada pela média diária de passageiros transportados, que em 2009, em Maceió, por exemplo, chegou a 6.451 passageiros, alcançando um crescimento de 7% em relação a 2008.

No ano de 2009 foi confirmado o acerto das medidas implementadas ao apresentar resultados positivos nos 5 sistemas metroferroviários operados pela CBTU, que transportaram cerca de 108,4 milhões de passageiros ao ano. Esses números

representam o melhor resultado dos últimos 13 anos, com uma média diária de 365,1 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 3,3% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificada em 2009 situaram-se, respectivamente, em 5,65% e 1,5% acima dos números atingidos no ano anterior. A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R\$ 86,2 milhões, superando em 3,5% a obtida no ano de 2008, podendo ser considerado um excelente resultado, uma vez que os sistemas da CBTU operam com tarifas sociais, inferiores às praticadas pelos modais concorrentes. O custo total, por sua vez, apresentou uma redução de 2,3% em relação ao apurado em 2008, totalizando R\$ 276,0 milhões.

As perspectivas favoráveis para o cenário do transporte metroferroviário indicam as seguintes metas para cada um de seus sistemas:

- i) no sistema de Recife, serão concluídas as intervenções previstas no PAC e entregues os primeiros VLTs que operarão no trecho entre Cajueiro Seco e Cabo. Também terá curso a licitação para compra de mais 15 novos trens, que operarão nas linhas Centro e Sul, aumentando a oferta de transporte do sistema;
- ii) em Belo Horizonte, na linha 1 (trecho Eldorado-Vilarinho), prevê-se a conclusão das obras previstas no PAC, incluindo as obras civis do pátio de estacionamento de Vilarinho, iniciado em 2009, o projeto para modernização de sua sinalização e o avanço nas negociações para contratação do fornecimento de 10 novos TUEs;
- iii) em Salvador, dar-se-á o início da operação experimental do metrô (trecho Lapa-Acesso Norte) e a conclusão da ação de modernização do sistema do trem de subúrbio existente, no trecho Calçada-Paripe;
- iv) no sistema de Fortaleza, está prevista a conclusão de todas as obras civis no trecho João Felipe-Caucaia, que marcará o término de todo o escopo previsto no PAC para a Linha Oeste. Na Linha Sul (trecho Vila das Flores-João Felipe) serão concluídas todas as estações, obras no trecho subterrâneo, elevado, viadutos ferroviários e passarelas, bem como a instalação dos sistemas fixos. Também serão concluídas praticamente todas as obras civis nos prédios administrativos e centro de manutenção, bem como serão iniciados os testes com os TUEs;
- v) o sistema de Maceió será beneficiado com a continuidade das intervenções que viabilizarão a operação de 8 modernos VLTs, em fase de licitação. Estão previstas também a continuidade da recuperação da via permanente no trecho, incluindo infra e superestrutura; recuperação das estações, incluindo o sistema viário no seu entorno; e novos sistemas de sinalização e de telecomunicação;
- vi) em Natal e João Pessoa, no escopo do Programa de Recuperação do Sistema, está prevista a continuidade das ações que vêm sendo desenvolvidas para restabelecer boas condições de qualidade e segurança à operação. Objetiva-se realizar a conservação da via permanente, com a substituição de trilhos, dormentes e lastro em pontos críticos e a construção de desvios, visando a melhorar a grade horária, com a entrada de mais uma composição em operação. Pretende-se também a recuperação de obras de arte especiais e de dispositivos de drenagem, melhorias da sinalização da via, obras de recuperação de estações, oficina e recuperação da frota de material rodante.

9. Trânsito

Em 2009, o Governo realizou ações estruturantes visando ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), conforme estabelecido na Política Nacional de Trânsito (PNT), com o objetivo precípua de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, promovendo dessa forma a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes no trânsito no País. Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, tendo sido capacitados 6.700 técnicos municipais de todas as Unidades da Federação em cursos de gestão de trânsito, legislação de trânsito, requalificação didática de instrutor de trânsito e análise de recursos de infrações de trânsito. Foram também realizadas palestras dirigidas aos transportadores de cargas em 12 Estados, atingindo um público de 1.600 pessoas.

Em relação à política de educação e cidadania no trânsito, foi produzida a série de 12 programas intitulada “Pela Estrada Afora”, veiculada semanalmente pela TV Cultura e dirigida ao público infanto-juvenil, com o objetivo de apresentar informações e construir conhecimentos relacionados ao comportamento seguro de pedestres, ciclistas e no interior de veículos. Foram ainda definidas as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental, publicações enviadas para 104.323 pré-escolas e 154.321 instituições de ensino fundamental em todos os Municípios. Destaca-se também a distribuição do material educativo elaborado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) “Viva o Trânsito: histórias para o ensino fundamental” para 33 milhões de alunos de 60.081 escolas localizadas em 928 Municípios integrados ao SNT.

Destinado a crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais de comunicação, foi realizado o “IX Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito”, em 2009, com o objetivo de incentivar a sociedade a analisar, refletir e produzir trabalhos voltados à melhoria da qualidade de vida no trânsito.

Investiu-se fortemente na informação à população, por meio de campanhas publicitárias educativas de trânsito com veiculação em âmbito nacional em filmes para TV, *spots* de rádios, fólder e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos, em 2009, 15 filmes e 15 *spots* sob os *slogans* “Seja educado no trânsito como você é na sua vida”, “Motorista legal é motorista consciente”, “Pedestre legal é pedestre consciente”, “Motociclista legal é motociclista consciente”, além das campanhas de divulgação dos direitos da população para recebimento do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e da divulgação do referido movimento “Dia sem Carro”.

Foram apresentados à sociedade e em específico à comunidade técnica os requisitos técnicos mínimos para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), sistema que assegurará maior controle da frota e da velocidade média dos veículos com consequente diminuição dos acidentes e mortes no trânsito. Com esse objetivo, importante também mencionar a exigência de novos equipamentos obrigatórios para veículos saídos de fábrica (*airbag* e freio ABS) e de equipamentos de segurança no transporte de cargas especiais.

Para 2010, em conformidade às metas gerais do Programa Nacional de Trânsito para atendimento às diretrizes da PNT, pretende-se realizar as seguintes ações: i) capacitar 5 mil profissionais de órgãos e entidades do SNT; ii) realizar o Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT) e o Exame Nacional de Examinadores de Trânsito (ENET); iii) implementar o Projeto de Ensino a Distância (EAD); iv) implantar uma rede nacional de controle das características dos veículos automotores e dos atos de registro, visando a fiscalizar a frota do País quanto às condições físicas e documentais do veículo em circulação, bem como as condições de habilitação dos respectivos condutores; v) disciplinar a circulação de bicicletas nas vias públicas do País, divulgando o “Manual

de Ciclovia”; vi) promover o “III Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito”; vii) realizar o “X Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito”; viii) realizar programas educativos permanentes de âmbito nacional, com campanhas de utilidade pública; ix) promover a edição de publicações diversas, tais como: Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar, Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito e Manuais Técnicos de Engenharia de Tráfego; e x) concluir a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) e Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos (Simrav).



V - POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

2010

V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

1. Política Externa

No curso de 2009, as ações de política externa buscaram afirmar a inserção soberana do País, mediante a permanente defesa dos interesses da Nação. Assim, além do trabalho qualificado nos mais representativos e importantes fóruns externos, a diplomacia brasileira atuou permanentemente para a construção de uma ordem internacional mais equânime.

Nesse sentido, o Brasil continuou a desenvolver iniciativas para o adensamento das relações bilaterais e a integração na América do Sul. Para o desenvolvimento e consolidação dessas ações, o Presidente da República visitou os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela. Por seu lado, o País recebeu visita dos mandatários de Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Ainda no plano bilateral, Brasil e Argentina decidiram promover encontros presidenciais a cada 90 dias e reuniões dos Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e da Fazenda a cada 45 dias. A Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai, de 25 de julho, marcou nova etapa na relação bilateral, com uma série de entendimentos entre os dois países, em especial sobre aspectos relacionados à gestão da usina hidrelétrica binacional de Itaipu e aos rendimentos auferidos pelo Paraguai com a venda de energia ao Brasil. Com relação ao Uruguai, além da abertura de escritórios do Banco do Brasil e do BNDES naquele país, avançou-se nas discussões sobre interconexão elétrica, reforma da Ponte Barão de Mauá e a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão. O fomento à infraestrutura viária continuou a ter importância prioritária na agenda com a Bolívia, de que são exemplos a inauguração de dois trechos do futuro Corredor Rodoviário Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile e a assinatura do Protocolo sobre Financiamento Brasileiro da Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Los Moxos, projeto prioritário para o desenvolvimento da região central daquele país. Com o Peru, avançou-se especialmente em assuntos de integração fronteiriça e energética. Ainda em 2009, inaugurou-se a Ponte sobre o Rio Tacutu, entre Brasil e Guiana.

A área de infraestrutura deverá consolidar-se como uma das prioridades do processo de integração regional em 2010. Espera-se avançar nas negociações para a implementação da Hidrovia da Lagoa Mirim e concretizar o projeto da linha de interconexão elétrica com o Uruguai; e, com o Paraguai, planeja-se executar os entendimentos relativos a Itaipu, constantes da Declaração de 25 de julho de 2009 e iniciar as obras para a segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná. Dever-se-á avançar na construção do Corredor Rodoviário Interoceânico que liga Brasil, Bolívia e Chile; lançar a pedra fundamental da Ponte Internacional sobre o Rio Mamoré, importante componente do Corredor Viário La Paz-Manaus-Caracas; buscar o desenvolvimento do eixo Manaus-Puerto Ordaz, na Venezuela; e evoluir nas discussões sobre a possibilidade de financiamento brasileiro para a pavimentação do trecho Lethen-Linden da estrada que liga Boa Vista a Georgetown.

Ocorreram avanços em temas da agenda do Mercosul, como a definição do critério de proporcionalidade para o Parlamento; a criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos; a criação da Reunião Especializada de Assistência Humanitária; a revisão do Regulamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); o aprofundamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML); e a apresentação, pelo Brasil, de projetos de integração produtiva em benefício dos sócios. A adesão da Venezuela ao Mercado Comum ratifica o compromisso de fortalecimento da integração na América do Sul. Com a adesão da terceira economia do subcontinente, esse Mercado passa a responder por 80% do PIB da América do Sul e, ao estender-se da Terra do Fogo ao Caribe, o bloco ganha dimensão continental.

Em 2010, ano em que assumirá, no segundo semestre, a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, o Brasil terá como objetivos renovar os esforços de consolidação da união aduaneira, prosseguir com as iniciativas em prol da integração produtiva entre

as economias do bloco e trabalhar para o aperfeiçoamento institucional desse Mercado e de seu sistema de solução de controvérsias. Prosseguirá, também, com o apoio a medidas de atenuação das assimetrias existentes entre os países do Bloco. No que tange a ações específicas, espera-se, entre outras, a conclusão dos trabalhos de extensão do Sistema de Pagamentos em Moeda Local para as transações do Brasil com o Uruguai; a entrada em vigor, após aprovação legislativa, do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas e do Fundo de Agricultura Familiar; a aprovação e início de execução de projetos brasileiros no Focem, notadamente na área de integração produtiva e de saneamento básico; o aumento da representação brasileira no Parlamento do Mercosul para 37 representantes; e a instalação da Comissão de Coordenação de Ministros da Área Social do Mercosul, reforçando a retomada dos trabalhos para a conclusão do Plano Estratégico de Ação Social.

Em novembro de 2009, em Reunião Ministerial da Cúpula de Presidentes da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (Calc), foi aprovado o “Plano de Ação de Montego Bay”, que traduz, em medidas concretas, o espírito de integração e diálogo entre os países da Região, enunciado na Cúpula de Salvador, em 2008.

Com a criação de quatro Conselhos em âmbito ministerial, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) ganhou maior institucionalidade e consolidou-se como espaço privilegiado de diálogo e concertação regional, ilustrado por duas reuniões de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, convocadas para debater, entre outras questões, aspectos da segurança sul-americana. Junto com o Grupo do Rio, a Unasul adotou posição firme contra o golpe de Estado ocorrido em Honduras. Em 2010, deverão prosseguir na Unasul as discussões sobre a criação de mecanismo regional de medidas de confiança em matéria de defesa e segurança. Estão previstas reuniões ministeriais semestrais e uma Reunião de Chefes de Estado, ocasião em que a Presidência *Pro Tempore* deverá passar do Equador à Guiana. Deverá ocorrer a Cúpula do Grupo do Rio, em Cancún, em fevereiro de 2010.

O Convênio Constitutivo do Banco do Sul foi assinado por sete países, em setembro de 2009, na Venezuela, e o Brasil tornou-se membro pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF), devendo elevar sua participação acionária de US\$ 185 milhões para US\$ 467 milhões em 2010.

A aproximação entre o Brasil e os países da América Central e do Caribe, intensificada em anos recentes, teve continuidade em 2009. Os principais eixos dessa aproximação foram a robusta cooperação técnica oferecida pelo Brasil, o aumento da presença de empresas brasileiras naquela região, sobretudo na área de infraestrutura, e o comércio bilateral, pouco afetado pela crise financeira internacional. Estiveram em visita oficial ao Brasil o Presidente eleito do Panamá e os Presidentes de El Salvador, México e Honduras. O Presidente da República visitou El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

Merece destaque a firme atuação brasileira por ocasião do golpe de Estado em Honduras. O Brasil realizou intensos esforços diplomáticos em âmbito multilateral e bilateral para a condenação da destituição e o exílio forçado do Presidente Constitucional Manuel Zelaya e para sua recondução ao cargo. O Brasil não reconheceu o Governo “de facto” instalado em Tegucigalpa e adotou uma série de medidas de retaliação, como a retirada do Embaixador brasileiro, a suspensão dos acordos de isenção de vistos e a paralisação da análise de pedidos de financiamento para obras em Honduras. O Governo, também, abrigou o Presidente Zelaya na Embaixada em Tegucigalpa.

As relações com o México foram alçadas a patamar superior, em 2009, quando se decidiu aprofundar os vínculos comerciais entre ambos os países, o que pode incluir a negociação de acordo de livre comércio, em 2010.

Além da presença brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), em 2009, o Brasil deu seguimento a intenso programa de cooperação com aquele país, incluindo doações de alimentos à população haitiana.

No âmbito da Aladi, o Brasil deverá lançar negociações para o aprofundamento do acesso a mercados entre os países da região e buscará a ampliação temática de alguns Acordos de Complementação Econômica (ACEs), particularmente em matéria de comércio de serviços e investimentos. Deverá, igualmente, buscar o fortalecimento dos mecanismos de diálogo por meio da Cúpula de Presidentes da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (CALC) e lograr medidas concretas que promovam e favoreçam iniciativas na região. Prevê-se também a realização da reunião Mercosul/Sica (Sistema de Integração Centro-Americanano) para explorar a possibilidade de lançar negociações de um acordo comercial.

Deverá ocorrer, em março de 2010, em cidade brasileira a ser definida, a Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (Caricom), a fim de acordar instrumento entre o País e o Bloco. Ainda neste exercício, deve-se concretizar a instalação, no Panamá, do escritório regional da Embrapa para a América Central e Caribe. Também nos primeiros meses de 2010, o Brasil deverá dar continuidade aos esforços diplomáticos no sentido de contribuir para a normalização da vida institucional de Honduras. Deverão também ser abertas Embaixadas em São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Dominica.

Em relação aos Estados Unidos (EUA), houve prosseguimento das relações bilaterais com aquele país, agora sob a gestão de um novo Presidente. Nesse sentido, o Presidente da República encontrou-se com o Presidente Barack Obama, em Washington, em Port-of-Spain (Cúpula das Américas) e em L'Aquila (Cúpula do G-8+G-5). Visitaram o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lawrence Cannon; o Ministro das Finanças, James Flaherty; e missão composta por dez Vice-Ministros canadenses. Destaque, ainda, para a realização do Comitê Econômico Brasil/Canadá, em Brasília; e de Consultas Políticas, em Ottawa. Esperam-se, em 2010, visitas ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton; e do Presidente Barack Obama. Deverão ser assinados com aquele país instrumentos bilaterais que preveem a criação de mecanismo abrangente de alto nível e memorandos de entendimento sobre mudança do clima, gênero e cooperação trilateral. Com o Canadá, existe a perspectiva de visita presidencial para a Cúpula do G-20, em junho.

No que se refere à Europa, visitaram o Brasil, em 2009, altos mandatários da França, Reino Unido, Países Baixos, República Tcheca e Espanha. O Presidente da República realizou visitas à França, Turquia, Bélgica, Suécia, Alemanha, Ucrânia e manteve encontros com o Primeiro-Ministro do Reino Unido e com a Rainha Elizabeth II, em visita a Londres, para receber o Prêmio "Estadista do Ano"; participou da III Cúpula Brasil-União Europeia e da XIX Cúpula Ibero-Americana. Realizaram-se Consultas Políticas com Itália, Finlândia, Reino Unido, República Tcheca; Reunião Bilateral de Alto Nível Brasil-Espanha; e a IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação. Visitou o Brasil o Secretário-Geral Ibero-Americanano, Enrique Iglesias, para assinar Acordo para instalação de escritório em Brasília. Merece registro também o reforço da parceria estratégica com a França.

O Brasil deverá receber visitas, em 2010, de Chefes de Estado e Governo da Suécia, Turquia, Espanha, Itália, Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Croácia. O País sediará a Reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia; a XII Reunião da Comissão Mista Brasil-União Europeia; e a IV Cúpula da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia. O Presidente da República deverá visitar a Rússia, Hungria e Polônia e participar da VI Cúpula América Latina-Caribe-União Europeia e da XX Cúpula Ibero-Americana.

Intensificaram-se, no ano passado, as ações para fortalecer os laços que unem o Brasil à África, uma das prioridades do Governo. Foram de grande relevância as visitas de dignitários africanos ao Brasil e de autoridades brasileiras ao continente africano.

Ocorreram as seguintes visitas de Chefes de Estado ou Governo africanos ao Brasil: Presidentes de Namíbia, Senegal, Moçambique, Nigéria, Serra Leoa, Maláui, África do Sul e Guiné-Bissau; Primeiros-Ministros de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde; e Vice-Primeiro-Ministro da Líbia. Estiveram ainda no Brasil os Ministros de Assuntos Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Botsuana, Cabo Verde, Egito, Burundi, Mali, Nigéria, Burkina Fasso e Tunísia. Além disso, Ministros de diferentes pastas de vários países africanos mantiveram encontros de trabalho com seus homólogos brasileiros para tratar de temas como agricultura, energia, saúde, educação, etc.

O Presidente da República participou, na qualidade de convidado de honra, da Cúpula da União Africana, em Sirte, Líbia. O Ministro das Relações Exteriores visitou os seguintes países: Argélia, Tunísia, Marrocos, Cabo Verde, Mali, Togo, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e Egito. Há de se registrar que titulares de outros ministérios também cumpriram extensa agenda de viagens e articulações junto ao continente africano.

Envidaram-se esforços para o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa). O Brasil fez-se representar na Mesa-Redonda de Praia sobre a situação da Guiné-Bissau e na Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda. Deu-se prosseguimento às ações da CPLP. O Ministro das Relações Exteriores participou da 14ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Praia, Cabo Verde. Foram realizadas as primeiras edições das Comissões Mistas com o Benim e com o Togo, ambas em março; e com o Zimbábue, em novembro. Também nesse mês, efetuou-se a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Congo. Realizou-se, ainda em julho, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas com Cabo Verde.

Como resultado das visitas e dos encontros, foi possível avançar nos objetivos da política externa brasileira, tais como a promoção do comércio, turismo e investimento entre Brasil e África; a disseminação de informações sobre os biocombustíveis; a cooperação técnica, educacional, esportiva e em ciência e tecnologia; e os contatos na área de defesa e para a promoção dos direitos humanos. Em 2010 dar-se-á seguimento às ações que visam ao desenvolvimento das relações entre o Brasil e a África. Preveem-se visitas ao Brasil dos Presidentes de Libéria, Angola, Zâmbia, Quênia e Egito; do Líder da Revolução da Líbia; e do Primeiro-Ministro de Guiné-Bissau. O Presidente da República poderá participar da I Reunião de Cúpula Brasil-Comissão Econômica e de Desenvolvimento da África Ocidental (Cedeao), possivelmente em abril, em Cabo Verde. Está prevista a realização de reuniões de Comissões Mistas com Camarões, Senegal, África do Sul, Angola e Botsuana; e, possivelmente, com Guiné Equatorial, Mali, Burkina Fasso, Serra Leoa e Marrocos. Deverá ser realizada, no Brasil, a Reunião Brasil-África de Ministros da Agricultura. O Secretário-Executivo da SADC deverá visitar o Brasil. Para explorar perspectivas de financiamento para atividades de cooperação e investimentos brasileiros, buscar-se-á estreitar relações com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Deverá ter início a produção da fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique, dada pelo Brasil. Com vistas a fortalecer a presença brasileira na região dos Grandes Lagos, planeja-se abrir, no decorrer deste ano, a Embaixada do Brasil em Bujumbura, capital do Burundi. Nos primeiros meses do ano, deverá iniciar o funcionamento da Embaixada do Brasil em Nouakchot, Mauritânia. Prevê-se o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Centro-Africana.

Trabalhou-se, no último exercício, para fortalecer os laços entre o Brasil e o Oriente Médio, mediante a organização das visitas de dignitários da região ao Brasil e de altos representantes brasileiros aos países do Oriente Médio. Registrem-se as visitas do Ministro das Relações Exteriores a Israel, Territórios Palestinos Ocupados, Síria e Jordânia, em janeiro, durante o conflito na Faixa de Gaza; e do Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio a Israel, Palestina, Líbano e Egito (Liga Árabe), em julho. O Brasil recebeu as visitas do Presidente e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel e do Presidente

da Autoridade Nacional Palestina, além do Presidente e do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã. Também estiveram no Brasil o Ministro do Planejamento do Iraque e o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos. O Presidente da República efetuou visita à Arábia Saudita. O Brasil também enviou delegação ao Catar, para participar dos preparativos da II Cúpula América do Sul-Países Árabes. Preveem-se para 2010 Reuniões de Consultas Políticas com Israel e com a Autoridade Palestina, bem como visitas ao Brasil do Presidente do Líbano, do Emir do Catar, do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bareine. O Presidente da República deverá visitar Israel, os Territórios Palestinos Ocupados e a Jordânia.

O Brasil recebeu as visitas das seguintes altas autoridades: o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal; o Presidente do Uzbequistão; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia. O Presidente da República realizou visita ao Cazaquistão, em junho. Foram examinadas medidas para expansão do comércio e dos investimentos bilaterais e propostas de cooperação em áreas como agricultura, mineração, aviação civil e transportes.

Foi particularmente expressiva a troca de visitas entre o Brasil e a China. Do lado brasileiro, visitaram a China o Presidente da República, em maio; e os Ministros da Saúde, Defesa e Comunicação Social, bem como o Presidente do BNDES. Da parte chinesa, vieram ao Brasil o Vice-Presidente da República, Xi Jinping; o Presidente da Conferência Político-Consultiva do Povo, Jia Qinglin; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi. Dessa intensa troca de visitas de alto nível resultou a assinatura de importantes instrumentos bilaterais em áreas como energias renováveis; petróleo; ciência e tecnologia; e cooperação financeira. Em março, a China ultrapassou os EUA como primeiro destino das exportações brasileiras e, em junho, foi o principal parceiro comercial brasileiro no total acumulado de 2009. Na visita do Presidente da República da China, acordou-se aprovar o Plano de Ação Conjunta para os próximos cinco anos, que visa a orientar o relacionamento com a China em todas as suas dimensões. Em 2010, está prevista ainda a realização da II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), quando se espera aprovar o Plano de Ação Conjunta 2010/2014. Registrem-se ainda as visitas ao Brasil da Presidente das Filipinas; dos Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros do Camboja e da Tailândia; do Ministro do Território, Transporte e Assuntos Marítimos da Coreia do Sul; e do Enviado Especial do Presidente daquele país, Lee Myung-bak. Houve também visitas de Delegações de Parlamentares da Indonésia, do Vietnã e de Timor Leste. Do lado brasileiro, ressalte-se a visita a Tóquio do Ministro da Ciência e Tecnologia; a participação do Secretário Especial de Portos em seminários em Tóquio e Seul; e a missão a Tóquio do Ministro do Turismo.

Foi enviada missão de alto nível ao Japão, chefiada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE, para tratar da situação dos brasileiros naquele país, afetados pela crise financeira internacional. Tiveram sequência as gestões em favor da instalação de fábrica de semicondutores no Brasil, como previsto no Memorando sobre TV Digital entre Brasil e Japão. Empresas japonesas manifestaram firme interesse em realizar investimentos em setores ligados à exploração do Pré-Sal; em projetos de infraestrutura do PAC; no setor automobilístico e no Trem de Alta Velocidade.

O Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia, adotado durante a I Comissão Mista, realizada em outubro de 2009, prevê iniciativas para o aprofundamento das relações bilaterais, em temas como fontes de energia renováveis; mineração; inclusão social; comércio e investimentos; e cooperação acadêmica, científica e tecnológica. A implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia prevê, em 2010, a realização da I Reunião do Fórum Acadêmico e do Grupo Bilateral de Temas Econômicos e Sociais, no Brasil, bem como a sessão de instalação do Grupo de Trabalho em Comércio e Investimentos. Prevê-se, ainda, a negociação e a possível assinatura de instrumentos nas áreas de pesquisa agropecuária, cultura, ciência e tecnologia, e cooperação técnica.

O Grupo Executivo de Cooperação, criado durante a visita do Presidente da República ao Timor Leste, em 2008, tem dado sequência aos trabalhos da cooperação bilateral, com projetos nas áreas de fortalecimento institucional (educação; treinamento de equipes de televisão e exibição de programas televisivos em português; justiça; defesa; e formação de mão de obra), segurança alimentar e estruturação do sistema de previdência social. O Brasil mantém importantes projetos de cooperação com aquele país, único da Ásia e Oceania a adotar o português como idioma oficial.

Estão previstas as visitas das seguintes autoridades ao Brasil, em 2010: Primeiro-Ministro da Índia, por ocasião da Cúpula do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul); Primeiro-Ministro da Austrália, ocasião em que se espera assinar o Plano de Ação Brasil-Austrália; e Chanceler da Nova Zelândia. O Presidente da República deverá efetuar visitas à Austrália e à Nova Zelândia, ao Irã e ao Uzbequistão.

1.1. Cooperação Técnica

No âmbito da cooperação técnica concedida, em 2009, o Governo acompanhou a execução de 107 projetos e de 109 atividades isoladas na América Latina e Caribe. As ações concentraram-se nas áreas de agricultura e saúde. Em relação à África, Ásia, Oceania e Leste Europeu, o Brasil acompanhou a execução de 56 projetos de cooperação técnica e de 138 atividades isoladas, além de coordenar cerca de uma centena de missões de prospecção, execução e avaliação de projetos entre o Brasil e países das citadas regiões. As ações ocorreram nas áreas de agricultura, formação profissional, educação, engenharia civil, direitos humanos, governança, negociação comercial, trabalho, gestão pública, eleitoral, estatística, social, censo demográfico, cultural, ciências florestais, metrologia, energia, aquicultura e pesca, previdência, justiça, esporte, governo eletrônico, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, tecnologia da informação e desenvolvimento urbano.

Quanto à cooperação técnica bilateral recebida, foram implementados projetos de capacitação de instituições nacionais apoiados pelo Japão, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França e Estados Unidos, com prioridade para as seguintes áreas: meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, trabalho, indústria e desenvolvimento social. No momento, existem cerca de 120 projetos em execução, atendendo instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. No âmbito da cooperação técnica multilateral recebida, foram implementados cerca de 375 projetos, com aproximadamente 20 organismos internacionais, atendendo a dezenas de instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, cabe ressaltar: geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais; meio ambiente, desenvolvimento social, educação, saúde, administração pública e empreendedorismo. Já no campo da cooperação triangular, têm-se implementado e/ou negociado iniciativas conjuntas, envolvendo a transferência de conhecimentos brasileiros via instituições nacionais para países em desenvolvimento, nas quais organismos internacionais prestam suporte operacional e técnico.

Para 2010, no âmbito da América Latina e Caribe, estima-se a execução de 168 projetos, 86 atividades isoladas e 362 missões de prospecção, execução e avaliação. Prevê-se ainda a expansão da cooperação técnica bilateral prestada a países da África, Ásia, Oceania e Leste Europeu, tendo em vista o número de acordos firmados em 2009, a crescente demanda de cooperação por parte dos países em desenvolvimento e o aumento do número de projetos (32) de acordos básicos em negociação. Para consolidar tal previsão, deverão ser elaborados cerca de 200 novos projetos de cooperação técnica, dos quais decorrerão atividades para 2010.

Foi intensificada a cooperação no desenvolvimento da TV Digital em âmbito regional, resultando na adoção do padrão nipo-brasileiro por Argentina, Chile, Peru e Venezuela. Foi também divulgado o padrão nipo-brasileiro junto a países africanos, como

Moçambique. Com a Bolívia foi assinado memorando de entendimento sobre estudos científicos para aproveitamento industrial do lítio e demais recursos minerais do Salar de Uyuni. Seguiram-se os trabalhos do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil e Argentina (Micba), envolvendo as áreas espacial, nuclear, nanotecnologia e energias renováveis, além da cessão gratuita de software e treinamento para gerenciamento de domínios nacionais (ccTLDs), desenvolvido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Com a Venezuela, firmou-se memorando de entendimento nas áreas de biotecnologia e biodiversidade.

No que se refere à cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia e inovação, destacaram-se: realização da I Comissão de Cooperação em Ciência e Tecnologia Brasil-África do Sul; assinatura de Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia e Inovação com a China; criação dos Centros Binacionais de Biotecnologia e Nanotecnologia com o México; e realizações da I Reunião do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia da Cúpula América do Sul-África e da VI Reunião do Grupo de Trabalho de Sociedade da Informação do Ibabs.

Com parceiros tradicionais, destaca-se o lançamento das chamadas parcerias conjuntas Brasil-União Europeia para apoio a pesquisas de biocombustíveis de segunda geração, além de acordo na área de pesquisa em fusão nuclear. Foram retomados os trabalhos do Comitê Conjunto com o Japão e dada continuidade às Comissões Mistas com Estados Unidos e Itália. Foram assinados acordos com Suíça e Irã e realizada missão técnica ao Canadá.

No âmbito multilateral, assinale-se a participação do Brasil na Reunião de Alto Nível de Oficiais Superiores de Centros de Governo e nos Comitês e Grupos de Trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); nas conferências afins da ONU e da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib); no IV Fórum Mundial de Ciências; e, no campo da Sociedade da Informação, no IV Fórum de Governança da Internet e nas Reuniões do Grupo Assessor Governamental da Corporação para Designação de Nomes e Números na Internet (Icann).

Para 2010, o ponto central é a participação na IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a realizar-se em maio, a qual definirá as diretrizes do Plano de Ação 2011-2014. Outro desafio será a continuação da divulgação do padrão nipo-brasileiro de TV Digital junto aos demais países sul-americanos e aos da América Central, do Caribe e da África Austral. Realizar-se-á, ainda, a Reunião Ministerial do Plano de Ação para a Sociedade da Informação na América Latina e no Caribe (eLAC 2010). Além da inauguração de Comissões Conjuntas com Canadá e Colômbia, destacam-se também o Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010-2011; a negociação em curso entre o Sistema Nacional de Alto Desempenho (Sinapad) do Brasil e a empresa francesa Bull para instalação, no Brasil, de fábrica de computação de alto desempenho; e as possibilidades de cooperação com a Coreia do Sul na área de semicondutores.

Na Organização Mundial de Comércio (OMC), o Brasil i) acompanhou as negociações agrícolas e as relativas a Acesso a Mercados para Bens Não-Agrícolas; ii) atuou no Grupo Negociador de Regras (relativo a *antidumping*, subsídios horizontais e subsídios à pesca); iii) acompanhou a V Revisão da Política Comercial Brasileira pela OMC; iv) foi parte dos seguintes contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias: subsídios ao algodão, movido contra os EUA; pneus reformados, movido pela União Europeia contra o Brasil; medida *antidumping* sobre suco de laranja, movido contra os EUA; e subsídios à exportação de açúcar, movido contra a União Europeia; v) participou dos trabalhos relativos à propriedade intelectual na Organização; e vi) manteve participação ativa no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

Deu-se continuidade à coordenação do relacionamento do Brasil com a OCDE. Aprovaram-se novas iniciativas nas áreas de gestão dos recursos humanos, políticas sociais e desenvolvimento territorial. Avançaram-se as tratativas no âmbito do Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU) e das atividades relativas a Crédito à Exportação, Aço, Concorrência e Construção Naval. Logrou-se conferir impulso às negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais para Países em Desenvolvimento

(SGPC). Em dezembro de 2009, foi celebrado importante acordo entre 22 países, que define as modalidades básicas de acesso a mercados para produtos agrícolas e industriais. Os elementos básicos do acordo incluem o corte de pelo menos 20% nas tarifas aplicadas sobre, no mínimo, 70% dos produtos. As modalidades preveem ainda que, em 2010, os países participantes iniciarão negociações bilaterais e/ou plurilaterais com vistas a avançar ainda mais na liberalização do comércio entre si.

Em Organizações Internacionais de Produtos de Base, evidaram-se esforços para evitar a imposição de critérios de sustentabilidade social e ambiental que possam implicar restrições comerciais. Em 2010, no âmbito da OMC, o Brasil manterá os esforços para finalizar as negociações com vistas a concluir a Rodada Doha. Com a OCDE, buscará progredir com segurança em agenda de cooperação e engajamento seletivo. Nas organizações de produtos de base, demandará medidas econômicas que beneficiem os produtores e buscará a garantia da sustentabilidade financeira das organizações. O Brasil continuará a participar das discussões da UNCTAD sobre o tema dos investimentos e buscará promover novos avanços no âmbito das negociações relativas à Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais para Países em Desenvolvimento (SGPC).

O Brasil participou dos trabalhos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e da Organização Mundial de Aduanas (OMA), em temas afetos a direitos de propriedade intelectual, com destaque para os debates relativos à implementação da Agenda do Desenvolvimento e à apreensão indevida de medicamentos genéricos em portos europeus. Organizou-se seminário internacional, em abril de 2009, para marcar os 200 anos da primeira lei de propriedade intelectual em território brasileiro.

1.2. Finanças Internacionais

O Brasil exerceu papel importante nas discussões sobre as causas e consequências da atual crise financeira internacional e também sobre os seus impactos nas definições da política e organização do FMI. Em 2009, o Brasil, dados os seus bons fundamentos macroeconômicos e a sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, também passou a contribuir com o esforço de financiamento do FMI. O País também passou a integrar o rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o Plano de Transações Financeiras (FTP), mecanismo pelo qual o FMI efetua empréstimos e a dá liquidez às alocações de Diretos Especiais de Saques (DES).

Em 2009, o G-20, sob a coordenação da Troika (Reino Unido, Coreia do Sul e Brasil), cumpriu agenda extensa, em contexto de desafios econômicos e financeiros sem precedentes. As expectativas em torno de seus resultados foram ampliadas, razão da necessidade de se produzir respostas efetivas aos riscos impostos pela crise e de se definir diretrizes para o futuro. Ao longo do ano, realizaram-se duas Cúpulas de Chefes de Estado e três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, com o objetivo de elaborar, discutir e encaminhar aos Líderes propostas relacionadas à economia e estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou-se na elaboração e implementação de medidas de combate à crise, inclusive no fortalecimento institucional e de recursos das instituições financeiras internacionais e no reforço da regulação financeira internacional.

Os principais resultados do G-20 em 2009 foram: i) a consolidação do Grupo como foro de Líderes; ii) o compromisso de transferência de, no mínimo, 5% das quotas de participação no FMI dos países avançados para mercados emergentes e países em desenvolvimento; iii) o compromisso de aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição do Banco Mundial; iv) o aumento dos recursos do FMI em até US\$ 850 bilhões, sendo que o Brasil se comprometeu a contribuir por meio da compra de títulos do FMI com até US\$ 14 bilhões, montante esse que será incorporado aos Novos Acordos de Empréstimo (NAB) da instituição; v) o aumento em US\$ 100 bilhões dos recursos para empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento; vi) a alocação de US\$ 250 bilhões para financiamento ao comércio internacional; vii) o estabelecimento do

Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), como sucessor do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), incluindo todos os países do G-20, os membros do FSF; a Espanha e a Comissão Europeia; e viii) a priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

Em 2010, a Presidência do G-20 estará a cargo da Coreia do Sul e duas Cúpulas de Líderes estão programadas: em junho, no Canadá, e em novembro, na Coreia do Sul. Ao longo do ano, serão tratados os seguintes temas: Reforma das Instituições Financeiras Internacionais, Reforma Financeira Regulatória e Políticas Macroeconômicas, além de dar continuidade aos trabalhos relacionados ao processo de avaliação mútua de políticas macroeconômicas nacionais.

1.3. Cúpulas Internacionais

O Brasil teve papel ativo no exercício da função de Coordenador Regional para a América do Sul na II Cúpula América do Sul-África (ASA), realizada em Isla Margarita, Venezuela, em setembro de 2009. Terá continuidade a preparação da ASA, que será realizada em 2011, na Líbia. Antecedendo o encontro, haverá reuniões de Ministros das Relações Exteriores e de Altos Funcionários.

O Brasil teve papel igualmente protagonista na Coordenação Regional, tendo acolhido encontros preparatórios para a II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), Doha, março. Em maio foi realizada, no Rio de Janeiro, a II Reunião de Ministros da Cultura da Aspa. Organizou, ademais, a Reunião Inaugural do Conselho de Chanceleres do mecanismo, à margem da 64ª Assembleia Geral da ONU (AGNU), realizada em Nova Iorque, no mês de setembro de 2009, e a Reunião do Comitê de Cooperação Cultural, à margem da 35ª Conferência Geral da Unesco (Paris, outubro). Está prevista, em 2010, a realização da VI Reunião de Altos Funcionários da Cúpula Aspa (Quito, Equador).

Foi realizada, em abril de 2009, a Reunião de Altos Funcionários do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal), preparatória para a Reunião de Chanceleres, que será realizada neste ano, em Tóquio. Realizaram-se, também, cerca de trinta eventos do Foro de Diálogo IBAS, entre reuniões políticas, aquelas relacionadas à cooperação trilateral e as referentes ao Fundo IBAS – os três vetores de ação do mecanismo. No segmento político do IBAS, foram realizadas duas reuniões de Ministros das Relações Exteriores (em Brasília, na VI Comissão Ministerial Trilateral, e em paralelo à 64ª AGNU). Encontraram-se, igualmente, os Ministros de Ciência e Tecnologia dos três países. No âmbito da cooperação trilateral, treze dos dezesseis Grupos de Trabalho reuniram-se. No tocante ao Fundo IBAS, 2009 marcou o início da execução de quatro iniciativas, Palestina, Burundi, Camboja e Cabo Verde, que, além dos já iniciados projetos no Haiti e na Guiné-Bissau, agora começam a fazer parte do mapa de beneficiários. Estão projetados, além da IV Cúpula, no Brasil, diversos eventos paralelos.

A I Cúpula de Chefes de Estado/Governo do Grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) ocorreu em maio, em Ecaterimburgo, na Rússia. O foro foi convocado também em encontros de Chanceleres em paralelo à 64ª AGNU e de Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais, em paralelo à Cúpula do G-20, em setembro, em Pittsburgh. Está prevista, em 2010, a realização da II Cúpula de Chefes de Estado/Governo, no Brasil.

Realizou-se a Cúpula do G-8, em L'Aquila, Itália, em julho, precedida por Reunião dos Líderes do G-5. O Brasil participou de reuniões dos Grupos de Trabalho do Processo de Heiligendamm (diálogo G-8+G-5) sobre desenvolvimento, energia, investimentos e inovação; bem como de reuniões ministeriais nas áreas de trabalho, agricultura, meio ambiente, energia e desenvolvimento.

O Brasil foi eleito pela décima vez para assento em 2010-2011 como membro não-permanente do Conselho de Segurança (CSNU), feito só igualado pelo Japão. Aprovou-se na AGNU resolução que determina a continuação imediata das negociações sobre reforma do CSNU. A reforma desse Conselho é uma das prioridades do Governo. Renovou-se o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). O Brasil sediou o Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio e realizou exposição sobre o Kosovo na Corte Internacional de Justiça. Em 2010, o País organizará seminário sobre operações de manutenção da paz no contexto da iniciativa New Horizons; sediará o III Fórum da Aliança de Civilizações; participará do processo de revisão da Comissão de Construção da Paz; e da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.

1.4. Comunidades Brasileiras no Exterior

A fim de promover o diálogo com as comunidades brasileiras no exterior, foram implementadas as seguintes ações, em 2009: i) realização da II Conferência Brasileiros no Mundo, voltada para a prestação de contas dos órgãos de Governo sobre suas políticas para as comunidades brasileiras no exterior e para a institucionalização do sistema de Conferências e do Conselho de Representantes das Comunidades Brasileiras no Exterior; ii) envio de missões para contatos com as comunidades brasileiras e autoridades locais dos seguintes países: Angola, Espanha, Estados Unidos, Japão e Suriname; iii) realização da I Reunião da Diáspora Jurídica, em parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); iv) lançamento do Portal das Comunidades Brasileiras no Exterior; v) elaboração do “Diretório das Comunidades Brasileiras no Exterior”; e vi) lançamento do concurso de desenho infantil Brasileirinhos no Mundo.

Para incrementar os trabalhos de assistência consular, as seguintes ações foram desenvolvidas no último ano: i) criação da Ouvidoria Consular, para o processamento de comentários, sugestões, elogios e críticas referentes ao serviço consular; ii) lançamento da Carteira de Matrícula Consular Biométrica pelos Consulados-Gerais nos Estados Unidos; iii) realização da III Reunião de Coordenação Consular Brasil-Japão; iv) tratativas para a implantação da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão; v) lançamento da cooperação consular com o México; vi) criação e realização de duas reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial sobre efeitos da crise econômica mundial sobre as comunidades brasileiras no exterior; vii) abertura dos Consulados Sazonais em Bariloche (Argentina) e Puerto Evo Morales (Bolívia); viii) participação no I Encontro Internacional Transfronteiriço (Brasil-Guiana Francesa); ix) estabelecimento de parcerias com os Estados do Amapá, Goiás e Paraná para o tratamento de questões de assistência a brasileiros no exterior; x) atendimento a cidadãos de países da CPLP, no marco do Acordo de Cooperação Consular; xi) preparação de folheto sobre requisitos de entrada na Europa; xii) reforço das missões consulares itinerantes; xiii) ampliação da assistência a detentos brasileiros no exterior; e xiv) início das providências para o reforço na assistência consular na África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010. Foi, ainda, modernizado o sistema de emissão de passaportes, vistos e atos notariais, com a implantação do Sistema Consular Integrado em 51 postos da rede consular brasileira, incluindo os principais Consulados-Gerais da América do Norte, Europa e Ásia.

No que se refere a questões fundiárias e migratórias, promoveu-se em 2009: i) a implementação do acordo tripartite entre Brasil, Bolívia e Organização Internacional para as Migrações (OIM) para o reassentamento das famílias brasileiras que residem na faixa de fronteira boliviana com o Brasil; ii) a reunião dos Grupos de Trabalho Brasil/Bolívia sobre Temas Migratórios e Fundiários, com o estabelecimento de plano para a regularização migratória dos nacionais dos dois países; iii) a IV Reunião dos Grupos de Trabalho Brasil/Paraguai sobre Cooperação em Temas Migratórios e Fundiários; iv) o projeto-piloto, em parceria com a OIM e autoridades paraguaias, de regularização migratória de brasileiros residentes no Paraguai, no marco da entrada em vigor dos Acordos de Residência do Mercosul; v) missões consulares itinerantes para apoio à regularização migratória de brasileiros no Suriname e entendimentos para celebração de acordo por troca de notas sobre o assunto; vi) acordos com

países desenvolvidos sobre temas migratórios (França, Reino Unido e Portugal, e tratativas com a Itália); vii) a participação em reuniões multilaterais sobre o tema migratório (Foro Especializado Migratório do Mercosul e Conferência Sul-Americana sobre Migrações); viii) a participação em reuniões de foros internacionais sobre o tema migratório (Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia, OIM e Organização Internacional do Turismo); ix) a participação no Conselho Nacional de Imigração (CNIg); x) a participação na Reunião de Altos Funcionários de Brasil e Reino Unido na área de imigração; e xi) missão a Angola para diálogo com autoridades locais da área de imigração.

Em 2009, o Brasil abriu 9 novos postos no exterior, a saber: Embaixadas em Baku (Azerbaijão), Daca (Bangladesh), Mascate (Omã), Pionguangue (Coreia do Norte), Saint Georges (Granada) e Saint John (Antígua e Barbuda) e Consulados-Gerais em Hamamatsu (Japão), Hartford (EUA) e Istambul (Turquia). O inventário das ações acima relacionadas reflete as prioridades da diplomacia brasileira. Uma diplomacia que, ao defender a democratização das relações internacionais, o faz tendo presente a construção de uma ordem internacional mais propícia à paz e ao desenvolvimento.

2. Soberania

No ano de 2009, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END), estabelecida pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, foram atualizados diversos documentos que orientam de forma sistemática o preparo e emprego das Forças Armadas. Em 2010, o Governo iniciará a efetiva implantação das ações decorrentes da END, por intermédio do Ministério da Defesa (MD), que busca modernizar a estrutura nacional de defesa e atua, para isso, em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em função das mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, nas quais a relevância do Brasil aumenta de maneira bastante significativa, é fundamental adequar o componente de defesa do País a essa inescapável realidade. Em 2010, o Governo encaminhará ao Congresso Nacional uma série de propostas de mudança de legislações que dizem respeito à Defesa Nacional. Dentre outras, destacam-se o Projeto de Lei que define a articulação e o equipamento das Forças, a atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa e da Política de Ciência e Tecnologia e Informação para a Defesa Nacional e o Projeto de Lei com a Nova Estrutura Militar de Defesa.

Assim como nos exercícios anteriores, em 2009, o Governo priorizou a sua atuação para as ações voltadas para a Amazônia, com destaque para a atuação do Programa Calha Norte (PCN). Somando-se às que ainda se encontram em execução, o PCN teve 929 obras e empreendimentos no decorrer do ano, na sua vertente civil. Para 2010, há previsão de outras 330 obras e empreendimentos, que possibilitarão o atendimento a demandas essenciais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura para a população amazônica. Com relação à vertente militar, em 2010, haverá a continuidade do apoio às necessidades das Forças Armadas na Região Amazônica, sobretudo no que tange à implantação e manutenção de unidades militares e de equipamentos da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

No conjunto das ações do PCN planejadas, para este exercício, estão inseridas a continuidade da implantação de infraestrutura no Quartel e Vila Militar do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM; a implantação dos Pelotões de Fronteira de Tunuí/AM, Marechal Thaumaturgo/AC, Vila Contão/RR e Vila Brasil/AP; as melhorias no Pelotão de Fronteira de Estirão do Equador, incluindo sua pista de pouso; e a aquisição e manutenção de navios e embarcações dos Comandos dos 4º e 9º Distritos Navais, que realizam Ações Cívico-Sociais e patrulhas nos rios da Amazônia.

Em 2009, o Projeto Rondon realizou quatro operações. Em janeiro, a Operação Centro-Norte, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima; e a Operação Verão 2009, nos Estados de Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo. Em julho, foi a vez da Operação Nordeste-Sul, nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul; e da Operação Centro-Norte/Retorno, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima. Ao todo, foram envolvidos 1.770 rondonistas, entre estudantes e professores universitários, oriundos de diversos Estados, que desenvolveram várias atividades em 112 Municípios carentes da região. Mantendo a tradição de relevantes serviços prestados à população, o Projeto manterá acelerado ritmo de atuação, com vistas à promoção e ao desenvolvimento sustentável local. Em 2010, será realizada a Operação Centro-Nordeste, nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás e Tocantins. Serão envolvidos 1.216 rondonistas, que atuarão em 76 Municípios das quatro regiões. Além disso, planeja-se atuar também nos Estados de Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo, a partir de julho de 2010.

No que concerne ao Serviço Militar Obrigatório, apresentaram-se 1.619.558 jovens em todo o País, dos quais 96.769 foram selecionados para receber formação militar inicial. Tal formação busca desenvolver nos recrutas valores cívicos e morais indispensáveis à formação do sentimento de cidadania, contribuindo, assim, para o fortalecimento da unidade nacional. Dos jovens escolhidos para prestar serviço à Pátria, 14.651 participaram do Projeto Soldado-Cidadão (PSC). Esse Programa tem contribuído para o desenvolvimento social do País e já beneficiou 133.803 mil jovens egressos do Serviço Militar, desde o seu lançamento como projeto-piloto em 2002, institucionalizado em 2004, até o final de 2009.

Com a participação de entidades parceiras, tais como as do Sistema "S", os militares foram qualificados nas áreas de telecomunicações, informática, alimentos, construção civil, mecânica, comércio, transporte, artes gráficas, lazer, metrologia, administração e serviços. Pesquisas demonstram que a efetividade do PSC gira em torno dos 68%. Para 2010, estima-se a qualificação profissional de 25 mil jovens egressos do Serviço Militar, sempre com o objetivo de facilitar a inserção desses jovens no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Para 2010, a incorporação prevista para a prestação do Serviço Militar Obrigatório inicial é de cerca de 70 mil jovens, apenas no Comando do Exército.

Integrando o esforço governamental no enfrentamento a uma pandemia de *influenza*, em 2009, o MD prosseguiu com as ações de preparação para eventual necessidade de atuação das Forças Armadas. No decorrer do ano, deu-se ênfase às ações de prevenção do vírus *Influenza A* (H1N1). Em 2010, o Governo continuará a implementar ações para enfrentar pandemias. Realizará o planejamento e coordenará estudos que viabilizem a construção do Laboratório Nacional de Nível Biológico 4 (NB4), em resposta às graves ameaças no campo da saúde pública, compondo o seletivo grupo de países desenvolvidos possuidores de tal instalação e capacitação tecnológica. Destaca-se, da mesma forma, o emprego dos Laboratórios Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em parceria com a Fiocruz, para a produção brasileira do medicamento Oseltamivir, recomendado pela OMS para tratamento de pacientes infectados, com grande repercussão no ambiente de saúde pública nacional. Também neste exercício, o MD dará continuidade ao desenvolvimento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), que já vem operando com resultados muito positivos. Esse sistema também permitirá ao Governo uma atuação mais rápida e efetiva em situações de crise que afetem diretamente nossa população, tais como desastres naturais e pandemias, além do emprego propriamente militar. Há de se destacar, em 2009, as diversas operações de ajuda humanitária a países amigos, como Cuba, Haiti, República Dominicana, Bolívia e Equador, realizadas pelo MD, utilizando aeronaves da Força Aérea Brasileira e navios da Marinha do Brasil. Da mesma forma, foram realizadas diversas operações de transporte aéreo de alimentos e medicamentos para doação aos flagelados por desastres naturais em vários países, principalmente no continente latino-americano.

As ações de preparação para a realização dos 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011, os "Jogos da Paz", tiveram prosseguimento com as seguintes ações: implementação da estrutura organizacional; início da construção das Vilas de Atletas; desenvolvimento



do Sistema de Comando e Controle e dos Planos de Comunicação Social e de Captação de Recursos; início da construção de três novas instalações esportivas e adequação das instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), Universidade da Força Aérea (Unifa) e Escola de Educação Física do Exército (EsFFEx); e preparação de 29 equipes e recrutamento de 209 atletas de alto rendimento para prestação de serviço militar voluntário às Forças Armadas. Além disso, em junho, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o XXX Campeonato Mundial Militar de Voleibol, como evento preparatório para os Jogos, tendo o Brasil conquistado o vice-campeonato.

Ainda relacionado ao tema Esporte Militar, o Programa Forças no Esporte atendeu 10 mil crianças e adolescentes, em 2009, proporcionando-lhes reforço escolar, cidadania e inserção social por meio da prática esportiva. O Programa, desenvolvido em 72 organizações militares, abrangendo Municípios de 24 Estados, também tem investido na descoberta de talentos esportivos que, certamente, comporão as equipes brasileiras dos V Jogos Mundiais Militares – Rio 2011 e das Olimpíadas de 2016.

Conforme mencionado na Seção anterior, o Brasil mantém, desde 2004, um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). A tropa brasileira está constituída em duas organizações militares: um Batalhão de Infantaria de Força de Paz e uma Companhia de Engenharia. É o maior efetivo dentre os países contribuintes para a missão. A situação de estabilidade no Haiti atingiu níveis aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos, inclusive para Presidente da República. Sem dúvida, a eficiência da missão da ONU foi o fundamento para tanto. A Minustah permitiu essa estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Internacionalmente, é reconhecida como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso; e o Brasil, por meio da sua tropa, protagonista de grande importância nesse cenário. A atuação brasileira, nessa missão e em outras patrocinadas pela ONU, contribui substancialmente para dar peso ao País no trato de questões internacionais.

O contingente de engenheiros militares brasileiros no Haiti vem realizando trabalho extraordinário. Com baixo custo, tem contribuído decisivamente para a melhoria das condições de vida da população haitiana. Algumas das tarefas realizadas pela Companhia de Engenharia foram: asfaltamento de ruas e estradas, melhoramentos em vias urbanas e rurais, perfuração de poços artesianos, limpeza de canais e reformas de escolas, hospitais e prédios públicos. Para 2010, está prevista a continuidade da Minustah, contribuindo dessa forma para a inserção soberana do Brasil no cenário internacional.

As Forças Armadas do Brasil também contribuem com 73 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU. Tais homens participam como observadores ou integrantes de Estados-Maiores e atuam na Guiné-Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor Leste, Nepal, Chipre, Saara Ocidental, Chade, República Centro-Africana e no próprio Haiti. Para isto, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica os preparam adequadamente por meio de cursos e da realização de exercícios práticos. Essas participações individuais também ajudam a dar visibilidade ao País no concerto das nações que se destacam na busca pela paz mundial.

O Brasil assumiu, em 2009, a Presidência do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e sediou sua 24ª Plenária Anual. Nesse mesmo exercício, organizou curso regional de assistência e proteção para resposta a emergências químicas e curso regional para operadores do Sistema Internacional de Monitoramento do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Ainda nessa área, depositou o instrumento de ratificação da Convenção para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear. Em 2010, o Brasil participará da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); da II Reunião de Coordenação das Zonas Livres de Armas Nucleares; da IV Reunião sobre Programa de Ação da ONU para Prevenir, Combater e Eliminar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos. O País assumirá a Presidência da Conferência do Desarmamento, de maio a junho de 2009.

O Governo promoveu, em 2009, a realização de exercícios militares com o emprego conjunto das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único. Tais operações, realizadas pelo MD, por intermédio do Estado Maior da Defesa, são denominadas Operações Conjuntas e têm por objetivo estratégico reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade entre as Forças, de modo a estarem aptas para responder a sua missão. Estão previstos para 2010 exercícios militares nas regiões de fronteira, voltados para o controle do tráfego aéreo, fluvial e terrestre, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais. Pretende-se, com isso, contribuir para a redução do fluxo ilegal de armas e drogas para os grandes centros urbanos, assim como minimizar o descaminho, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais brasileiras.

No ano passado, foram realizadas duas operações de grande porte, com deslocamento de grandes efetivos, sendo que a primeira ocorreu na Região Centro-Oeste (Operação Laguna) e a segunda na Região Sul (Operação Laçador), ambas simulando os múltiplos aspectos de uma situação real. De menor porte, a Operação Arco Verde, realizada em outubro de 2009, teve como propósito garantir a presença efetiva do Poder Público em regiões escolhidas, com políticas e ações que viabilizem a transição do atual modelo de produção predatória para modelo de produção sustentável nos Municípios próximos ao arco de fogo na Amazônia.

Buscando constante aproximação com os países da CPLP, o Governo, por intermédio do MD, participou do Exercício Combinado Felino, em Maputo (Moçambique), cujo objetivo foi adotar e treinar doutrina e procedimentos comuns a todas as Forças Armadas dos países da Comunidade, de modo a fazer parte de coalizão sob a égide de organismos supranacionais, com foco em operação de manutenção de paz. A expectativa para 2010 é o aprimoramento, especialmente no que se refere ao maior nível de integração das Forças Armadas e ao conhecimento dos distintos cenários operacionais do País. Também serão realizados dois planejamentos operacionais e duas novas operações conjuntas, desta vez na Região Norte e no Atlântico Sul. As Forças Armadas participarão novamente da Operação Felino, a ser realizada em conjunto com a CPLP.

No que se refere à Mobilização Nacional, prosseguirão, em 2010, os trabalhos de desenvolvimento do potencial dessa atividade, visando ao estabelecimento de estrutura à disposição do Estado para assegurar a capacidade dissuasória das Forças Armadas e capacitar o País para fazer face a uma agressão estrangeira.

No ano de 2009, a Marinha do Brasil (MB) modernizou submarinos da classe "Tupi" e iniciou o processo de modernização dos seguintes meios operativos: seis Aeronaves AH-11A "Super Lynx"; doze Aeronaves AF-1/1A; Corveta Júlio de Noronha; Fragata Rademaker e Navios-Balizadores Classe Comandante Varella. Ressaltam-se o desenvolvimento e o fornecimento do Sistema de Controle Tático e de Armas (Siconta) para o Navio-Aeródromo São Paulo, plenamente desenvolvido pela indústria nacional.

Estão em andamento as aquisições de Helicópteros Multiemprego S-70B, que terão papel fundamental na vigilância e defesa de nossa Amazônia Azul, com previsão de recebimento em 2011; de Navios-Patrulha (NPa), em que se destacam as incorporações do NPa Macaé, no dia 9 de dezembro de 2009; e do NPa Macau, prevista para junho de 2010, ambos construídos pelo Estaleiro Inace, em Fortaleza/CE. Ressaltam-se, ainda, as incorporações do Navio Polar Almirante Maximiano, do Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia e do Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano.

Em 2009, foram formalizados os contratos para a construção de estaleiro e base de submarinos em Itaguaí/RJ, um submarino com propulsão nuclear e quatro convencionais, bem como o fornecimento de torpedos pesados e contramedidas antitorpedos para submarinos, além do treinamento de pessoal com transferência de tecnologia para projeto e construção de submarinos. A missão principal desses meios será a proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), incluindo plataformas marítimas



de prospecção de petróleo, dentre elas as localizadas na camada do Pré-Sal. O estaleiro e a base de submarinos terão suas obras iniciadas em 2010, com conclusão prevista para 2014, os quais, atuando de forma integrada, propiciarião grande eficiência na operação e manutenção dos submarinos. Deu-se continuidade às atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de conclusão de todo o Programa em 2014. Tais atividades possibilitaram a inserção do Brasil no seletivo grupo de detentores dessas tecnologias estratégicas, utilizadas em diversos segmentos, cujo conhecimento não é compartilhado.

O Programa Nuclear Brasileiro (PNB) vem aumentando a importância estratégica do Programa Nuclear da Marinha (PNM) para o Brasil, uma vez que apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de novos sistemas e materiais, que contribuem para a diversificação da matriz energética brasileira e representam importante acréscimo de poder dissuasório à Defesa Naval do País. Em 2009, além de prosseguir com a implantação do Ciclo do Combustível Nuclear, a MB concluiu a fabricação dos Geradores de Vapor e do Gerador Elétrico Auxiliar do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene) e finalizou as obras civis dos prédios das turbinas e da Subestação 1.

Ainda com relação ao PNM, destaca-se, até então, o grande avanço na implantação da Unidade de Produção do Hexafluoreto de Urânio, por meio das aquisições de equipamentos, instrumentação, válvulas especiais e sistemas para armazenamento de ácido fluorídrico. Esperam-se, para 2010, sua conclusão, seu comissionamento e o início da produção de UF6 (hexafluoreto de urânio), além da implantação das demais unidades componentes do Ciclo do Combustível Nuclear e das pesquisas e testes laboratoriais complementares para o desenvolvimento do projeto e construção de um protótipo de sistema de propulsão. Esse protótipo servirá de modelo para a posterior construção do sistema que dotará o submarino movido a energia nuclear. Cabe reiterar que o desenvolvimento tecnológico do PNM apresenta inegáveis benefícios, tais como a nacionalização de itens, que permitirá incremento nas demandas às indústrias brasileiras; a possibilidade de geração de energia elétrica, geração de empregos e desenvolvimento de equipamentos e processos para a produção de elementos radiofármacos aplicados à medicina nuclear.

No que diz respeito à presença brasileira na Antártica, a Estação Comandante Ferraz (EACF) encontra-se em pleno funcionamento operacional, tendo apoiado os projetos que foram conduzidos no âmbito da Operantár XXVII, encerrada em setembro de 2009. Em outubro do mesmo ano, no âmbito da Operantár XXVIII, o Governo, por intermédio da Marinha, apoiou as atividades em quatorze projetos, com 240 pesquisadores. Essa operação conta com a participação do Navio Polar Almirante Maximiano, em sua primeira expedição à região antártica, que se constitui em moderna plataforma de coleta de dados e apoio à pesquisa, capaz de atender à demanda da comunidade científica e aos desafios que o crescimento do Programa Antártico Brasileiro representa.

O Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), continuado em 2009, contou com a participação de navios especializados para o serviço de aquisição de novos dados geofísicos, em complemento ao serviço executado pelos navios da MB. Posteriormente, esses dados serão processados, interpretados e consolidados em nova proposta de limite exterior da plataforma continental brasileira. Dos 963 mil km² correspondentes à área total reivindicada pelo País além das duzentas milhas náuticas – distribuídas ao longo da costa brasileira, nas Regiões Norte, Sudeste e Sul –, a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU não acolheu cerca de 190 mil km². Nesse sentido, estão sendo levantados novos dados em toda a margem continental brasileira, a fim de subsidiar e dar consistência a uma nova proposta, que será apresentada à mesma Comissão, em 2011. Para os próximos anos, será intensificada a presença do Estado brasileiro nas ilhas oceânicas de Trindade, Martin Vaz, Fernando de Noronha e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, como forma de reforçar o pleito brasileiro junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Um dos principais reflexos dessa ação está na garantia do direito de uso do mar da nossa Amazônia Azul, riquíssima em recursos vivos e minerais, em prol da sociedade brasileira.

No ano de 2009, com o propósito de contribuir para a Segurança da Navegação, para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e nas Hidrovias Interiores e para a prevenção da Poluição Ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou cerca de 150 mil ações relacionadas à Inspeção Naval e Vistorias, sendo efetivadas 92.450 ações de fiscalização direta em embarcações nacionais e estrangeiras. O maior incremento em relação aos anos anteriores foi observado na Região Amazônica, fruto de esforço concentrado para aumentar o nível de confiabilidade das embarcações e a mentalidade de segurança dos utilizadores, além de prevenir a poluição ambiental. Ressaltam-se as ações executadas ao longo das fronteiras com os países vizinhos. Ainda no que tange à Segurança da Navegação, com reflexos diretos no custo dos seguros marítimos, a MB promoveu a manutenção de 1.106 sinais náuticos (só mais de 7 mil sob sua responsabilidade), utilizando também sistemas de sensoriamento remoto. Essas ações contribuem diretamente para a redução do Custo Brasil e para o fomento de nossas exportações, propiciando maior inserção da Nação brasileira no contexto internacional. Em 2010, está planejada a realização de atividades de inspeção naval, fiscalização e regularização de embarcações comerciais e amadoras. O trabalho será executado por equipes de pessoal militar e civil, com a utilização de meios terrestres (viaturas) e aquaviários (embarcações).

Em consonância com as normas estabelecidas pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI), a MB produz Cartas Náuticas Eletrônicas, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), com previsão de obter, em 2010, todo o portfólio das águas jurisdicionais brasileiras. Atualmente, já se encontram disponíveis para distribuição no Centro Internacional de Cartas Náuticas Eletrônicas cerca de oitenta dessas cartas náuticas. Com a finalidade de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa, foram realizadas, em 2009, diversas manobras militares pelas unidades da Esquadra, principal núcleo do Poder Naval brasileiro. Essas operações contaram com a participação de unidades de Marinhas amigas, como Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, Turquia e Venezuela, dentre outras. Os navios da Esquadra também foram empregados em missões de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção e patrulha naval, em especial nas áreas das Bacias de Campos e Santos.

Dentre as 111 Operações de Socorro e Salvamento realizadas em 2009, cabe destacar a operação de busca por sobreviventes e destroços da aeronave da Air France, voo 447, acidentada em águas de responsabilidade do Brasil, distante das bases da MB, em que foram empregados 11 navios e 6 aeronaves embarcadas, envolvendo 1.350 militares. Merecem destaque também as 15 ações cívico-sociais e 21 assistências hospitalares realizadas em 453 localidades da Região Norte e 79 localidades da Região Centro-Oeste, oportunidades em que foram efetuados 57.402 atendimentos médicos e 68.851 atendimentos odontológicos, dentre outros procedimentos e exames; e a assistência a vítimas das enchentes nas Regiões Norte e Nordeste, em dezenove localidades, com 1.300 atendimentos médico-odontológicos, 10 mil procedimentos ambulatoriais, transporte de 35 toneladas de gêneros e medicamentos e resgate de duzentas pessoas. Por intermédio da Marinha do Brasil, garantiu-se a presença do Estado brasileiro em comunidades inacessíveis por outros meios.

Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval estão programadas, para 2010, as seguintes atividades:

- a construção de Navios-Patrulha (NPa) de quinhentas toneladas, no Estaleiro Inace, no Ceará, com o pagamento da finalização da Construção do 1º Lote com dois NPa (500 t) e pagamento dos eventuais referente à construção do 2º Lote com quatro NPa (500 t), bem assim o início dos procedimentos administrativos para a construção do 3º Lote com seis NPa (500 t);

- a construção de três embarcações de desembarque de carga geral (EDCG) e de cinco Embarcações de Desembarque de Viatura e Material (EDVM) no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), com conclusão da última embarcação prevista para outubro;

- a continuidade no processo de modernização do Navio-aeródromo São Paulo e Navio-desembarque Doca Ceará, além da modernização de Navios-patrulha, Navios-balizadores e Navios-faroleiros; e

- a modernização de aeronaves de asa rotativa e asa fixa, atualmente em estado de obsolescência, que permitirá o seu emprego em ações humanitárias de apoio às atividades de Defesa Civil, fiscalização e controle da poluição do mar, além de garantir o incremento da segurança de voo.

No ano de 2009, o Exército Brasileiro (EB) deu início ao planejamento das ações necessárias à implementação da END, constituídas em 129 ações estratégicas, a ser realizadas no espaço temporal de 2010 a 2030. As principais ações estratégicas em curso no ano de 2009 visaram à continuidade do reaparelhamento e da reestruturação da Força Terrestre, realizadas como consequência da END, de forma a permitir ao Exército uma gradual implantação das novas concepções.

No contexto do Programa de Reestruturação da Força Terrestre, o EB promoveu a adequação e instalação das organizações militares (OM), com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas áreas estratégicas. Cita-se como exemplo o início das obras dos novos aquartelamentos do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças junto ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília/DF, as quais estimam-se ficar prontas em 2011, viabilizando, então, a gradual transferência das unidades sediadas na Esplanada dos Ministérios para suas novas instalações.

Na Área Estratégica da Amazônia/Guianense, o EB deu continuidade ao Projeto 2^a Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira/AM, com a conclusão prevista para o ano de 2012. No ano de 2009, foram mantidos os trabalhos de construção de infraestrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM, com recursos do Programa Calha Norte. Além disso, o Programa permitiu a mencionada continuidade das obras de construção nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós/PA e Tunuí/AM, além da manutenção dos demais pelotões.

Na Área Estratégica da Bacia do Prata, teve continuidade a adequação e instalação das organizações militares, com ênfase nos trabalhos de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa/PR; e a chegada do primeiro lote das Viaturas Blindadas de Combate Leopard 1A5, o que aumentará o poder de choque e potência de fogo das forças blindadas, contribuindo para maior projeção de poder e dissuasão no contexto internacional.

Na Área Estratégica do Pantanal, em 2009, prosseguiram as ações para a transferência do 3º Batalhão de Aviação do Exército de Taubaté/SP para Campo Grande/MS, proporcionando o aumento da mobilidade das tropas do Comando Militar do Oeste. No mesmo ano, o EB prosseguiu com a renovação gradual do material de emprego militar, priorizando as estruturas blindadas, de infantaria leve, infantaria de selva, operações especiais e a estrutura de forças de paz. Assim, os recursos destinados ao reaparelhamento foram empregados, entre outras ações, no prosseguimento do processo de aquisições de Viaturas Blindadas de Combate (VBC) Leopard 1A5. No último exercício, foi entregue o primeiro lote de 34 Viaturas Blindadas revitalizadas. Para as ações de revitalização dos blindados Cascavel, foram adquiridos insumos para a aplicação em 32 viaturas, processo que terá continuidade em 2010. No tocante ao Sistema de Foguetes Astros II, foram executados os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva.

Mereceram destaque, também, o desenvolvimento e produção de projetos de ciência e tecnologia. Nesse particular, o Radar de Vigilância Antiaérea Saber M60 passa por fase final de avaliação do protótipo e tem sua linha de produção em montagem no Arsenal de Guerra de São Paulo (AGSP), em parceria com a empresa Orbisat. No tocante ao míssil antacetral MSS 1.2, vem sendo ultimada a fabricação de seu lote-piloto para futura avaliação pelo Centro de Avaliações do Exército (CAEX). No Programa de Reaparelhamento foi contemplada ainda a aquisição de materiais de emprego militar, como viaturas, equipamento de comunicações e de uso individual, material para manutenção de armamento, munições, material de engenharia, material de saúde para a Brigada de Operações Especiais, a 11ª Brigada de Infantaria Leve e a 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

Quanto ao preparo da Força Terrestre, em 2009, o adestramento foi ajustado às demandas dos planos estratégicos do Governo, o que permitiu o emprego judicioso dos esforços logísticos e financeiros despendidos nas atividades correlatas, assegurou a efetividade na aplicação dos recursos destinados à capacitação operacional, alinhando a atividade-fim ao planejamento do emprego, além de ter gerado o desejado desempenho da interoperabilidade com as demais forças. Destacaram-se o aperfeiçoamento das atividades de ensino e pesquisa, o desenvolvimento da doutrina militar, o preparo contínuo dos quadros e do Núcleo-Base e a formação, capacitação e adestramento da reserva, visando à mobilização militar, bem como a busca pela reorganização do Sistema Operacional Logístico.

Em 2009, visando a aprimorar o preparo da Força Terrestre em operações especiais, o EB realizou a 6ª edição do exercício “Força Comandos”, no período de 17 a 25 de junho, na Brigada de Operações Especiais, em Goiânia/GO, do qual participaram dezenove países do continente americano. O exercício compreendeu seminário estratégico e competição entre as equipes dos diversos países, na qual o Brasil sagrou-se campeão.

O Exército realizou, até outubro de 2009, 58 operações na faixa de fronteira, dentre elas 48 patrulhas de reconhecimento e sete operações de grande vulto, dentre as quais as operações Fronteira Sul e Curare, sendo esta na área amazônica. No dia 10 de fevereiro de 2009, na Operação Liberdade, o EB prestou o apoio em transporte aéreo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha para resgatar seis pessoas que estavam em poder das Farc, em território colombiano, com a permissão daquele Governo. Nessa tarefa, militares do 4º Batalhão de Aviação (Manaus) empregaram duas Aeronaves HM-3 (Cougar) e uma Aeronave HM-2 (Black Hawk).

O Exército proporcionou, no último ano, os mais diversos apoios (logístico, de instalações, transporte e alojamento de pessoas e materiais, combate a incêndios, operações de busca e salvamento de pessoas) a variados órgãos e empresas, como Ibama, Ministério Público Federal, Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), Petrobras, Grupo de Trabalho responsável por identificar os corpos dos guerrilheiros e militares mortos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros do Estado do Acre, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O EB continuou desenvolvendo a Operação PIPA, cujo propósito é a distribuição da água potável nas microrregiões do Sertão nordestino em situação de emergência. Ainda em 2009, o EB desencadeou operações em apoio às Secretarias de Saúde de Municípios dos Estados do Pará, Acre e Goiás nas ações de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Dentro do processo evolutivo de uma Missão de Paz, e prevendo a assunção plena de suas missões, o aparato local de segurança pública vem sendo cada vez mais empregado em operações anteriormente executadas com preponderância pela Força de Paz. Nesse sentido, em 2009 a Engenharia do Exército teve destacada participação em importantes obras do PAC. Dentre outros trabalhos, prosseguiu a construção do Complexo Aeroportuário de São Gonçalo do Amarante/RN e a restauração de três trechos estratégicos da BR-101/Nordeste. Foram liberados para o tráfego 15 km da nova rodovia duplicada no Estado do Rio Grande do



Norte, 24 km no Estado da Paraíba e 14 km no Estado de Pernambuco. No Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, seguem em execução as construções dos canais de aproximação dos Eixos Leste e Norte e das Barragens de Areias e Tucutu. As Unidades Militares mantêm nos canteiros de trabalho cerca de 460 homens, 140 equipamentos de engenharia e 138 viaturas, com previsão de conclusão para 2010. Cabe ressaltar que será mantida, neste ano, a participação da Força Terrestre nos empreendimentos do PAC em São Gonçalo do Amarante, na BR-101/RN e no Projeto e Integração do São Francisco.

Na Amazônia, houve a continuidade das obras de construção e pavimentação da BR-163 Cuiabá/MT-Santarém/PA. No trecho do Estado do Pará, finalizou-se o asfaltamento de 30 km entre as cidades de Santarém e Rurópolis. No norte do Estado do Mato Grosso, entre a cidade de Guarantã do Norte e a divisa com o Estado do Pará, o Exército concluiu a pavimentação de 25 km da rodovia. No trabalho de reconstrução da BR-319 (Manaus-Porto Velho), foram pavimentados dois lotes (90 km) entre Porto Velho e Humaitá. Essa parte, concluída em 2009, permitiu a redução em cerca de 50% do tempo de viagem entre as duas cidades. Ao sul da cidade de Manaus estão sendo construídas duas pontes sobre os rios Castanho (315 m) e Tupana (350 m), que devem estar concluídas até meados de 2010.

A Engenharia do Exército concluiu, em 2009, a construção da Ponte Binacional Brasil-Guiana, com 230 metros de extensão, sobre o Rio Itacutu. Além disso, participa das obras de recuperação da BR-307 (São Gabriel da Cachoeira/AM-Cucuí/AM). Construiu e entregou à população a Ponte Sargento Laércio, que possibilita o acesso à cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM. As obras nas três BRs (163, 319 e 307) continuarão ao longo de 2010.

Como uma de suas mais relevantes missões do final de 2009, o EB apoiou o Ministério da Educação na segurança da distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2009. Nessa tarefa, o EB foi incumbido da guarda e escolta dos cadernos de questões, no deslocamento da gráfica em São Paulo até os 64 postos de distribuição dos Correios nos Estados.

As principais iniciativas do EB, planejadas para implementação e consecução no exercício 2010, decorrem da END, cujo maior objetivo é modernizar a estrutura nacional de defesa. Della decorreu a Estratégia Braço Forte, planejamento correspondente à Força Terrestre. Essa Estratégia é composta pelos Planos de Articulação e de Equipamento. O primeiro refere-se à otimização da distribuição espacial das organizações militares do EB por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica. O segundo trata da adequação, aparelhamento e modernização das unidades militares, conferindo-lhes flexibilidade e elasticidade, aperfeiçoando a sua capacitação para o cumprimento de suas missões constitucionais.

O Plano de Articulação divide-se em dois programas: Amazônia Protegida e Sentinel da Pátria. O Programa Amazônia Protegida tem como objetivo fortalecer a presença militar na Amazônia. Suas principais ações são a implantação de novos Pelotões Especiais de Fronteira e a complementação da estrutura operacional e logística da região. O produto dessas ações será o aumento da capacidade de monitoramento da fronteira, a condução de projetos de ciência e tecnologia, de mobilidade, de bem-estar da família militar e de comunicação social. Este último objetiva a divulgação do programa para a sociedade brasileira, devido a sua relevância para a consolidação da soberania nacional naquela importante área estratégica.

O Programa Sentinel da Pátria tem como escopo a reorganização e modernização das brigadas, unidades básicas de emprego da Força Terrestre. É constituído por ações de instalação, transformação e implantação de organizações militares em áreas estratégicas do Brasil, exceto a Região Amazônica, já priorizada pelo programa mencionado anteriormente.

Dentro desse objetivo, na área estratégica do Planalto Central, a Brigada de Operações Especiais, peça fundamental da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército Brasileiro, terá sua implantação continuada, em 2010, com a construção e a adequação de instalações, bem como a obtenção de Próprios Nacionais Residenciais destinados aos militares e suas famílias. Complementarmente, serão empreendidas as obras necessárias à transferência do Centro de Instrução de Operações Especiais de sua sede atual no Rio de Janeiro para Goiânia/GO, onde se integrará ao complexo da Brigada de Operações Especiais, a partir de 2011.

Permeando os Programas Amazônia Protegida e Sentinel da Pátria, o Plano de Articulação pretende desenvolver projetos que contemplem ações de apoio à família militar, criando condições de habitação nas regiões mais remotas do País, pela construção de próprios nacionais residenciais, unidades hospitalares, áreas de lazer e complexos educacionais. O Serviço Militar também será foco de projetos constantes do Plano de Articulação. Tais projetos possibilitarão a formação e a preparação da reserva mobilizável do Exército, pelo estabelecimento de Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, Tiros de Guerra, Escolas de Instrução Militar e Centros de Recrutamento e Desmobilização em localidades estrategicamente posicionadas no território, distantes das escolas; e unidades militares atualmente responsáveis pela formação de reservistas.

O Plano de Equipamento compreende os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro. O Programa Mobilidade Estratégica objetiva completar as dotações de aeronaves, blindados, viaturas, embarcações, equipamentos, armamentos e suprimentos para que a Força Terrestre tenha reais condições de atuar, em qualquer parte do território nacional, com seus próprios meios, no mais curto prazo. Em 2010, haverá a continuidade do cumprimento do contrato firmado com o Governo alemão, em 2006, para aquisição das viaturas blindadas de combate Leopard 1A5, com a previsão de chegada, neste ano, de quatro lotes, totalizando 110 carros de combate e, para 2011, mais três lotes com 81 carros de combate, promovendo, dessa forma, a equivalência tecnológica ao Brasil em relação aos demais países do Cone Sul, o que garante a necessária projeção nacional na região.

O Programa Combatente Brasileiro tem suas principais ações voltadas para a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a aquisição de meios de emprego militar diretamente afetos ao combatente, por meio de projetos de ciência e tecnologia que privilegiam a indústria nacional de material de defesa. A Nova Família de Blindados sobre Rodas, os meios de Defesa Antiaérea, de Artilharia, de Engenharia de Combate e Construção e de Comando e Controle são alguns dos objetos desse Programa. No ano de 2010, serão aplicados ainda recursos para pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, tais como a fabricação do lote-piloto do Projeto da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas (VBTP-MR), a Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR), a aquisição de insumos e contratação de serviços para o Projeto Míssil 1.2a, a produção de Morteiros Pesados 120 mm, o desenvolvimento do protótipo de Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT), a fabricação do lote-piloto do Projeto Radar Saber M60, a montagem de Óculos de Visão Noturna no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR) e a produção do lote-piloto do Equipamento Conjunto Rádio VHF veicular (Rádio Mallet).

Na área de ciência e tecnologia, o Exército tem como prioridades o desenvolvimento de projetos de materiais de emprego militar e, com maior destaque, a modernização da Indústria de Material Bélico (IMBEL), empresa pública de natureza estratégica, integrante da Base Industrial Mínima de Defesa vinculada ao Exército. Em 2010, há a previsão da continuidade do processo de reestruturação dessa empresa, com a recuperação de sua capacidade produtiva e o desenvolvimento de material de defesa destinado, prioritariamente, às Forças Armadas e Forças Auxiliares. Sob o enfoque doutrinário, em 2010 visualiza-se a modernização do Sistema de Doutrina Militar Terrestre, com a finalidade de atender às necessidades operacionais das Organizações Militares. Nesse sentido, busca-se modelo que permita ao EB ocupar-se da sua formulação doutrinária na qualidade

e quantidade necessárias à complexidade dos desafios, das tecnologias e dos cenários presentes neste século e compatível com a estrutura geopolítica do Brasil.

No contexto do fortalecimento da cooperação regional, como instrumento da política externa nacional, o Exército Brasileiro participará, em 2010, de exercício de Operações Combinadas com o Exército da Argentina, a ser realizado no território daquele país, com envolvimento de tropa binacional e de elementos de Estado-Maior.

Em 2009 a Força Aérea Brasileira (FAB), cumprindo sua missão de “Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional com Vistas à Defesa da Pátria”, manteve seu Plano de Recuperação Operacional com a aquisição e modernização de equipamentos e de aeronaves. Destacam-se a incorporação de aeronaves de transporte e de asas rotativas e, ainda, a preparação e adequação da infraestrutura das Organizações Militares para o recebimento das novas equipagens.

No tocante ao treinamento e capacitação da Força, foram realizadas manobras conjuntas de adestramento com Forças Aéreas estrangeiras da Venezuela, Peru, França e de outros países, permitindo a execução de planejamentos de operações combinadas, treinamentos de combate a tráfegos ilícitos transnacionais de baixa *performance* e operações ofensivas e de suporte, com o emprego das técnicas de voos para o exercício tático combinado.

Ressalta-se que a Força Aérea tem apoiado o Exército Brasileiro no restabelecimento da ordem social no Haiti, transportando pessoal e material, além da participação em vários eventos em conjunto com outros órgãos governamentais nas áreas de segurança, saúde, meio ambiente, defesa civil, etc. Manteve, também em 2009, linhas de voo para diversas cidades do território nacional e para algumas capitais da América do Sul, missões do Correio Aéreo Nacional, levando estudantes e profissionais de diversas áreas de atuação para atendimento de populações carentes.

A FAB atuou na recuperação de 11 aeródromos no Estado do Amazonas: Parintins, Maués, Barcelos, Manicoré, Fonte Boa, Eirunepé, Lábrea, Borba, Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença. Em continuação às obras naquele Estado, em 2010, serão realizadas as ampliações e reformas nos seguintes aeródromos: São Paulo de Olivença, Eirunepé, Barcelos, Humaitá, Manicoré, Borba, Maués, Santa Isabel do Rio Negro, Lábrea e Fonte Boa. Está prevista, também, a ampliação dos seguintes aeródromos na mesma região: Tiriós, Surucucu, Iauareté, Palmeiras do Javari, Estirão do Equador, Tunuí-Cachoeira, Vilhena, Eirunepé, Moura e Porto Velho. Destaca-se ainda a construção, pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), da Pista de Santa Rosa do Purus/AC, na divisa com o Peru.

No campo científico e tecnológico, o Comando da Aeronáutica atuou por meio da manutenção da excelência no ensino, da pesquisa e do desenvolvimento, conduzidos pelos Institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Merece destacar que a principal contribuição do Comando da Aeronáutica para fomentar o parque aeroespacial brasileiro está relacionada com a excelência na formação de recursos humanos e em sua destinação, pois mais de 80% dos engenheiros graduados e mais de 90% dos mestrandos e doutorandos formados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) estão atuando em empresas relacionadas ao setor aeroespacial brasileiro.

Quanto às pesquisas e desenvolvimento na fronteira do conhecimento, merece ressaltar que o Brasil, por meio do DCTA, está se destacando perante o mundo ao realizar os ensaios de um modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina. Concebeu e instalou a infraestrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a *laser*. O Brasil está, dessa forma, sendo

pioneiro no desenvolvimento de tecnologia alternativa para o acesso ao espaço e, pela primeira vez, a viabilidade do emprego da propulsão a *laser* em velocidades hipersônicas. Desenvolveu também o primeiro motor aeronáutico a pistão *flex*, que foi projetado e será certificado para operar pelas pequenas aeronaves da aviação civil.

No domínio das tecnologias estratégicas, o DCTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou em laboratório o primeiro turborreator aeronáutico a querosene de aviação, inserindo o Brasil no seletivo grupo de países que detêm tal tecnologia. Realizou também o ensaio de queima em banco do motor S-43, que é um propulsor a propelente sólido usado no 1º, 2º e 3º estágios do Véículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

A implementação de recursos nas atividades aeronáuticas ligadas ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), que cobre ininterruptamente serviços de navegação aérea numa área de 22 milhões de quilômetros quadrados, permitiu ao Comando da Aeronáutica, que coordena o trabalho de mais de 13 mil profissionais, manter o funcionamento de mais de 6 mil equipamentos espalhados em todo o território nacional.

Na área operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, foram modernizados radares meteorológicos, com a implementação de novas configurações. Essas medidas permitiram aos equipamentos a varredura em três níveis de elevação, proporcionando uma representação mais fiel das formações entre 250 e 400 km do radar. Foram adquiridos e implantados quatro Sistemas de Inspeção em Voo automatizados nas Aeronaves IC-95 do Grupo Especial de Inspeção em Voo, além das seguintes realizações: integração dos Radares de Sinop, Conceição do Araguaia e São Félix do Araguaia ao Centro de Controle de Área de Brasília (ACC-BS); integração do Radar Terminal de Área TA-10M/RSM-970S do Gama ao Controle de Aproximação Brasília (APP-BR) e ao Centro de Controle de Área Brasília (ACC-BS); homologação e integração do Radar TPS-B34 de Eirunepé ao Centro de Controle de Área Amazônico (ACC-AZ); integração do Radar TA-10M/RSM-970S de Confins ao ACC-BS e ao Controle de Aproximação Belo Horizonte (APP-BH); homologação e integração do Radar Star 2000/RSM 970S de Campo Grande ao Controle de Aproximação Campo Grande (APP-CG) e integração do Radar Secundário RSM 970S ao Centro de Controle de Área Curitiba (ACC-CW); integração dos Radares Secundários (RSM-970S de Pico do Couto, Santa Teresa, Galeão, Santa Cruz, Campo Grande e de Confins) e dos Radares Primários (TRS-2230 de Pico do Couto e Santa Teresa) e dos Radares Primários (TA-10M1 do Galeão e de Santa Cruz) ao novo STVD X-4000 do ACC-CW; integração do Radar TPS B-34/Condor 9600 MK II de Porto Esperidião ao STVD ACC-BS; e integração do Radar TPS-B34 de Porto Seguro na síntese do STVD do Centro de Controle de Área Recife (ACC-RF).

Quanto ao gerenciamento de tráfego aéreo, foi realizada a reestruturação da circulação aérea para a Área de Controle Terminal Belo Horizonte (TMA-BH), com redirecionamento das aerovias para Vitória, Brasília e São Paulo e ativação de novos procedimentos de saída e chegada para os Aeroportos de Confins e Pampulha. Foram realizados também o redirecionamento e a ativação de Rotas de Navegação de Área (RNAV) de longo curso, para permitir a redistribuição do tráfego de maneira equilibrada entre as Regiões de Informação de Voo (FIR) nacionais.

Na área técnica, foram executados: a implantação de estações remotas de VHF e V/UHF *Data-Link* em Jundiá, Eirunepé, Viseu, Tarauacá, Ji-Paraná, Fortaleza, Ribeirão Preto, Gavião Peixoto, Pirassununga e Galeão; o início da implantação de estações remotas de VHF em Corumbá, Ponta Porã, Coxim, Paranaguá, Porto Primavera, Guarapuava e Urubupungá; o início da substituição de estações remotas de VHF e UHF dos sítios de Assis, Canguçu, Catanduvas, Curitiba, Jaraguari, Morro da Igreja, Passo Fundo, Canoas e Santiago; a implantação de estações remotas do sistema de telecomunicações via satélite TELESAT em Jundiá, Eirunepé, Viseu, Tarauacá, Ji-Paraná e Oiapoque; a implantação ou substituição de Centrais de Áudios e Gravadores nos ACC Recife e Amazônico

e nos APP Curitiba, Campo Grande, Cuiabá, Santa Cruz, São José dos Campos, Porto Alegre e Florianópolis; a implantação de Radares de Área Terminal Star 2000 em Macaé, Porto Seguro, Ribeirão Preto e Natal; o início da modernização dos Radares de Aproximação de Precisão PAR-2000 de Santa Cruz, Canoas, Santa Maria e Anápolis; e a modernização e implantação de sistemas de energia, de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento e de climatização das áreas operacionais do Sisceab.

Na área de tecnologia da informação, foram realizadas a modernização e padronização de Torres de Controle, a inauguração das novas Torres de Congonhas e Galeão e iniciados os trabalhos nas Torres de Curitiba, Confins, Belém e Florianópolis. Tal revitalização proporcionou melhoria significativa no controle do espaço aéreo da FIR-Curitiba (Região de Informação de Voo – Curitiba), com a introdução de novas tecnologias e funcionalidades, tais como: integração do radar de Guajará-Mirim ao Sistema de Tratamento de Visualização de Dados (STVD) do ACC-Amazônico; integração do Radar TPS-B34/Condor 9600 MKH de Eirunepé-AM; integração dos Radares Star-2000 e TA-10M ao STVD do ACC-Amazônico; integração dos Radares da FIR Curitiba ao novo STVD do ACC-Curitiba; integração dos Radares de Porto Seguro e Salvador ao STVD do ACC-Recife; integração dos Radares dos Setores 13 e 14 ao ACC-CW; instalação de configuração da comunicação do Centro Madri com o Centro de Comutação Automática de Mensagem (CCAM), no Cindacta III; montagem dos ambientes ACC-Brasília, ACC-Curitiba, ACC-Amazônico e no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea) – contingência para operação em situação emergencial; revisão e atualização do *software* dos servidores do sistema nova Rede Administrativa de Comutação Automática de Mensagens (Racam); gerência do desenvolvimento do módulo aeródromo do Sistema Estatístico de Tráfego Aéreo (Seta Millennium); instalação do programa Sistema de Comutação de Mensagens Administrativas – Nova Racam (SCMA-NR) e acompanhamento dos resultados obtidos durante os testes de instalação e operacionalidade da nova versão do programa SCMA-NR nos terminais clientes de supervisão RJ e da ECM-C43 (Estação de Comutação de Mensagem), no Destacamento de Controle do Espaço Aéreo – Telemática – Rio de Janeiro (DTCEATM-RJ); e integração de ACC entre países da América do Sul e Caribe – Plano de Interconexão e a Modernização do Sistema de Slots do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA).

Como resultado desses investimentos, no que concerne aos Serviços de Navegação Aérea (ANS), sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), o Sisceab obteve, da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) a segunda colocação em termos de conformidade, com índice de 95%. Este resultado coloca o Brasil num elevado patamar em termos de certificação, superior a diversos países desenvolvidos como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austrália. Para o exercício de 2010 o Comando da Aeronáutica dará continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, com o objetivo de elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, visando ainda ao atendimento da demanda média de crescimento do tráfego aéreo no País e melhor monitoramento do nosso espaço aéreo.

O Decea está implementando a moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo) elaborados pela OACI, tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas. Os serviços implementados já têm proporcionado benefícios aos usuários, além de experiências para a aplicação na FIR (Região de Informação de Voo) Atlântico, nas demais áreas do Caribe (CAR) e da América do Sul (SAM). A implementação dos meios CNS/ATM atesta a liderança do Brasil no contexto da navegação aérea na Região do Caribe e América do Sul. Essa posição é atualmente confirmada pela escolha do País como sede do órgão que terá a incumbência primeira de avaliar o risco de colisão no espaço aéreo RVSM (Separação Mínima Vertical Reduzida) na Região.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a implantação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sigipaer), que permitirá a coleta e recuperação de dados de acidentes aeronáuticos, a veiculação de documentos, o controle das ações preventivas, a produção e distribuição de relatórios, o gerenciamento completo dos processos de investigação, a análise e a projeção de estatísticas e a integração de todos os elos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer). Destacam-se também os resultados obtidos pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), que atingiu nível de conformidade de 96%, empatado com o primeiro colocado no *ranking* mundial, a EASA (European Aviation Safety Agency), e à frente de países como EUA, Canadá, França, Itália, Alemanha, Austrália, China e Índia.

Na área humanitária, a Força Aérea Brasileira participou ativamente de missões de ajuda, transportando médicos, equipamentos cirúrgicos, mantimentos e medicamentos para regiões do interior do Acre e Amazonas; e mantimentos e medicamentos para regiões do interior do Nordeste. No que concerne à campanha de vacinação, a FAB transportou profissionais da Funasa para realizar a referida campanha em cerca de 450 comunidades isoladas do interior do País. A FAB atuou também no socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas no Estado de Santa Catarina, no qual foram voadas mais de 408 horas e transportados 2.088 passageiros e 523.148 kg. O Hospital de Campanha da Aeronáutica (HCAMP), instalado no Vale do Itajaí, atendeu em 19 dias 2.916 pessoas e distribuiu mais de 63 mil medicamentos. No que tange à ajuda ao exterior, a Força Aérea prestou socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas na Bolívia, no qual transportou 3.152 passageiros e 319.279 kg de carga, entre alimentos, coletes salva-vidas, medicamentos, rações operacionais e materiais para atendimento às vítimas. Foram voadas mais de 598 horas. A FAB também participou da busca e resgate das vítimas do citado acidente aéreo ocorrido no Oceano Atlântico com o Airbus A-330 da Air France, voo 447, em 31 de maio de 2009. A Aeronáutica atuou na região com 10 aeronaves e 250 militares deslocados, além do efetivo do Segundo Comando Aéreo Regional (Comar 2). As aeronaves superaram mais de mil horas de voo nas duas primeiras semanas após o trágico acidente.

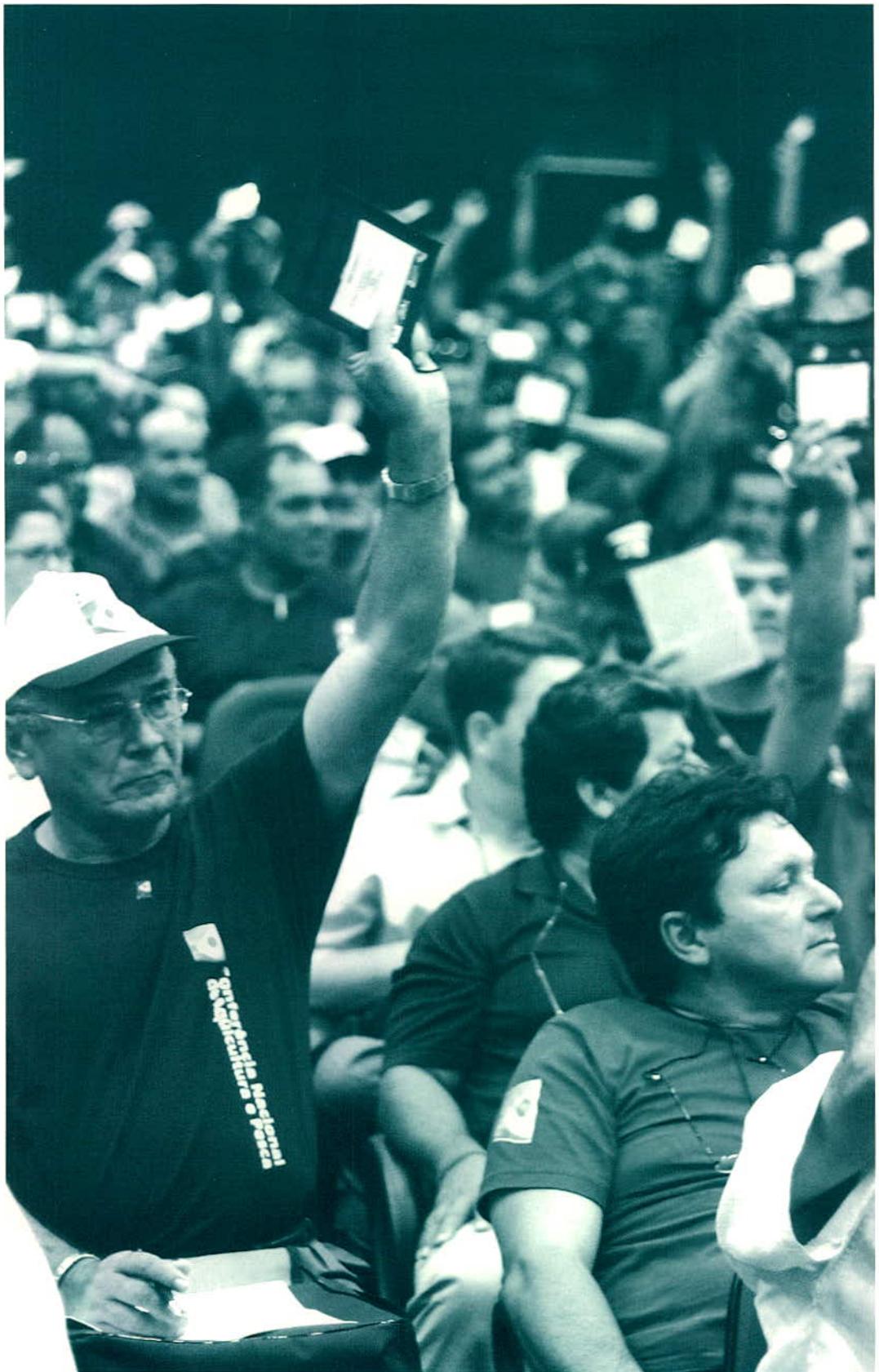
Em 2010, uma das metas é a implantação da fase 3 do Laboratório de Leitura de Dados de Gravadores de Voo (LABDATA), que permitirá a extração e leitura de informações de equipamentos gravadores de voo, danificados em função de acidente aeronáutico. A END estabelece a necessidade da vigilância sobre o território nacional, com priorização para a Região Amazônica. Nesse sentido, com vistas a ampliar a presença militar na Amazônia, estão previstos dois novos Destacamentos de Aeronáutica, situados em Vilhena, no Estado de Rondônia, e em Eirunepé, no Estado do Amazonas, além de ampliação e melhorias no Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira/AM. Ainda em apoio à presença militar na Região Amazônica e no Centro-Oeste, bem como atendendo às necessidades de adestramento e pronto-emprego da Brigada Paraquedista, de modo a propiciar o rápido deslocamento dessas forças para qualquer ponto do Território Nacional, o Comando da Aeronáutica estuda a implantação de Base Aérea na Região Centro-Oeste, ou em outra localidade próxima ao centro decisório do País, em coordenação com o Exército Brasileiro.

No campo operacional, orientado pelo Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (Pemaer), a FAB dará prosseguimento à modernização e adequação de sua infraestrutura, de forma a comportar a incorporação de novos equipamentos, bem como a revitalização dos existentes. O Pemaer define objetivos estratégicos para o período compreendido entre 2008 e 2031, bem como os projetos estratégicos necessários para alcançá-los, orientando o processo de priorização dos recursos disponíveis, definindo atribuições e responsabilidades. Ainda nesse campo, a FAB deverá dar continuidade, neste ano, à execução de exercícios tático-operacionais com outras Forças Aéreas, tais como: Cruzex V, quinta edição de um exercício nos moldes da Otan, a ser realizado em Natal/RN, envolvendo as Forças Aéreas da Argentina, Chile, França, Uruguai e Venezuela, além da participação, pela primeira vez, da Força Aérea dos Estados Unidos; Operação Atlântico II; Operação Amazônia; Operação

Bolívia-Brasil (BOLBRA); Operação Peru-Brasil (PERBRA); Operação Venezuela-Brasil (VENBRA); e Operação Porteira Fechada. Participará também do Exercício *Cooperación I*, a ser realizado no Chile, com a participação de várias Forças Aéreas das Américas, num evento realizado pelo Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (Sicofaa), simulando missões de apoio humanitário numa situação de desastre natural.

Além disso, a FAB estará presente no Exercício *Angel Thunder*, em Tucson, Arizona, nos EUA, participando de missões de *Personal Recovery*, uma evolução do conceito de Busca e Resgate, pois envolve a participação de outras agências norte-americanas, tais como o FBI, o DEA e a CIA. Todas essas ações trarão benefícios ao País, pois possibilitarão a elevação da operacionalidade das tripulações brasileiras, uma vez que estarão em contato e terão a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e intercambiar experiências com Forças Aéreas que possuem experiência em combate, elevando o conceito da FAB, principalmente no contexto sul-americano.

No campo do desenvolvimento científico-tecnológico, estão previstas para 2010 diversas ações, destacando-se as seguintes: concluir a construção da Plataforma de Integração e Lançamento do VLS-1 em Alcântara/MA; desenvolver o modelo de integração de redes elétricas do VLS-1; realizar operações de lançamento de foguetes de sondagem para experimentos de microgravidade; continuar o desenvolvimento de aeronave para missões de transporte aerotático, aeroestratégico e aerológico (KC-X); continuar o desenvolvimento de um veículo aéreo não-tripulado para reconhecimento tático; desenvolver sistemas missilísticos para a Força Aérea, incluindo mísseis ar-ar de curto, médio e longo alcance para a defesa aeroespacial; e continuar a formação de recursos humanos para o setor aeroespacial, dentre eles cem engenheiros, 25 doutores, 130 mestres, 55 mestres profissionais e 60 especialistas em aeronáutica.



VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

2010



VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Articulação com a Sociedade Civil

A participação social nas definições das políticas públicas, nas etapas de elaboração, acompanhamento, avaliação e, em alguns casos, revisão, tornou-se importante instrumento para a interlocução do Governo com a sociedade civil, por intermédio de diversas instâncias, permitindo o diálogo permanente com a sociedade. Essa interlocução com os diferentes segmentos da sociedade civil foi fundamental, também, para o Governo enfrentar os desafios impostos pela recente crise econômica mundial e, por meio do diálogo com as centrais sindicais, representações empresariais e outros segmentos organizados, propor em conjunto soluções para amenizar as consequências dessa crise que abalou a economia internacional.

Desde 2003, foram criados ou consolidados novos canais de participação social – como os Conselhos de Políticas Públicas, Conferências, Mesas de Diálogo, Ouvidorias, Mesas de Negociação, Consultas e Audiências Públicas e Fóruns de Debate –, que contribuíram para estimular parcerias e ampliar a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Esse amplo processo de participação criou um ambiente de corresponsabilidade nas decisões governamentais, que tem sido essencial para o exercício da democracia no País.

Em 2009, foram realizados cerca de 700 encontros de trabalho com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil da cidade e do campo. Na área rural, foram coordenadas e articuladas as respostas às reivindicações do Grito da Terra 2009; da 3ª edição da Marcha das Margaridas; da V Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; e da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Um dos resultados desse trabalho foi o aumento dos recursos destinados ao Plano Safra da agricultura familiar, que chegou aos R\$ 15 bilhões para o período 2009/2010.

As mobilizações sociais urbanas, também, alcançaram resultados concretos. Em 2009, o Governo, para enfrentar o déficit habitacional, implantou o mencionado Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi discutido com os movimentos de luta pela moradia popular e reforma urbana, e a política de incentivo tributário aos setores da construção civil, indústria automobilística e a chamada linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar etc.), vinculada à garantia do emprego. Essa política de incentivo foi amplamente discutida com as centrais sindicais e o empresariado industrial.

Também, como importante mecanismo de articulação com a sociedade civil, tem-se as consultas públicas, que em 2009 foram realizadas sobre: i) o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Xingu e o processo de escolha das entidades da sociedade civil para composição do Fórum de Gestão do Plano BR-163; ii) a liberação dos preços das passagens aéreas para a Europa e EUA, o que culminou com a regulamentação da liberdade tarifária para todos os voos internacionais de empresas regulares, nacionais ou estrangeiras, que partem do Brasil; iii) o texto preliminar do PL que visa a substituir o atual Estatuto do Estrangeiro; iv) a definição dos objetivos e das diretrizes para facilitar e ampliar o acesso da população masculina às ações e aos serviços de assistência integral à saúde; v) a atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, como incentivo à mudança do modelo técnico-assistencial; vi) a atualização das políticas públicas em telecomunicações; vii) o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado); viii) o PL para regulamentar a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes, com possibilidade de bônus para servidores; ix) a implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV), que fará o transporte de passageiros entre as

cidades do Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas; e x) o aperfeiçoamento do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DSTs.

2. Cooperação Internacional

O Governo esforçou-se, também, para incorporar a sociedade civil nas ações de cooperação internacional do Brasil, sobretudo aquelas voltadas para a integração regional e apoio ao desenvolvimento na África e na América Latina. Em 2009, foram realizadas três reuniões ordinárias do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, a fim de aprofundar as discussões sobre integração produtiva e ampliar o debate sobre o funcionamento do Instituto Social do Mercosul e a criação do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas e Empreendimentos de Pequeno Porte do Mercosul. O Instituto Social do Mercosul (ISM), inaugurado em 2009, é responsável pela elaboração de pesquisas e estudos a respeito da viabilidade de projetos sociais no bloco dos países integrantes do Mercado Comum. Ainda em relação ao Mercosul, para promover a sua divulgação nos Estados e estimular a participação da sociedade civil e das autoridades locais no debate dos temas relativos à integração, foi realizada em São Luís/MA a sétima edição do Programa “Encontros com o Mercosul”. A experiência participativa do Mercosul foi discutida no Conselho de Ministros da União de Nações Sul-Americanas e no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo de ampliar os espaços de participação da sociedade civil nos acordos governamentais. Como resultado dessa iniciativa, será realizado, em 2010, o I Foro da Sociedade Civil da CPLP, que ocorrerá simultaneamente à reunião dos presidentes dos países integrantes da CPLP, com a participação dos movimentos sociais.

No âmbito do programa “África-Brasil: participação social e cooperação internacional”, o Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, realizou um seminário para promover o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas implementadas no Brasil e em diferentes países da África. A partir do encontro, foram definidas áreas prioritárias para ações de cooperação entre organizações sociais e foi elaborado o projeto de cooperação para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, a ser implementado, em 2010, na África do Sul, Moçambique e Namíbia.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, foi realizada missão ao Haiti com o objetivo de debater com representantes do Governo e da sociedade civil haitiana alternativas para ampliar a participação social em projetos de cooperação entre os dois países. Também foi realizado o “Colóquio Brasil-França – Cooperação, Solidariedade e Democracia, Luta contra as Desigualdades e a Exclusão”. O encontro abordou o papel da participação social na cooperação entre a França e o Brasil e buscou aprofundar o intercâmbio entre suas organizações sociais. Também, houve a realização do I Fórum Bilateral de Diálogo Social Brasil-Noruega, promovendo o debate entre governos, entidades sindicais e empresariais de ambos os países sobre a importância do diálogo social na construção de políticas públicas.

A construção de uma agenda comum com os Estados e Municípios, que sustente o atual ciclo de desenvolvimento, passa pelo fortalecimento da crescente ação internacional desses entes, por meio da consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa e da articulação dessas ações com os eixos prioritários da política externa brasileira. Como forma de aproximar as demandas da cidadania e dos territórios do Mercosul, priorizou-se, em 2009, a consolidação do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul (FCCR), espaço de participação direta de governadores e prefeitos. Esse Foro é coordenado pela Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República, destacando-se como suas principais ações: i) o apoio a projetos



dos governos subnacionais, com os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); ii) a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz do Iguaçu), que criaram mecanismos de articulação e inserção dos governos locais e estaduais nas políticas nacionais para o Mercosul, a exemplo da Rede de Pesquisa e Tecnologia Agropecuária e a parceria entre a Embrapa e instituições estaduais; iii) a realização do 1º Encontro de Comércio Exterior (Encomex) do Mercosul; iv) a criação da Rede Mercosul de Governadores e Prefeitos de Estratégia do Trabalho Decente, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e v) o Projeto de Integração Fronteiriça, com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, objetivando a constituição de observatório que mapeará e apoiará as ações de integração dos governos locais de fronteira.

3. Informação ao Cidadão

O Governo manteve e fortaleceu as ações que vinha desenvolvendo com o objetivo de aperfeiçoar, integrar e fortalecer os canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, a fim de informar e esclarecer os cidadãos sobre políticas públicas, programas e ações governamentais, de acordo com o que dispõe o art. 37, § 1º da Constituição Federal.

Um importante canal de comunicação com a população foi estabelecido por meio da imprensa. O Governo procurou se dirigir a todos os níveis desse setor. Ao mesmo tempo, a ação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) ampliou os esforços para promover a imagem do Brasil no exterior.

O número de entrevistas concedidas pelo Presidente da República aumentou pelo quinto ano consecutivo. Foram mais de 260 entrevistas para a mídia nacional e internacional, uma média de cinco por semana, sendo 242 coletivas e 120 exclusivas, das quais 72 presenciais e 48 por escrito. Em 2009, o Presidente concedeu entrevistas para a grande maioria dos principais veículos de comunicação do mundo, com o objetivo de transmitir duas mensagens principais: que o Brasil estava preparado para enfrentar a crise internacional e sair mais fortalecido dela e que o Rio de Janeiro teria condições e merecia sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Foram 53 entrevistas exclusivas para a mídia internacional, mais de uma por semana, em média – o dobro do ano anterior. Só no contexto da candidatura e escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, foram cerca de 20 desde julho de 2008, o que resultou em mais de 1.500 matérias publicadas sobre o tema na imprensa internacional. O resultado desse esforço foi destacado nas primeiras páginas de mais de 230 jornais internacionais. A vitória brasileira e a superação da crise financeira internacional contribuíram para o crescente interesse que o Brasil vem despertando no cenário mundial.

As entrevistas exclusivas para a imprensa regional, também, tiveram o aumento expressivo de 70% no ano passado. Cresceram de 31 para 52, principalmente em razão da incorporação das entrevistas para comunicadores de rádios populares locais nas agendas de viagem do Presidente ao interior do País. Foram 17 entrevistas exclusivas nesse formato, em 2009, além de 4 coletivas, como a concedida pelo Presidente no canteiro de obras do Projeto São Francisco. No contexto dessa viagem, foi promovida uma visita guiada de jornalistas brasileiros e estrangeiros para conhecer o projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, que vão beneficiar mais de 12 milhões de brasileiros. A magnitude da obra e seu impacto social foram retratados em reportagens de jornais, revistas e emissoras de televisão regionais, nacionais e internacionais.

Já consolidados, os programas semanais de rádio Café com o Presidente e Bom Dia Ministro tiveram, juntos, mais de 100 edições, em 2009. Pesquisa realizada pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que produz os dois programas, aferiu que mais de 1.200 emissoras de rádio em todo o País reproduzem integral ou parcialmente o Café. O Bom Dia Ministro, por sua vez, transmitiu 55 entrevistas ao vivo com 33 ministros, feitas por 178 emissoras de rádio de 95 cidades brasileiras. A novidade de 2009 foi a criação do Brasil em Pauta, outro programa de rádio com entrevistas mensais de outros graduados funcionários do Governo. Foram 10 edições com presidentes de estatais e coordenadores de programas prioritários, com a participação de 78 rádios.

A Secretaria de Imprensa da Presidência, também, implementou outras duas iniciativas importantes: a criação do Blog do Planalto e a coluna de jornal O Presidente Responde. No ar desde agosto, o Blog tem permitido à Presidência da República relacionar-se diretamente com o público de uma nova mídia, que cresce em importância, e com as chamadas redes sociais. Integrando fotos, vídeos, áudios e infográficos, adotando linguagem mais acessível, o Blog colabora para uma melhor compreensão dos programas e políticas de governo. Nos primeiros quatro meses de existência, o Blog do Planalto já foi acessado por mais de 450 mil visitantes em mais de 100 países e mais de 260 cidades brasileiras.

A coluna O Presidente Responde, que estreou em julho, abriu canal direto do cidadão com o Presidente. Semanalmente, ele responde a três perguntas de leitores de 156 jornais, que atingem 107 Municípios de 23 Estados mais o Distrito Federal. Em 2009, o Presidente já respondeu a 78 perguntas de brasileiros. Foram editados 218 boletins “Em Questão”, em versão impressa e digital, e implementada a sua reformulação gráfica e editorial, com aumento do número de páginas e o uso de cor. Foram, ainda, realizadas Palestras, Fóruns e Seminários sobre Comunicação de Governo e temas relacionados à Comunicação Pública no Brasil e no exterior.

Na área internacional, foram realizadas ações relativas ao Projeto de Divulgação do Brasil no Exterior, a partir de fevereiro de 2009, quando foi contratada, por meio de licitação, empresa de assessoria de imprensa e relações públicas para promover o Brasil no exterior. Destacam-se ações como a prospecção, elaboração e distribuição de pautas e comunicados de imprensa para jornalistas estrangeiros e formadores de opinião; e a elaboração de textos de referência sobre temas estratégicos para o Brasil, como energia, meio ambiente e ciência e tecnologia. No que se refere à área de relações públicas, iniciaram-se projetos para informar e sensibilizar a opinião pública internacional sobre diversos temas como meio ambiente e combate a formas análogas ao trabalho escravo. Foram realizados dois seminários no exterior, com a presença do Presidente da República e ministros, em Nova Iorque e Londres, com o objetivo de atrair investimentos e mostrar como o Brasil estava enfrentando os efeitos da crise internacional.

Em 2009, foram realizadas inúmeras ações de publicidade, entre campanhas institucionais, campanhas de utilidade pública, ações de divulgação e produção de material de ambientação em eventos e publicações institucionais, com o objetivo, dentre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do Governo, ressaltando-se: Balanços do PAC, Programa Minha Casa, Minha Vida, Melhoria do Atendimento aos Segurados da Previdência Social, Portal da Transparência, ProJovem Urbano, Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica do Cidadão, Memórias Reveladas, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Campanha sobre as Ações Sociais do Governo, Semana Nacional do Peixe, Integração da Bacia do Rio São Francisco, Proposta de Marco Regulatório do Pré-Sal, Campanha sobre Educação, Conferência Nacional de Comunicação, Conferência das



Partes sobre o Clima (COP 15), Qualificação de Beneficiários do Bolsa Família, Olimpíadas 2016, Ano da França no Brasil e Seminários Internacionais sobre Investimentos no Brasil, em Nova Iorque e Londres.

Em consonância com a política de descentralização da aplicação de recursos publicitários, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República aprofundou o processo de regionalização da comunicação. Para tanto, ampliou a base de dados do Cadastro Nacional de Veículos de Mídia, que compila informações de emissoras de rádio e jornais do País, chegando a cidades com população acima de 20 mil habitantes.

A Diretoria de Patrocínios da Secom criou uma base de dados para troca de informações sobre normas, modelos de contrato, prestação de contas e avaliação de resultados, e estimulou a adoção de editais para seleção pública de projetos de patrocínio. O Módulo Patrocínio do Sistema de Controle de Ações de Comunicação (Sisac) está totalmente implantado e conta com uma base de 754 usuários e 64 instituições patrocinadoras (empresas estatais e autarquias), permitindo maior celeridade e controle das ações envolvendo patrocínio.

Devido à crescente importância da Internet para a comunicação pública, foram desenvolvidas, em 2009, várias ações para ampliar a presença nessa área, com a contratação, por meio de processo licitatório, de empresa de comunicação digital, que começou a trabalhar em março de 2009. Foram lançados os novos sítios da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Em 2010, será lançado o novo Portal Brasil e o Portal da Presidência e haverá a continuidade das ações de promoção do Brasil no exterior, além de ações de publicidade institucional e de utilidade pública.

4. Interlocução Social

a) Conferências Nacionais

As Conferências Nacionais traduzem a importância dada pelo Governo aos processos de participação social. De 2003 a 2009, foram realizadas 66 Conferências Nacionais, que abrangeram 36 áreas setoriais e mobilizaram mais de 4,5 milhões de pessoas em todo o País. Os debates ocorreram em nível municipal, regional, estadual e nacional, definindo prioridades e oferecendo subsídios para a elaboração das políticas públicas. Coordenadas pelos Ministérios em suas respectivas áreas de atuação, as Conferências Nacionais são articuladas e acompanhadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, sendo que as informações sobre as Conferências e os Conselhos Nacionais estão disponíveis na seguinte página da Internet: www.presidencia.gov.br/secgeral.

Em 2009, foram realizadas:

- 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – ocorrida em Brasília, no período de 18 a 20 de março, com o tema “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – Avanços e Desafios”, essa Conferência foi promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos para debater a efetivação dos direitos das pessoas idosas, entre eles proteção e defesa; enfrentamento à violência; atenção à saúde; previdência social; assistência social; e educação, cultura, esporte e lazer;

- 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente – promovida pelo Ministério da Educação, dos dias 3 a 7 de abril,

com o tema “Mudanças Ambientais Globais: Terra, Fogo, Água e Ar”, a Conferência teve como objetivo fortalecer a Educação Ambiental nos Sistemas de Ensino;

- 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – com o tema “Os avanços, os desafios e as perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, a Conferência foi organizada pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em Brasília, entre os dias 25 e 28 de junho, para avaliar a implementação das políticas públicas aprovadas na 1ª Conferência e acompanhar a implantação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal – “ Democratizar as Relações de Trabalho, Diretrizes de Carreiras, Gestão por Competências” foi o tema da Conferência, realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília, dos dias 6 a 9 de julho;
- 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – com o tema “Segurança com Cidadania: Participe dessa Mudança!”, o Ministério da Justiça realizou, em Brasília, dos dias 27 a 30 de agosto, essa Conferência Nacional, que teve como objetivo definir princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública;
- 3ª Conferência Nacional Aquicultura e Pesca – a “Consolidação de uma Política de Estado de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca” foi o tema dessa Conferência, realizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em Brasília, no período de 30 de setembro a 2 de outubro, com o objetivo de consolidar uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável do setor;
- 2ª Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior – o Rio de Janeiro sediou o encontro entre os dias 14 e 16 de outubro. A Conferência foi promovida pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre Gusmão e debateu os temas: cultura e educação; trabalho, previdência e saúde; e serviços consulares, regularização migratória e representação política;
- 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – realizada em parceria pelo Ministério da Educação e Ministério da Justiça (Funai), em Luziânia/GO, no período de 16 a 20 de novembro, teve como tema “Educação Escolar Indígena: Gestão Territorial e Afirmação Cultural”. O objetivo foi ouvir os representantes dos povos indígenas e das organizações não governamentais da área indígena e indigenistas sobre as necessidades da educação escolar indígena;
- 7ª Conferência Nacional de Assistência Social – a “Participação e Controle Social no SUAS” foi o tema do encontro realizado pelo MDS, em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social. A Conferência ocorreu em Brasília, no período de 30 de novembro a 3 de dezembro, e teve como objetivo avaliar o trabalho realizado e debater propostas para o aperfeiçoamento do SUAS;
- 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – com o tema “Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal”, o encontro ocorreu de 7 a 10 de dezembro, em Brasília, tendo como objetivo analisar e definir diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas à elaboração do Plano Decenal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental – realizada em Brasília, entre os dias 9 e 12 de dezembro, com o tema: “A Saúde Ambiental na Cidade, no Campo e na Floresta: Construindo Cidadania, Qualidade de Vida e Territórios Sustentáveis”. A Conferência foi promovida pelo Ministério da Saúde, em parceria com os Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, cujo objetivo foi elaborar propostas para a política integrada no campo da saúde ambiental;

- 1ª Conferência Nacional de Comunicação – realizada pelo Ministério das Comunicações, essa Conferência foi realizada em Brasília, entre os dias 14 e 17 de dezembro, para debater o tema: “Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital”.

Em 2010, está prevista a realização das seguintes Conferências:

- 2ª Conferência Nacional de Cultura – será realizada pelo Ministério da Cultura, no período de 11 a 14 de março deste ano, em Brasília, para debater o tema “Cultura, Desenvolvimento, Diversidade e Cidadania”;

- 1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social – tendo como tema “Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social”, a Conferência será realizada pelo Ministério da Saúde, em Brasília, do dia 22 a 26 de março. O objetivo é estruturar as agendas pela universalização do direito à seguridade social, articulada com os governos participantes e organismos intergovernamentais;

- 1ª Conferência Nacional de Educação – está prevista para acontecer em Brasília, no período de 23 a 27 de abril, e será realizada pelo Ministério da Educação, com o tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. O objetivo da Conferência é garantir a participação da sociedade na definição das políticas públicas de educação no Brasil;

- 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil – “Por uma Ação Integral e Contínua” é o tema do encontro nacional, que acontecerá em Brasília, de 25 a 27 de abril. A Conferência será promovida pelo Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo avaliar a situação da Defesa Civil e definir diretrizes que possibilitem o fortalecimento da participação social no planejamento, gestão e operação do Sindec;

- 4ª Conferência Nacional das Cidades – terá como tema “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano” e será promovida pelo Ministério das Cidades, nos dias 25 a 28 de maio. O objetivo do encontro é identificar os avanços e resultados das Conferências anteriores e avaliar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU); e

- 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária – que será realizada no mês de junho, em Brasília, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Conselho Nacional de Economia Solidária. Tem como objetivo o incentivo à adoção da Economia Solidária como direito, estratégia e política de desenvolvimento.

b) Conselhos Nacionais

Os Conselhos Nacionais – órgãos colegiados, cuja maioria conta com ampla representação da sociedade civil e do Poder Executivo – reúnem-se regularmente para acompanhar, avaliar e propor alterações nas políticas públicas em suas respectivas áreas de atuação. De 2003 a 2009, foram criados 18 novos Conselhos e outros 18 foram reformulados. Hoje, o País conta com 125 Conselhos, com competência para aprovar diretrizes em políticas públicas nos mais diversos setores, como Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Econômico e Social, Juventude, Defesa dos Direitos da Pessoa

Humana, Direitos do Idoso, das Crianças e Adolescentes, da Mulher e Promoção da Igualdade Racial. A atuação desses Conselhos é fundamental para o aperfeiçoamento do diálogo social e da democracia, bem assim para a transparéncia e efetividade da ação governamental.

c) Programa de Formação de Conselheiros Nacionais

Com o objetivo de contribuir para a formação qualificada dos integrantes dos Conselhos Nacionais, o Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a ENAP, desenvolveu o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. O programa surgiu da necessidade de se criar um espaço para a capacitação, reflexão e troca de experiências relacionadas à participação social e à democratização da gestão do Estado, além de consolidar e sistematizar o conhecimento a respeito da participação social no âmbito do Governo. O Programa é composto pelo curso de pós-graduação em “Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais”, nas modalidades especialização e aperfeiçoamento; e por 23 cursos de atualização, oferecidos com tecnologia de ensino a distância. Foram realizados, ao longo de 2009, cursos de curta duração destinados ao aprimoramento da gestão de políticas públicas, que variam de acordo com as necessidades específicas dos Conselhos Nacionais. Também, fazem parte do programa ciclos de debates, que acontecem trimestralmente em cada uma das cinco regiões brasileiras e são transmitidos pela Internet.

d) Ouvidorias

As Ouvidorias são canais de participação destinados ao cidadão que, de forma direta, pode acioná-las para reclamar, propor e avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos, com vistas ao seu aperfeiçoamento. Segundo a Ouvidoria-Geral da União, só em 2009, foram registradas cerca de um milhão de consultas às ouvidorias públicas. Em 2009, foram finalizados 24 processos de denúncias de racismo e realizados encaminhamentos para outros 239. Pensando em estratégias para qualificar a atuação dos agentes do Estado, notadamente aqueles ligados à manutenção da Segurança Pública, a Ouvidoria trabalha desde março de 2009 na proposta de criação de delegacias especializadas em crimes etnoraciais e intolerância. Esses avanços foram conquistados a partir do diálogo entre os governos, o Poder Legislativo, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Com cada um fazendo sua parte, já é possível enxergar em dias futuros um País livre do racismo e da discriminação racial, em que a qualidade de vida e as oportunidades sejam iguais para qualquer brasileiro. As demais ações das ouvidorias são apresentadas no Capítulo VII desta Mensagem.

e) Mesas de Diálogo

Diversas Mesas de Diálogo foram instaladas pelo Governo como um dos relevantes instrumentos para interlocução social. Dentre elas, destaca-se a Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que reuniu representantes das entidades dos trabalhadores, empresários e governo, com o objetivo de propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual na lavoura de cana-de-açúcar. Também, tinha o propósito de promover a reinserção dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. Instituída em 2008, a Mesa realizou 17 reuniões e debateu uma agenda com 56 itens, que resultou no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, lançado em julho de 2009, com a adesão voluntária de mais de 300 das 413 usinas em atividade no País. O acordo nacional inédito resultante desse processo mostrou que questões relevantes nas relações de trabalho podem ser debatidas e equacionadas por meio da



referida interlocução social. Uma comissão tripartite – governo, trabalhadores e empresários – instituída pelo Compromisso Nacional irá acompanhar o cumprimento do acordo, que tem a duração de dois anos, podendo ser prorrogado. As empresas que aderirem voluntariamente ao Compromisso comprometem-se a respeitar as práticas nele definidas que beneficiam mais de 500 mil trabalhadores.

f) Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Brasil

Dentro das atividades preparatórias para a 3ª Edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil (ODM Brasil), que acontecerá em 2010, o Governo realizou 27 encontros em todos os Estados e no Distrito Federal, que resultaram na criação de 27 núcleos estaduais e mobilizaram pelo menos 9 mil pessoas. O Prêmio foi criado em 2005 a fim de incentivar, valorizar e dar visibilidade a projetos bem-sucedidos de prefeituras, da sociedade civil e do setor produtivo, voltados para a conquista dos Objetivos do Milênio.

Além disso, foi desenvolvido um portal que traz informações sobre a situação de todos os Municípios em relação às metas dos ODMs (www.portalodm.com.br). Ainda em 2009, houve a interação com a Rede de Intercâmbio e Difusão de Experiências Exitosas para Alcançar os ODMs, que é um Banco de Práticas criado pela Cepal e adotado pelo Brasil para a troca de experiências com países da América Latina e do Caribe, dando visibilidade aos projetos selecionados pelo Prêmio.

g) Fórum Social Mundial

A Governo participou e apoiou a realização do Fórum Social Mundial, ocorrida em Belém/PA, em janeiro de 2009, que contou com a presença de presidentes de diversos países da América do Sul. O apoio se estendeu à reunião com o Conselho Internacional do Fórum. A convergência de movimentos e organizações da sociedade civil saiu fortalecida desse encontro, apresentando alternativas para a construção de novos modelos de desenvolvimento. Em 2010, foi realizado outro Fórum, comemorando o seu décimo ano de existência, de 25 a 29 de janeiro, em Porto Alegre, porém com atividades descentralizadas nas cidades de Gravataí, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Sapiranga/RS.

5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683, de 2003, vem cumprindo uma trajetória de debate e contribuição em torno de temas fundamentais para o País, valorizando o diálogo como ferramenta para construção do desenvolvimento, que conduz ao bem-estar de todos e à responsabilidade para com as gerações futuras. O esforço de entendimento, a capacidade de escuta, a criatividade e a abertura para novas concepções entre lideranças empresariais, sindicais e outras lideranças representativas da sociedade brasileira consubstanciam-se, em 2009, em um aprofundamento do debate estratégico sobre desenvolvimento, a partir das mudanças ocorridas no País nos últimos anos e das complexas variáveis do cenário internacional.

Os trabalhos do Conselho voltaram-se, então, para a consolidação do modelo de desenvolvimento em curso, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, e para a geração de contribuições para os temas que considera relevantes para o atual modelo: a infraestrutura, a matriz energética, a política tributária e a educação. O desenvolvimento, como tarefa compartilhada



entre governo e sociedade, pressupõe crescimento econômico, combate às desigualdades e responsabilidade social e ambiental. A partir dos debates sobre a crise econômica, geraram-se recomendações para proteger a dinâmica brasileira de crescimento econômico com distribuição de renda, ressaltando o papel do Estado como regulador e promotor do desenvolvimento e a construção de uma nova geopolítica mundial, incorporando um conjunto de países no debate e processo decisório. Moldou-se o consenso sobre a importância da rede de proteção social brasileira, geradora de segurança para indivíduos e famílias, ao tempo em que é orientado pelo esforço de manter a produção, o consumo e, portanto, o fluxo econômico. Foram geradas análises e recomendações sobre os seguintes temas: a mudança do clima; o desafio brasileiro da exploração e produção nas reservas de petróleo descobertas na camada do Pré-Sal; a eficiência energética; e as alternativas para o financiamento e para a garantia dos investimentos, objetivando a expansão da infraestrutura – aeroportos, portos, estradas e ferrovias, habitação e saneamento –, tendo como um dos eixos as necessidades para a Copa 2014.

O Observatório da Equidade, dando prosseguimento ao esforço de acompanhar as políticas públicas sob a ótica da equidade, realizou seu terceiro ciclo de análise da desigualdade na escolarização e completou a primeira observação do tema Sistema Tributário Nacional, fazendo uma avaliação das distorções da tributação no Brasil. No âmbito internacional, o CDES realizou a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-União Europeia das Sociedades Civis, proposta conjunta do Conselho e do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), parte da parceria estratégica entre o Brasil e aquele bloco. Obteve avanços nas relações bilaterais com instituições similares e no esforço para apoiar iniciativas de criação de Conselhos Econômicos e Sociais, principalmente na América Latina.

Em 2010, prevê-se que o CDES avançará na proposição sobre a agenda pós-crise, aliando o dinamismo e a capacidade de inovação da economia à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

6. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

Quanto às proposições do Poder Executivo junto ao Poder Legislativo ou às iniciativas deste sancionadas pelo Presidente da República, 2009 foi um exercício extremamente produtivo, no qual foram regulamentadas matérias de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do País. Destaca-se, no âmbito das políticas sociais, a aprovação da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, cujo projeto foi de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. A aprovação dessa lei viabiliza a construção de um milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos, em parceria com Estados, Municípios e iniciativa privada. Dispõe ainda, entre outros assuntos, sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Na área de política econômica, é igualmente relevante a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, relativa ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, que dá respaldo jurídico ao cooperativismo como parte integrante do Sistema Financeiro Nacional. Em relação às finanças públicas, houve a aprovação da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, autorizando o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais. Foi, também, sancionada a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, que altera as faixas da Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física, criando duas novas alíquotas. Nas áreas de educação e cultura, destacam-se as leis de criação de universidades públicas e de alterações na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, para garantir maior acesso ao ensino por parte da população (Leis nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, e nº 12.056, de 13 de outubro de 2009, respectivamente).

Foram iniciativas de destaque, na área de infraestrutura, a Lei do Gás (Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009); a Lei nº 11.921, de 13 de abril de 2009, que dispõe sobre a política energética nacional; e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). No âmbito da justiça e da segurança pública, destacam-se as alterações do Código Penal, que propiciaram maior garantia de punição a crimes.

Foi desenvolvida intensa atividade de articulação e diálogo junto ao Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizar os Parlamentares para a aprovação de projetos que consolidem a promoção da igualdade racial como política permanente do Estado, necessária até que tenhamos uma sociedade mais equilibrada sob o ponto de vista das relações etnorraciais. O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2009, Projeto de Lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e coíbe práticas discriminatórias nesse âmbito. Essa proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da OIT. O objetivo da mobilização em torno da criação de uma lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nessa esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela ideia de traduzir a declaração de igualdade consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres. Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

b) Articulação Federativa

No que diz respeito ao fortalecimento institucional dos governos locais, destacam-se as ações da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal, que, com base em diagnóstico das capacidades de gestão, propõe a organização e coordenação dos programas federais de capacitação e assistência técnica oferecidos aos Municípios. Outra importante ação dessa agenda foi a criação do Portal do *Software Público*, que, em outubro de 2009, disponibilizou o *e-cidade*, uma ferramenta capaz de gerenciar em um único sistema as principais áreas de uma prefeitura. Além dessas, destacam-se as ações de simplificação do acesso aos recursos dos programas de modernização da gestão e de estímulo à formação de consórcios intermunicipais. Importantes, também, foram os pactos estabelecidos com os Estados e Municípios no âmbito das políticas públicas federais, como as ações de acompanhamento das obras do PAC e a participação na organização e mobilização dos Comitês de Articulação Estadual e dos Colegiados Territoriais, do Programa Territórios da Cidadania.

Em 2009, destacam-se ainda as seguintes iniciativas: i) o apoio técnico à formação de consórcios públicos; ii) o apoio aos Estados e Municípios para participarem do Ano da França no Brasil; iii) a aprovação de recursos para o Acordo de Cooperação Brasil-Itália, como projeto-piloto de pactuação e desenvolvimento territorial, que envolve a Presidência da República, oito territórios brasileiros e cinco regiões italianas; e iv) a realização do 3º Encontro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira. Ainda nesse ano, em comemoração aos 120 anos da Federação brasileira, foi realizado o Seminário Internacional “Cooperação Federativa: Estratégia para o Desenvolvimento”, que promoveu o diálogo entre gestores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O evento, que construiu uma agenda de fortalecimento da cooperação federativa como

estratégia para o desenvolvimento do Estado brasileiro, foi organizado em três eixos: a cooperação federativa e a efetividade das políticas públicas; a cooperação federativa e a eficiência na gestão fiscal; e a cooperação federativa e a promoção das atividades produtivas. Com os Estados, estabeleceu-se uma agenda regional a partir do apoio à organização do Fórum de Governadores do Nordeste, do Fórum de Governadores da Amazônia Legal e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). Esses fóruns passaram a ter reuniões sistemáticas, consolidando-se como importantes canais de diálogo e pactuação federativa.

Nesse sentido, merece destaque a assinatura dos Compromissos Mais Nordeste pela Cidadania e Mais Amazônia Legal pela Cidadania, nos quais o Presidente da República e os governadores do Nordeste e da Amazônia Legal pactuaram metas, até 2010, para a redução dos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e sub-registro civil de nascimento, e para a ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural para o agricultor familiar. As ações estão sendo implementadas, respeitando-se as características de cada Estado e o cronograma preestabelecido. Na Amazônia Legal, além das metas indicadas, firmou-se compromisso de regularização fundiária das terras da União em 436 Municípios. Além disso, o Fórum de Governadores daquela região foi fundamental para a construção da proposta de regularização fundiária, que constou da mencionada Medida Provisória nº 458, de 2009, convertida na Lei nº 11.952, de 2009. Ainda sobre a Amazônia Legal, merece igualmente destaque a articulação federativa com os governadores e prefeitos locais, que valorizou e enriqueceu os debates sobre as mudanças climáticas. Por meio de força-tarefa, os agentes políticos da região contribuíram para a formulação da posição brasileira levada à 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, que enfatiza a importância da manutenção das “florestas em pé”, para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Com os Municípios, estabeleceu-se uma relação de diálogo direta e republicana, ou seja, sem distinções partidárias. Realizou-se, no início de 2009, o I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, com a finalidade de auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato. Essa nova relação com os Municípios expressa-se, sobretudo, nas ações do Comitê de Articulação Federativa (CAF). Criado em 2003, por um protocolo de cooperação federativa, o CAF foi instituído pelo Decreto nº 6.181, de 3 de agosto de 2007, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, como uma instância de diálogo entre as esferas federal e municipal de governo. Atualmente, além do ministro de Estado que o preside, participam do Comitê dezoito representantes de ministérios cujas políticas têm maior incidência no âmbito municipal e dezoito representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Em sua última reunião do ano, o CAF deu mais um passo no sentido da sua consolidação e aprovou proposta de projeto de lei para reconhecê-lo como órgão de assessoramento direto ao Presidente da República. O diálogo federativo com os Municípios, no âmbito do CAF, já produziu avanços efetivos, como o fortalecimento da base tributária própria e o aumento das transferências constitucionais, legais e voluntárias para aqueles entes. Hoje, segundo dados da CNM, os Municípios detêm 19% da receita pública disponível, valores muito superiores aos 13% registrados em 2002.

No último ano, em razão da crise internacional, foram implementadas diversas ações de apoio aos Estados e Municípios, com o objetivo de dar sustentação às medidas anticíclicas indutoras do crescimento econômico, da redução das desigualdades e da ampliação da rede de proteção social. Dentre elas, destacam-se as que ampliaram a capacidade de investimento dos entes subnacionais, como i) o aumento da margem de endividamento nos contratos do Plano de Ajuste Fiscal (PAF)/Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal; ii) a nova regulamentação sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, com menos entraves e melhoria do atendimento; iii) o referido financiamento do BNDES aos Estados, no valor de R\$ 4 bilhões, para garantir a continuidade de investimentos, mesmo no contexto da crise internacional; iv) o já mencionado



programa de ajuda financeira, que transferiu aos Municípios mais de R\$ 2 bilhões para compensar o decréscimo nos repasses do FPM; v) o parcelamento dos débitos previdenciários dos Municípios em até 240 vezes e a extinção de débitos prescritos; vi) a antecipação de R\$ 1 bilhão em parcelas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); vii) a redução de até 40% no valor da contrapartida dos contratos do PAC para as obras de saneamento e habitação; viii) a inserção de dispositivo na LDO 2010, que diminuiu o valor das contrapartidas no caso de obras do PAC, Plano Amazônia Sustentável (PAS), Territórios da Cidadania, consórcios públicos e convênios relativas às áreas de assistência social, segurança alimentar, educação, segurança pública etc.; ix) a notificação prévia (prazo de 45 dias) como condicionante à inscrição definitiva de pendência dos Entes Federativos nos sistemas próprios, cadastros ou bancos de dados de controle utilizados para essa finalidade; x) a contrapartida não financeira (em bens ou serviços), ou mesmo a não exigência de contrapartida, em caso de destinação de recursos para realização de ações de competência exclusiva da União, também prevista na LDO 2010; e xi) a simplificação dos procedimentos para o repasse e financiamentos, inclusive para contratações e negociações de dívidas, exigindo-se comprovação de regularidade fiscal apenas no ato do contrato.

Em 2010, um dos principais desafios do Governo será consolidar o federalismo cooperativo, com o objetivo de promover uma repactuação do País, de forma a preservar o processo de desenvolvimento sustentável iniciado pelo Governo, que tem sido fator basal para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades sociais e regionais e dos desequilíbrios urbanos e ambientais. A fim de contribuir para esse esforço, no âmbito da Agenda Nacional de Apoio à Gestão, prevê-se o apoio técnico aos Estados e Municípios para a elaboração de diagnósticos, projetos e ferramentas, objetivando o fortalecimento institucional e a qualificação da gestão, especialmente nas áreas metropolitanas e nas regiões mais carentes, como os Territórios da Cidadania. Outro objetivo, para 2010, é consolidar a cooperação internacional federativa, visando a apoiar as ações de cooperação internacional dos Entes Federativos, para articulá-las com a política externa brasileira, por meio das seguintes iniciativas: i) agenda de trabalho do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul; ii) Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira e formalização do respectivo comitê binacional; iii) implementação dos projetos da Cooperação Brasil-Itália em seus territórios; e iv) constituição de um grupo de trabalho de relações intergovernamentais no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) e de uma agenda de cooperação bilateral e trilateral com países do continente africano.





VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

A eficiência do gasto público é uma das prioridades do Governo, aliada à prestação de serviços de qualidade ao cidadão. Assim, associado a medidas para melhoria da qualidade e da efetividade do gasto público, bem assim da transparéncia e do combate à corrupção, busca-se a melhoria no atendimento à população, mediante a simplificação de processos, eliminação de exigências e controles desnecessários e a facilitação do acesso aos serviços públicos.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos por meio de financiamentos apoiados no instituto da Parceria Público-Privada (PPP) tem sido uma das vertentes da atuação governamental para o provimento da infraestrutura social e econômica necessária ao crescimento do País. A utilização desse mecanismo permite a provisão de infraestrutura, resguardadas as restrições orçamentárias e o compartilhamento de riscos do projeto com o setor privado.

Para a avaliação qualitativa e quantitativa de projetos com vistas à contratação de PPP, foi concluído o processo licitatório para a contratação de consultoria, por meio de cooperação com o BID. Para disseminar essa prática no âmbito da Administração Pública, foram também celebrados pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais, com o objetivo de fornecer suporte técnico para a estruturação de projetos, a exemplo das parcerias com os Estados da Bahia, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

O primeiro projeto de PPP da esfera federal – Projeto do Consórcio Datacenter –, formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, para a disponibilização e o gerenciamento de um Complexo Datacenter de alto padrão, em regime de “*co-location*”, por 15 anos, na cidade de Brasília, já foi licitado, devendo ser iniciada a implementação neste exercício. Outro projeto federal de PPP é o Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina/PE, cujo edital de licitação internacional foi lançado no último mês de dezembro. O projeto é uma oportunidade para empresas de desenvolvimento de infraestrutura envolverem-se em uma concessão de longo prazo, para a construção e operação de infraestrutura de irrigação no setor de agronegócios brasileiro. O Projeto Pontal consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m³/s de água no rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura.

No que se refere à captação de recursos externos para o financiamento de investimento, no ano de 2009, em função da demanda crescente por financiamento externo por parte dos Estados e Municípios, manteve-se uma avaliação criteriosa e seletiva com relação à adequação das propostas de financiamento com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, além das capacidades financeira e de implementação dos futuros mutuários. Em nível federal, observou-se o impacto dessas operações de financiamento, tanto do ponto de vista das restrições impostas pelo limite consolidado para operações de crédito externo da União, quanto do valor agregado a ser gerado por essas operações nos órgãos beneficiários. Assim, foi recomendada a preparação de 80 novos empréstimos externos (equivalentes a US\$ 15,1 bilhões), e de 37 doações (aproximadamente US\$ 1,0 milhão). Foram contratadas, com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs), 30 operações de financiamento externo reembolsáveis e não reembolsáveis, equivalentes a US\$ 3,7 bilhões. Desse total, a maior participação nos recursos coube aos Estados (56,7%, em 17 operações), seguida dos Municípios (26,7%, em 8 operações) e da União (16,6%, em 5 operações).

O ano de 2009 foi de intenso relacionamento com os OFIDs, particularmente em consequência da crise econômico-financeira mundial iniciada em 2008. Nesse cenário, o Governo teve papel relevante na elaboração de propostas voltadas a dotar tais organismos de recursos e instrumentos financeiros que lhes permitissem intervir, de forma efetiva e rápida, na recuperação das economias de seus países-membros. O Brasil, nesse período: i) tornou-se Membro Pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF); ii) dobrou sua participação no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); iii) participou ativamente das discussões sobre a nona recomposição de recursos do BID; iv) aprovou o início das discussões para o sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); v) formalizou os trâmites internos para a adesão do País ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e vi) concluiu os trâmites para participar da quarta recomposição de capital do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), bem como participou das negociações para a sua quinta recomposição.

Com vistas a propiciar a coordenação da participação do País nos organismos internacionais, o aprimoramento da capacidade de análise sobre a conveniência da participação nesses organismos e a melhor gestão dos recursos financeiros destinados ao pagamento das respectivas contribuições, foram transferidas para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão as ações orçamentárias referentes aos pagamentos das referidas contribuições. Em termos de valores, foram executados financeiramente cerca de R\$ 472 milhões, referentes ao pagamento de contribuições a essas instituições internacionais.

No tocante ao comércio internacional, o Governo, dentre outras iniciativas, criou grupo para internalizar a análise de risco dos países para os quais o Governo fornece financiamento. Nesse sentido, buscou-se tornar mais eficiente o crédito destinado a esses países e, portanto, permitir maior expansão qualitativa, quando necessário, das operações de apoio ao comércio exterior brasileiro.

A condução da política fiscal do Governo, em 2009, objetivou minimizar os efeitos adversos da crise econômica e financeira internacional sobre a economia sem comprometer o objetivo da meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Assim, foram implementadas medidas de: i) desoneração tributária, destacando-se as desonerações sobre produtos industrializados (IPI), sobre transações financeiras (IOF) e rendimento pessoal (IRPF); ii) aumento dos investimentos e dos gastos do Governo, destacando-se a extensão do benefício de seguro desemprego, a recomposição de perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), e o Programa Minha Casa, Minha Vida; iii) equalização de taxas de juros, destacando-se o empréstimo de R\$ 100 bilhões ao BNDES e a concessão de subvenção econômica a esse Banco para operações de aquisição e produção de bens de capital e de incentivo à inovação tecnológica. Tais medidas tiveram um custo de 1,2 ponto percentual do PIB e desempenharam um papel fundamental na retomada da atividade econômica observada ao longo de 2009.

Para que o Governo viabilizasse a adoção das mencionadas medidas de política fiscal anticíclica, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 15, de 2009, que, aprovado, resultou na Lei nº 12.053, de 2009, reduzindo a meta de superávit primário do setor público consolidado de 3,80% do PIB para 2,50%. A acentuada redução na relação dívida/PIB obtida no período recente, somada à perspectiva de queda nas taxas de juros, possibilitaram, naquele cenário, projetar a continuidade do declínio dessa relação com apoio das novas metas fiscais propostas. Dessa forma, o superávit no patamar proposto, a retomada esperada do crescimento da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida líquida do setor público não financeiro como proporção do PIB nos próximos anos.

O ano passado foi marcado por avanços importantes no processo de resgate e fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, impondo maior transparência e *accountability*, por meio da adoção de padrões internacionais de contabilidade.



Nesse contexto, foram fortalecidas as competências e atribuições da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, promovendo maior integração entre esse órgão e os Órgãos Setoriais de Contabilidade da Administração Pública Federal, e fornecendo suporte jurídico necessário ao processo de padronização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Nacional, com vistas à consolidação das contas nacionais.

Com esse objetivo, foi desenvolvido, pela STN, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a ser utilizado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o que representa um marco histórico da contabilidade pública brasileira. O objetivo é ter o novo Plano de Contas concluído em 2010, visando à sua implantação no Governo Federal e Estados, em 2012, e nos Municípios, em 2013. A STN, também em 2009, elaborou e publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual dos Demonstrativos Fiscais, que modernizarão e padronizarão a produção de informações contábeis e fiscais no âmbito das três esferas de governo. Ainda em 2009, foi desenvolvido o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal, com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência do gasto público. O sistema já se encontra implementado e será disponibilizado para os usuários a partir de 2010, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública.

a) Arrecadação Tributária

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 671,6 bilhões, no ano de 2009. O desempenho da arrecadação, comparando com igual período de 2008, apresenta uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de -3,05%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução no crescimento de indicadores macroeconômicos, uma vez que, com exceção da massa salarial, os principais indicadores macroeconômicos que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração, especialmente no período de dezembro de 2008 a setembro de 2009, em relação a igual período de 2007 a 2008; ii) compensação no pagamento de tributos: foram apuradas, nos dez primeiros meses de 2009, compensações, especialmente de Cofins, PIS e CIDE, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento a maior, em períodos anteriores, principalmente, do IRPJ e da CSLL; iii) desonerações tributárias: a redução na arrecadação, no ano de 2009, em relação ao mesmo período de 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em cerca de R\$ 24,9 bilhões; iv) a CPMF foi extinta a partir dos fatos geradores de janeiro de 2008, no entanto, nesse mês ocorreu arrecadação, ainda em valor expressivo, por conta de fatos geradores do último decêndio de dezembro de 2007; v) transferência de depósitos judiciais: houve a transferência de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões relativos a depósitos judiciais que estavam depositados na Caixa Econômica Federal e outros bancos, para a Conta Única do Tesouro Nacional; e vi) parcelamento ou pagamento de dívidas: ao final do ano de 2009, houve pagamentos relativos à Lei nº 11.941 e à MP nº 470, ambas de 2009 (crédito prêmio do IPI). Dessa forma, considerando a crise externa e à luz da experiência internacional, bem assim as mencionadas políticas anticíclicas implementadas pelo Governo, pode-se considerar que o resultado da receita correspondeu às expectativas feitas e foi suficiente para o atendimento da meta de superávit primário legalmente estabelecida.

b) Fortalecimento do Investimento Público

Em 2009, a queda nos repasses do FPM, fonte de recursos fundamental para muitos Municípios, causou grande dificuldade financeira para o cumprimento das responsabilidades desses Entes Federativos. Para contornar essa situação, o Governo Federal

adotou compensação em caráter extraordinário para equalizar os montantes transferidos em 2008 e 2009, por meio da abertura de dois créditos extraordinários, de R\$ 1 bilhão cada, com base em recursos do superávit financeiro na União apurado em 2008. Para os Estados, também prejudicados pela queda nos repasses do FPE, optou-se pela abertura de duas linhas de crédito, junto ao BNDES, totalizando R\$ 10 bilhões, disponíveis para despesas com investimentos. Ademais, foram transferidos aos Entes Federativos R\$ 1,95 bilhão de auxílio financeiro destinado ao fomento das exportações e, ainda, antecipou-se R\$ 1,06 bilhão do repasse de recursos do Fundeb, nos meses de abril a junho, auxiliando a recomposição de caixa dos Estados nesse período.

Para reforçar a capacidade de empréstimos do BNDES, fundamental num momento de crise no qual as fontes convencionais de crédito tendem a se tornar mais escassas, o Governo editou a Medida Provisória nº 453, de 2009, convertida na Lei nº 11.948, de 2009, que autorizou a União a conceder empréstimo de até R\$ 100 bilhões ao Banco, em condições financeiras competitivas. Além disso, diante da expressiva queda no volume de investimentos, em 2009, autorizou-se a mencionada concessão de subvenção econômica ao BNDES para operações de aquisição e produção de bens de capital e de incentivo à inovação tecnológica, até o limite de R\$ 44 bilhões. Como estratégia de combate ao déficit habitacional brasileiro e aos efeitos adversos da crise ao setor de construção civil, foi lançado o já referido Programa Minha Casa Minha Vida, com autorização para o Tesouro Nacional realizar a equalização de encargos financeiros ao BNDES até o limite de R\$ 5 bilhões, favorecendo as condições financeiras para o alcance da meta de contratação da construção de um milhão de casas, até o fim de 2010. Vale destacar, também, a ampliação dos Programas de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Provias e Caminho da Escola e, ainda, o lançamento do Procopa, que financiará a construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

c) Dívida Ativa da União

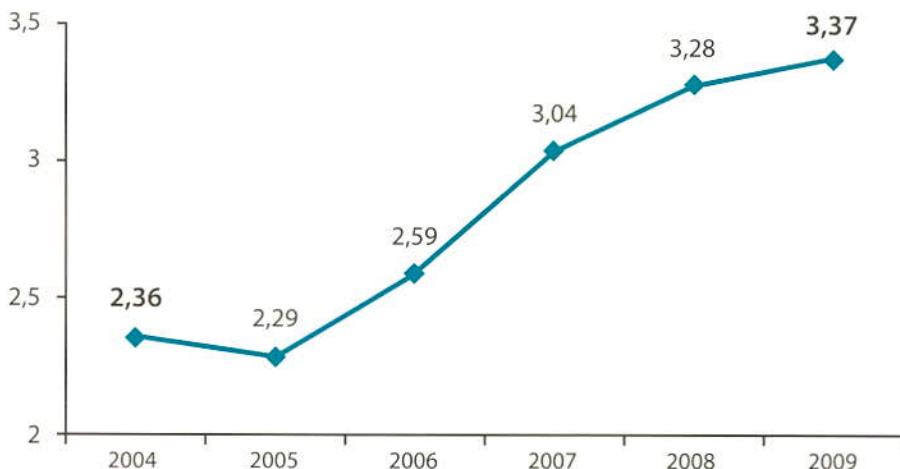
Em 2009, a Dívida Ativa da União (DAU), administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ficou em torno de R\$ 37,5 bilhões, resultando no crescimento de 12,52% em relação ao ano anterior. O estoque da DAU atingiu o valor de R\$ 827 bilhões. Nas conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se a arrecadação acumulada de aproximadamente R\$ 10,03 bilhões. Com a edição da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) nº 8, procedeu-se a uma verificação na base de dados da dívida ativa, de modo a permitir que os créditos com indícios de decadência e prescrição sejam automaticamente baixados, o que ocasionou uma redução significativa no estoque da DAU. Assim, já foram canceladas 193.520 inscrições não previdenciárias, representando baixa do montante de R\$ 841 milhões. Além disso, com o propósito de eliminação das dívidas irrecuperáveis, a Lei nº 11.941, de 2009, autorizou a eliminação de débitos considerados de difícil recuperação, em obediência ao princípio constitucional da eficiência. Isso representará a eliminação 177.408 inscrições e a baixa de cerca de R\$ 498 milhões em débitos. Com a edição da Lei nº 11.775, de 2008, foram formalizados 6.275 acordos de parcelamento/liquidação, possibilitando que R\$ 105 milhões fossem recuperados amigavelmente. E, com o advento das modalidades de parcelamento previstas na Lei nº 11.941, de 2009, arrecadou-se R\$ 1,31 bilhão, com a formalização de 452.522 acordos.

As melhorias alcançadas nos últimos anos no perfil do endividamento público fizeram com que a Dívida Pública Federal (DPF) fosse fator de estabilização do mercado, durante a crise internacional iniciada em 2008, ao contrário do que aconteceu em crises passadas, pois, em 2009, os principais indicadores registraram melhor situação, se comparados com os dos anos anteriores. O Brasil aumentou o prazo médio da dívida, diminuiu os seus vencimentos no curto prazo (12 meses) e elevou o percentual das participações dos títulos prefixados e indexados a índices preços, substituindo gradualmente os títulos remunerados pela taxa Selic e por variação cambial. Com tais resultados, o País obteve sucesso em reduzir tanto o risco de refinanciamento, quanto o de



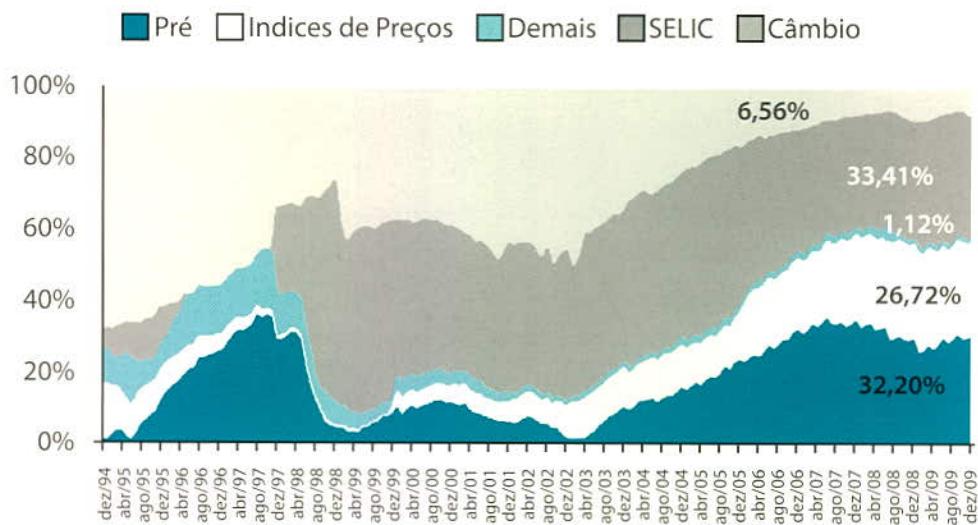
mercado da DPF. Não por outro motivo, a manutenção da estrutura da dívida pública foi citada como um dos principais motivos para a mais recente elevação da classificação do risco Brasil.

Prazo Médio da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFI (anos)



Fonte: STN/MF.

Composição da DPF por Indexador – % DPF Total



Fonte: STN/MF.

Para 2010, a administração da DPF, consideradas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Governo, manterá seu objetivo de minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, buscar-se-á contribuir para o bom financiamento do mercado de títulos públicos. Na administração da dívida externa (Dívida Pública Federal externa – DPFe, composta pelas dívidas mobiliária e contratual), além das diretrizes gerais da DPF, o Governo buscará o aperfeiçoamento do seu perfil, por meio do aumento da base de investidores, da manutenção do programa de resgates antecipados de títulos ineficientes e da consolidação da curva de juros externa, mantendo pontos de referência nos principais mercados de títulos.

Importante destacar que o Governo, por meio do Tesouro Nacional, continuará incentivando a ampliação do Programa Tesouro Direto (venda de títulos públicos pela Internet), programa este que tem como um de seus principais objetivos a democratização do acesso aos títulos do Governo pelos pequenos investidores, em condições semelhantes às obtidas pelas instituições financeiras nos leilões da dívida pública.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Os avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal foram significativos, em 2009, propiciando um uso eficiente de tais recursos, essenciais ao suporte das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo. Foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da tecnologia da informação do Governo, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação, observada, ainda, a necessária elaboração pelos órgãos da Administração Pública Federal de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) e o planejamento e a gestão dos contratos de bens de TI.

No contexto do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) e do Comitê Estratégico de Governo Eletrônico, os padrões de interoperabilidade da Arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) foram revistos e enriquecidos, gerando uma nova versão do documento de referência. As principais mudanças na Arquitetura relacionam-se à definição preliminar de um modelo de maturidade que permitirá aos órgãos da Administração Pública Federal avaliarem a situação de aderência dos serviços de Governo Eletrônico sob sua gestão, à definição de uma plataforma interoperável para melhoria do atendimento ao cidadão, em consonância com a política estabelecida pelo Governo, em 2009, para a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão (Decreto nº 6.932, de 2009), bem como à abertura de tópicos relacionados a dispositivos móveis e TV Digital.

Durante o ano de 2009, o projeto *software* público (www.softwarepublico.gov.br) ampliou o número de soluções disponíveis – de 19 para 34 –, o que tem contribuído sobremaneira para racionalizar a contratação de *software* pela Administração Pública. Destaque-se, ainda, a criação da comunidade virtual 4CMBR, voltada para a melhoria do uso de TI em prefeituras, que alcança centenas de Municípios. Para 2010, estão previstas ações de consolidação da governança de TI na Administração Pública Federal, em especial no que se refere à melhoria do alinhamento entre as contratações dessas tecnologias e os objetivos institucionais e à qualificação do quadro permanente de gestão de informática, ampliação do uso de *softwares* públicos e a melhoria na gestão de contratações de bens e serviços do setor. Essas ações serão viabilizadas pelo reforço dos recursos humanos alocados nas áreas de TI dos órgãos integrantes do SISP, proporcionado pelos 250 servidores aprovados no processo seletivo interno para a concessão da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP) e pelos 230 novos servidores classificados no concurso público para o cargo de Analista em Tecnologia da Informação, criado pela Lei nº 11.907, de 2009. Será disponibilizado à sociedade, em 2010, o novo portal de serviços públicos, denominado “Guia de Serviços Públicos”, que abrigará todos os serviços digitais do Governo. Além disso, serão publicados dois documentos do Plano Nacional de Governo Eletrônico, a saber: “Governo eletrônico no Brasil: conceitos, organização e aplicação” e a “Agenda Brasil Digital”. Novas funcionalidades para o portal Governo Eletrônico serão desenvolvidas, em 2010, incluindo recursos de *web 2.0*, como *Twitter* e *blog*, o desenvolvimento do portal “Quero participar” e a finalização do Sistema de Gestão de Serviços *on-line* (Bem-te-vi).

Importante destacar que o Governo, por meio do Tesouro Nacional, continuará incentivando a ampliação do Programa Tesouro Direto (venda de títulos públicos pela Internet), programa este que tem como um de seus principais objetivos a democratização do acesso aos títulos do Governo pelos pequenos investidores, em condições semelhantes às obtidas pelas instituições financeiras nos leilões da dívida pública.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Os avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal foram significativos, em 2009, propiciando um uso eficiente de tais recursos, essenciais ao suporte das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo. Foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da tecnologia da informação do Governo, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação, observada, ainda, a necessária elaboração pelos órgãos da Administração Pública Federal de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) e o planejamento e a gestão dos contratos de bens de TI.

No contexto do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) e do Comitê Estratégico de Governo Eletrônico, os padrões de interoperabilidade da Arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) foram revistos e enriquecidos, gerando uma nova versão do documento de referência. As principais mudanças na Arquitetura relacionam-se à definição preliminar de um modelo de maturidade que permitirá aos órgãos da Administração Pública Federal avaliarem a situação de aderência dos serviços de Governo Eletrônico sob sua gestão, à definição de uma plataforma interoperável para melhoria do atendimento ao cidadão, em consonância com a política estabelecida pelo Governo, em 2009, para a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão (Decreto nº 6.932, de 2009), bem como à abertura de tópicos relacionados a dispositivos móveis e TV Digital.

Durante o ano de 2009, o projeto *software* público (www.softwarepublico.gov.br) ampliou o número de soluções disponíveis – de 19 para 34 –, o que tem contribuído sobremaneira para racionalizar a contratação de *software* pela Administração Pública. Destaque-se, ainda, a criação da comunidade virtual 4CMBR, voltada para a melhoria do uso de TI em prefeituras, que alcança centenas de Municípios. Para 2010, estão previstas ações de consolidação da governança de TI na Administração Pública Federal, em especial no que se refere à melhoria do alinhamento entre as contratações dessas tecnologias e os objetivos institucionais e à qualificação do quadro permanente de gestão de informática, ampliação do uso de *softwares* públicos e a melhoria na gestão de contratações de bens e serviços do setor. Essas ações serão viabilizadas pelo reforço dos recursos humanos alocados nas áreas de TI dos órgãos integrantes do SISP, proporcionado pelos 250 servidores aprovados no processo seletivo interno para a concessão da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP) e pelos 230 novos servidores classificados no concurso público para o cargo de Analista em Tecnologia da Informação, criado pela Lei nº 11.907, de 2009. Será disponibilizado à sociedade, em 2010, o novo portal de serviços públicos, denominado “Guia de Serviços Públicos”, que abrigará todos os serviços digitais do Governo. Além disso, serão publicados dois documentos do Plano Nacional de Governo Eletrônico, a saber: “Governo eletrônico no Brasil: conceitos, organização e aplicação” e a “Agenda Brasil Digital”. Novas funcionalidades para o portal Governo Eletrônico serão desenvolvidas, em 2010, incluindo recursos de *web 2.0*, como *Twitter* e *blog*, o desenvolvimento do portal “Quero participar” e a finalização do Sistema de Gestão de Serviços *on-line* (Bem-te-vi).



Haverá, ainda, um conjunto de esforços para promover a integração de serviços de Governo, com destaque para o desenvolvimento de sistemas integrados de almoxarifado, patrimônio, bens móveis e estoque, a ser utilizados pela Administração Pública Federal. Serão finalizados, neste exercício, todos os documentos dos Padrões Brasil e-Gov, cujo uso se tornará compulsório. Pretende-se, ainda, publicar nova versão do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag) versão 3.0; disponibilizar no Portal de Software Público Brasileiro o aprimoramento da ferramenta Avaliador de Acessibilidade de Sítios; apresentar no portal Governo Eletrônico, um comparativo de softwares leitores de tela de páginas web, entre outras iniciativas para estimular a acessibilidade virtual em portais, sítios e serviços públicos.

3. Transparência na Administração e Controle Social

O Governo acredita que transparência e acesso à informação são o melhor antídoto contra a corrupção e por isso disponibiliza, desde 2004, o Portal da Transparência, uma ferramenta para promoção do controle social e combate à corrupção. O portal não exige senha especial de acesso, o que permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo, como transferências de recursos para Estados, Distrito Federal, Municípios e outras pessoas físicas ou jurídicas, cadastro de convênios e gastos diretos do próprio Governo, inclusive com o cartão de pagamento.

O esforço do Governo para aumentar a transparência pública tem sido reconhecido nacional e internacionalmente. Em 2009, o Portal da Transparência, já premiado pelas Nações Unidas, foi o vencedor do VIII Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2009), na categoria e-Serviços Públicos, quinto prêmio nacional recebido desde o seu lançamento. Atualmente, o Portal da Transparência informa sobre a utilização de mais de R\$ 6 trilhões em recursos públicos, referentes a 5.626 ações governamentais oriundas de 536 programas oficiais. Só em 2009, o Portal já recebeu mais de 1,4 milhão de visitas. Além disso, 396 órgãos e entidades do Governo já disponibilizam as Páginas de Transparência, que também trazem dados sobre execução financeira, em seus sites na Internet.

No ano de 2009, foram incluídas novas consultas no Portal da Transparência, enquanto outras foram otimizadas. Entre as novidades, destaca-se: i) a disponibilização das informações do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas em formato de consulta; ii) a adaptação para linguagem cidadã de informações sobre funções de Governo da Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Esporte, Saúde, Integração Nacional e Encargos Especiais; e iii) a consulta que permite visualizar de forma unificada todos os convênios celebrados com a União. A partir do fim de 2009, o portal disponibiliza, ainda, a opção de consulta às receitas do Governo e aos nomes e cargos/funções dos servidores públicos em exercício no âmbito federal, além de fornecer dados para os portais da transparência de Estados e Municípios.

Para 2010, as evoluções do Portal da Transparência serão concentradas primordialmente na ampliação das bases de dados disponibilizadas, na otimização de consultas e no cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 2009, que estabelece que todos os gastos e receitas públicos deverão ser divulgados em meio eletrônico. Há ainda a previsão de unificação das bases de dados do Portal e das Páginas da Transparência.

Visando à ampliação da participação da sociedade nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas públicas, foi criado, em 2004, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. O programa busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos

acerca da importância do controle social. Desde a sua concepção, o programa já beneficiou 1.353 Municípios, capacitando mais de 33 mil cidadãos. O Governo, também, desenvolveu ações para promover a ética e a consciência de cidadania junto ao público infanto-juvenil, envolvendo 743.891 alunos e 23.705 professores. Destaca-se entre as ações conduzidas, em 2009, a 3ª Edição do Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional, e a implementação do projeto “Um por todos, todos por um – Pela ética e cidadania”. Na questão do aperfeiçoamento do marco legal e normativo relacionado à transparéncia e acesso à informação, concluiu-se, em 2009, a elaboração do anteprojeto de lei sobre o Acesso à Informação, gerado a partir de debates na esfera do Conselho de Transparéncia. O mencionado Projeto de Lei nº 5.228 foi encaminhado ao Congresso Nacional, no dia 13 de maio de 2009. Essa proposta inova, entre outras disposições, ao estabelecer a obrigatoriedade, por parte dos órgãos e entidades de todos os entes e esferas governamentais, de promover a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas. Espera-se que seja concluída, em 2010, a aprovação desse Projeto no âmbito do Poder Legislativo, para que possa ser feita sua sanção, dotando-se, assim, a sociedade de um importante instrumento para o acesso à informação e para a transparéncia das ações da Administração Pública.

A partir de 2008, o Governo desenvolveu uma nova sistemática de transferências de recursos da União, mediante convênios e contratos de repasse: o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (Siconv). Para o ano de 2010, estão previstas a conclusão e a disponibilização para todos os usuários do Siconv/Portal de Convênios, em plataforma web, com a informatização de todo o fluxo de operações das transferências voluntárias da União a Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. Além da transparéncia, esse sistema viabiliza a economia de recursos para os entes conveniados, uma vez que praticamente todas as etapas de execução e a prestação de contas da utilização dos recursos podem ser feitas no próprio Siconv, dispensando custos com controles e registros.

Em relação ao pregão eletrônico, que é um importante instrumento para a transparéncia e o controle de processo licitatório, somente em 2009, houve a economia de mais de R\$ 5,5 bilhões (21%), com o uso dessa modalidade, valor esse estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados nas respectivas contratações. A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços, por meio dessa modalidade licitatória, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R\$ 4,2 bilhões, em 2005, para R\$ 20,5 bilhões, em 2009.

A participação das micro e pequenas empresas (MPEs) nas compras governamentais foi significativa, tornando-se como base o período compreendido entre os anos de 2002 e 2009. Em 2002, as MPEs respondiam por apenas 14% (R\$ 2,8 bilhões) das referidas compras. Em 2009, esse percentual elevou-se para 29% (R\$ 14,6 bilhões), representando um crescimento real acumulado de 522% (R\$ 11,8 bilhões). Além disso, a contribuição das MPEs para a economia nas compras públicas pelo uso do pregão eletrônico, também, foi substancial em 2009, considerando-se que dos R\$ 5,5 bilhões acumulados de economia viabilizada por essa modalidade de licitação, R\$ 2,9 bilhões (53%) foi obtido por meio da contratação de MPEs.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e presenciais, em tempo real. O sítio www.comprasnet.gov.br possibilita consultas diretas a editais de licitações, pregões realizados e suas atas, cotações eletrônicas e relatórios gerenciais sobre a evolução das compras e economias obtidas com o pregão eletrônico. O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos.

Em 2009, foram emitidos 3.976 certificados digitais para os agentes operadores do Sistema Integrado de Administração de



Serviços Gerais (Siasg) e do Comprasnet, totalizando 12.589 pregoeiros e ordenadores de despesa certificados no território nacional. Destaca-se, ainda, a certificação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) em diversos órgãos da Administração Pública Federal, com a emissão de 4.959 certificados, totalizando 10.932 certificados emitidos desde o início dessa sistemática e, também, a criação e institucionalização de normas de segurança. Nesse mesmo ano, a Infovia Brasília alcançou o quantitativo de 137 pontos conectados, abrangendo a quase totalidade dos órgãos públicos na Capital Federal. Para 2010, o desafio é continuar expandindo a oferta de serviços nessa rede, proporcionando segurança, racionalização e economicidade na transmissão de dados, voz e imagem. Somente no Serviço de Voz, foi alcançada, em 2009, economia anual superior a R\$ 16 milhões, por meio da contratação e entrega unificada do tráfego de ligações telefônicas originadas em 25 órgãos públicos. Em 2010, será feita nova licitação, abrangendo o maior número possível de órgãos e visando ampliar ainda mais essa economia. Ainda neste exercício, serão formuladas diretrizes para orientação, planejamento e expedição de normativos referentes às Compras Públicas Sustentáveis e à disciplina para contratação de obras e serviços de engenharia e de serviços terceirizados. Serão propostas, ainda, alterações e regulamentações de novos atos normativos relativos à Lei Geral de Licitações, para aperfeiçoamento da sistemática vigente, visando ao aumento da celeridade, economicidade e transparência das contratações públicas.

4. Produção e Disseminação de Informações

Com a produção e a política de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o Governo tem procurado atender às demandas da sociedade e do planejamento de políticas públicas, com a ampliação do escopo temático investigado, disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos. As pesquisas realizadas e divulgadas pelo IBGE, em 2009, foram: o Censo Agropecuário 2006, a Pesquisa Espacial de Tabagismo (PETab 2008), a Conta Satélite de Saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, o segundo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, enfocando os sertões, e o mapa Fauna Ameaçada de Extinção: Invertebrados Aquáticos e Peixes 2009. Além desses trabalhos, disponibilizou-se no portal do IBGE o Posicionamento por Ponto Preciso (PPP), que é um serviço *online* gratuito para fornecer coordenadas de alta precisão no Sistema de Referências Geocêntricas para as Américas (Sigras 2000), e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas (RBMC-IP), que fornece coordenadas de melhor qualidade para usuários da Internet sem fio.

Dentre os eventos que permearam a fase de planejamento do Censo Demográfico 2010, que será totalmente informatizado, foram realizadas as seguintes atividades: processo seletivo simplificado para o preenchimento de 33.000 vagas; Segunda Prova-piloto do Censo 2010; 3ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2010; Censo Experimental; treinamento de mais de 240 mil contratados temporários; e o Seminário do IBGE sobre o Censo Demográfico de 2010.

As principais ações, neste exercício, serão a realização do Censo 2010; a divulgação dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008) e da Conta Financeira por setor institucional; a implantação do projeto de Índices de Preços ao Produtor (IPP) para Indústria; a expansão da Rede Brasileira de Monitoramento contínuo; a conclusão do mapeamento do Brasil na escala 1: 250.000 e do mosaico Landsat/CBERS; a atualização de toda a Base Territorial; a disponibilização na Internet do Banco Nacional Geográfico do Brasil; a nova edição do Atlas Nacional do Brasil; os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável; e a implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com a disponibilização no portal do sistema SIGBrasil.

5. Valorização dos Servidores

A valorização dos servidores públicos tem-se constituído o eixo central da gestão de recursos humanos no âmbito do Governo. Três têm sido as principais vias utilizadas para atingir os objetivos da valorização dos servidores: a democratização das relações de trabalho, a profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal. Em 2009, a execução da política de gestão de pessoas concentrou-se na implementação das novas estruturas remuneratórias, instituídas em 2008, para os servidores públicos federais e que foram resultado do processo negocial concluído naquele ano, e na regulamentação dos critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras. Instituiu-se, também, por meio da Lei nº 11.907, de 2009, regramento geral para disciplinar o afastamento de servidores para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, no País, de modo a não somente incentivar a maior qualificação do servidor como igualmente regulamentar, de forma transparente e meritocrática, a participação nesses programas.

Novas medidas foram submetidas ao Congresso Nacional a fim de que, a partir de 2010, haja um maior equilíbrio entre as remunerações de carreiras e planos de cargos com atribuições e responsabilidades equivalentes, notadamente nas áreas de infraestrutura. A Lei nº 12.186, de dezembro de 2009, permitiu que os cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de Especialista em Infraestrutura, criados em 2007 para prover os órgãos executores de programas federais de infraestrutura de profissionais qualificados, passem a ter remuneração mais adequada ao seu perfil e responsabilidades, permitindo a continuidade do processo de recrutamento para essas atividades. Também em 2010, serão concluídas medidas para a regulamentação das gratificações de desempenho de diversas categorias previstas nas leis que reestruturam as carreiras de toda a Administração Pública Federal, visando conferir maior eficiência à gestão setorial, a partir da fixação de metas e realização de avaliações de desempenho que reflitam a melhoria efetiva da gestão pública.

Como forma de propiciar relações de trabalho mais justas e equânimes e de valorizar o trabalho do servidor, o Governo, ao longo dos últimos anos, vem construindo uma Política de Atenção à Saúde do Servidor. Nesse sentido, o Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), para uma melhor gestão dos serviços de saúde. Ainda, como forma de valorização dos servidores, ocorreu a Conferência Nacional de Recursos Humanos na Administração Pública Federal, que contou com 1.054 participantes. No decorrer do ano, foram realizadas 6 Conferências Regionais de Recursos Humanos, que consistiram em uma etapa preparatória para a Conferência Nacional de Recursos Humanos. Foi criada a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, na forma da Lei nº 12.904, de 2009, com 2.400 cargos efetivos de Analista Técnico de Políticas Sociais, cujos servidores atuarão nos órgãos federais que desenvolvem programas e projetos na área social.

Avançou-se na autorização de concursos públicos para substituir os trabalhadores terceirizados em situação irregular no Poder Executivo Federal, em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho, em 2007. Em 2009, foram autorizados concursos para substituir o equivalente a 70,2% do total de 13.040 terceirizados e dos servidores em situação irregular na Administração Pública Federal, superando, nesse ano, a meta fixada no Termo de Conciliação, que é de substituir 60% dos terceirizados irregulares até 31 de dezembro de 2009, e o restante até 31 de dezembro de 2010. No que diz respeito às demais seleções, foram autorizados concursos para o preenchimento de 20.152 vagas, com provimento previsto para 2009 e 2010. Desse total, 5.978 são destinadas ao setor Saúde, 4.841 à Fazenda, 2.752 vagas para a Justiça, 1.161 vagas para o Planejamento, 830 à Educação, 734 à Cultura e 652 para a Defesa.



No que tange à capacitação de servidores públicos, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) realizou cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, contribuiu para o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, por meio: i) da oferta de novos cursos, presenciais e a distância, inclusive sob medida e de especialização (pós-graduação *lato sensu*); ii) da coordenação do Sistema de Escolas da União; e iii) do mapeamento da oferta nacional de capacitação realizado pelas escolas de Governo nos diferentes níveis governamentais. Já a Escola de Administração Fazendária (ESAF) deu sequência ao programa de pós-graduação, ofertando cursos em nível de especialização (*lato sensu*) e de mestrado (*stricto sensu*), com área de concentração na gestão das finanças públicas e na promoção da cidadania. No último ano, ampliou-se a oferta dos cursos de especialização, com o início da 2ª turma do curso de Educação Fiscal e Cidadania. Dois outros cursos de especialização tiveram início no 2º semestre de 2009: Administração Orçamentário-Financeira e Direito Tributário, ambos com término previsto para o final do ano de 2010. Na modalidade *stricto sensu*, a ESAF, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), iniciou em 2009, a 6ª turma do curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público e a 1ª turma do Mestrado Profissional em Administração, com ênfase em Orçamento Público. Na área de Ensino a Distância, a Escola capacitou 8.056 alunos, realizando 17 cursos, que ainda estão em andamento, com 34.158 alunos. Na área de eventos, a ESAF capacitou 10.297 participantes em 134 eventos diversos, totalizando 3.914 horas de trabalho. Para 2010, na área de recrutamento e seleção, há a tendência de um menor número de concursos públicos em relação a 2009, considerando o ano eleitoral. No que se refere à Formação e Educação Permanente, já estão previstas atividades para cerca de 3.000 participantes, de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, e na área de Educação estão planejadas novas parcerias com Instituições de Ensino Superior, visando convívio profícuo da comunidade fazendária com centros de excelência em pesquisa e estudo de matérias fazendárias.

6. Gestão

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

A Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão abrange um conjunto de iniciativas do Governo voltadas à análise mais estratégica da atuação governamental, sem, contudo, abandonar a visão programática, instrumento de concretização dessa atuação. Em 2009, destacam-se as seguintes ações implementadas para a modernização do planejamento e da gestão: i) consolidação do modelo de gestão do PAC; ii) aperfeiçoamento do tratamento da dimensão territorial no ciclo de gestão das políticas públicas; iii) publicação do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual; iv) realização de fóruns nacionais e internacionais para a modernização da gestão pública; iv) elaboração de anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta; e v) consolidação dos mecanismos referentes ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex).

O Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC), que opera os módulos de cadastro de empreendimento e de liberação de recursos, foi essencial para o aperfeiçoamento do modelo de gestão do PAC. O Sistema auxiliou na consolidação de uma política de gestão integrada, em que as instâncias agem de forma articulada e buscam incorporar outros atores que possam solucionar tempestivamente problemas específicos, visando ao bom desempenho do Programa.

Outra linha de atuação do Governo, em 2009, está relacionada ao aperfeiçoamento do tratamento da dimensão territorial no ciclo de gestão das políticas públicas. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se: i) a definição dos critérios para a regionalização

do Plano Plurianual 2008-2011, cuja execução física deverá ser informada por Estado; e ii) os trabalhos de caracterização socioeconômica dos 29 novos polos de desenvolvimento territorial, propostos pelo Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, com a proposição de uma carteira de investimentos para 2012-2015, além da implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). Um dos objetivos dessa última iniciativa é garantir aos órgãos públicos federais o acesso a informações geográficas, criando, assim, as condições para o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão territorial das políticas públicas federais.

A mencionada publicação do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (PPA): Avaliação da Dimensão Estratégica, documento que compreende uma análise do andamento das políticas prioritárias de maior impacto para a estratégia de desenvolvimento do País, além do cumprimento de determinação legal, teve como a finalidade conferir transparência ao desempenho dos objetivos estratégicos governamentais.

Em relação a eventos na área de gestão, o ano de 2009 foi marcado pela realização de fóruns nacionais e internacionais capitaneados pela Secretaria de Gestão (Sege), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Dentre esses, destacam-se o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, o XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e o II Seminário de Ações Compartilhadas Pnage-Promoex.

O 1º Fórum Nacional de Gestão Pública congregou parceiros estratégicos do setor público, do setor privado e do terceiro setor em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília sobre Gestão Pública. A referida Carta, firmada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (Consad) e MP, em 2008, parte da premissa de que é imprescindível orientar a ação do Estado para resultados, tendo como foco o cidadão e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade do gasto público, tudo isso sob boa governança. Durante o Fórum, foi lançada a Agenda Nacional da Gestão Pública, que contém uma série de iniciativas inovadoras para melhorar a gestão, muitas delas já em fase de implementação. O Portal da Gestão Pública, (www.gespublica.gov.br), lançado durante esse Fórum, é o principal instrumento de articulação e mobilização pela melhoria da gestão pública, bem como para informação e gestão do conhecimento. Também fazem parte da mobilização pela gestão pública os Ciclos de Debates sobre Direito e Gestão Pública, que têm por objetivo discutir os grandes temas e desafios da Administração Pública, aproximando profissionais do direito e gestores públicos, conduzidos pelo MP e pela Associação Nacional dos Procuradores da República.

A realização do XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, também, foi um relevante marco do Ano Nacional da Gestão Pública, assim como o II Seminário de Ações Compartilhadas Pnage-Promoex foi uma importante ação de natureza federativa. Neste, foi a primeira vez que os órgãos de planejamento, administração e controle se encontraram em um grande evento para trocar experiências sobre procedimentos de gestão. No que se refere às inovações em governança pública, foram discutidos, com a participação da sociedade, os formatos jurídico-institucionais e o marco legal dos órgãos e entidades da Administração Pública, que culminaram na elaboração de um anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta, as entidades paraestatais e as entidades de colaboração.

Na articulação federativa, destaca-se a continuidade da implementação dos mencionados programas Pnage e Promoex, sendo que o Pnage presta cooperação financeira e assistência técnica para a execução de projetos de transparência e fortalecimento da



capacidade institucional de todas as administrações estaduais e do Distrito Federal. Em 2009, o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal foi da ordem de R\$ 81 milhões, viabilizando, entre outras ações, a aquisição e instalação de equipamentos de videoconferência para todas as Secretarias Estaduais de Administração e de Planejamento. Já o PromoeX proporciona cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas estaduais, do Distrito Federal e municipais, intensificando as relações interinstitucionais e a transparéncia da gestão dos recursos públicos. Em 2009, participaram do Programa 27 dos 33 Tribunais de Contas estaduais e municipais do País, tendo-se os seguintes avanços: aumento na interação entre os Tribunais e destes com o Governo Federal; implantação do Portal e da Rede Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (<http://www.controlepublico.org.br>), disponível a todos os segmentos da sociedade; e harmonização conceitual de pontos de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentre as outras iniciativas de Gestão empreendidas pelo Governo, pode-se citar a Carta de Serviços ao Cidadão; o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o *software* Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”; a elaboração de anteprojeto de lei para regulamentar a contratualização de desempenho; e o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão.

A Carta de Serviços ao Cidadão contém compromissos dos órgãos públicos com a qualidade no atendimento aos usuários dos seus serviços. Ela informa o cidadão sobre os tipos de serviços prestados por determinado órgão, as formas de obtenção desses serviços e os padrões de qualidade no atendimento ao público, incluindo prazos. A Carta deverá ser permanente e amplamente divulgada ao público e informar, ainda, os mecanismos de comunicação com os usuários e os procedimentos para receber e gerir as sugestões e reclamações, reforçando o papel das ouvidorias, hoje já existentes em boa parte das instituições públicas. A primeira Carta de Serviços ao Cidadão elaborada foi a da Anvisa.

O Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o *software* Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação, elaborados e disponibilizados gratuitamente pelo GesPública, proporcionam aos órgãos e entidades interessados metodologia e ferramenta de pesquisa. O objetivo é institucionalizar a avaliação de satisfação do usuário como uma prática relevante e necessária para o aperfeiçoamento da gestão pública.

As centrais de atendimento integrado reúnem representações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais em um único espaço físico. As unidades funcionam de forma articulada, sob o comando de uma administração central e apoiada na utilização de tecnologia de informação. Atualmente, há 26 unidades de atendimento em funcionamento. No sentido de buscar fortalecer cada vez mais essas centrais, em 2010, serão dados estímulo e orientação às organizações públicas no que diz respeito à elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão e ao estabelecimento de procedimentos para a realização periódica de pesquisas de satisfação dos seus usuários.

No apoio à melhoria da Gestão de Estados e Municípios, foram apresentados aos prefeitos o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”, e firmado acordo de cooperação assinado entre o MP, o Ministério da Previdência Social e o Consad, para possibilitar o cruzamento das bases de dados de recursos humanos da União e dos Estados, no intuito de apurar eventuais irregularidades na contratação de servidores, como duplicação de vínculo e aposentadorias irregulares.

Outra inovação é a minuta de Projeto de Lei para regulamentar a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes, com possibilidade de bônus para servidores. A proposta, que regulamenta os parágrafos 7º e 8º do artigo 37 da Constituição, foi submetida à consulta pública. Encontra-se em fase final de desenvolvimento o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão, que trará uma metodologia para orientar as organizações na construção do seu modelo de avaliação de desempenho institucional e fornecerá referenciais de indicadores para os principais processos de gestão.

Para o ano de 2010, prosseguirão os debates sobre a mencionada proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal e Entes de Colaboração, oportunidade em que serão discutidas a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes. Também neste exercício, será consolidado o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Poder Executivo (Siorg), que organiza as atividades de desenvolvimento organizacional dos órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Serão iniciados o funcionamento da ferramenta *web* para a apresentação de propostas de estrutura regimental e regimento interno, e o desenvolvimento de metodologia para suporte à tomada de decisões sobre dimensionamento e provisionamento da força de trabalho em órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Outra ação de impacto para melhoria da gestão será a implementação do novo sistema de gestão de recursos humanos, em substituição ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), que se encontra defasado em termos tecnológicos e de funcionalidades.

b) Gestão do Patrimônio da União

Em 2009, o Governo continuou buscando a efetividade na gestão patrimonial da União, especialmente a utilização de imóveis de sua propriedade nos programas sociais e de infraestrutura, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional. Nesse contexto, foi observado o que preceitua a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU) e iniciado o desenvolvimento e a implantação de ferramentas de gestão, que permitiram o gerenciamento das ações alinhadas aos desafios estratégicos definidos nessa política. Para 2010, a integração das ferramentas de gestão será um dos grandes focos da Gestão Estratégica do Governo.

O conjunto das ações de inclusão socioterritorial atinge, atualmente, mais de 550 mil famílias que vivem em áreas da União. A regularização fundiária de interesse social, já definida como prioridade do Governo no âmbito das ações de urbanização do PAC, ganhou força ao ser aliada ao combate ao desmatamento como ação estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Dentre estas, destaca-se a ação de regularização fundiária urbana na cidade de Belém/PA, onde o Governo Federal, em cooperação com o Governo estadual, promoveu o cadastramento de 27 mil famílias e já emitiu seis mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, garantindo o direito constitucional à moradia às famílias ocupantes de terras da União. Outro exemplo de ação para dar segurança e cidadania a famílias de baixa renda que moram em áreas da União ocorreu, em 2009, na cidade do Guarujá/SP, onde foi regularizada a situação de 1.530 famílias, na localidade chamada “Conceiçãozinha”.

Na Amazônia Legal, o Programa Terra Legal, no Estado de Rondônia, realizou a primeira doação de área urbana da União (465 hectares), ao Município de Porto Velho, beneficiando cinco mil famílias, conforme mencionado no Capítulo II desta Mensagem. As comunidades tradicionais agroextrativistas da Amazônia têm no Projeto Nossa Várzea – Sustentabilidade e Cidadania na Amazônia Brasileira importante política pública de reconhecimento da posse e inclusão produtiva. Desde 2005, 47 mil famílias



foram cadastradas nos Estados do Pará, Amapá, Acre, Tocantins e Maranhão, já tendo 15 mil famílias ribeirinhas no Estado do Pará tituladas com o Termo de Autorização de Uso.

O Governo, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, está trabalhando para identificar imóveis de propriedade da União, para serem utilizados na construção de habitações, viabilizando a utilização social do patrimônio público da União. Como resultado, desde 2008, já foram reservados para provisão de habitação popular, com aporte de terras da União, 65 imóveis nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse esforço, também, está sendo feito em relação aos imóveis do RGPS/INSS, dentre os quais já foram identificados 28, estando prevista a aquisição de outros 42, em 2010.

Em 2009, por intermédio do MMA e MP, foi implementado o Programa de Gestão Integrada da Orla Marítima, buscando executar uma política nacional para essa extensa área do território nacional, de forma compartilhada com outros entes federados e a sociedade civil. O objetivo principal do programa é a articulação das ações de incentivo ao turismo, à preservação do meio ambiente e de ocupação urbana, por intermédio de planejamento do uso e ocupação da orla brasileira. O produto dessa gestão é consubstanciado no Plano de Gestão Integrada (PGI), instrumento legitimado e aprovado em audiência pública.

Em se tratando da gestão dos portos brasileiros, o Governo tem trabalhado de forma articulada para que os terrenos de marinha, terrenos marginais e espaços físicos em águas públicas sejam regularizados, em consonância com a finalidade a que se destinam os portos organizados, em razão do relevante interesse público e estratégico para a nação. Já em relação aos terminais privados, em 2009, diversos processos de cessão de uso oneroso, sob o regime de arrendamento, de espaço físico em águas públicas tramitaram na Secretaria do Patrimônio da União/MP, dentre os quais se destacam empreendimentos da Petrobras para a construção de gasodutos no Município de Aracruz/ES e no Distrito de Magé/RJ. De igual modo, estão em curso processos de cessão de uso oneroso de espaço físico em águas públicas do mar brasileiro, em nome de empresas privadas, para a construção de terminais portuários de uso privativo. Além de impulsionar o desenvolvimento econômico, após a assinatura dos contratos de arrendamento, estima-se que haverá um incremento de arrecadação de receitas patrimoniais na ordem de R\$ 1,8 milhão mensais.

Em apoio à Política de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, foram cedidas áreas da União a Municípios, para utilização por cooperativas ou associações de catadores como área para triagem de material reciclável. O patrimônio da União, ainda em 2009, foi utilizado para o apoio à educação, tendo sido doados dez imóveis para apoio ao Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Deu-se continuidade às ações voltadas ao fortalecimento da capacidade de controle e gestão do patrimônio imobiliário da União, merecendo destaque o investimento na contratação de serviços de levantamento físico-cadastral de imóveis provenientes de órgãos extintos, em especial da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), cujo inventário totaliza cerca de 24 mil unidades, distribuídas em mais de mil Municípios. Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que, dentre outras ações, incluiu o acesso a serviços por meio da Internet. Dessa forma, as informações relativas aos ocupantes desses imóveis e os serviços prestados pelo Governo ganharam em qualidade, confiabilidade, transparência e agilidade, causando, de imediato, aumento no número de registros das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais. Com essas medidas, a arrecadação de R\$ 549,2 milhões, em 2009, superou em mais de 5% o volume arrecadado em 2008.

Para 2010, mirando o apoio e a viabilização das políticas governamentais, em especial as de habitação de interesse social e de desenvolvimento local, as ações prioritárias serão: i) a execução do levantamento e caracterização de bens imóveis oriundos da extinta RFFSA, prioritários para implantação de programas e ações governamentais; ii) o aprimoramento do arcabouço legal e dos procedimentos administrativos para a incorporação e regularização dos imóveis transferidos ou adquiridos pela União, inclusive por meio da capacitação dos servidores do órgão; e iii) a regularização dos imóveis alienados ou locados pela extinta RFFSA, prioritariamente os residenciais ocupados por população de baixa renda.

c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg) foi instituído, em 2007, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório, da coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil, e da qualidade da regulação de mercados. O Pro-Reg, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, busca formatar um conjunto de iniciativas que atendam ao objetivo maior, que é a melhoria da qualidade da regulação e o fortalecimento do sistema regulatório, por meio: i) da capacidade de formulação e análise de políticas públicas nos setores regulados; ii) da melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório; iii) do fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências; e (iv) do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos para o exercício do controle social e transparência.

No que se refere aos componentes que visa implementar, destaca-se o fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas e a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico, envolvendo, inclusive, estudos e propostas para o desenho de uma estratégia de implementação e institucionalização da análise de impacto regulatório. Trata-se de criar condições técnicas e políticas com vistas à introdução na agenda do Governo e no debate com as instituições regulatórias dessa ferramenta, largamente empregada nos países-membros da OCDE, para a melhoria da qualidade da regulação no País.

O segundo componente de maior importância é o fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências, cuja implementação deverá contemplar um programa de capacitação em análise de impacto regulatório, o desenvolvimento e a implementação de um sistema de seleção de diretores, a formulação e implementação de programa de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados. Trata-se de questões centrais para a melhoria da qualidade da regulação e aumento da transparência e melhoria do desempenho das agências.

Ao longo de 2009, participaram das ações de capacitação do Pro-Reg 520 pessoas, entre servidores públicos de ministérios, agências reguladoras federais, estaduais e municipais, e membros de entidades de defesa do consumidor. Foram promovidos dois cursos avançados em regulação, ministrados em Washington, DC, Estados Unidos da América, pelo *Institute of Brazilian Business & Public Management Issues* (IBI), da *George Washington University*, voltados ao estudo do sistema de regulação, instituições e ferramentas de melhoria da qualidade regulatória. Por intermédio do Programa, foi organizado o seminário internacional “Análise do Impacto Regulatório – Instrumento para o fortalecimento da regulação no Brasil”, que atingiu um público de mais de trezentas pessoas, composto por dirigentes e técnicos de ministérios, agências reguladoras e órgãos ou entidades ligados ao sistema regulatório.



Ainda na parte de capacitação, foi realizada mais uma edição do curso “Regulação – Teoria e Prática”, realizado em parceria com a ENAP. Já em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e o Ministério da Justiça, foi organizado o curso “Regulação e Defesa do Consumidor”, que focou na capacitação das entidades de defesa do consumidor que atuam com regulação.

O Pro-Reg contrata a realização de estudos técnicos sobre temas relevantes para a melhoria da regulação no País. Nove trabalhos já foram concluídos, relativos à estratégia de implantação da Análise do Impacto Regulatório, estruturação e implementação de Organismo de Supervisão Regulatória, e a organização e funcionamento das ouvidorias das agências reguladoras. Foram, ainda, realizados estudos técnicos sobre o desenvolvimento e a implementação de um sistema de seleção de diretores e do pessoal de gerência superior; a estruturação de uma rede governamental de regulação; a implementação de modelo de dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) para captar, gerir e disponibilizar informações sobre os problemas enfrentados pelos consumidores no âmbito dos setores regulados. Também, foram publicados, com incentivo do Programa, dois livros sobre regulação: “Desafios da Regulação no Brasil” e “Regulação e Agências Reguladoras – Governança e Análise do Impacto Regulatório”, este em parceria com a Anvisa. Em 2010, o Pro-Reg irá desenvolver e implementar ações voltadas para a análise do impacto regulatório, de fortalecimento dos mecanismos de cooperação intergovernamental para monitorar e avaliar a qualidade da regulação, além da criação de uma unidade no âmbito da administração central, dotado de capacidade técnica e base de dados, para cumprir a função de coordenar, avaliar e monitorar temas de regulação. Espera-se, assim, dar continuidade às medidas de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade da regulação exercida pelas agências reguladoras, para que, como instituições de Estado, possam efetivamente contribuir para que os direitos dos consumidores e a estabilidade dos mercados possam ser igualmente preservados.

7. Combate à Corrupção

Em 2009, diversas foram as iniciativas do Governo na luta contra a corrupção. Destaca-se, nesse contexto, o acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas nos três tratados internacionais que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). Assim, em 2010, o Governo prevê a implementação de diversas ações, como a divulgação dos termos dessas convenções, a articulação interna para viabilizar a aderência do País às recomendações internacionais e o acompanhamento da evolução da sociedade internacional no tratamento do fenômeno da corrupção, visando à mútua cooperação e integração.

O Brasil assumiu, em 2009, a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados-Partes. Nesse período, destaca-se ainda a participação pró-ativa do Brasil na definição e aprovação do mecanismo de avaliação dos países signatários quanto à implementação das medidas previstas na Convenção da ONU. O Brasil fará parte de dois grupos de trabalho que atuarão nas avaliações conduzidas: o Grupo de Revisão da Implementação da Convenção da ONU e o Grupo de Assistência à Implementação de Medidas de Prevenção da Corrupção. Quanto à Convenção da OCDE, o País será avaliado em 2010 pelo Grupo de Trabalho sobre Suborno de Transações Comerciais Internacionais.

Em dezembro de 2008, foi criado o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos. As análises conduzidas no ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitar a sua ocorrência. Entre os trabalhos desenvolvidos estão a análise dos gastos realizados por meio de suprimento de fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como a análise da base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas, e relatórios gerenciais sobre as compras governamentais. Em 2009, foram analisados, ainda, dados sobre contratos de terceirizações do Governo. Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, foram produzidas informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.425 pessoas físicas e jurídicas, com vistas a subsidiar a realização de investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Ainda em 2009, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.616, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária. Visa a iniciativa, ainda, estabelecer um tratamento mais rigoroso para esses crimes, quando o agente for membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de Câmara Municipal, Ministro e Conselheiro de Tribunais de Contas, Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, Ministro de Estado, Secretário-Executivo, Secretário Nacional e equivalente, Secretário Estadual, Distrital e Municipal, dirigente máximo de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou Comandantes das Forças Armadas, uma vez que esses agentes públicos devem observar com maior empenho os padrões éticos de probidade e moralidade. Foi, também, elaborado anteprojeto de lei sobre Responsabilidade Civil e Administrativa de Pessoa Jurídica, o qual deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo, em 2010.

a) Controle Interno – Auditorias

Em 2009, foi acompanhada a execução de 76 ações de Governo com base nos orçamentos de 2007 e de 2008, além de atuação no planejamento de 63 ações referentes ao orçamento de 2009. Como consequência dessas ações de controle, destacam-se os seguintes resultados: i) retorno de R\$ 236 milhões, em decorrência da cobrança de débitos oriundos de pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, no âmbito do Programa Previdência Social Básica (MPS), além da edição de normativos internos do INSS com o objetivo de otimizar a atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade; ii) implantação de cruzamento de dados, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, do seguro-desemprego ao pescador artesanal com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), evitando o pagamento desse benefício a pessoas com vínculos empregatícios; iii) ações de controle em projetos financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo de Desenvolvimento do Amazonas, propiciando aprimoramentos importantes na forma de atuação dos bancos operadores (Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), em especial no que se refere aos mecanismos de aprovação de projetos e acompanhamento/fiscalização, proporcionando alterações de manuais operacionais e realização de trabalhos integrados entre as auditorias internas da Sudam, Sudene e as dos respectivos bancos operadores; iv) sugestão de criação de Portal da Transparência do Fundeb; v) sugestões para aperfeiçoamento de Decreto que dispõe sobre os programas de material didático, o qual se refere expressamente ao Programa Nacional do Livro Didático e ao Programa Nacional



Biblioteca na Escola; vi) edição de portaria instituindo novas regras e critérios para financiamento de eventos turísticos, com destaque para a parametrização dos referenciais de valor para pagamento de artista, banda ou grupo musical, no âmbito da ação governamental que financia a promoção de eventos para a divulgação do turismo interno; vii) reformulação dos procedimentos de análise das propostas, criação de novos modelos de qualificação dos proponentes e reformulação dos procedimentos sobre o Plano de Trabalho para as novas avenças, relacionadas ao Programa Segundo Tempo; viii) implantação de melhorias na gestão do Incra, garantindo maior segurança na seleção e homologação de famílias beneficiárias pelo Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais, inclusive com a adoção de cruzamento de dados com outras informações acessadas por parcerias com outros órgãos; ix) recomendações de melhorias nos fluxos operacionais no tocante ao incentivo à cultura, via renúncia fiscal, notadamente quanto à seleção, análise e aprovação dos projetos; encontra-se em curso o aperfeiçoamento dos controles internos, implantação de nova metodologia de credenciamento de pareceristas, modernização dos normativos internos relacionados à atividade, o que reforça as iniciativas em tramitação quanto à proposta de reformulação de Lei Rouanet; e x) identificação de pontos de melhoria no Programa Inclusão Digital, com destaque para o aperfeiçoamento do processo de contratação de kit para acesso público à Internet.

Ao longo de 2010, outras ações do Governo terão sua execução avaliada, entre elas: Programa Luz para Todos, Postos de Pesagem e Veículos, Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, Construção e Adequação Rodoviária, Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água. Também neste ano, o Governo elaborará estratégias de avaliação da execução de outras 72 ações governamentais, entre as quais Saúde Indígena, Brasil Escolarizado, Projovem, Pontos de Cultura e Programa Bolsa Família.

No último ano, foi dada continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de sorteios públicos. Com sistemática inovadora e exitosa, adotada a partir de 2003, o programa encontra-se na 30ª edição, com 1.751 Municípios fiscalizados (31,47% do total), englobando recursos públicos federais de aproximadamente R\$ 13 bilhões. Nesse exercício, foi realizado o 2º Sorteio Especial, que fiscalizou 60 Municípios beneficiados com recursos do PAC, envolvendo recursos de R\$ 306 milhões.

A partir das frequentes constatações e respectivas recomendações feitas por ocasião dos sorteios públicos de Municípios, foi elaborado o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde, que tem por objetivo criar infraestrutura adequada para as Equipes de Saúde da Família. Em 2010, estão previstos mais três sorteios, o que viabilizará a inclusão de mais 180 Municípios a serem fiscalizados. Além disso, pretende-se realizar a avaliação do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos sob três aspectos: avaliação do impacto do sorteio nos Municípios com incremento da chance de serem sorteados; avaliação concreta dos efeitos das fiscalizações em Municípios já sorteados, por meio de comparação entre as constatações evidenciadas; e avaliação da efetividade das fiscalizações na atuação dos ministérios gestores.

No exercício de 2009, foram realizadas 879 ações de controle relacionadas a obras do PAC, as quais representam cerca de 11% das fiscalizações realizadas. Foram focadas três frentes de trabalho distintas e complementares: acompanhamento sistemático dos principais programas de Governo, com especial destaque às grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado. Em decorrência dessas ações, foram identificadas diversas medidas, entre as quais: i) ajustes tempestivos em serviços de engenharia ou no aperfeiçoamento dos controles gerenciais exercidos sobre as obras de Integração do Rio São

Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, além de servir como subsídio para que o Ministério da Integração Nacional possa cobrar atuação mais efetiva das empresas contratadas para gerenciamento e supervisão das obras; ii) repactuação dos valores contratados, com economia de recursos aos cofres públicos, no âmbito do Ministério das Cidades, decorrentes da fiscalização dos Termos de Compromisso celebrados pela União com Estados e Municípios para a realização de obras de esgotamento sanitário; e iii) aprimorado dos mecanismos de controles internos administrativos pela Valec, em especial no que se refere ao modelo de acompanhamento das ações finalísticas de construção de trechos ferroviários (Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização), bem como incremento na força de trabalho responsável pela fiscalização dos empreendimentos da construção da Ferrovia Norte-Sul.

Durante o exercício de 2009, foi recebido um total de 3.679 denúncias e representações. Desse número, 2.633 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Também nesse ano, foram concluídas 826 fiscalizações, realizadas em 269 Municípios. Os resultados, além de constarem dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao Tribunal de Contas da União e, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

As Tomadas de Contas Especiais (TCEs) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção de resarcimento. Ao longo dos últimos sete anos, foram analisadas 11.756 TCEs, compreendendo o potencial retorno de recursos aos cofres públicos federais de R\$ 3,87 bilhões. Em 2009, o número de TCEs analisadas foi de 1.605, indicando retorno potencial aos cofres públicos de R\$ 702 milhões. Foram realizadas, nos últimos sete anos, 7.894 auditorias ordinárias anuais sobre tomadas e prestações de contas anuais, sendo 516 em 2009.

A partir do exercício de 2007, foram adotadas medidas para melhoria do processo de trabalho de Auditorias Anuais de Contas. Em 2009, foram implementadas ações no tocante à definição de unidades para realização de auditoria pelo controle interno. O Governo apresentou ao TCU sugestões para a delimitação das unidades a serem auditadas, propiciando o aprofundamento dos trabalhos realizados. Todos os gestores prestaram contas, os respectivos relatórios estão publicados na Internet e o monitoramento conduzido pelo controle interno, ao longo de todo o exercício, permanece sendo realizado em todas as unidades.

Destacam-se alguns resultados obtidos pela atividade de auditoria anual de contas: i) apresentação de minuta de Resolução, pela Agência Nacional de Águas, definindo procedimentos de análise de prestação de contas das agências delegatórias, contribuindo para tornar mais eficiente a atuação dos órgãos parceiros e o controle sobre os recursos utilizados; ii) elaboração de planejamento de fiscalizações para o acompanhamento e a validação das informações apresentadas pelas 370 empresas que se beneficiavam da concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática, pelo MCT, cujo valor total estimado da renúncia fiscal, em 2008, foi de aproximadamente de R\$ 3,2 bilhões; iii) readequação de contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços de postagem de multas de trânsito, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, promovendo alterações substantivas, com a retirada de cláusula de rescisão contratual unilateral, controle nos prazos de entrega das autuações aos motoristas infratores e inclusão de glosa de valores por serviços não efetuados; e iv) aprimoramento dos processos de controle interno, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por meio de repactuação de



planilha de custos em contrato de manutenção predial na reforma da sede da Floresta Nacional de Ipanema/SP, proporcionando uma economia aproximada de R\$ 0,5 milhão, e de readequação na metodologia de autuação dos processos de pagamento, com o fim de aumentar a rastreabilidade dos gastos.

Na área de pessoal, foram realizadas auditorias mediante a verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais ou por meio de trilhas de auditorias aplicadas nos sistemas de pessoal, além da análise e encaminhamento ao TCU de processos relativos à aposentadoria, pensão e admissão de servidores. A auditoria de recursos humanos do MP atuou em diversos assuntos, visando ao desenvolvimento de um sistema de inteligência que possibilitará a automatização da auditoria da folha de pagamento, aprimoramento de processos de trabalho e do sistema, além de buscar articulação com os órgãos de controle.

b) Medidas Corretivas

Em 2009, o Governo colheu importantes resultados em relação à apuração da responsabilidade de agentes públicos na esfera administrativa. De 2003 a 2009, houve a aplicação de 2.398 punições administrativas expulsivas de servidores civis estatutários, entre elas 2.069 demissões, 184 destituições e 145 cassações. Assim, é certo afirmar que o total de punições desse tipo em 2009 superará, à exceção de 2007, todos os anos a partir de 2003, quando os dados passaram a ser computados. Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2009, permanecem os itens valimento do cargo (32,39%) e improbidade administrativa (18,71%).

Em relação aos servidores vinculados ao regime celetista, foram aplicadas 3.973 punições expulsivas, entre as quais 351 somente em 2009. Nesse exercício, houve instauração e condução direta de 114 procedimentos administrativos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares (PADs), em sentido estrito, e sindicâncias punitivas e investigativas. Foram instauradas 20 sindicâncias patrimoniais; verificada a regularidade de 1.243 processos disciplinares instaurados e conduzidos; e realizadas 1.471 investigações preliminares. Foram feitas, ainda, 45 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo. Entre 2006 e 2009, foram instauradas 94 Sindicâncias Patrimoniais, sendo 20 em 2009, a partir de relatos da ocorrência de operações suspeitas e da verificação de incompatibilidades patrimoniais, além de denúncias e representações.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), que é um *software* desenvolvido e atualizado pela CGU, visa ao armazenamento e à disponibilização, de forma rápida e segura, das informações sobre procedimentos disciplinares do Poder Executivo. Em 2009, foram implementadas inovações no sistema, tornando possível o cadastramento de sindicâncias investigativas e patrimoniais, de consultas e emissão de relatórios, com maior utilização de parâmetros e anexação de documentos-chave. A capacitação de usuários cadastradores foi mantida, tanto presencialmente, com o treinamento de cerca de 100 servidores, em 2009, alcançando um total de 700 treinados desde a implementação do sistema, quanto por meio da Internet. Em 2010, pretende-se implementar a integração do CGU-PAD aos demais sistemas corporativos de acompanhamento de procedimentos disciplinares, por meio de um *web service*, de forma a evitar duplo cadastramento, ampliar o banco de dados a períodos anteriores à implementação do sistema e possibilitar o envio de dados para outros órgãos.

Com a sua previsão normativa assentada em contornos genéricos, a inspeção correcional carecia de uma regulação formal para conceber maior efetividade ao trabalho. Assim, foi aprovado o Manual de Inspeção Correcional, permitindo às equipes de

trabalho melhores condições de trabalho. O Governo simplificou, em 2009, o processo de apuração dos casos de pequenos danos ou extravios na Administração Pública. A medida é alternativa aos custosos processos disciplinares, pois abre a perspectiva de desburocratização, economia de tempo e de dinheiro, ao permitir a solução, no âmbito da repartição pública, de situações em que não se caracterize a intenção do agente e envolvam valores estimados, atualmente, em até R\$ 8 mil. O ágil desfecho dos processos verificado quando o servidor envolvido decide pelo ressarcimento possibilita, por seu lado, que se direcione o foco para matérias de maior relevo e com sinalização de prejuízos de grande monta.

O Governo examina formas de adequar à condução dos seus processos disciplinares as inovações tecnológicas trazidas pelo Sistema de Teleaudiências, já implantado em algumas Varas Judiciais do País. Esse sistema, integrado por um conjunto de recursos e equipamentos (como telas, câmeras e telefones digitais), dispensa o transporte de réus presos da unidade prisional até o local da audiência, oferecendo vantagens como segurança, agilidade e redução de custos. Em junho de 2009, após conhecer as práticas do Tribunal de Justiça de São Paulo, um dos precursores no emprego do sistema, o Governo iniciou estudos para adaptação da ferramenta às suas atividades disciplinares.

As linhas de ação estabelecidas para 2010 visam ao aperfeiçoamento de mecanismos de responsabilização administrativa disciplinar dos servidores públicos federais, de modo a tornar ainda mais ágeis os procedimentos de condução dos processos disciplinares instaurados. Na exata percepção de que a aplicação da pena ao servidor só será justa, eficaz e legítima se advier dentro da possível contemporaneidade à prática do ilícito é que o Governo busca, neste exercício, a adoção de medidas sinalizadoras de uma maior prontidão na deflagração da investigação das irregularidades dentro do serviço público, já que a responsabilização administrativa acaba por ser mais célere do que a responsabilização civil e criminal, afetas ao Poder Judiciário.

No âmbito da apuração de graves ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já aplicou a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas. Até o presente momento, todas as punições aplicadas que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram por ele confirmadas. Até novembro de 2009, seis empresas foram sancionadas, quatro delas pertencentes ao ramo da construção civil, flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada à construção de prédio público em Brasília. A perspectiva para o ano de 2010 é o aperfeiçoamento da cooperação entre os órgãos da República que atuam no combate às fraudes em licitações e contratos administrativos (CGU, Polícia Federal, Ministério Público da União, TCU etc.). A ideia é fazer com que os elementos produzidos por esses organismos sejam compartilhados, o que representará um incremento do número de processos administrativos sancionatórios e um aperfeiçoamento da busca da verdade possível, para o alcance do necessário teor de justiça, sem descurar de valores como a lícitude dos meios probatórios, a ampla defesa e o contraditório.

Seguindo o plano de trabalho elaborado pelo Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), o Governo promoveu, em novembro de 2009, o “Encontro Brasileiro de Corregedorias Federais”, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal. Visando à troca de experiências e intercâmbio entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o evento discutiu temas como sindicância patrimonial, sigilo fiscal e bancário e ação correcional no combate à impunidade. Para o ano de 2010, está prevista a realização do 1º Encontro de Corregedorias Públicas, em busca da troca de experiências e conhecimentos acerca do funcionamento das unidades de correição especificamente no âmbito do Poder Executivo, as quais precisam ser melhor auscultadas, em favor do fortalecimento do sistema correcional vigente.

c) Ações de Capacitação e Prevenção

O Governo está aprofundando as relações de cooperação de suas equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública. Nesse sentido, foram realizadas várias ações preventivas em 2009, das quais destacam-se: i) capacitação para os servidores que atuam no monitoramento operacional de benefícios, na manutenção de direito e perícia médica do INSS; ii) capacitações relacionadas à utilização do Siconv; iii) capacitação para servidores na área de licitações e sobre TCEs; iv) realização da Semana Orçamentária e Financeira, em diversas Unidades da Federação; v) capacitação em controles internos administrativos e auditoria interna; vi) realização de diversas reuniões com órgãos e entidades públicos para orientar sobre o aprimoramento dos mecanismos de controle, visando ao acompanhamento de obras públicas; vii) orientação a servidores sobre a importância dos fiscais de contrato, representantes formalmente designados pela Administração para exercer a fiscalização dos contratos, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993; e viii) edição de portaria específica, no âmbito de atuação da Secretaria de Defesa Civil/MI, regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, bem como ajustes no processo de distribuição de materiais que visam atender às populações atingidas.

Com o objetivo de dotar a Administração de quadros mais bem preparados para integrar as comissões processantes, o Governo reserva um qualificado corpo de servidores para ministrar curso de Direito Disciplinar. No seu melhor desempenho nos últimos sete anos, o programa de formação de membros de comissões disciplinares dirigiu-se a todas as capitais do País e promoveu a capacitação de 1.525 servidores públicos federais, somente em 2009, perfazendo um total de 7.398 profissionais capacitados. Já o curso de “Análise de Evolução Patrimonial e Principais Fraudes”, que busca a difusão das técnicas de investigação mediante sindicâncias patrimonial, registrou o número de 79 servidores capacitados, em 2009. Estima-se, por sua vez, que a média de mil servidores/ano capacitados pelo “Programa de Formação de Membros de Comissões de PAD” será superada, em 2010. Pelo número de turmas que já estão agendadas para este ano, prevê-se que cerca de 1.200 servidores públicos serão treinados para participar de comissões processantes.

O Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, instituído em 2008, objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e Municípios. A escolha dos participantes do programa é feita por sorteio público e a definição das ações a serem adotadas acontece em parceria com cada Município sorteado, considerando suas especificidades. Até novembro de 2009, o programa já beneficiou 576 Municípios, capacitando 6.486 agentes públicos.

Paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, foi criada, em 2009, a Escola Virtual da CGU, como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, por meio da Educação a Distância (EAD). A escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: educação para a cidadania e fortalecimento da gestão pública. A primeira delas é trabalhada em cursos, vídeos e publicações voltadas para cidadãos, com o objetivo de promover o controle social e orientar a população sobre como os gastos públicos podem ser controlados, enquanto a segunda concentra-se na capacitação de servidores públicos em temas como licitações, contratos administrativos e convênios. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU, e todas as ações de EAD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11 mil participantes.

d) Ações de Ouvidoria

O Governo tem concentrado seus esforços, nos últimos sete anos, na criação de ouvidorias federais e no incentivo à participação de todos os ouvidores públicos do País, visando ao fortalecimento da cidadania. Outro importante foco é a interação afirmativa de estímulo à expansão das ouvidorias junto aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo, o que tem permitido a consolidação e fortalecimento desse segmento. Em 2009, foram realizados cursos gratuitos de aperfeiçoamento para ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria Pública do Brasil. Esses cursos, cuja participação foi franqueada a servidores de Estados e Municípios, foram realizados em mais de 12 capitais estaduais, desde 2006. Nesse período, mais de 1.200 ouvidores e servidores foram qualificados. Em 2010, o Governo pretende dar continuidade a essa ação por meio do 5º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública, a ser realizado em oito capitais.

Ao longo do último exercício, houve acentuada aproximação entre ouvidores e instituições similares no contexto internacional, como o *Ombudsman*, provedores de justiça, *defensores del pueblo e médiateurs*. A realização de dois importantes eventos marcou essa ligação: o Seminário Internacional de Ouvidorias Públicas, ocorrido em julho, em Fortaleza, com público de 300 pessoas; e o 1º Fórum Internacional de Ouvidorias/*Ombudsman/Defensores del Pueblo/Provedores de Justiça/Médiateur de la Republique*, realizado em novembro, em Brasília, com público de mil pessoas.

Em 2010, também será priorizado o estreitamento de relações no plano internacional, especialmente com os ouvidores (provedores de justiça) da CPLP, cuja mobilização ocorreu a partir de reuniões de trabalho com representantes dos países interessados, durante o mencionado fórum, em 2009, e a partir da proposta do Brasil para a criação da Associação dos Países de Língua Portuguesa para esse tema.

Ao final de 2009, o segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal atingiu o quantitativo de 151 unidades de ouvidoria (incremento de 277% desde 2003), responsáveis pelo atendimento de três milhões de manifestações de cidadãos. O Governo, ainda, pretende interagir com órgãos governamentais competentes, com vistas ao aperfeiçoamento do instituto da ouvidoria, constante da proposta de nova proposta lei orgânica para administração pública federal, o que permitirá o fortalecimento desse segmento. O Governo, também, planeja apoiar a implantação de unidades de ouvidoria nos ministérios que ainda não possuem unidades de atendimento ao cidadão; desenvolver ações para promover a conscientização dos entes do Poder Executivo sobre a utilização de informações das ouvidorias em seus planejamentos; e manter a grande aproximação com ouvidorias nacionais e seus congêneres internacionais.

A Ouvidoria do Servidor colocou à disposição dos usuários o portal www.ouvidoriadoservidor.gov.br, com aproximadamente 7 mil acessos/mês, permitindo mais interação para informações gerais e acessos a outros sítios governamentais de interesse do servidor público e maior facilidade de acesso para envio de suas mensagens. Foram realizados, também em 2009, o I Fórum sobre Discriminação e Preconceito nas Relações de Trabalho na Administração Pública e o III Encontro de Ouvidorias do Servidor.

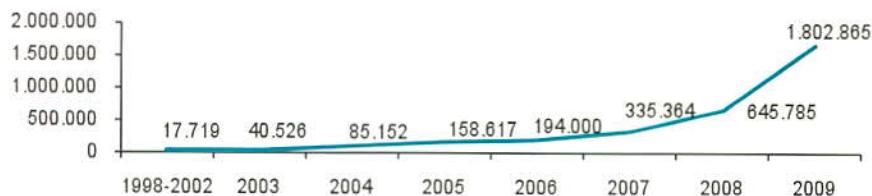
e) Combate à Lavagem de Dinheiro

O Sistema Brasileiro de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (SPLD) fundamenta-se na cooperação entre setores econômicos e seus órgãos reguladores. Nesse contexto, cabe ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), como a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) do Brasil, receber e analisar comunicações de operações financeiras resultantes dessa cooperação,



buscando identificar indícios da prática de crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, para então produzir Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) que são disseminados para as autoridades de investigação e persecução criminal.

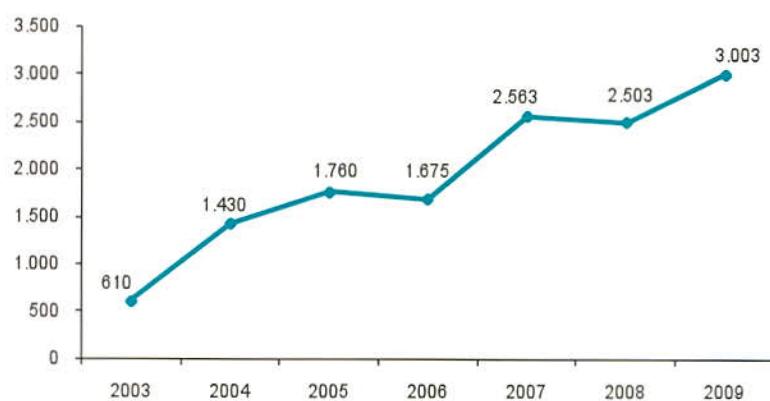
Comunicações Recebidas de Setores Econômicos



Fonte: Siscoaf.

No que tange à cooperação entre o COAF e outros órgãos de Governo, foram realizados mais de 13,5 mil intercâmbios de informações, com destaque para o Ministério Público, Polícias e o Poder Judiciário.

Intercâmbio de Informações



Fonte: Siscoaf.

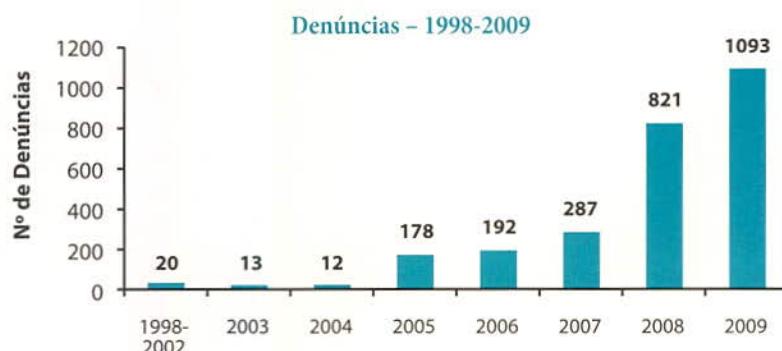
Na atividade de regulação dos setores econômicos que não estão sujeitos a órgão regulador próprio, o COAF vem, desde 2005, promovendo a revisão das normas aplicáveis a esses setores, com o objetivo de elevar sua efetividade. Assim, a exemplo das resoluções para os setores de fomento mercantil (2005) e de promoção imobiliária (2006), em 2009, o COAF publicou nova resolução para o setor de loterias, intensificando as exigências de controle sobre as empresas que atuam nesse setor. Discutiu, também, com o setor de comércio de joias, metais e pedras preciosas, o aperfeiçoamento da regulação do setor, que deve ser publicada em 2010.

A atividade de verificação do cumprimento das obrigações por parte dos setores econômicos regulados pelo COAF culminou no julgamento de 11 processos administrativos, em 2009, o que representou o melhor resultado desde a criação desse Conselho. Desses, 8 resultaram na aplicação de multas no montante de R\$ 348 mil, elevando o total de multas aplicadas, desde 2004, a R\$ 4,1 milhões.

Entre os anos 2003 e 2009, o Brasil participou ativamente da elaboração de políticas e melhores práticas para a desarticulação de organizações criminosas envolvidas em crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Presidiu, também, os principais organismos internacionais que tratam do tema: Grupo de Ação Financeira da América do Sul (Gafisud), em 2006, e o Grupo de Ação Financeira contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo (GAFI), entre 2008 e 2009.

O Brasil passou por processo de avaliação do SPLD, realizado pelo GAFI, tendo sido encaminhados aos avaliadores diversos documentos, normas e respostas a questionários, demonstrando os procedimentos de regulação e fiscalização adotados por todos os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário para cumprimento das 49 recomendações do GAFI. Para 2010, pretende-se intensificar as ações de assistência técnica a países da América do Sul e de língua portuguesa, e a revisão da legislação brasileira para torná-la mais aderente aos padrões internacionais.

A prevenção à lavagem de dinheiro foi aperfeiçoada, também, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e do BCB, por meio de atos que normatizaram: i) as comunicações de operações financeiras ligadas ao terrorismo e seu financiamento; ii) as pessoas politicamente expostas; e iii) o conceito de beneficiário final. As novas hipóteses de comunicação de operações suspeitas contribuíram para o aumento do número de denúncias, conforme gráfico apresentado a seguir.



Fonte: CVM.

Em julho de 2009, por intermédio da Comissão de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo, do Mercosul, foram consolidados e aprimorados as regras e procedimentos relacionados à prevenção da lavagem de dinheiro, alinhando-se às melhores práticas preconizadas pelo GAFI.

Desde setembro de 2009, os bancos e as demais instituições sob supervisão do BCB estão realizando as comunicações de operações de que trata a lei de combate à lavagem de dinheiro diretamente no Sistema de Informações do COAF (Siscoaf). Antes, essas instituições efetuavam suas comunicações ao Conselho por intermédio do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen). As comunicações eram em seguida importadas para o Siscoaf. Por sua vez, o Banco da Amazônia implantou o Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, visando exercer maior controle sobre movimentações atípicas, adequando também seus procedimentos internos à nova sistemática. Todo o processo sistêmico foi aperfeiçoado, em 2009, com a criação de um Comitê Interno com a finalidade de decidir pelo arquivamento da ocorrência ou encaminhamento ao Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (CPLD), segregando as etapas do processo de detecção, análise, encaminhamento, arquivamento e comunicação



de indícios, além da definição de prazos para análise e conclusão das ocorrências apontadas. O Banco promove, também, o Curso de Combate à Lavagem de Dinheiro utilizando plataforma virtual de aprendizagem no escopo do catálogo de cursos autoinstrucionais, possibilitando a certificação de todos os empregados.

No âmbito do Banco do Brasil, durante o ano de 2009, foram intensificadas as ações de comunicação interna e externa, reforçando o compromisso de que a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro são, além de obrigações legais, responsabilidade social. Dificultando a movimentação do dinheiro obtido de forma ilícita, o Banco contribui para cortar o fluxo de recursos financeiros que alimentam o crime e, consequentemente, contribui para a redução da criminalidade no País. Além do aprimoramento dos mecanismos existentes, o Banco do Brasil atuou no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio de ações como: i) a cooperação com o Ministério da Justiça para manutenção e disseminação das práticas do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD); ii) a participação nas reuniões de elaboração da Enccla; iii) a cooperação com o COAF; e iv) a realização de palestras para órgãos externos, que atuam no combate à lavagem de dinheiro. Para capacitar os funcionários em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, no último ano, o Banco investiu recursos na realização do curso de Análise de Indícios de Lavagem de Dinheiro, no qual 2.232 funcionários foram treinados, e a Certificação Interna de Conhecimentos em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da qual 3.922 funcionários certificados.

f) Combate aos Crimes contra a Previdência Social

No âmbito da Previdência Social, as atividades desenvolvidas pelo Setor de Inteligência têm como escopo a produção de conhecimentos, com a finalidade de assessorar as autoridades do MPS no planejamento e execução de suas atribuições legais, particularmente no combate aos ilícitos previdenciários e no gerenciamento de riscos de ações adversas, o que se constitui no exercício da Atividade de Inteligência Previdenciária. Numa análise preliminar, o conhecimento adquirido nos trabalhos das Forças-Tarefa Previdenciárias (FTP's) indica a existência de diversos tipos de fraudes na área de benefícios assistenciais e previdenciários com tipologias e perfis de dados bem característicos. A ocorrência de tais fraudes decorre, na maior parte das vezes, de vulnerabilidades nos processos de negócio, nos sistemas informatizados e na gestão de pessoas. Vale ressaltar que, para o ano de 2009, estavam previstas a realização de 36 ações conjuntas com o Departamento de Polícia Federal. Contudo, a meta foi superada, tendo sido realizadas 58 ações. Essas ações resultaram em 436 mandados de busca e apreensão, 323 mandados de prisão, 222 indiciamentos e 103 conduções coercitivas. De 2003 a 2009, foram realizadas 245 ações conjuntas, expedidos 2.183 mandados de busca e apreensão e cumpridos 1.536 mandados de prisão.

Para 2010, o planejamento está sendo alterado para se apurar a efetividade dos trabalhos, sendo considerado como meta a produção de 60 conhecimentos e a realização de 60 ações conjuntas, o que representa um acréscimo de 4% do realizado em 2009.

8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

O êxito das Políticas Públicas no Estado brasileiro depende de segura base jurídica na sua formulação e de adequada e oportunidade defesa judicial, quando questionadas em juízo, misteres a cargo da Advocacia-Geral da União, que os realiza diretamente – pelos seus órgãos centrais, de direção superior e de execução instalados em cada Órgão da Administração Direta – ou indiretamente – pela Procuradoria-Geral Federal instalada em cada autarquia e fundação federal, e pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

a) Atividade Contenciosa

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacam-se as seguintes decisões em que a União foi vitoriosa, afastando-se os óbices opostos à ação governamental na implementação de políticas públicas: i) RE nº 587.365/SC e nº 486.413/SP – no qual foi mantido o entendimento de que a renda do segurado deve ser levada em consideração para concessão do auxílio-reclusão e não a de seus dependentes. Atualmente, existem no País cerca de 450 mil presos. O Governo gasta R\$ 160 milhões por ano com o pagamento do benefício. A decisão evitará impacto orçamentário para a Previdência Social estimado em mais de R\$ 1 bilhão por ano; ii) PSV nº 4 – a AGU participou intensamente de todos os trabalhos desenvolvidos na audiência pública que o Presidente do STF realizou, com o objetivo de reduzir a litigiosidade das matérias que envolvem, entre outros aspectos, o fornecimento de medicamentos e tratamento médico à população carente; iii) ADPF nº 101 – a AGU conseguiu demonstrar à Corte Constitucional que a importação de pneus e carcaças provenientes de diversos países acarreta prejuízos, por vezes irreparáveis, à saúde da coletividade e ao meio ambiente; iv) RE nº 543.974 – na defesa da correta interpretação do texto constitucional, a AGU teve reconhecida na Corte Suprema a tese de que a desapropriação de imóvel em que se plantaram psicotrópicos deverá incidir sobre toda a gleba rural, e não apenas sobre a parcela de terra em que foi efetivamente cultivada a planta. A Constituição Federal determina que tais glebas devam ser destinadas ao assentamento de colonos e ao cultivo de alimentos e medicamentos; v) ADI nº 3.978 – o STF confirmou a obrigatoriedade de realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro, exigência constitucional defendida pela AGU que, no entanto, vinha sendo descumprida por alguns Estados; vi) MI nº 766 – a Corte confirmou a tese da AGU no sentido da improriedade da via judicial eleita no tocante à utilização do mandado de injunção para forçar a União a regulamentar a atividade de promoção e administração de sorteios de bingos; vii) ACO nº 1.303 – a Corte Suprema concluiu, nos termos do alegado pela AGU, que a regra constitucional de imunidade tributária recíproca entre entes da Federação aplica-se à exação de ICMS sobre desembarque aduaneiro de medicamentos importados pelo Ministério da Saúde; viii) PET nº 3.388 – o STF julgou constitucional o decreto presidencial que estabeleceu a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A AGU participou, de modo decisivo, do julgamento que mobilizou a Suprema Corte, como também dos procedimentos de desintrusão dos não-índios e da efetiva destinação da área objeto da demanda às comunidades indígenas tradicionalmente ocupantes do local; ix) ADI nº 3.934 – o STF confirmou a tese da AGU pela constitucionalidade da norma que trata de recuperação judicial e falências, o que possibilitou o atendimento de um maior número de credores no rateio da massa, além de se permitir a preservação das atividades da empresa, com a consequente manutenção dos empregos; x) ADPF nº 167 – a AGU defendeu, ainda, no STF, a continuidade da competência do Tribunal Superior Eleitoral para julgamento de recursos contra a expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais; a tese foi acolhida, preservando-se uma atribuição desempenhada pela Corte Eleitoral há mais de 40 anos; xi) ADPF nº 186 – a AGU manifestou-se, também, pela constitucionalidade da implementação, pela Universidade de Brasília em seus concursos vestibulares, de cotas de 20% para negros. O Supremo Tribunal indeferiu a liminar pleiteada, mantendo os atos administrativos praticados pela UnB; xii) RE nº 576.189 e nº 541.511 – a AGU assegurou o reconhecimento, pela Corte Suprema, da constitucionalidade dos adicionais tarifários incluídos nas contas de energia elétrica, os Encargos de Capacidade Emergencial (ECE), conhecidos como “seguro-apagão”, com o objetivo de cobrir os custos de contratação de capacidade de geração de termelétricas no período de 2002 a 2005, de modo a garantir o fornecimento de energia elétrica para toda a população brasileira. Nas ações em que se revelou possível a apuração de valores, a atuação da AGU envolveu a quantia aproximada de R\$ 190 bilhões.

Deve-se registrar, também, que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2009, atuou ativamente na defesa da União, no âmbito da definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado



positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Esse trabalho resultou, especialmente, na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes, e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que permitiu a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas sociais e de investimentos do Governo.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foram proferidas 33 decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN, pela sistemática dos recursos repetitivos, e um julgamento proferido fora da sistemática dos recursos repetitivos. Já no STF, foram proferidas seis decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos tributários, tais como: Crédito-Prêmio de IPI; Dedução de Prejuízos Fiscais; alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%), Imposto de Exportação e Finsocial.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto às demais instâncias do Poder Judiciário, foram implementadas ações pela AGU em diversas áreas, como educação, meio ambiente, defesa do patrimônio público e administração pública. Para exemplificar, destacam-se, em 2009, as seguintes ações da AGU no âmbito da Justiça Federal para viabilizar a execução do PAC: i) a ACP nº 2008.83.00.019535-1 – JF/PE, que impediou a suspensão da 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; ii) a ACP nº 2009.41.00.003928-2 – JF/RO, que manteve a licença de instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Madeira; e iii) a ACP nº 2009.39.03.000326-2 e nº 2009.39.03.000575-6 e SS nº 12009.01.00.069492-2 – TRF da 1ª Região, que assegurou o processo legal para a construção da UHE de Belo Monte, no Estado do Pará, garantindo a continuidade da preparação de licitação dessa importante obra, que será a maior hidrelétrica brasileira; e iv) no âmbito internacional, cabe destacar as seguintes ações realizadas pelo Departamento Internacional da AGU: a) defesa do Estado brasileiro, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos; b) atuação internacional para bloquear e repatriar ativos desviados ilicitamente dos cofres públicos do Estado brasileiro, referente aos casos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP), Operação Satiagraha e Propinoduto; e c) restituição de crianças em atendimento à Convenção da Haia sobre Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças.

Foi instituído, na AGU, o Grupo Permanente de Combate à Corrupção, que segundo último relatório, de novembro de 2009, ajuizou 2.178 ações, dentre quais: i) 1.469 ações de execução de julgados do TCU, totalizando R\$ 479,6 milhões; ii) 340 ações de improbidade, totalizando R\$ 33,2 milhões; e iii) 369 ações de natureza ambiental e patrimonial, totalizando R\$ 442 milhões. Esse trabalho contribuiu para o recolhimento de R\$ 296,5 milhões concernentes a convênios celebrados pela União. Nas ações em que é possível quantificar os valores, a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União, implicou a impugnação de, aproximadamente, R\$ 2,92 bilhões, recolhendo em indenizações e honorários, aproximadamente, R\$ 39,9 milhões. Além disso, em 2009, a AGU deu andamento ao Programa de Redução de Demandas do INSS, destacando-se a edição de 10 súmulas que tratam de matéria previdenciária, o que trará diminuição do quantitativo de ações e recursos. Continuou, também, a executar os relevantes e fundamentais serviços jurídicos de consultoria e assessoramento jurídicos, para assegurar a conformidade dos atos da Administração Pública Federal e para o fornecimento de subsídios para a defesa da União em processos em curso no STF, STJ, TRFs e Varas Federais.

Outra ação neste Governo foi o desenvolvimento da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). Em 2009, a AGU realizou importantes ações na CCAF, destacando-se: i) o primeiro Termo de Conciliação realizado com Estados, no

qual foi firmado um acordo entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Alagoas acerca da interpretação de sobre convênios e contratos de repasse; e ii) o primeiro caso de conciliação envolvendo Municípios, na qual foi acordada a destinação de imóveis oriundos da extinta RFFSA em Municípios do Estado do Paraná.

O Plano de Ação da AGU, para 2010, tem como meta promover medidas para a redução da litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e destes com a sociedade civil, otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito de sua organização administrativa, aprimorar o acompanhamento judicial de ações relevantes para a União, ampliar a capacidade de atuação conciliatória da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e consolidar a sua estruturação administrativa, física e de pessoal.

b) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional

Em 2009, o Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça (MJ), acompanhou e atuou diretamente visando assegurar a tramitação e aprovação dos projetos de reforma da legislação processual pelo Congresso Nacional. Em continuidade às ações iniciadas com o I Pacto de Estado, assinado em 2004, o Governo articulou, com os Poderes Legislativo e Judiciário, a assinatura do II Pacto Republicano de Estado, ocorrida em 29 de abril de 2009. Esse Pacto pugna por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo. São três os pilares que sustentam o novo Pacto: Proteção dos Direitos Humanos e Fundamentais, Agilidade e Efetividade na Prestação Jurisdicional e Acesso Universal à Justiça.

Dos Projetos de Lei (PLs) objeto do II Pacto apresentados ao Congresso Nacional, dez já foram aprovados, em 2009, dos quais três alinharam-se ao eixo de proteção aos Direitos Humanos Fundamentais, quatro ao eixo de Agilidade e Efetividade da Prestação Jurisdicional e três no eixo da Ampliação do Acesso à Justiça. Desses PLs resultaram as Leis nº 11.969, que permite aos advogados retirar os autos dos cartórios judiciais, por até uma hora, para melhor consulta ou mesmo a reprodução das folhas por meio de cópias; nº 11.900, que prevê a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência; nº 12.012, que qualifica como crime o ingresso de aparelhos telefônicos de comunicação móvel (celular), rádio ou similar, sem autorização legal, em penitenciárias; nº 12.016, que regulamenta o mandado de segurança individual e coletivo; nº 12.011, que dispõe sobre a estruturação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, criando de 230 Varas Federais, com dois juízes (titular e substituto) cada, destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau; nº 12.019, que institui normas procedimentais para os processos de competência originária perante o STJ e o STF, permitindo a convocação de juízes ou desembargadores, para instrução e oitiva de réus ou testemunhas nos processos perante esses Tribunais; nº 11.925, que permite que o próprio advogado declare a autenticidade das cópias de documentos oferecidos como provas no processo trabalhista, substituindo o procedimento de autenticação atual, que é moroso, caro e pouco eficaz; nº 11.965, que permite a participação do defensor público na lavratura da escritura pública de inventário e de partilha, de separação consensual e de divórcio consensual; nº 132, que atualiza a Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados; e nº 12.063, que regulamenta o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

c) Democratização do Acesso à Justiça

Desde meados de 2007, o Governo elegeu o tema “Democratização do Acesso à Justiça” como eixo prioritário das ações programadas para os próximos anos. Nesse sentido, uma das ações prioritárias é a assistência jurídica integral ao preso e



seus familiares. Essa ação tem como escopo principal a democratização do acesso à justiça, conferindo aos presos tratamento como sujeitos de direito e propiciando condições para sua recuperação e reinserção social. Em 2009, a Defensoria Pública da União ampliou a assistência jurídica integral e gratuita à população, realizando 754.997 atendimentos em suas unidades. Além disso, o serviço itinerante foi intensificado, levando o atendimento a localidades das mais distantes regiões. Ressalta-se que, no dia 12 de agosto de 2009, foi criada a Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cujo objetivo é disponibilizar defensores públicos de todo o País, em caráter voluntário, excepcional e solidário, para fiscalizar o cumprimento de penas, prestar assistência jurídica aos presos do sistema penitenciário brasileiro e verificar as condições carcerárias em articulação com as Defensorias Públicas Estaduais. O primeiro encontro da Força ocorreu nos dias 19 a 30 de outubro de 2009, na cidade de Ribeirão das Neves/MG, e contou com a atuação de 42 defensores públicos, procedentes de diferentes Estados, do Distrito Federal e da União. Durante o encontro, foram analisados 3.235 processos, com 3.816 atendimentos aos internos e realizados 9.781 prestações jurídicas.

O Governo, também, apoia a formação de novos Núcleos de Justiça Comunitária nas Defensorias Públicas, governos estaduais, municipais, ministérios públicos, tribunais de justiça e organizações da sociedade civil de interesse público, com vistas a incentivar o desenvolvimento de formas não adversariais de resolução de conflitos e de conscientização cidadã, por meio do financiamento de atividades de capacitação, aquisição de equipamentos, despesas com pessoal e adequações de espaços físicos. Em 2009, as atividades se concentraram no acompanhamento e monitoramento desses acordos.

Ressalta-se que o MJ, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), está promovendo a capacitação de equipes multidisciplinares dos Núcleos já implantados, em 2008, por meio de um curso sobre Mediação Comunitária. Em 2009, foram realizados sete cursos nas seguintes localidades: Instituto Casa São Francisco de Assis, no Bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS, Sítio Cercado, em Curitiba/PR, Núcleos de Taguatinga e Ceilândia/DF, Núcleo Tancredo Neves, João XXIII, do Bairro do Pirambu e Grande Messejana, em Fortaleza/CE, Núcleo Casa Amarela, em Recife/PE, e Núcleo da Epitaciolândia/AC.

Ademais, está prevista a implantação de 18 novos Núcleos, em parceria com Ministério Público de Alagoas (um núcleo); Estado da Bahia (4 Núcleos); Prefeituras Municipais de Canoas; Passo Fundo e São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; Prefeituras Municipais de Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis e Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo; Governo do Estado do Rio de Janeiro (2 Núcleos); Tribunal de Justiça de Pernambuco; e Ministério Público do Estado do Ceará.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Relatório Anual sobre a situação do Ministério Público no País e as
atividades do Conselho (art. 130-A, § 2º, V da Constituição)**



CONSELHO NACIONAL DO MINIST\xcdRIO P\xfablico

Presidente

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Conselheiros:

Achiles de Jesus Siquara Filho

Adilson Gurgel de Castro

Almino Afonso Fernandes

Bruno Dantas Nascimento

Claudia Maria de Freitas Chagas

Cl\'audio Barros Silva

Francisco Maur\'cio Rabelo de Albuquerque Silva

Maria Ester Tavares

Mario Luiz Bonsaglia

Sandra Lia Sim\'on

S\'ergio Feltrin Corr\ea

Sandro Jos\'e Neis

Ta\'is Schilling Ferraz

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público é o órgão de controle externo criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, para ser um instrumento de ampliação da participação cidadã nos rumos do Ministério Público e de fortalecimento dos princípios democráticos na gestão da Instituição. Com esse intuito, a Constituição Federal atribuiu ao Conselho Nacional o exercício do “controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros” e lhe conferiu o dever de “zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências”.

No empenho por avançar em direção ao crescente respeito à cidadania, o Conselho Nacional, desde a sua criação, tem assumido como uma de suas relevantes incumbências a tarefa de velar pela ética, pela probidade e pela retidão dos membros e dos servidores do Ministério Público, de maneira a contribuir para o aumento da confiança depositada pela sociedade nas Instituições que zelam por realização de justiça.

Em 2009, a par de continuar orientando seus esforços à garantia da pronta e idônea atuação dos membros do *Parquet*, o Conselho Nacional do Ministério Público deu seus primeiros passos no sentido de eleger, como desafio prioritário, a tarefa de, com criatividade e habilidade, elevar a qualidade da gestão administrativa e financeira de seus próprios quadros e do Ministério Público brasileiro.

Nesse sentido, o Conselho Nacional tem buscado direcionar suas ações à preparação dos recursos materiais e humanos que tornem viáveis o delineamento e o alcance de seus objetivos estratégicos. Além disso, tem se esforçado por avançar em direção à adoção de medidas que possam contribuir para promover ganhos de eficiência e de qualidade nos serviços oferecidos pelo próprio Conselho e pelo Ministério Público e que, indiretamente, possam agregar maior efetividade à intervenção do *Parquet*, na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Este relatório anual, elaborado em observância ao art. 130-A, da Constituição Federal, apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público durante o ano de 2009, com desdobramentos a ser expandidos em 2010, e aborda tanto aquelas atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público quanto aquelas voltadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

I – O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Organização Interna e Funcionamento

O Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, em vigor desde 11 de dezembro de 2008, fixou suas regras de funcionamento e atribuições de controle e instituiu como órgãos do CNMP o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, as Comissões e a Secretaria-Geral¹.

No decorrer do ano de 2009, foram realizados diversos avanços importantes em relação à organização interna e ao funcionamento do CNMP.

Em 16 de junho, foi aprovada pelo Plenário a Resolução nº 41/2009, que criou a Comissão Permanente de Jurisprudência. Esta Comissão passou a integrar a estrutura organizacional do Conselho² e possibilitará, por meio da melhor divulgação dos seus julgados, a otimização das diretrizes técnicas e institucionais ao Ministério Público brasileiro.

A antiga Comissão Permanente Disciplinar foi transformada na “Comissão Permanente Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei”³. A conversão foi realizada com a finalidade de tornar perene os trabalhos realizados pela Comissão Temporária do Sistema Carcerário e acompanhar as atividades dos Ministérios Públicos no tocante ao controle externo da atividade policial, na execução penal e na execução de medidas socioeducativas.

Outro avanço significativo se deu no mês de julho, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, que criou a estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público. Com sua entrada em vigor, possibilitou-se ao Conselho, a partir do estabelecimento estrutural de suporte técnico-administrativo aos Gabinetes dos Conselheiros, uma melhor operacionalização de suas atribuições constitucionais. No total, foram criados 22 cargos em comissão e 17 funções de confiança.

Em outubro, o Plenário do CNMP aprovou a possibilidade de seus membros que residem fora de Brasília optarem por se dedicar integralmente aos trabalhos do CNMP, nos termos do art. 19, XVIII, do RI/CNMP. A medida é de grande valia para o funcionamento do Conselho e permitirá que seus membros optem pela maneira mais adequada e eficiente para desempenhar suas atribuições.

O presente relatório anual é desenvolvido a partir da disposição institucional e organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e versa sobre as atividades desenvolvidas em cada um de seus órgãos e os resultados obtidos no ano de 2009, observando-se a obrigação contida no art. 130-A, § 2º, V, da Constituição da República de 1988; e também o disposto nos arts. 132 e 133 do Regimento Interno do CNMP.

1.1. Plenário

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal. Entre as competências do CNMP podem ser destacadas as seguintes: controle da atuação administrativa e financeira do

1 – Art. 17 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

2 e 3 – Art. 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros; o zelo pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público; e o planejamento estratégico do Ministério Público nacional.

É nesse sentido que o Plenário do CNMP tem se pautado. O órgão não possui formação exclusiva de membros do Ministério Público. A sua composição é plural. Além de representantes do Ministério Público, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo. Inequivocamente essa composição plural contribui para o enriquecimento dos trabalhos e atribuições desse órgão de índole constitucional.

1.1.1. Sessões do Plenário

Em 2008 foram realizadas 12 sessões ordinárias e 14 sessões extraordinárias nas seguintes datas:

Sessões Ordinárias	Sessões Extraordinárias
29/1/09	17/2/09
16/2/09	23/3/09
9/3/09	24/3/09
6/4/09	27/4/09
11/5/09	28/4/09
15/6/09	25/5/09
10/8/09	26/5/09
15/9/09	16/6/09
29/9/09	25/8/09
20/10/09	16/9/09
18/11/09	13/10/09
15/12/09	17/11/09
	9/12/09
	16/12/09

1.2. Presidência

A Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público é exercida pelo Procurador-Geral da República, cargo que é atualmente ocupado pelo Subprocurador-Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos. Suas atribuições encontram-se previstas nos arts. 26 e 29 do Regimento Interno do CNMP.

Em 2009, a Presidência, dentre outras atividades decorrentes do exercício de suas atribuições, representou o Conselho perante órgãos e autoridades; deu posse aos Conselheiros nomeados para o biênio 2009/2011; concretizou parcerias com unidades do Ministério Público e órgãos externos; e efetuou a reestruturação de parte dos serviços administrativos do Conselho com base na Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009.

Além disso, a Presidência prestou o apoio institucional necessário à realização de inspeções periódicas em todos os ramos do MPU e dos Estados e envidou esforços no sentido de viabilizar o desenvolvimento do planejamento estratégico no âmbito do Ministério Público.

Durante o ano, o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Presidência, firmou Acordos e Termos de Cooperação Técnica. Esses acordos versaram sobre temas relevantes para o Ministério Público brasileiro e buscam o aperfeiçoamento da Instituição e do sistema de Justiça.

Em 15 de junho, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Paranaense do Ministério Público, com a finalidade de disponibilizar e disciplinar as condições de uso do Sistema de Informações dos e para os Membros do MP (SIM-MP). O sistema constitui-se em uma plataforma virtual, que propicia um ambiente em rede nacional no qual os membros do MP poderão documentar e exteriorizar suas intervenções no campo coletivo, trocando experiências e despertando a criatividade para novas ações planejadas.

Em 15 de setembro, o CNMP firmou Acordo de Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estabelecer cooperação nas atividades de fiscalização que constitucionalmente são de suas competências. O Acordo viabiliza o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre as Instituições e permite a disponibilização temporária de auditores do quadro de servidores do TCE-RS para a realização das inspeções, correições e auditorias que o CNMP realizará nas unidades do Ministério Público dos Estados e da União.

Em 29 de setembro, foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, visando a imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Para a consecução deste objetivo, ambas as Instituições se comprometeram com diversas atividades, entre elas: i) realizar mutirões nas Varas com competência para julgamento de atos infracionais e Promotorias de Infância e Juventude de todo o país; ii) promover inspeções nas unidades de internação e abrigos; iii) compilar dados para a futura elaboração e execução de políticas e ações atinentes à competência do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Ainda em 29 de setembro, CNMP e CNJ firmaram Resolução Conjunta, institucionalizando mecanismos de revisão de prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes. O ato normativo faculta a criação de grupos de trabalho entre juízes e membros do MP para que, em conjunto, reavaliem a duração e os requisitos que ensejaram prisões provisórias; examinem o cabimento dos benefícios da Lei de Execução Penal em relação às prisões definitivas; e avaliem a necessidade de manutenção, ou a possibilidade de progressão de regime de medidas socioeducativas de internação. A Resolução Conjunta permite ainda a promoção de ações integradas, com a participação da Defensoria Pública, da OAB, dos órgãos de administração penitenciária e de segurança pública, das instituições de ensino e de outras eventuais entidades com atuação correlata.

No que se refere à produção normativa institucional, em 2009, as resoluções, recomendações e enunciados administrativos dispuseram sobre temas como: pedido e utilização das interceptações telefônicas no âmbito do Ministério Público; instituição do Portal da Transparência no âmbito do CNMP e do Ministério Público; regulamentação do conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público; criação da “Revista Trimestral

de Jurisprudência” no âmbito do CNMP; concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União; realização periódica de inspeções e correições no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União; instituição do novo Regimento Interno do CNMP; implantação de Plano de Segurança Institucional; insusceptibilidade de revisão ou desconstituição pelo CNMP dos atos relativos à atividade-fim do Ministério Público; o apoio institucional do Conselho Nacional do Ministério Público ao cumprimento da Meta de Nivelamento nº 2 do Poder Judiciário, para o ano de 2009; dentre outros.

1.2.1. Atos Normativos

O Conselho Nacional do Ministério Público possui atribuição de expedir atos normativos, consistentes em resoluções, recomendações, enunciados administrativos. Em 2009 foram aprovadas 17 resoluções, 1 enunciado e 3 recomendações. Segue o repertório dos atos normativos editados pelo Conselho neste ano.

1.2.1.1. Resoluções

Resolução CNMP nº 34/2009

Altera a Resolução nº 6, de 17 de abril de 2006. Publicada no Diário da Justiça de 6/2/2009, Seção Única, página 2;

Resolução CNMP nº 35/2009

Altera a Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007. Publicada no Diário da Justiça de 16/4/2009, Seção Única, página 1;

Resolução CNMP nº 36/2009

Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. Publicada no Diário da Justiça de 11/5/2009, Seção Única, página 6;

Resolução CNMP nº 37/2009

Altera as Resoluções CNMP nº 1/2005, nº 7/06 e nº 21/07, considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal. Publicada no Diário da Justiça de 18/5/2009, Seção Única, página 3;

Resolução CNMP nº 38/2009

Institui no âmbito do Ministério Público o Portal da Transparência e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 15/6/2009, Seção Única, páginas 21 e 22;

Resolução CNMP nº 39/2009

Altera a Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, que trata do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 15/6/2009, Seção Única, página 22;

Resolução CNMP nº 40/2009

Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 26/6/2009, Seção Única, páginas 1 e 2;

Resolução CNMP nº 41/2009

Acrescenta o inciso V ao art. 33 do Regimento Interno, para instituir a Comissão Permanente de Jurisprudência e a Revista Trimestral de Jurisprudência, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 26/6/2009, Seção Única, página 2;

Resolução CNMP nº 42/2009

Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União. Publicada no Diário da Justiça de 2/7/2009, Seção Única, página 2;

Resolução CNMP nº 43/2009

Institui a obrigatoriedade de realização periódica de inspeções e correições no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Publicada no Diário da Justiça de 26/6/2009, Seção Única, páginas 2 e 3;

Resolução CNMP nº 44/2009

Propõe a alteração da Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, que trata do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 22/10/2009, Seção Única, página 4;

Resolução CNMP nº 45/2009

Dispõe sobre o Cerimonial das solenidades promovidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Publicada no Diário da Justiça de 17/11/2009, Seção Única, página 12;

Resolução CNMP nº 46/2009

Regulamenta critérios de retribuição pecuniária aos membros auxiliares do Conselho Nacional do Ministério Público. Publicada no Diário da Justiça de 17/11/2009, Seção Única, página 12;

Resolução CNMP nº 47/2009

Altera a Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, que trata do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências;

Resolução CNMP nº 48/2009

Regulamenta o pagamento de diárias e a concessão de passagens aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolução CNMP nº 49/2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Conselho Nacional do Ministério Público solicitar aos Tribunais de Contas da União e dos Estados o envio de relatórios e decisões proferidas no âmbito daqueles tribunais no julgamento das contas dos administradores do Ministério Público (Ainda não publicada);

Resolução Conjunta nº 1

Institucionaliza mecanismos de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes.

1.2.1.2. Recomendações

Recomendação CNMP nº 12, de 29 de janeiro de 2009

Dispõe sobre a necessidade de incluir a disciplina de Direito Eleitoral nas matérias constantes no programa para os Concursos de Ingresso na Carreira do Ministério Público dos Estados. Publicada no Diário da Justiça de 13/2/2009, Seção Única, página 12;

Recomendação CNMP nº 13, de 16 de junho de 2009

Dispõe sobre a implantação de Plano de Segurança Institucional nas áreas da segurança da informação, segurança de recursos humanos, segurança de materiais, segurança de áreas e instalações. Publicada no Diário da Justiça de 2/7/2009, Seção Única, página 2;

Recomendação CNMP nº 14, de 17 de novembro de 2009

Dispõe sobre o apoio institucional do Conselho Nacional do Ministério Público ao cumprimento da Meta de Nivelamento nº 2 do Poder Judiciário, para o ano de 2009.

1.2.1.3. Enunciados Administrativos

Enunciado nº 6, de 28 de abril de 2009

Os atos relativos à atividade-fim do Ministério Público são insuscetíveis de revisão ou desconstituição pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Publicado no Diário da Justiça de 18/5/2009, Seção Única, página 5.

1.2.2. Outros Atos

Além dos atos normativos anteriormente ementados, o CNMP realizou a celebração de uma Resolução Conjunta e de três Térmos de Cooperação Técnica.

1.2.2.1. Resolução Conjunta

- Resolução Conjunta nº 1/2009, instituída pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Nacional de Justiça. Publicada no Diário da Justiça de 13/10/2009, Seção Única, página 1/2. Visa institucionalizar mecanismos de revisão de prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes. O ato normativo facilita a criação de grupos de trabalho entre juízes e membros do MP para que, em conjunto, reavaliem a duração e os requisitos que ensejaram prisões provisórias; examinem o cabimento dos benefícios da Lei de Execução Penal em relação às prisões definitivas; e avaliem a necessidade de manutenção, ou a possibilidade de progressão de regime de medidas socioeducativas de internação.

A Resolução Conjunta permite, ainda, a promoção de ações integradas, com a participação da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos órgãos de administração penitenciária e de segurança pública, das instituições de ensino e de outras eventuais entidades com atuação correlata.

1.2.2.2. Termos de Cooperação Técnica

- Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CNMP e a Associação Paranaense do MP. Celebrado com a finalidade de disponibilizar e disciplinar as condições de uso do Sistema de Informações dos e para Membros do MP (SIM-MP). O Sistema se constitui em uma plataforma virtual, que propicia um ambiente em rede nacional no qual os membros do MP poderão documentar e exteriorizar suas intervenções no campo coletivo, trocando experiências e despertando a criatividade para novas ações planejadas;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o TCE-RS. Firmado com o objetivo de estabelecer cooperação nas atividades de fiscalização que constitucionalmente são de suas competências. O acordo viabiliza o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre as Instituições e permite a disponibilização temporária de auditores do quadro de servidores do TCE-RS para a realização das inspeções, correções e auditorias que o CNMP realizará nas unidades do Ministério Público dos Estados e da União;
- Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Visa a imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Para a consecução deste objetivo, ambas as Instituições se comprometeram com diversas atividades, entre elas: i) realizar mutirões nas Varas com competência para julgamento de atos infracionais e Promotorias de Infância e Juventude de todo o país; ii) promover inspeções nas unidades de internação e abrigos; iii) compilar dados para a futura elaboração e execução de políticas e ações atinentes à competência do Ministério Público e do Poder Judiciário.

1.3. Corregedoria Nacional do MP

1.3.1. Competências, Estrutura Orgânica e de Pessoal

A Corregedoria Nacional do Ministério Público, órgão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), funciona no SHIS QI 3, Lote A, Bloco E, Ed. Terracota, Lago Sul, em Brasília-DF.

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público é exercida pelo Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sandro José Neis, eleito na sessão do Conselho Nacional do Ministério Público do dia 10 de agosto de 2009 para um mandato de dois anos.

As atribuições do Corregedor Nacional do Ministério Público estão previstas no § 3º do art. 130-A da Constituição Federal e assim regulamentadas pelo art. 31 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público:

Art. 31. Compete ao Corregedor, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei ou por este Regimento:
I – receber reclamações, representações e notícias sobre a atuação de membros do Ministério Público e de seus serviços auxiliares, determinando o arquivamento sumário das prescritas, das anônimas e daquelas que se revelem manifestamente improcedentes ou despidas de elementos mínimos para sua compreensão, de tudo dando ciência ao Plenário e ao interessado;

II – determinar a autuação e o processamento dos pedidos que atendam aos requisitos de admissibilidade, com a notificação do membro ou servidor do Ministério Público citado para que apresente defesa prévia acompanhada das provas que entender pertinentes;

III – propor ao Plenário, mediante a apresentação de relatório circunstaciado, a rejeição do pedido ou a instauração do devido processo administrativo disciplinar;

IV – realizar, de ofício, sindicâncias, inspeções e correições quando tiver conhecimento de fatos graves ou relevantes que as justifiquem, propondo ao Plenário a instauração de processos disciplinares ou a adoção de medidas que entender necessárias ou convenientes;

V – requisitar membros e servidores do Ministério Público para auxiliarem na Corregedoria Nacional, dando disso conhecimento ao Plenário;

VI – elaborar e apresentar ao Plenário periodicamente, ou sempre que solicitado por alguma comissão ou por Conselheiro, relatório sobre o conteúdo de correições, inspeções e sindicâncias que tramitem na Corregedoria Nacional;

VII – executar e fazer executar as ordens e as deliberações do Conselho sujeitas à sua competência;

VIII – propor ao Plenário a expedição de recomendações e atos regulamentares que assegurem a autonomia do Ministério Público e o cumprimento da Lei Complementar nº 75, de 1993, da Lei nº 8.625, de 1993, e das leis estaduais editadas com amparo no art. 128, § 5º, da Constituição Federal;

IX – manter contato direto com as demais Corregedorias do Ministério Público;

X – promover reuniões periódicas com os órgãos e os membros do Ministério Público envolvidos na atividade correicional para fins de estudo, acompanhamento e apresentação de sugestões.

Parágrafo único. Membros e servidores do Ministério Público requisitados conservarão os direitos e as vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos no órgão de origem.

A Corregedoria Nacional está organizada internamente nas seguintes unidades: Gabinete do Corregedor, Membros Auxiliares, Assessoria e Secretaria.

Atuam como auxiliares da Corregedoria Nacional 8 membros requisitados nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal, assim distribuídos: 2 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPE/SC), 2 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); 2 do Ministério Público do Trabalho (MPT), 1 do Ministério Público Federal (MPF) e 1 do Ministério Público Militar (MPM). Entre estes membros, 2 trabalham exclusivamente com a realização de correições e inspeções. No ano de 2009, em procedimentos específicos, foram ainda requisitados outros 7 membros dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

No quadro de servidores, há 4 analistas processuais e 6 técnicos administrativos, um deles requisitado do Ministério Público Militar. Existem ainda 2 cargos comissionados e 1 função de confiança exercidos por servidores da própria Corregedoria Nacional.

1.3.2. Atividade Correicional e Executiva

1.3.2.1. Os tipos processuais autuados no período (10 de dezembro de 2008 a 10 de dezembro de 2009)

Procedimentos Na Corregedoria Nacional Do Ministério Pùblico Por Tipos Ano 2009	Quant.	%
Reclamação Disciplinar	340	90,67
Revisão de Processo Disciplinar	23	6,13
Sindicância	3	0,8
Inspeção	7	1,87
Correição	-	-
Outros	2	0,53
TOTAL	375	100%

1.3.2.2. Total de processos autuados por ano (todos os tipos)

ANO	QUANTIDADE
2005	88
2006	201
2007	276
2008	304
2009	375

1.3.2.3. Processos em tramitação em 5 de dezembro de 2009

TIPO	QUANTIDADE
Reclamação Disciplinar	264
Revisão de Processo Disciplinar	1
Sindicância	3
Inspeção	7
Correição	-
Outros	-
TOTAL	275

1.3.3. Informações das Atividades Correicionais Colhidas das Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União

As informações aqui colacionadas traduzem, em números, parte das atividades desenvolvidas pelas Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Haja vista cada unidade ministerial possuir regime disciplinar específico, não são idênticos os tipos processuais informados, bem como, em sua maioria, são procedimentos preparatórios e inquisitivos, não sendo meios hábeis para a aplicação de sanções disciplinares. Além de suas atribuições repressivas, os órgãos correicionais também desenvolvem atividades preventivas e orientadoras, nas funções exercidas pelos membros do Ministério Público.

1.3.3.1. Correções e Inspeções Efetuadas

Ministério Público	Correções	Inspeções
MPE – Acre	16	0
MPE – Alagoas	22	6
MPE – Amapá	24	26
MPE – Amazonas	19	2
MPE – Bahia	133	12
MPE – Ceará	130	11
MPE – Espírito Santo	0	35
MPE – Goiás	49	0
MPE – Maranhão	53	9
MPE – Mato Grosso	107	1
MPE – Mato Grosso do Sul	66	1
MPE – Minas Gerais	302	7
MPE – Pará	0	45
MPE – Paraíba	14	57
MPE – Paraná	27	96
MPE – Pernambuco	13	264
MPE – Piauí	26	12
MPE – Rio de Janeiro	171	6
MPE – Rio Grande do Norte	0	33
MPE – Rio Grande do Sul	131	0
MPE – Rondônia	0	4
MPE – Roraima	8	5
MPE – Santa Catarina	38	64

Ministério Público	Correções	Inspeções
MPE – São Paulo	58	123
MPE – Sergipe	31	0
MPE – Tocantins	16	0
MPF	0	2
MPT	9	0
MPM	5	0
MPDF	2	7

1.3.3.2. Acompanhamento de Estágio Probatório

O acompanhamento de estágio probatório ocorre naquelas unidades onde existam membros nos dois primeiros anos de efetivo exercício, sendo etapa necessária para o vitaliciamento.

Ministério Público	Acompanhamento De Estágio Probatório		
	Encerrados com Proposta de Vitaliciamento	Encerrados com Proposta de Não Vitaliciamento	Em Andamento
Acre	3	0	20
Alagoas	0	0	0
Amapá	1	0	11
Amazonas	0	0	14
Bahia	0	0	0
Ceará	0	0	0
Espírito Santo	45	0	0
Goiás	12	0	11
Maranhão	0	0	0
Mato Grosso	0	0	25
Mato Grosso do Sul	7	0	12
Minas Gerais	81	0	8
Pará	13	0	66
Paraíba	10	0	16
Paraná	0	0	50
Pernambuco	5	0	3
Piauí	0	0	14

Ministério Público	Acompanhamento De Estágio Probatório		
Rio de Janeiro	12	0	61
Rio Grande do Norte	0	0	0
Rio Grande do Sul	0	0	0
Rondônia	5	0	16
Roraima	4	0	7
Santa Catarina	18	0	24
São Paulo	97	0	52
Sergipe	0	0	0
Tocantins	9	0	17
MPF	3	0	2
MPT	46	2	68
MPM	1	0	2
MPDFT	0	0	0

1.3.3.3. Procedimentos Disciplinares Instaurados em 2009

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Acre	Proc. Adm. Preliminar	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
	Sindicância	0	0	0
	Proc. Inv. Criminal	1	0	1
	Proced. Administrativos	0	0	21
Alagoas	Sindicância	2	3	1
	Inq. Administrativo	2	2	1
Amapá	Sindicância	0	0	2
Amazonas	Sindicância	2	0	9
	Pedido de Explicação	7	0	14

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Bahia	Proc. Adm. Disc. Sumário	3	0	7
	Proc. Adm. Disc. Ordinário	0	0	0
Ceará	Representação	15	0	4
Espírito Santo	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
Goiás	Sindicância	2	0	11
	Representação	40	0	12
Maranhão	Proc. Inv. Preliminar	42	0	15
	Sindicância	0	0	4
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
Mato Grosso	Sindicância	0	0	0
	Inv./Proc. Preliminar	0	0	0
Mato Grosso do Sul	Consulta	1	0	0
	Pedido de Providências	21	0	2
	Proc. Administrativo	0	0	2
	Recurso	0	0	1
	Sindicância	0	0	1
	Grupo de Trabalho	0	0	2
	Pedido de Informações	1	0	0
Minas Gerais	Apuração Sumária	0	0	0
	Sindicância	2	0	2
	Proc. Disc. Administrativo	7	0	7
Pará	Proced. Disc. Preliminar	16	0	9
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
Paraíba	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	3
	Sindicâncias	1	0	2

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Paraná	Sindicância	9	0	1
	Proc. Adm. Disciplinar	5	5	7
Pernambuco	Proc. Verificatório	27	0	26
	Sindicâncias	0	0	0
	Representações	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	1	1	5
Piauí	Sindicância	5	0	2
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
Rio de Janeiro	Proc. Disc. Sumário	0	2	4
	Proc. Disc. Ordinário	0	0	5
	Sind. Investigatórias	5	0	1
Rio Grande do Norte	Pedido de Providência	16	0	13
	Sindicância	2	0	0
	Proc. Administrativo	2	2	0
Rio Grande do Sul	Inq. Administrativos	0	0	2
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	3
Rondônia	Sindicância	2	2	0
Roraima	Proc. Preliminar	12	0	4
	Proc. Adm. Disciplinar	0	1	1
	Carta Precatória	1	0	0
Santa Catarina	Pedido de Explicações	0	0	2
	Sindicância	1	0	2
	Proc. Adm. Sumário	0	0	4
	Proc. Adm. Ordinário	0	0	0

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
São Paulo	Protocolados	176	0	82
	Proc. Preliminar	84	0	27
	Sindicância	0	0	5
	Proc. Adm. Sumário	4	2	10
	Proc. Adm. Ordinário	0	0	2
Sergipe	Ped. de Providências	14	0	1
	Proc. Adm. Sumário	1	0	0
Tocantins	Proc. Adm. Preliminar	25	0	9
	Proc. Orient. Formal	4	0	0
	Proc. Adm. Sumário	0	0	0
MPF	Proc. Preliminar	56	0	31
	Sindicância	3	0	2
	Inq. Administrativo	0	0	3
MPT	Ped. Providências	34	0	6
	Sindicância	8	0	7
	Inq. Administrativo	0	0	7
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
MPM	Sindicância	0	0	0
	Inq. Administrativo	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
MPDFT	Expediente	8	0	7
	Pedidos de Informação	22	0	4
	Pedido de Explicações	0	0	5
	Proc. Ver. Pendência	0	0	1
	Sindicância	2	0	0
	Inq. Adm. Disciplinar	1	0	3
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	3

1.3.3.4. Procedimentos Disciplinares Instaurados em anos anteriores, com tramitação em 2009

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Acre	Proc. Adm. Preliminar	6	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	2	1	2
	Sindicância	0	0	0
	Proc. Inv. Criminal	0	0	1
	Proc. Administrativo	0	0	0
Alagoas	Sindicâncias	0	0	0
	Inq. Administrativo	0	0	0
Amapá	Sindicância	2	1	0
Amazonas	Sindicância	3	0	0
	Pedido de Explicação	0	0	0
Bahia	Proc. Adm. Sumário	4	1	10
	Proc. Adm. Ordinário	0	1	0
Ceará	Representação	47	0	2
Espírito Santo	Proc. Adm. Disciplinar	1	0	7
Goiás	Sindicância	8	0	2
	Representação	20	0	0
Maranhão	Proc. Inv. Preliminar	13	0	2
	Sindicância	0	0	8
	Proc. Adm. Disciplinar.	5	1	1

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Mato Grosso	Sindicância	0	0	0
	Inv./Proc. Preliminar	0	0	0
Mato Grosso do Sul	Ped. de Providências	6	0	3
	Sindicância	1	0	1
	Proc. Inv. Preliminar	1	0	0
	Grupo de Trabalho	0	0	1
	Consulta	1	0	2
Minas Gerais	Apuração Sumária	0	0	0
	Sindicância	3	0	4
	Proc. Disc. Administrativo	3	3	12
Pará	Proced. Disc. Preliminar	31	0	1
	Proc. Adm. Disciplinar	0	1	0
Paraíba	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
	Sindicâncias	1	0	0
Paraná	Sindicância	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	2	0	0
Pernambuco	Proc. Verificatório	52	0	0
	Sindicâncias	0	0	0
	Representações	1	0	0
	Proc. Adm. Disciplinares	1	2	2

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Piauí	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
	Sindicância	0	0	0
Rio de Janeiro	Proc. Disc. Sumário	3	3	0
	Proc. Disc. Ordinário	0	1	0
Rio Grande do Norte	Ped. Prov./Representação	10	0	0
	Sindicância	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
Rio Grande do Sul	Inq. Administrativo	2	7	5
	Proc. Adm. Disciplinar	6	0	1
Rondônia	Sindicância	0	0	0
Roraima	Proc. Preliminar	3	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
	Carta Precatória	0	0	0
Santa Catarina	Pedido de Explicações	2	0	0
	Sindicâncias	2	0	0
	Proc Adm. Sumário	0	3	2
	Proc Adm. Ordinário	0	0	0
São Paulo	Protocolados	58	0	18
	Proc. Preliminar	0	0	0
	Sindicância	7	0	4
	Proc. Adm. Sumário	8	7	4
	Proc. Adm. Ordinário	0	0	0

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Sergipe	Ped. de Providências	0	0	0
	Proc. Adm. Sumário	0	0	0
Tocantins	Proc. Adm. Preliminar	24	0	0
	Proc. Orient. Formal	0	0	0
	Proc. Adm. Sumário	8	0	0
MPF	Proc. Preliminar	69	0	2
	Sindicância	2	0	0
	Inq. Administrativo	5	0	7
MPT	Ped. de Providência	5	0	2
	Sindicância	3	0	0
	Inq. Administrativo	0	0	2
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
MPM	Sindicância	0	0	1
	Inq. Administrativo	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
MPDFT	Expedientes	0	0	2
	Ped. de Informação	4	0	1
	Proc. Ver. Pendência	0	0	0
	Sindicância	1	0	0
	Inq. Adm. Disciplinar	2	0	1
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1

1.3.4. Conclusões

A Constituição Federal atribuiu ao Corregedor Nacional as funções de receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos serviços auxiliares; exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral e o poder de requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições; e requisitar servidores de órgão do Ministério Público (art. 130-A, § 3º, I, II e III).

Desta forma, a Corregedoria Nacional do Ministério Público é um órgão especializado para receber as reclamações de natureza disciplinar que chegam ao CNMP. Obviamente, a sua atuação também respeita o mandamento constitucional de se preservarem os controles internos das diversas unidades ministeriais. Assim, a cada nova reclamação recebida, provoca-se a Corregedoria de origem do reclamado para, em primeiro momento, manifestar-se sobre a representação. Esta forma de proceder está de acordo com o que prescreve o art. 130-A, § 2º, I, da Constituição Federal, onde se atribuiu ao CNMP a função de zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público. Neste contexto, a Corregedoria Nacional só atua quando estes controles internos falham, seja por omissão, inércia ou insuficiência no exercício do poder disciplinar.

No ano de 2009 foram instaurados 375 novos processos. Um aumento de 23% em relação ao ano anterior. Se em números absolutos trata-se de uma quantidade significativa, o mesmo já não se pode dizer das suas condições de procedibilidade, pois, após a análise de mérito, percebe-se que muitas se insurgem contra a atividade finalística da atuação de membros do Ministério Público, falta-lhes autenticidade (denúncias anônimas ou apócrifas) ou mesmo reclamam de autoridades as quais não estão sob o esteio da competência do CNMP. A facilidade de representar, com a autuação de vários procedimentos, reflete o caráter do controle social que o Conselho Nacional do Ministério Público possui, dando-se amplo acesso ao cidadão.

Na atual gestão, uma nova fase foi iniciada na atuação da Corregedoria Nacional com a realização de inspeções. Neste aspecto, foram instauradas 7 inspeções, 3 no Estado do Piauí (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho) e 4 no Estado do Amazonas (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar). Assim, inaugurou-se a forma proativa da atividade correicional no CNMP e esta postura tem-se mostrado fundamental para o conhecimento da realidade administrativa dos órgãos inspecionados.

Neste sentido, o Plenário do CNMP aprovou, por meio da Resolução nº 43, a obrigatoriedade de realizar, periodicamente, inspeções e correições pelas Corregedorias-Gerais, fato este que já se refletiu nas informações colhidas desses órgãos. Enquanto que, em 2008, 3 unidades do Ministério Público informaram que não realizaram inspeções ou correições, no corrente ano, todas as unidades ministeriais informaram que realizaram uma ou outra atividade executiva. Tais procedimentos são essenciais para a preservação da regularidade dos serviços prestados pelo Ministério Público.

Quanto à atividade disciplinar informada pelas Corregedorias-Gerais, devido ao Ministério Público dos Estados e da União possuírem regimes disciplinares diferenciados, instituídos pelas respectivas leis orgânicas, não há coincidência nas infracionais disciplinares, nos tipos processuais, nos ritos procedimentais, nos prazos prescricionais e nas sanções aplicáveis. Neste diapasão, poucas são as Corregedorias-Gerais que aplicam diretamente sanções disciplinares, ficando tal atribuição a outros órgãos da Administração Superior. O ideal seria a existência de um único regime disciplinar para os membros do Ministério Público, coerente com o princípio da unidade institucional.

1.4. Comissões

As Comissões Permanentes do Conselho Nacional são espaços institucionais voltados à discussão e ao estudo dos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Por meio das Comissões, especializadas em áreas temáticas, busca-se promover a integração do Conselho a outras instâncias administrativas e à sociedade em geral, viabilizar o aprofundamento das matérias discutidas em Plenário e ampliar os canais de comunicação institucional participativos.

Na busca por soluções para os problemas que afligem o Ministério Público, as Comissões do Conselho atuam de diversas formas, que abrangem a promoção de audiências públicas, a realização de eventos de integração com os ramos do Ministério Público, a elaboração de propostas para melhorar o funcionamento das Promotorias e Procuradorias e o acompanhamento de projetos legislativos de interesse do Ministério Público, em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados.

Atualmente, o Conselho Nacional do Ministério Público conta com cinco Comissões Permanentes: a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo; a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; a Comissão Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei e a Comissão de Jurisprudência. Ressalte-se que a Comissão de Jurisprudência passou a integrar a estrutura das Comissões do Conselho a partir de junho de 2009, enquanto a Comissão Disciplinar teve seu escopo de atuação ampliado para abranger a fiscalização da atividade policial, do sistema carcerário e do atendimento institucional de menores infratores em outubro de 2009.

Até julho de 2009, mês do término do mandato dos Conselheiros que integraram o CNMP entre os anos de 2007 e 2009, a composição de cada Comissão estava disposta da seguinte forma: a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo teve como Presidente o então Conselheiro Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e como demais membros o Conselheiro Sandro José Neis e então Conselheiro Fernando Quadros da Silva. A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro foi presidida pelo Conselheiro Cláudio Barros Silva e integrada, ainda, pelos então Conselheiros Paulo Freitas Barata e Alberto Machado Cascais Meleiro. Já a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público foi integrada pelo ex-Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro, na qualidade de Presidente, Raimundo Nonato de Carvalho Filho e Francisco Ernando Uchoa Lima. A Comissão Disciplinar foi composta pelo Conselheiro, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, na qualidade de Presidente, pelo Conselheiros Sandro José Neis e pela então Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Desde a posse dos atuais membros do Conselho Nacional, as Comissões estão assim compostas: a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo é presidida pelo Conselheiro Achiles de Jesus Siquara Filho e integrada pelos Conselheiros Taís Ferraz e Bruno Dantas. A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro tem por Presidente o Conselheiro Almino Afonso Fernandes e por membros os Conselheiros Sandra Lia Simón e Cláudio Barros Silva. A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, por sua vez, é integrada pelos Conselheiros Cláudio Barros Silva, na qualidade de Presidente, Adilson Gurgel de Castro e Taís Ferraz. A Comissão Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei é presidida pelo Conselheiro Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva e integrada pelos Conselheiros Cláudio Barros Silva, Sérgio Feltrin Corrêa, Adilson Gurgel Gastro, Maria Ester Henrique Tavares e Taís Ferraz. A Comissão de Jurisprudência é presidida pelo Conselheiro Bruno Dantas e integrada ainda pelos Conselheiros Almino Afonso Fernandes e Maria Ester Henrique Tavares.

1.4.1. Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo tem por linha de atuação o estudo e a implementação de ações voltadas à correção e à prevenção de deficiências de gerenciamento dos recursos materiais e humanos da Administração Pública Ministerial. Norteia a atuação da Comissão o intuito de tornar viáveis as condições necessárias à implementação de uma gestão pública de excelência, no âmbito do Ministério Público.

Em 2009, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro apresentou 3 Propostas de Resolução, aprovadas pelo Plenário; submeteu ao julgamento do Colegiado 41 processos administrativos, entre Pedidos de Providências (PP), Procedimentos de Controle Administrativo (PCA), Propostas de Resolução (RES) e Embargos de Declaração (ED); proferiu 6 decisões monocráticas⁴ e acompanhou diretamente o cumprimento de 4 Resoluções.

A seguir, detalham-se os Projetos de Resolução aprovados por iniciativa da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro:

Alteração da Resolução nº 6/2006, com as modificações dadas pela Resolução nº 19/2007, por meio da Resolução nº 34/2009: As Resoluções nº 6/2006 e nº 19/2007 regulam a efetivação do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, por parte dos Ministérios Públicos dos Estados. A Resolução CNMP nº 6/2006 prevê que os Procuradores-Gerais de Justiça deverão encaminhar ao Poder Legislativo proposta de regulamentação do art. 37, V, da Constituição Federal, a qual deverá: 1) dispor sobre as condições e os percentuais mínimos de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos e 2) corrigir “eventual desvirtuamento da regra constitucional, para que sejam acometidas aos ocupantes de cargos comissionados exclusivamente atribuições de direção, chefia e assessoramento” (art. 2º). A Resolução nº 19/2007, por sua vez, acrescentou parágrafo único ao art. 2º, da Resolução CNMP nº 06/2006, em que se lê que “os Ministérios Públicos dos Estados terão o prazo de 90 (noventa) dias para elaborar ato normativo interno do qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados, cujos titulares somente poderão desempenhar funções de direção, chefia e assessoramento”. Com o fim de conferir tratamento isonômico entre as diversas Unidades Ministeriais, garantindo o caráter nacional do Ministério Público, a Comissão de Controle Administrativo apresentou Proposta de Resolução para estender os termos da Resolução nº 6/2006, com as modificações dadas pela Resolução nº 19/2007, aos ramos do Ministério Público da União. A proposta foi aprovada em 29 de janeiro de 2009 e resultou na edição da Resolução nº 34/2009.

Instituição do Portal da Transparéncia em todas as Unidades do Ministério Público, regulamentada por meio da Resolução nº 38/2009: A Constituição Federal confere primazia ao direito ao conhecimento pleno da gestão pública e da forma como ocorrem os gastos públicos, direito este respaldado pelo princípio administrativo da publicidade. Com o fim de conferir maior efetividade a tal princípio, avançar na criação de mecanismos de participação e controle social, no âmbito do Ministério Público, e uniformizar os procedimentos de transparéncia no âmbito da Instituição, editou-se a Resolução nº 38/2009, aprovada pelo Plenário em 26 de maio de 2009, a qual estabelece a obrigatoriedade da disponibilização, em cada um dos sites de cada Unidade do Parquet, para acesso universal, dos dados de gestão dos recursos públicos no âmbito do MP, incluindo os dados institucionais relativos às receitas arrecadadas e às despesas pagas; repasses aos fundos ou institutos previdenciários, custo com diárias e cartões corporativos, rol de licitações e contratos em andamento, convênios firmados, relação dos nomes de servidores da instituição de provimento efetivo, de servidores com funções gratificadas ou comissionadas, entre outros;

4 – No bojo dos processos de nº 0.00.000.001042/2008-23, nº 0.00.000.001044/2008-12, nº 0.00.000.001053/2008-11, nº 0.00.000.001055/2008-01, nº 0.00.000.001060/2008-13 e nº 0.00.000.001039/2008-18.

Envio dos relatórios de inspeção e das decisões proferidas por ocasião do julgamento das contas da Administração do Ministério Público no âmbito dos Tribunais de Contas: Na sessão de 17 de novembro de 2009, o Plenário do Conselho Nacional aprovou Projeto de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Conselho Nacional do Ministério Público solicitar anualmente aos Tribunais de Contas da União e dos Estados o envio dos relatórios de inspeção e das decisões proferidas por tais Cortes, afetas às contas do Ministério Público. A Resolução busca contribuir para integrar a atuação deste Conselho Nacional à atuação dos Tribunais de Contas, no que se refere ao acompanhamento dos atos administrativos realizados pelas Unidades Ministeriais e para sedimentar parcerias que aprimorem a atuação do Conselho Nacional, em particular com as demais Instituições Democráticas igualmente voltadas à devida prestação de contas dos Órgãos Públicos perante a coletividade.

1.4.2. Comissão Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas a Adolescentes em Conflito com a Lei

A Comissão Disciplinar e de Controle da Atividade Policial, do Sistema Carcerário e do Atendimento Institucional de Menores Infratores é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento e de cumprimento das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei. A comissão tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das funções institucionais, no que diz respeito ao seu aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento da atividade policial.

Os trabalhos da Comissão encontram-se em fase inicial de desenvolvimento, com perspectivas de expansão e aprimoramento a partir do exercício de 2010.

Registre-se que, em 2009, foram levados a julgamento plenário pela Comissão Disciplinar 10 processos administrativos⁵, entre Correição, Pedidos de Providências, Proposta de Resolução e Representações por Excesso de Prazo.

a) Relatório final da Comissão Temporária e criação da Comissão Permanente do Sistema Carcerário:

O passo inicial em direção à maior efetividade no acompanhamento do sistema prisional pelo Conselho Nacional foi dado com a conversão da Comissão Temporária do Sistema Carcerário em Comissão Permanente, o que ocorreu em setembro de 2009. Com isso, a Comissão Permanente Disciplinar, já existente, passou a acumular às demais funções fiscalizatórias afetas à atividade policial, ao sistema prisional e às medidas socioeducativas. A conversão ocorreu porque se concluiu que a matéria, de extrema relevância e repercussão na sociedade, exige acompanhamento contínuo do CNMP e não pode ser convenientemente tratada de forma transitória e excepcional.

A Comissão Temporária de Sistema Carcerário foi criada pelo Conselho Nacional para verificar o cumprimento, por parte dos Ministérios Públicos, da Resolução nº 20/2007, que disciplina o controle externo da atividade policial. Em setembro de 2009, no julgamento do Processo nº 194/2008-17, a Comissão Temporária apresentou relatório final acerca dos atos normativos adotados pelas diferentes Unidades do Ministério Público, no que se refere ao controle da atuação policial e à fiscalização da execução penal e do cumprimento de medidas socioeducativas.

5 – No bojo dos processos de nº 0.00.000.000745/2009-15, nº 0.00.000.000492/2009-80, nº 0.00.000.000483/2009-99, nº 0.00.000.000984/2009-75, nº 0.00.000.000194/2008-17, nº 0.00.000.000971/2008-15, nº 0.00.000.000255/2009-19, nº 0.00.000.000369/2009-69, nº 0.00.000.000872/2008-33 e nº 0.00.000.000969 /2008-46.

O relatório constitui material inicial para os trabalhos de aprofundamento e fiscalização in loco, a ser realizados pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2010, sob a coordenação da Comissão Permanente Disciplinar.

b) Proposta de Resolução Conjunta entre o CNMP e o CNJ, que dispõe sobre a revisão periódica da legalidade das prisões, das medidas de segurança e das internações de adolescentes em conflito com a lei:

A Comissão Disciplinar apresentou ainda Proposta de Resolução conjunta entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, de autoria da Conselheira Taís Ferraz. A proposta, aprovada pelo Plenário em 29 de setembro de 2009, resultou na edição da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 1/2009.

Por meio da Resolução Conjunta, estabeleceu-se que as unidades do Poder Judiciário e do Ministério Público com competência em matéria criminal e execução penal implantarão mecanismos que permitam, com periodicidade mínima anual, a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes em conflito com a lei.

Além disso, com a aprovação da proposta, os Ministérios Públicos de todas as esferas passaram a ter a obrigatoriedade de designar forças-tarefas, com o intuito de coordenar, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, os mutirões carcerários nos estados brasileiros.

1.4.3 Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo

A Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo tem por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica da Instituição e na condução democrática do processo de planejamento, de longo e médio prazo, das diretrizes de ação do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público como um todo. Inclui também, em seu escopo de atuação, a condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho, a troca de experiências em gestão com as Unidades do Ministério Público e a análise de indicadores e estatísticas institucionais. Engloba, além disso, o acompanhamento de projetos legislativos de interesse do Ministério Público, em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. O empenho da Comissão volta-se, ainda, para o alcance dos recursos orçamentários, humanos e materiais necessários à realização dos projetos estratégicos do Conselho Nacional.

Atualmente, a estruturação da Comissão, em particular no que se refere ao corpo técnico de apoio, encontra-se em estágio inicial, com perspectivas de ampliação em 2010.

Assim como ocorreu no ano anterior, a Comissão realizou o acompanhamento do preenchimento do questionário eletrônico da Resolução nº 25, atual Resolução nº 33, que trata do envio de dados de ordem funcional por parte dos ramos do Ministério Público da União e dos Estados. Em convergência com tal atividade, a Comissão organizou o 2º Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo.

a) 2º Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo

O evento foi realizado no dia 12 de maio, no auditório da Escola Superior do Ministério Público da União.

Participaram do Encontro os Corregedores-Gerais e seus respectivos assessores, bem como um representante da área de Tecnologia da Informação de cada uma das Unidades do Ministério Público da União e dos Estados.

O encontro teve por objetivo dar continuidade ao debate iniciado no 1º Fórum da Comissão, realizado no ano passado, acerca dos parâmetros de controle administrativo e de desempenho institucional dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, além de estar voltado à tematização de questões relacionadas ao direcionamento tecnológico, infraestrutura, sistemas informatizados e processo eletrônico.

Teve por finalidade, ainda, apresentar os resultados obtidos por consultoria externa contratada pelo CNMP para a análise dos dados administrativos e funcionais, relativos ao ano de 2008, informados por cada Unidade do Ministério Público, em cumprimento às Resoluções nº 32 e nº 33 deste Conselho Nacional.

b) Programa SIM-MP

Em 15 de junho, o Conselho Nacional do Ministério Público, por iniciativa da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, firmou termo de cooperação técnica com a Associação Paranaense do Ministério Público para a implantação do Sistema de Informação dos e para Membros do Ministério Público (SIM-MP).

O SIM-MP, que funciona atualmente em caráter experimental, é uma rede virtual criada para que promotores e procuradores cadastrem e acessem registros de iniciativas do Ministério Público (ações civis públicas, termos de ajustamentos de conduta, recomendações, atas de audiências públicas, etc.) em suas áreas de atuação. A plataforma permite a divulgação de trabalhos realizados e o compartilhamento de experiências entre os membros das diversas unidades do MP, o que contribui para a eficiência do planejamento institucional.

c) Acompanhamento Legislativo

No que se refere à atuação da Comissão no acompanhamento de procedimentos legislativos perante o Congresso Nacional, destacam-se as seguintes proposições:

c.1) No Senado Federal

- PEC nº 37/2006: Visa a alterar a redação do Capítulo III (Da Segurança Pública) do Título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas) da Constituição Federal;

- Projeto de Lei da Câmara nº 111/2008: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal.

c.2) Na Câmara dos Deputados

- PEC nº 487/2005 e LC nº 28/2007: Visam a legitimar o Defensor Público-Geral a propor ADI, ADC, incidente de deslocamento de competência nos casos de grave violação de direitos humanos e tutela judicial e extrajudicial de interesses coletivos;

- PDC nº 322/2007: Projeto de Decreto Legislativo em curso na CD, que visa a sustar os efeitos da Resolução CNMP nº 20, de 20 de junho de 2007, a qual regulamenta a atividade de controle externo da atividade policial;
- PL nº 1.192/2007: Visa a estabelecer a obrigatoriedade de comunicação também ao CNJ e ao CNMP as providências adotadas e a fase processual em que se encontram os procedimentos instaurados em decorrência das conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- PL nº 6.745/2006: Visa a modificar a Lei nº 7.347/85;
- PL nº 165/2007: Visa a alterar a Lei de Ação Popular, a Lei da Ação Civil Pública e a Lei de Improbidade Administrativa;
- PECs nº 184/2007, 151/95, 308/2004 e 549/2006: Dispõem sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dão outras providências;
- PEC nº 244/2008: Dispõe sobre alterações na estrutura do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público;
- PEC nº 192/2007: Visa a estabelecer a obrigatoriedade, para juizes e Tribunais, de comunicarem ao Conselho Nacional de Justiça, semestralmente, o andamento dos processos que presidem relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública;
- PL nº 1.149/2007: Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências;
- PDC nº 322/2007: Visa a sustar os efeitos da Resolução CNMP nº 20/2007.

d) Propostas de Resolução apresentadas:

O Conselho Nacional do Ministério Público, por iniciativa da Comissão de Planejamento e Acompanhamento Legislativo, aprovou as seguintes Propostas de Resolução:

Alteração das Resoluções nº 1/2007, nº 7/2006 e nº 21/2007, que versam sobre a proibição ao nepotismo: Em sessão de 28 de abril de 2009, o Conselho aprovou a Resolução nº 37, com o fim de adequar a regulamentação da proibição ao nepotismo, no âmbito do Ministério Público, ao disposto na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal. Além de compatibilizar as normas do Conselho ao texto editado pela Suprema Corte, que condena o nepotismo na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nova resolução veda a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados;

Instituição de correições periódicas nas Unidades do Ministério Público: O Projeto de Resolução, aprovado pelo Plenário em 16 de junho, resultou na edição da Resolução nº 43. De acordo com a Resolução, as Corregedorias-Gerais de cada unidade

do MP deverão realizar correções ordinárias a cada três anos, pelo menos, e correções extraordinárias sempre que houver necessidade. Além disso, os Corregedores-Gerais deverão divulgar, com antecedência mínima de trinta dias, na Internet e na imprensa oficial, com as devidas cautelas, o cronograma das correções ordinárias e a indicação dos respectivos locais. A Resolução também determina que nas inspeções ou correções sejam examinados aspectos relacionados à produção mensal de cada procurador ou promotor, assim como aspectos sobre o cumprimento dos prazos processuais e a regularidade no atendimento ao público externo.

Por fim, registre-se que, em 2009, foram levados a julgamento plenário pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo 6 processos⁶, entre Pedidos de Providências e Propostas de Resolução; e foram proferidas 8 decisões monocráticas de arquivamento⁷.

1.4.4. Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público destina-se à apreciação de situações fáticas que possam caracterizar lesão à independência do Ministério Público, bem como à adoção de medidas corretivas.

Atualmente, tramitam perante a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público 4 processos administrativos, em fase de cumprimento de diligências⁸.

Importante salientar que essa Comissão, assim como as demais, trata de processos de ordem abstrata, isto é, que merecem a elaboração de temas que envolvem a autonomia do Ministério Público. Pedidos de Providências ou Procedimentos de Controle Administrativo que envolvam casos concretos são distribuídos entre os membros do Plenário.

1.4.5. Comissão de Jurisprudência

A Comissão Permanente de Jurisprudência foi instituída em 16 de junho de 2009, por meio da aprovação de Projeto de Resolução apresentado pelo conselheiro Paulo Barata.

A Comissão tem por atribuições, entre outras, as funções de organizar e atualizar o acervo de decisões plenárias e monocráticas; classificar os sucessivos acórdãos que discutem teses idênticas, propondo a edição de enunciados; e identificar temas relevantes para estudos de uniformização de entendimento.

A criação da Comissão tem por intuito proporcionar maior eficiência, presteza, segurança jurídica e celeridade na produção e consulta às decisões, uma vez que sua atuação consiste em estabelecer as diretrizes técnicas e políticas da organização e da divulgação dos julgados, tanto na Internet quanto na edição de periódicos, agilizando sobretudo o trabalho dos advogados, promotores, juízes, gestores públicos e demais interessados.

A Comissão também tem por atribuição propor ao Plenário a periodicidade da elaboração da “Revista de Jurisprudência” do CNMP, a qual divulgará os acórdãos e decisões do Conselho Nacional, além de artigos e textos doutrinários de matérias relacionadas ao Ministério Público.

Os trabalhos da Comissão encontram-se em fase preliminar de estruturação, com perspectivas de aprimoramento em 2010.

6 – Processos CNMP nº 0.00.000.000373/2009-27, nº 0.00.000.0001038/2008-65, nº 0.00.000.000894/2008-01, nº 0.00.000.000097/2007-35, nº 0.00.000.000521/2009-11, nº 0.00.000.000851/2009-07

7 – Nos autos dos processos CNMP nº 0.00.000.000491/2009-35, nº 0.00.000.000332/2008-50, nº 0.00.000.000629/2008-15, nº 0.00.000.000147/2008-65, nº 0.00.000.000155/2008-10, nº 0.00.000.000162/2008-11, nº 0.00.000.000506/2009-65 e nº 0.00.000.000925/2007-35 09 09.

8 – Processos CNMP nº 0.00.000.000753/2007-08, nº 0.00.000.000580/2009-81, nº 0.00.000.000915/2007-08 e nº 0.00.000.0001210/2009-61.

1.5. Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é diretamente subordinada à Presidência, cabendo-lhe exercer as atividades de apoio técnico-administrativo necessárias à preparação e à execução das funções do Conselho Nacional do Ministério Público. A Secretaria exerce também os serviços cartorários do CNMP: receber, autuar e movimentar os processos em tramitação.

O Regimento Interno do CNMP dispõe no Capítulo VI, art. 38, que a Secretaria-Geral é diretamente subordinada à Presidência do CNMP, sendo dirigida por membro do Ministério Público designado pelo Presidente, nos termos do art. 29, inciso XX, do mesmo Diploma Legal, cabendo-lhe assessorar todos os demais órgãos do Conselho.

Atualmente, o cargo de Secretário-Geral é ocupado pelo Procurador Regional da República José Adércio Leite Sampaio e o de Secretário-Geral Adjunto pela Procuradora Regional do Trabalho Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. Ambos nomeados por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 3, de 12 de agosto de 2009, publicada no Diário da Justiça no dia 17 do mesmo mês.

Uma das novidades este ano foi justamente a nomeação para o cargo de Secretário-Geral Adjunto, com escopo de melhor desenvolver os trabalhos da Secretaria Geral, em virtude da crescente demanda do CNMP.

Integram a Secretaria-Geral as Coordenadorias Administrativa, de Tecnologia da Informação e Processual, o Núcleo de Ações Estratégicas e a Assessoria de Comunicação. A atuação desses órgãos foi definida pela Portaria CNMP-SG nº 3, de 23 de janeiro de 2009, e será detalhada a seguir.

1.5.1. Coordenadoria Administrativa

A Coordenadoria Administrativa (COAD) é responsável por realizar atividades de apoio administrativo, tais como logística; serviços terceirizados; protocolo, arquivo e expedição de documentos; comunicação com as Secretarias da PGR quanto à execução do protocolo de cooperação para execução operacional da gestão administrativa e de pessoal do Conselho; acompanhamento da execução financeira; elaboração de estudos sobre a melhor utilização dos recursos financeiros; alimentação do “Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan)” com informações sobre a execução física e financeira das ações orçamentárias; transporte de membros e servidores; concessão de diárias e passagens.

No exercício de 2009, a COAD auxiliou nos planejamentos estratégico e orçamentário do CNMP, especialmente por meio de:

- a) reuniões com a Comissão de Planejamento Estratégico para modelagem do “Programa Nacional de Modernização do Ministério Público (Pró-MP)”;
- b) elaboração do Plano de Autonomia do Conselho Nacional, o qual foi aprovado em Sessão Administrativa pelos Conselheiros e deverá ser implementado em duas fases, sendo a primeira em 2010 e a segunda em 2011;
- c) participação na elaboração da proposta de reestruturação do Conselho, que culminou com o encaminhamento de Anteprojeto de Lei ao Congresso Nacional, dando origem ao Projeto de Lei nº 5.909/2009;

d) coordenação do processo de elaboração da proposta orçamentária para 2010, com a participação das Coordenadorias e do Núcleo de Ação Estratégica; e

e) Programação orçamentária e financeira das ações do Conselho.

A COAD também promoveu atividades de treinamento de servidores dos diversos setores, tendo contratado cursos nas áreas de planejamento estratégico, tecnologia da informação e modelagem de processos.

Por fim, a Coordenadoria acompanhou a execução orçamentária e a evolução da estrutura de pessoal do CNMP, conforme as tabelas abaixo:

Orçamento do CNMP 2009	
Dotação Orçamentária	Dotação Executada Até 16/11/2009
13.987.712,00	10.350.973,15

Setor	Servidores
Presidência	03
Corregedoria	10
Gabinetes dos Conselheiros	18
Secretaria-Geral	03
Ascom	02
Coad	16
Coproc	13
Cotec	11
Nae	0
Ditrans	09

1.5.2. Coordenadoria Processual

A Coordenadoria Processual (Coproc) está diretamente ligada à Secretaria-Geral do CNMP. Compreende em sua estrutura a Seção de Pesquisa, Classificação e Autuação (SEPCA) e o Núcleo de Acompanhamento de Decisões.

A Coproc exerce um importante papel no CNMP, desempenhando atualmente as atribuições especificadas no art. do Regimento Interno.

Além das atribuições descritas no mencionado dispositivo, faz parte das atribuições da Coordenadoria Processual o atendimento ao público, ao Colegiado e à Corregedoria Nacional.

No ano de 2009 houve a mudança na composição do CNMP, sendo que a última sessão realizada, ainda com a composição anterior, foi dia 16/6/2009.

A partir de 10/8/2009 tomaram posse os novos Conselheiros deste CNMP para o biênio 2009-2011 e a Coordenadoria Processual ficou responsável pela preparação do Plenário do CNMP, onde ocorreu a Sessão Solene com o objetivo de eleger o Corregedor Nacional e os Presidentes das Comissões Permanente e Temporária, nos termos descritos, respectivamente, nos arts. 30 e art. 33, § 2º, do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

Após a posse dos novos conselheiros os servidores da Coordenadoria Processual fizeram um mutirão no feriado do dia 11/8/2009 para redistribuir todos os processos à nova composição.

No dia 25/8/2009 houve a Sessão Solene de transferência do cargo de Corregedor Nacional do Ministério Público e, só após, deu-se início aos trabalhos da 9ª Sessão Extraordinária do CNMP.

A Coordenadoria Processual autuou um total de 1.423 processos, conforme tabela abaixo:

Documentos Autuados e Distribuídos Neste Setor no Ano de 2009	
Mês	Quantidade
Janeiro	74
Fevereiro	83
Março	125
Abril	95
Maio	102
Junho	146
Julho	136
Agosto	114
Setembro	125
Outubro	164
Novembro	85
Dezembro	114
Total	1394
Adm. Internos	44
Total	1438

A partir de setembro de 2009, a Coordenadoria Processual, por intermédio da Seção de Autuação (SEPCA), iniciou a autuação de procedimentos administrativos internos que seguem a mesma numeração dos demais procedimentos, entretanto não são cadastrados no sistema CNMP. Com isso, vale frisar que, dos 1.438 autuados, 44 são procedimentos administrativos internos.

Ressalta-se que o Conselho Nacional do Ministério Público trabalha com dois sistemas, sendo um para cadastro e movimentação interna, que é o sistema Fênix, e outro para cadastro e tramitação dos feitos, que é o sistema CNMP.

O Sistema CNMP é alimentado diariamente e disponibilizado para acesso do público externo, via Internet, para acompanhamento dos procedimentos.

A Coordenadoria Processual no ano de 2009 organizou e participou das 12 Sessões Ordinárias e das 14 Sessões Extraordinárias.

Vale dizer que a participação da Coordenadoria Processual nas sessões de julgamento tem o objetivo de dar suporte ao Secretário-Geral e fazer todos os registros necessários à elaboração das certidões de julgamentos e da respectiva ata da sessão.

1.5.3. Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Nos dias atuais em que processos e tomadas de decisões tiveram seus tempos de resposta diminuídos em função do aumento de fluxo informacional presente na sociedade, a Tecnologia da Informação (TI) é considerada meio indispensável para toda e qualquer organização, principalmente quando o foco reside em otimização constante de rotinas de trabalho e da realização de políticas diversas sem que a eficiência seja prejudicada.

Esse cenário de mudanças em ritmo acelerado, frequentemente encontrado na iniciativa privada, tem ano após ano se tornado uma premissa para qualquer que seja o ente público, em qualquer que seja a esfera de Poder, uma vez que resulta na melhoria constante e crescente na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

No CNMP, isso não poderia ser diferente. Apesar da ainda incipiente estrutura de TI encontrada, ressalta-se, em especial, a atenção da nova composição de Conselheiros em busca da modernização da infraestrutura tecnológica para consecução das diretrizes estratégicas a serem atingidas até o fim do mandato em 2011.

O grande foco da TI no CNMP, representado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (Cotec), foi justamente a busca em planejamento da estruturação física e lógica do CNMP especialmente para o crescimento pretendido.

Para isso ações iniciadas em 2008 foram continuadas e algumas outras importantes foram iniciadas em 2009. É com o intuito de demonstrar sinteticamente a relevância deste trabalho realizado pela Cotec que este documento descreve nas próximas seções algumas dessas ações.

a) Integração com os Ministérios Públicos

A Cotec em 2009 representou o CNMP em visitas a alguns Ministérios Públicos Estaduais com intuito de trocar experiências e conhecer iniciativas inovadoras na área de Tecnologia da Informação.

Destaca-se neste sentido o sistema protótipo do Ministério Público do Estado de Pernambuco, que concentra, em um único ponto de acesso, pesquisas sobre processos em posse de qualquer Ministério Público que estiver integrado ao protótipo.

Além da iniciativa do MP/PE, destaca-se também a implantação das tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário pelo MP/RO, atendendo às Metas 8 e 9 de 2008 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), complementada por proposta apresentada ao CNMP, visando à criação de padronização específica para processos extrajudiciais, aqueles iniciados exclusivamente pelo Ministério Público.

Por fim, em um importante passo para a integração de TI dos ramos do Ministério Público brasileiro, foi regulamentada pela Portaria CNMP-SG nº 8/2009 a Portaria CNMP-Presi nº 7/2009, com vistas a criação do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP), grupo que terá em 2010 a atribuição de iniciar trabalho visando a estabelecer políticas nacionais de TI para o Ministério Público brasileiro.

b) Infraestrutura

Para que objetivos estratégicos possam efetivamente ser alcançados é necessário o investimento em equipamentos e *software* de base. O planejamento para 2009 previa uma série de aquisições, mas havia o problema da falta de orçamento para 2009.

Ao assumir a nova composição do CNMP, juntamente com o Secretário-Geral, estabeleceram a diretriz de que o orçamento destinado às obras da reforma da nova sede do Conselho fossem destinadas, em parte, para aquisição de infraestrutura de TI.

A Cotec então partiu para especificação desses equipamentos, que, após adquiridos, darão um enorme incremento na capacidade de escalonamento de demandas de TI dentro do CNMP.

Paralelamente, ao longo de todo o ano de 2009 deu-se início pela Procuradoria-Geral da República ao processo de ativação da Rede Nacional do MPU, rede que integrará, num grande tronco, todos os ramos do Ministério Público da União, além do CNMP e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

c) Sistemas de Informação

No que diz respeito a sistemas de informação, o principal marco da Cotec foi o início do desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público (SCMMP).

Esse sistema, que começou a ser desenvolvido ainda na composição passada do CNMP, tem como objetivo agregar informações de Membros do Ministério Público, tornando a atividade-fim do Conselho muito mais simplificada. A principal virtude do sistema é estar totalmente alinhado com as diretrizes traçadas pelo CNMP, em especial àquelas traçadas pelo Corregedor Nacional do Ministério Público, Conselheiro Sandro Neis.

No plano nacional, a Cotec ainda trabalhou na evolução do Sistema CNMPInd, Sistema que controla o preenchimento dos dados relativos às Resoluções nº 32 e 33, de 2008, que dizem respeito à obtenção de dados da atuação administrativa e funcional do Ministério Público. Mais recentemente o Sistema foi atualizado para também gerenciar o preenchimento de dados da Resolução nº 36, de 2009, que versa sobre informações relativas a Interceptações Telefônicas e Telemáticas no âmbito do Ministério Público.

Como outras importantes ações de âmbito nacional, destacam-se a assinatura de termos de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para possibilitar acesso aos Ministérios Públicos dos sistemas que automatizam o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e o Cadastro Nacional de Adoção; e a implantação do Portal da Transparência do CNMP.

Como parte da modernização administrativa do CNMP, deu-se continuidade durante o ano de 2009 ao desenvolvimento do Sistema CNMP *Web* que substituirá os sistemas de tramitação e de movimentação processual atualmente em utilização. O novo Sistema possibilitará, entre outras vantagens, maior celeridade na tramitação processual, processos totalmente eletrônicos e melhoria da obtenção de informações estatísticas da atuação do próprio CNMP.

Ainda como parte da modernização administrativa alguns outros sistemas departamentais tiveram o seu desenvolvimento iniciado e outros tiveram sua implantação concluída e alguns outros estão previstos para 2010.

Quadro Resumo	
Situação	Quantidade
Em Produção	7
Em Desenvolvimento	6
Planejados	15
Total	28

d) Inspeções

Um importante marco para a curta história do CNMP foi o início da realização das inspeções nos ramos do Ministério Público. A Secretaria-Geral do CNMP disponibilizou recursos de suas Coordenadorias no sentido de propiciar estrutura mínima para apoiar o trabalho das inspeções a ser realizado nos ramos do Ministério Público brasileiro.

Desta maneira, a Cotec encaminhou seus representantes com o objetivo de inspecionar as áreas de Tecnologia da Informação (TI) desses Ministérios Públicos.

1.5.4. Núcleo de Ação Estratégica

Criado pela Resolução nº 25, de 3 de dezembro de 2007, o Núcleo de Ação Estratégica (NAE) está diretamente ligado à Secretaria-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em 2009, no exercício de sua competência, o NAE subsidiou as principais ações desenvolvidas pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, especialmente aquelas decorrentes do acompanhamento de envio de dados relativos à atuação funcional do Ministério Público, à execução administrativa e orçamentária dos questionários das Resoluções nº 32 e 33 (sobre as demais atuações deste Núcleo, vide o item 1.4.3, que versa sobre a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo).

1.5.5. Núcleo de Acompanhamento de Decisões

A criação, os objetivos, a metodologia de trabalho e a forma de atuação do Núcleo de Acompanhamento das Decisões (NAD) foram objeto de análise anterior, tendo sido apresentados no item 1.5.1. do *Relatório de Atividades 2008* do Conselho Nacional do Ministério Público, disponível para consulta no sítio do CNMP na Internet. Em razão disto, cabe apenas apresentar os resultados referentes à atividade do NAD em 2009, acrescentando-se, quando for o caso, menções a novas tarefas.

No exercício de suas atribuições no ano de 2009, o Núcleo de Acompanhamento das Decisões produziu 517 ofícios (quase o dobro do produzido em 2008), 14 ofícios circulares e 9 relatórios.

As dificuldades no andamento dos procedimentos de fiscalização, por fim, continuam a decorrer, em sua grande maioria, da demora de alguns Ministérios Públicos em responder às solicitações deste Conselho.

a) Processos acompanhados

No Relatório de 2008, fez-se referência ao número de processos cuja decisão continha determinação a ser acompanhada pelo Núcleo. Ressaltou-se, no entanto, que o acompanhamento destas decisões apenas se dava após o trânsito em julgado. Deste modo, tal número aumentou com o tempo, à medida que novos processos com conteúdo mandamental transitavam em julgado.

Para o ano de 2005, o número permanece o mesmo, qual seja o de um único processo com determinação, cumprida em 15/7/2008.

O número de processos do ano de 2006 acompanhados subiu de 23 para 27: um acréscimo de 4 processos. Da totalidade desses processos, aguarda-se resposta do Ministério Público em apenas um caso: o Processo nº 634/2006-66. Os Processos nº 435/2006-58 e nº 28/2006-41 estão suspensos pelo Supremo Tribunal Federal. Os processos restantes, em número de 24, foram julgados cumpridos por despachos do Secretário-Geral do Conselho. Cumpre lembrar que todas as respostas aos Ofícios enviados pelo Núcleo, nos quais se solicitam informações sobre o cumprimento dos processos, são escaneadas e enviadas aos Conselheiros por correio eletrônico, com vistas a possibilitar uma fiscalização conjunta do cumprimento das decisões do órgão.

O número de processos de 2007 sujeitos a acompanhamento era de 25. Nesta data, percebe-se um acréscimo de apenas 3 processos, totalizando 28 feitos. Desses, apenas se aguarda a resposta do Processo nº 775/2007-60 para verificação do cumprimento.

Os processos do ano de 2008 não foram contemplados no *Relatório de Atividades 2008*, em razão de a criação do NAD ter-se dado naquele ano e porque o ano ainda não havia terminado. No entanto, o número de tais processos, até a presente data, é de 47, o que corresponde a um salto substancial no número de processos contendo determinações específicas a serem executadas pelos Ministérios Públicos. Nos processos dos anos anteriores, esses feitos não chegavam a 30.

Dos 47 processos do ano de 2008, 37 foram considerados cumpridos; 4 foram suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (nº 232/2008-23, 498/2008-76, 368/2008-33 e 652/2008-18); 5 estão pendentes de respostas aos ofícios do Núcleo (nº 646/2008-52, 655/2008-43, 917/2008-70, 927/2008-13, e 662/2008-45) e 1 está pendente de envio de ofício do Núcleo (nº 1.094/2008-29), em razão de determinação de prazo pelo Relator para cumprimento, prazo este que termina em dezembro deste ano.

Os processos de 2009 são para este Relatório o que os de 2008 eram para o *Relatório de Atividades 2008*. Em razão da proximidade temporal, os resultados não são muito significativos. Há, até o presente, 14 processos com determinação, dos quais apenas 4 foram cumpridos; 6 aguardam informações sobre o cumprimento (nº 2/2009-45, 129/2009-64, 397/2009-86, 505/2009-11, 199/2009-12 e 757/2009-40); 2 aguardam expedição de ofício pelo Núcleo (nº 488/2009-11 e 211/2009-99); e 2 estão sendo apreciados em Mandados de Segurança no Supremo Tribunal Federal (nº 34/2009-41 e 18/2009-58).

Em síntese, de um total de 117 processos contendo determinação desde a criação do CNMP, 93 foram definitivamente cumpridos, o que corresponde a um índice de aproximadamente 79,4%. Cabe ressaltar, no entanto, que isto não significa que a percentagem restante dos processos não foi cumprida, mas tão somente que ainda estão sendo acompanhados, com os necessários envios e recebimentos de ofícios e apreciação do cumprimento pelo Secretário-Geral. Só ao final desses procedimentos o feito é incluído nas planilhas do NAD como “cumprido”.

b) Resoluções acompanhadas

b.1) Resoluções do Relatório de Atividades 2008

Nas letras a e b do item 1.5.1 do *Relatório de Atividades 2008*, fez-se menção às Resoluções que seriam acompanhadas pelo NAD, posto que contendo determinações em alguns de seus dispositivos; e aos respectivos Ofícios Circulares enviados para se verificar o cumprimento.

Tratava-se das Resoluções nº 5 (Atividade Político Partidária/Ofício Circular nº 3/2008), nº 7 (Ocupação de cargos, empregos ou funções por parentes de servidores/Ofício Circular nº 2/2008), nº 13 (Procedimento Investigatório Criminal/Ofício Circular nº 6/2008), nº 18 (Exercício de Cargos de Direção e Administração em Cooperativas de Crédito/Ofício Circular nº 1/2008), nº 21 (Vedaçāo de admissão de servidores parentes de membros/Ofício Circular nº 5/2008), nº 22 (Membros perante Tribunais de Contas Estaduais/Ofício Circular 3/2009), nº 23 (Inquérito Civil/Ofício Circular nº 4/2008) e nº 27 (Exercício da Advocacia/Ofício Circular nº 7/2008).

O objetivo do acompanhamento do NAD, no caso das Resoluções, era obter as respostas de todos os Ministérios Públicos e, após elaboração de relatório circunstanciado dessas respostas, encaminhá-lo a um Relator para que julgasse o efetivo cumprimento, ou não, dos atos normativos. Conforme se vê no quadro a seguir, apenas as Resoluções nº 18 e 21 ainda não foram respondidas pela totalidade dos *Parquets*, faltando à primeira a resposta do Ministério Público do Estado do Maranhão e à segunda as respostas do Ministério Público do Estado de Pernambuco e do Ministério Público Federal.

Quadro 1. Resoluções integralmente respondidas

Resolução	Ofício Circular	Processo	Data de Envio do Relatório
nº 13/2006	006/2008	413/2006-98	22/07/2009 (à comissão)
nº 23/2007	004/2008	313/2007-42	14/08/2009 (à comissão)
nº 22/2007	003/2009	574/2007-62	09/09/2009 (à relatora)
nº 27/2008	007/2008	425/2007-01	14/10/2009 (à comissão)
nº 05/2006	003/2008	6/2005-01	14/10/2009 (à comissão)
nº 07/2006	002/2008	46/200-22	15/10/2009 (à comissão)

Neste diapasão, o Núcleo produziu um relatório para cada resolução integralmente respondida, nos seguintes moldes: Relatório nº 3/2009 para a Resolução nº 13; Relatório 4/2009 para a Resolução nº 23; Relatório nº 5/2009 para a Resolução nº 22; Relatório nº 6/2009 para a Resolução nº 27; Relatório nº 7/2009 para a Resolução nº 5; e Relatório nº 8/2009 para a Resolução nº 7. A maioria dos Relatórios foi enviada à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro nas datas acima mencionadas. Para cada Resolução, a Comissão confirma o cumprimento ou determina providências nos casos em que entender que os atos normativos do Conselho não foram cumpridos ou não há certeza quanto ao cumprimento. No caso da Resolução nº 22, em razão de pedido interposto por uma parte interessada, o processo foi redistribuído e em 13/10/2009 foi determinada a instauração de diversos Procedimentos de Controle Administrativo para averiguar algumas respostas específicas.

Na Resolução nº 23, que trata do Inquérito Civil, após envio do Relatório ao Conselheiro Relator, ele devolveu o feito ao NAD para reiteração de Ofícios aos Ministérios Públicos dos Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Tocantins e do Ministério Público Federal. Até a presente data, não recebemos as respostas do Ministério Público do Maranhão, de Pernambuco e do Ministério Público Federal, tendo os demais já respondido.

b.2) Resoluções posteriores ao Relatório de Atividades 2008

Desde a elaboração do Relatório Anual, o CNMP vem editando diversas Resoluções, dando efetividade a seu papel normativo. Em razão disso, o quadro apresentado no Relatório de 2008 ampliou-se para incluir as resoluções em cujos dispositivos houvesse determinação de alguma natureza.

Trata-se das Resoluções nº 09 (Teto Remuneratório); nº 30 (Função Eleitoral); nº 38 (Portal da Transparência); nº 42 (Concessão de Estágio); nº 40 (Atividade Jurídica); e nº 37 (Nepotismo). Para cada uma dessas Resoluções foi expedido Ofício Circular, utilizando-se do mesmo procedimento adotado nas Resoluções elencadas no Relatório de 2008, conforme quadro a seguir:

Quadro 2. Ofício Circular por Resolução

Resolução Ofício Circular
Nº 09009/2008
Nº 30002/2009
Nº 37008/2009
Nº 38005/2009
Nº 40007/2009
Nº 42006/2009

Tendo em vista que a maioria desses ofícios circulares foi elaborada no ano de 2009, ainda não se completaram as respostas a eles referentes. Cumpre ressaltar que a conclusão dos trabalhos referentes ao cumprimento das Resoluções é sempre mais lento, uma vez que exige que as respostas de todos os Ministérios Públicos constem dos autos. Muitas vezes, o Núcleo teve de reiterar ofícios circulares, em razão da demora dos *Parquets* em responder.

c) Recomendação nº 3

A Recomendação CNMP nº 3 trata da criação de Ouvidorias no âmbito dos ramos e unidades do Ministério Pùblico brasileiro. Tendo em vista a natureza do ato normativo em questão, o Núcleo não tem atribuição para exigir o cumprimento desses dispositivos, que são meramente recomendatórios. Neste caso, no entanto, devido a decisão do ex-Conselheiro Alberto Cascais, proferida nos autos do Processo CNMP nº 203/2008-61, encaminhamos o Ofício Circular nº 4/2009 aos Ministérios Pùblicos, no intuito de se saber quantos seguiram a Recomendação do Conselho. Aguardamos as respostas dos Ministérios Pùblicos do Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e do Ministério Pùblico Federal.

d) Cadastros Nacionais

No ano de 2008, o CNMP firmou com o Conselho Nacional de Justiça os Termos de Cooperação de nº 8 e 13, por meio dos quais este órgão conferiu ao Ministério Pùblico o acesso ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, respectivamente.

Ao NAD foi conferida a tarefa de gerir o sistema, conferindo senhas de acesso às unidades e ramos do *Parquet*. No cumprimento deste desígnio, foram enviados os Ofícios Circulares de nº 11 e 12 a todos os MPs, comunicando acerca do cadastro e solicitando a indicação de servidores para recebimento de senhas. No momento, está sendo realizado o cadastro à medida que chegam ao Núcleo os ofícios nos quais esses nomes são indicados. Em seguida, encaminham-se correios eletrônicos e ofícios explicando procedimentos de utilização dos bancos de dados.

2. Tabelas e Gráficos

Nas tabelas e nos gráficos abaixo é possível visualizar a atuação do CNMP no que se refere à autuação/distribuição e julgamento.

Tabela 1

CONSELHEIRO	INÍCIO MANDATO*	DISTRIBUIDOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
		QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO	10/08/2009	67	9,24%	48	10,96%	31	13,36%	36	7,30%
ADILSON GURGEL DE CASTRO	10/08/2009	66	9,10%	32	7,31%	12	5,17%	54	10,95%
ALMINO AFONSO FERNANDES	10/08/2009	68	9,38%	22	5,02%	5	2,16%	63	12,78%
BRUNO DANTAS NASCIMENTO	10/08/2009	67	9,24%	25	5,71%	14	6,03%	53	10,75%
CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS	03/12/2009	3	0,41%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,61%
CLÁUDIO BARROS SILVA	10/08/2009	66	9,10%	48	10,96%	26	11,21%	40	8,11%
FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA	30/06/2008	121	16,69%	125	28,54%	70	30,17%	51	10,34%
MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES	10/08/2009	67	9,24%	41	9,36%	28	12,07%	39	7,91%
MARIO LUIZ BONSAGLIA	03/12/2009	3	0,41%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,61%
SANDRA LIA SIMÓN	10/08/2009	64	8,83%	32	7,31%	14	6,03%	50	10,14%
SÉRGIO FELTRIN	10/08/2009	67	9,24%	27	6,16%	9	3,88%	58	11,76%
TAÍS SCHILLING FERRAZ	10/08/2009	66	9,10%	38	8,68%	23	9,91%	43	8,72%
Total geral	-	725	100,00%	438	100,00%	232	100,00%	493	100,00%

Fonte: Sistema CNMP

Obs. 1: Início de mandatos diferenciados, provocando maior número de processos distribuídos, julgados e concluídos.

Obs. 2: A Conselheira Cláudia Maria de Freitas Chagas e o Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia iniciaram o mandato no mês de dezembro.

Obs. 3: Julgados são aqueles arquivados por decisão monocrática ou em Sessão Plenária. Concluídos são aqueles já decididos por decisão monocrática ou em Sessão Plenária, já transitados em julgado.

Obs. 4: Para fins estatísticos, os pendentes são calculados com base nos já transitados em julgado.

Tabela 2

CLASSE-TIPO PROCESSUAL	AUTUADOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
ARQUIVAMENTO SG-RI, Art. 39, § 6º	182	4,01%	0	0,00%	161	5,27%	21	1,42%
ARQUIVAMENTO SG-Enunciado nº 05	140	3,09%	0	0,00%	136	4,45%	4	0,27%
DIVERSOS-ASI	5	0,11%	5	0,13%	5	0,16%	0	0,00%
DIVERSOS-PCA	691	15,24%	637	15,93%	496	16,23%	195	13,19%
DIVERSOS-PP	1834	40,44%	1708	42,72%	1574	51,49%	260	17,59%
DIVERSOS-RCA	16	0,35%	19	0,48%	11	0,36%	5	0,34%
DIVERSOS-REST	1	0,02%	1	0,03%	1	0,03%	0	0,00%
DIVERSOS-RIEP	206	4,54%	111	2,78%	80	2,62%	126	8,53%
DIVERSOS-RPA	33	0,73%	36	0,90%	18	0,59%	15	1,01%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-AA	4	0,09%	9	0,23%	4	0,13%	0	0,00%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-AVOC	11	0,24%	13	0,33%	10	0,33%	1	0,07%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-COR	3	0,07%	6	0,15%	3	0,10%	0	0,00%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-INSP	7	0,15%	1	0,03%	0	0,00%	7	0,47%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PAA	3	0,07%	5	0,13%	1	0,03%	2	0,14%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PAV	9	0,20%	8	0,20%	1	0,03%	8	0,54%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PD	26	0,57%	30	0,75%	16	0,52%	10	0,68%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PDA	3	0,07%	6	0,15%	1	0,03%	2	0,14%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-RD	1017	22,43%	758	18,96%	323	10,57%	694	46,96%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-RPD	69	1,52%	103	2,58%	37	1,21%	32	2,17%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-SIND	18	0,40%	29	0,73%	5	0,16%	13	0,88%
PROPOSIÇÕES-PC	2	0,04%	2	0,05%	1	0,03%	1	0,07%
PROPOSIÇÕES-PER	5	0,11%	5	0,13%	5	0,16%	0	0,00%
PROPOSIÇÕES-RES	66	1,46%	72	1,80%	40	1,31%	26	1,76%
RECURSOS-ED	91	2,01%	225	5,63%	68	2,22%	23	1,56%
RECURSOS-REC	93	2,05%	209	5,23%	60	1,96%	33	2,23%
Total geral	4535	100,00%	3998	100,00%	3057	100,00%	1478	100,00%

Fonte: Sistema CNMP

Glossário Tipos Processuais: AA-Autos Avocados, ASI-Arguição de Suspeição e Impedimento, AVOC-Avocação de Processo Disciplinar, COR-Correição, ED-Embargos de declaração, IAA-Inquérito Administrativo Avocado, INSP-Inspeção, PAA-Processo Administrativo Avocado, PAV-Pedido de Avocação, PCA-Procedimento de Controle Administrativo, PC-Proposta de Comissão, PDA-Processo Disciplinar Avocado, PD-Processo Disciplinar, PER-Proposta de Emenda Regimental, PP-Pedido de Providências, RCA-Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho, RD-Reclamação Disciplinar, REC-Recurso Interno, RES-Proposta de Resolução, REST-Restauração de Autos, RIEP-Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, RPA-Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, RPD-Revisão de Processo Disciplinar, SA-Sindicância Avocada, SIND-Sindicância.

Tabela 3

ANO	AUTUADOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
2005**	144	3,18%	35	0,88%	14	0,46%	130	8,80%
2006	736	16,23%	433	10,83%	288	9,42%	448	30,31%
2007	1058	23,33%	1093	27,34%	861	28,16%	197	13,33%
2008	1115	24,59%	1199	29,99%	787	25,74%	328	22,19%
2009***	1482	32,68%	1238	30,97%	1107	36,21%	375	25,37%
Total geral	4535	100,00%	3998	100,00%	3057	100,00%	1478	100,00%

Fonte: Sistema CNMP

* Diferenças numéricas em relação ao Relatório Anual de 2008 decorrem de atualizações da base CNMP no período de 2009.

** O CNMP foi instalado em 21 de junho de 2005.

*** Em 2009, período apurado de 1º/jan. a 16/dez.

Gráfico 1 – Processos CNMP - Conselheiros Ativos do Início do Mandato até 16/Dez/2009

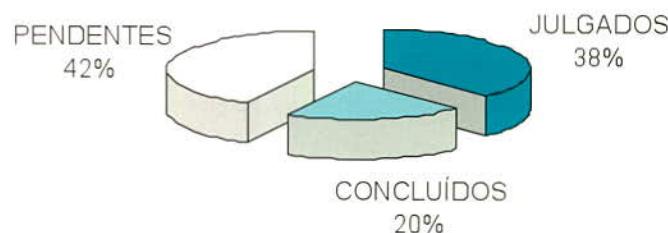
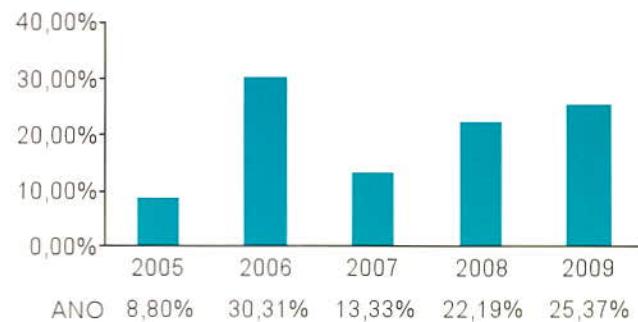


Gráfico 2 – Processos CNMP - Ano 2005 a 16/Dez/2009



3. Principais atos/realizações/julgamentos do Conselho

Além das Resoluções, Recomendações, Termos de Cooperação Técnica já descritos neste Relatório, importante se faz destacar mais alguns importantes atos, realizações e julgamentos realizados no âmbito deste Conselho Nacional:

- Participação do Corregedor Nacional na LXV Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, que ocorreu entre os dias 16 e 18 de março, em Belém/PA;
- Recebimento da visita de Edgar Enrique Lemus Orellana, membro do Conselho do Ministério Público da Guatemala, visando à troca de informações sobre a estrutura e o funcionamento dos órgãos de controle no Brasil e na Guatemala;
- Realização do II Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, que contou com a presença de Corregedores-Gerais, assessores das Corregedorias e representantes da área de Tecnologia da Informação dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Teve como principais objetivos a apresentação e análise das informações coletadas pelas resoluções CNMP nº 12/2006 e 25/2007 (atuais Resoluções nº 32/2009 e 33/2009), que tratam, respectivamente, da prestação de contas da atuação administrativo-financeira dos Ministérios Públicos e do desempenho funcional de seus membros;
- Acompanhamento da conclusão do Projeto-Piloto de implantação de tabelas processuais unificadas no Ministério Público do Estado de Rondônia, visando à futura uniformização processual em todas as unidades do Ministério Público brasileiro;
- Participação na 7ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg);
- Criação de grupo de trabalho com a finalidade de tratar especificamente da Resolução CNMP nº 36/2009, visando ao desenvolvimento de sistema informatizado e ações que permitam manter um cadastro nacional com o número de interceptações telefônicas requeridas e acompanhadas pelo Ministério Público brasileiro;
- Participação do Corregedor Nacional na LXVI Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, que ocorreu entre os dias 21 e 22 de maio, em São Paulo/SP;
- Aprovação da Resolução CNMP nº 38/2009, que determinou que o próprio CNMP e todas as unidades do Ministério Público viabilizem em seus *sites* ou suas páginas eletrônicas o Portal da Transparência, que deve disponibilizar dados públicos, não cobertos pelo sigilo legal ou constitucional, em destaque e com fácil acesso pelos usuários do sistema de informática;
- Recomendação a todas as unidades do Ministério Público que por 60 dias depositassem os recursos provenientes de transações penais em favor da Defesa Civil dos estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas e Pará, como forma de auxiliar as vítimas das enchentes ocorridas nessas localidades;
- Realização do Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Paranaense do MP, com o objetivo de disponibilizar as condições de uso do Sistema de Informações dos e para os Membros do Ministério Público (SIM-MP);
- Criação, no âmbito do CNMP, da Comissão Permanente de Jurisprudência e da Revista de Jurisprudência;

- Participação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação em reunião da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControle), realizada no Senado Federal;
- Participação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação no lançamento oficial do Portal da Rede de Informação e Jurídica (LexML Brasil), portal especializado em informação legislativa e jurídica que pretende organizar, integrar e dar acesso às informações disponibilizadas nos diversos portais de órgãos do Governo na Internet;
- Realização de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estabelecer cooperação nas atividades de fiscalização que constitucionalmente são de suas competências;
- Recebimento da visita da comitiva do Ministério Público de Moçambique, formada pelo Procurador-Geral da República Augusto Raúl Paulino e os Procuradores-Gerais Adjuntos André Paulo Cumbe e Taibó Caetano Mucobora, visando à troca de informações sobre a estrutura e o funcionamento dos órgãos de controle no Brasil e em Moçambique;
- Realização de Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente;
- Aprovação de Resolução Conjunta com o Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de institucionalizar mecanismos de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes;
- Realização de Inspeção nas unidades do Ministério Público do Estado do Piauí, com a realização de audiências com a população local, a fim de ouvir denúncias, sugestões, elogios e reclamações acerca das atividades do Ministério Público do Piauí e de seus membros;
- Participação no IV Centenário do Ministério Público Brasileiro, realizado no dia 25 de setembro, em Salvador/BA;
- Aprovação do Relatório Final da Comissão Temporária do Sistema Carcerário, que possibilitou uma ampla apuração das condições de exercício, pelo Ministério Público, de atividades de fiscalização de estabelecimentos prisionais, casas destinadas ao cumprimento de medidas de segurança e casas de internação para o cumprimento de medidas socioeducativas, bem como do controle externo da atividade policial;
- Transformação da “Comissão Permanente Disciplinar” em “Comissão Permanente Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei”. A conversão foi realizada com a finalidade de continuar os trabalhos iniciados pela Comissão Temporária do Sistema Carcerário e acompanhar as atividades dos Ministérios Públicos, quanto ao controle externo da atividade policial, na execução penal e na execução de medidas socioeducativas (Processo nº 0.00.000.000194/2008-17);
- Realização de Inspeção nas unidades dos Ministérios Públicos dos Estados do Amazonas e do Piauí, com realização de audiências com a população local, a fim de ouvir denúncias, sugestões, elogios e reclamações acerca das atividades do Ministério Público do Amazonas e de seus membros;

- Aplicação da pena de cassação de disponibilidade a Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas, com a consequente perda do cargo, por faltas funcionais relativas à aquisição fraudulenta de imóvel, com superfaturamento, desfazimento do negócio e não restituição dos valores ao erário, acarretando lesão aos cofres públicos (Processo nº 0.00.000.000939/2007-59);
- Aplicação da pena de aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a membro do Ministério Público do Estado do Amazonas, por faltas funcionais relativas à aquisição fraudulenta de imóvel, com superfaturamento, desfazimento do negócio e não restituição dos valores ao erário, acarretando lesão aos cofres públicos (Processo nº 0.00.000.000939/2007-59);
- Aplicação da pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado do Paraná por falta funcional relativa a descumprimento injustificado de prazo processual (Processo nº 0.00.000.000129/2009-64);
- Aplicação da pena de suspensão de 45 dias a Membro do Ministério Público do Estado do Acre pela prática de crimes ambientais (Processo nº 0.00.000.000828/2007-42. Foi impetrado mandado de segurança pelo Membro perante o STF, o qual concedeu medida liminar no sentido de suspender a aplicação da penalidade);
- Aplicação da pena de advertência a Membro do Ministério Público do Estado do Acre (Processo nº 0.00.000.000755/2009-51)
- JULGAMENTO AINDA NÃO CONCLUÍDO;
- Aplicação da pena de suspensão de 45 dias a Membro do Ministério Público Federal por falta funcional relativa a prática de atividade político-partidária (Processo nº 0.00.000.000001/2005-77) – JULGAMENTO AINDA NÃO CONCLUIDO;
- Determinação de abertura de Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público de Minas Gerais (Processo nº 0.00.000.000751/2009-72);
- Regulamentação da atividade de estágio no âmbito do Ministério Público (Processo nº 0.00.000.000059/2009-44);
- Vedaçāo à possibilidade de pagamento de adicional noturno a membros do Ministério Público (0.00.000.001109/2008-20);
- Determinação de posse imediata de candidatos aprovados e convocados em concurso para preenchimento de vagas de Promotor de Justiça Substituto no Ministério Público do Amazonas (Processo nº 0.00.000505/2009-11 e Apenso nº 499/2009-00);
- Processo referente ao nepotismo no Estado do Pará (Processo nº 0.00.000.000813/2009-46 e Apenso nº 817/2009-24, 821/2009-92, 828/2009-12 e 853/2009-98);
- Alteração nas regras relativas à Remoção Compulsória (0.00.000.001136/2009-83);
- Determinação de Expedição de recomendação ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo para que estabeleça requisitos específicos para concessão de licença para frequência aos cursos de pós-doutorado (Processo nº 0.00.000.0000437/2009-30);

- Vedaçāo à possibilidade de concessāo de adicional de trabalho noturno a membros do Ministério Públīco em razāo do exercício do munus públīco do cargo, que lhe conferem prerrogativas próprias e deveres específicos, dentre eles a submissāo ao sistema de remuneraçāo através de subsídios (Processo n° 0.00.001109/2008-20);

- Remessa de cópia de autos à Corregedoria-Nacional para apuraçāo de eventual falta funcional de membro do Ministério Públīco do Estado do Amapá (Processo n° 0.00.000.000624/2009-73);

- Determinaçāo de expedição de recomendaçāo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas para que nomeie, no prazo previsto no edital, todos os cargos de servidores aprovados no concurso públīco aberto no Ministério Públīco amazonense (Processo n° 0.00.000622/2009-84 e Apenso n° 652/2009-91)

II – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração Pública brasileira vive o desafio de se reinventar para, em parceria com a sociedade civil, criar um novo modelo de desenvolvimento social e humano, que alie respeito aos direitos humanos, inserção social e crescimento econômico. Construir uma nova administração pública e mudar a qualidade da ação governamental são tarefas que dependem de todos os Poderes do Estado, sem prescindir da ampla participação social.

Na construção dessa nova Administração Pública, o Ministério Público emerge como um ator de grande destaque, tanto na reflexão sobre as reformas administrativas necessárias quanto na implementação de medidas concomitantes.

Nesse processo, o pressuposto para que o Ministério Público possa contribuir convenientemente para a reinvenção do setor público brasileiro como um todo é que a Instituição promova avanços substanciais na modernização e na democratização de sua própria gestão. Tais avanços tenderão a moldar, cada vez mais, as probabilidades de sucesso do Ministério Público no exercício de sua atividade finalística, agregando à atuação ministerial maior eficiência e efetividade.

Dessa forma, os desafios que se impõem atualmente à Administração Pública brasileira como um todo também se apresentam à Administração ministerial. Em especial, impõe-se ao Ministério Público a tarefa de, gradual e cumulativamente, consolidar práticas que permitam à Instituição apoiar-se solidamente sobre os pilares do profissionalismo, da eficiência e da inovação.

Nesse aspecto, constituem ações decisivas para a mudança da administração ministerial a formação de uma burocracia profissional de mérito; a criação de mecanismos de autoavaliação das Unidades do Ministério Público, de avaliações externas às repartições locais e de avaliações externas ao próprio Estado; a definição e renovação de um repertório de boas práticas administrativas; o desenvolvimento de mecanismos de incentivo ao bom desempenho; a ampliação do diálogo entre sociedade civil e o Ministério Público e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos prestados pela Instituição.

Em especial, constitui medida essencial à tal mudança a construção de um arranjo institucional entre as Unidades Ministeriais que possa abrir caminho, no âmbito do Ministério Público, para um federalismo cooperativo, que integre cada Unidade representante dos Entes Federados em iniciativas conjuntas, que beneficiem todos os participantes.

O Conselho Nacional do Ministério Público possui grandes responsabilidades nesse processo de transformação institucional, em particular no que se refere ao desenvolvimento da articulação e do fomento a ações convergentes que redundem na prestação, por parte da Instituição, de um serviço público mais efetivo, compatível com as reais necessidades do cidadão.

O esforço por cumprir a contento tais responsabilidades direcionou o Conselho Nacional do Ministério Público à realização de diversas ações institucionais durante o exercício de 2009, que se refletirão em 2010.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades empreendidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público durante o ano de 2009:

- a) Celebração de acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estabelecer o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre as Instituições e de permitir a disponibilização temporária de auditores do quadro de servidores daquele órgão para a realização das inspeções, correições e auditorias do CNMP;
- b) Edição de resolução, em conjunto com o CNJ, institucionalizando mecanismos de revisão de prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes e permitindo ainda a promoção de ações integradas, com a participação da Defensoria Pública, da OAB, dos órgãos de administração penitenciária e de segurança pública, das instituições de ensino, dentre outras;
- c) Aprovação de recomendação às unidades do Ministério Público para que apoiem o Poder Judiciário no atingimento da Meta 2, que tem por objetivo o julgamento até o final de 2009 de todos os processos que ingressaram no Justiça até 31 de dezembro de 2005, em cada instância;
- d) Instituição do Portal da Transparência em todas as Unidades do Ministério Público por meio da Resolução nº 38/2009, que estabelece a obrigatoriedade da disponibilização, em cada um dos *sites* de cada Unidade do *Parquet*, para acesso universal, dos dados de gestão dos recursos públicos no âmbito do MP;
- e) Criação da Comissão de Jurisprudência, com o intuito de proporcionar maior eficiência, presteza, segurança jurídica e celeridade na produção e consulta às decisões, por meio da organização e da atualização do acervo de decisões plenárias e monocráticas do CNMP, dentre outras funções;
- f) Início do desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público, com o objetivo de contribuir para conferir maior celeridade e eficácia ao acompanhamento do regular cumprimento das Resoluções editadas pelo Conselho Nacional;
- g) Celebração com o Conselho Nacional de Justiça de termos de cooperação, por meio dos quais o Ministério Público passou a ter o acesso ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa. Não se olvida, no entanto, que muito ainda está por se construir e que há grandes desafios à atuação satisfatória do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público como um todo, a exigirem a ampliação e o aprofundamento das ações até então empreendidas.

Com o propósito principal de realizar a gestão estratégica do Ministério Público e do próprio Conselho Nacional, sob as bases da participação democrática e do alinhamento às necessidades sociais, caberá ao Conselho Nacional e ao Ministério Público convergir suas ações, em particular a partir de 2010, em direção à adoção de medidas tendentes à construção de um Ministério Público Nacional e de um Conselho Nacional do Ministério Público que primem por:

- a) aumentar a eficiência da Instituição na identificação tempestiva de irregularidades e práticas ilícitas em seu âmbito interno;
- b) promover a articulação e o alinhamento das Unidades do Ministério Público em torno de compromissos com o desempenho;

- c) conferir ênfase à elaboração e à operacionalização de medidas de controle preventivas, priorizando-as em relação àquelas de caráter repressivo, de forma a se detectar antecipadamente os potenciais problemas de gerenciamento;
- d) promover o auxílio aos gestores na identificação e na correção das fragilidades existentes na Administração das Unidades Ministeriais;
- e) fortalecer um sistema eficiente de correição da Administração Pública Ministerial, seja em âmbito local, seja nacional;
- f) atuar de forma cooperativa e integrada com os demais órgãos incumbidos da defesa do Estado e do aperfeiçoamento da gestão pública, em particular com o Poder Judiciário, o Ministério da Justiça e do Planejamento, além da Controladoria-Geral da União e dos Tribunais de Contas da União e dos Estados;
- g) fortalecer a parceria com a sociedade, de maneira a contribuir para a efetiva construção do controle social, por meio do incremento da transparência pública e da visibilidade das ações de gestão;
- h) desenvolver ações que fortaleçam a gestão do Ministério Público, tais como a promoção de capacitação presencial, de educação à distância, da cooperação entre as Unidades Ministeriais, na convicção de que nem todas as impropriedades nas contas públicas derivam da improbidade e da corrupção de gestores públicos, decorrendo, por vezes, da desinformação e da fragilidade dos instrumentos de controle interno.

A tarefa é desafiadora, mas a construção de um Ministério Público que, como prestador de um serviço à sociedade, esteja afinado com os anseios da cidadania e contribua efetivamente para a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis é um projeto de futuro que merece o compromisso, o engajamento e a congregação de esforços dos que acreditam na relevância da Instituição.

Presidência da República

Casa Civil

Secretaria-Geral

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este livro foi composto na famflia Minion, para textos,
e Caecilia, para títulos, e impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 120g/m², em fevereiro de 2009.



BRASIL

UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

